

Defesa Nacional



MAIO
1946

NÚMERO
384

CEL. RENATO BATISTA NUNES

TEN. CEL. ARMANDO VILLANOVA PEREIRA DE
VASCONCELLOS

TEN. CEL. EVERALDINO ACESTES DA FONSECA

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIII

Brasil — Rio de Janeiro, Maio de 1946

N. 384

SUMÁRIO :

	Págs.
Editorial	771
Atenção	775
A Invasão do Sul da França — Cap. Hugo Manhães Bethlem	777
Sugestões para a solução de alguns problemas — Ten.-Cel. J. B. de Mattos	816
A Reestruturação do Exército — Cel. Dr. Humberto Martins de Mello	819
O Problema Fundamental — Cel. R. B. Nunes	847
Os serviços da D. I. nos moldes americanos	850
O Foto-Informação no Escalão D. I. — Maj. Hugo de Mattos Moura	857
A Ligação das Forças Terrestres e Aéreas — Cap. Ge- raldo de Menezes Côrtes	861
Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte- Americano nos Teatros de Operações — Cap. Mé- dico Dr. Saulo Teodoro Pereira de Melo	872
Lendo a Revista de Cavalaria Americana — Trad. do Ten.-Cel. Armando Vasconcellos	893
A Guia de Programa — Cap. Nelson Werneck Sodré Aquadaban Perante a História — Cel. Rinaldo Pereira da Câmara	897
Silhueta Geográfica do Brasil — Cap. Gerardo L. Amaral	902
A Batalha do Monte das Tabocas	929
A Educação Moral e Cívica — Ten.-Cel. Armando Vas- concellos	941
A Política dos preços e o custo da vida — Maj. José Salles	963
A Escola de Estado-Maior e a Instrução	965
Boletim	976
Abreviaturas Militares Norte-Americanas — Cap. Otá- vio Alves Velho	977
Dicionário Militar Brasileiro — Cap. Otávio Alves Velho	981
Livros Novos	999
Revistas em Revista	1013
Noticiário & Legislação	1016
	1020

EDITORIAL

"A direção da guerra, como o comando, não se exerce apenas quando irrompem as hostilidades. É desde a paz e, principalmente durante este período, que se preparam as derrotas e as vitórias."

Coronel J. B. MAGALHAES — (O que todos devem saber sobre o comando militar e sua preparação).

É contrastante o espetáculo que assistimos, cessada a luta da 2.^a grande guerra mundial, com a vitória das Nações Unidas, na conquista da tão remota e desejada paz.

Há por toda parte uma atmosfera de inquietações e insegurança gerada pela insinceridade de uns e a insidiosa ação de outros, responsáveis pela volta à calma do abalo social que comprometeu toda a estrutura moral da civilização contemporânea, já que o comprometimento das condições normais de vida são sua consequência inapelável. O complexo de condições sutis, resultantes dos fenômenos sociais e econômicos do mundo conturbado de hoje, exige, de "grandes" e "pequenos", uma considerável de boa vontade, renúncia, transigência e fé nos destinos da Humanidade.

... Se a paz de 1914-1918, sob a inspiração de Wilson e Foch se processou em uma atmosfera de boa fé e se baseou em propósitos sinceros para assegurar a fraternidade universal, consubstancia-

dos no Tratado de Versalhes e sob os auspícios da Liga das Nações, a "batalha pela paz" de 1945, a despeito dos nobres sentimentos de coesão e de propósitos, selados no campo da luta contra a prepotência e o arbítrio demolidor, ainda não permite bons prognósticos, dentro dos postulados da justiça e respeito às liberdades humanas. Ao passo que na 1.^a grande guerra se desmobilizaram rapidamente os Exércitos e os espíritos, tendo por garantia moral a intangibilidade do tribunal de justiça internacional representado pela Liga das Nações, agora o que se verifica é a convicção da necessidade da Fôrça como apóio às decisões inapeláveis da O.N.U. investida dos maiores poderes como garantidora da paz.

"Si vis pacem para bellum". . . É a palavra de ordem dos Quatro Grandes, construtores da Vitória e da tão almejada paz.

Em meio de uma onda de intrigas e ameaças, num entrevero de amigos e inimigos, assistimos à repetição de erros que geram a desconfiança porque dentre os vencedores há os que se deixam empolgar pela ilusória impressão da vitória e se arrogam ao direito de tutelar os mais fracos, menos prezando a razão e os imperativos da liberdade por que se fizeram tão dignos do feito d'armas mais brilhante da História.

E assim surge a miúde, controvérsias, transfiguram-se os postulados sagrados do Direito, prolonga-se a atmosfera de temor e insegurança entre as nações ameaçadas pelos mesmos perigos de 1939, esquecendo-se talvez de que o momento reclama

mais compreensão e exige o estabelecimento de bases mais fraternas e humanas nas relações internacionais.

O presidente Truman em memorável mensagem dirigida ao Congresso, pedindo a lei do recrutamento militar, sentença em tom grave e realista: "Na força, a serviço do bem, terá que ser baseada a paz. A justiça, a boa vontade, e o bem não são suficientes." E fazendo eco desse sentimento de responsabilidade da mais poderosa Nação do Mundo, Roberto Patterson, Secretário da Guerra norte-americano, em dramático apêlo aos seus concidadãos proclama: "Por amor de tudo que nos é caro, não sejamos a única Nação a desarmar-se. Conquanto a guerra houvesse terminado, a paz ainda não foi ganha. Há em todo o mundo muitos riscos militares."

* * *

Esse ambiente internacional do após-guerra, em que os estadistas e os chefes militares, responsáveis pelos destinos pátrios e do mundo, se votam à tarefa de reconstrução sem olvidar os imperativos da Defesa Nacional. Por toda a parte se busca consolidar a posição conquistada e assimilar os ensinamentos da guerra, reestruturando-se o sistema. O comando e a direção da guerra precisam associar-se, trabalhar juntos, em permanência, para assegurar a continuidade de ação e de pensamento sobre os problemas da guerra.

O Coronel Magalhães em seu trabalho citado, datado de 1945, assinalava: "A guerra moderna,

em sua extensão total, impõe às elites como ao povo, a necessidade de instruir-se sobre seus problemas, conforme o papel que cada qual possa vir a desempenhar nela ou em sua preparação. Esses são conhecimentos gerais tão necessários como os da higiene e da profilaxia, da administração, da política, da economia etc., que o homem moderno não pode ignorar."

.... Apesar de nossas dificuldades internas e de nossas deficiências orgânicas, o patriótico governo da República, numa louvável compreensão do momento, de suas responsabilidades e em acatamento aos compromissos que assumimos como membros da Organização das Nações Unidas, houve por bem assinar dois decretos-leis, o da Restruturação do Exército e o da Constituição das Forças Armadas do País.

Com isso satisfaz as necessidades inadiáveis de um melhor reajustamento de nossos recursos, estabelecendo bases mais consentâneas com as exigências do nosso meio físico, geográfico, político, econômico e social, preparando, ao mesmo passo a ação conjunta do comando na coordenação das Forças Armadas através do Estado-Maior Geral Misto, órgão novo, interministerial, que supervisionará as questões da preparação para a guerra no âmbito militar. É certo que não temos resolvido definitivamente a questão, mas preparamos este caminho, buscando a experiência indispensável, para a unidade de vistas indispensável.

Congratulâmo-nos, pois, com o Governo e com as Classes Armadas.

ATENÇÃO

SENHORES ASSINANTES E REPRESENTANTES :

A Administração de "A Defesa Nacional", pretendendo sanar os inconvenientes, seguidamente verificados com a irregularidade no recebimento da Revista, apela para o espirito de cooperação de seus dignos camaradas, no sentido de fazerem comunicar, diretamente ou por intermédio do nosso representante no corpo ou repartição, qualquer interrupção ou retardo no mesmo, a fim de que o Diretor-Secretário possa intervir no bom sentido.

Têm sido frequentes as reclamações, que correm menos por conta do nosso serviço de expedição do que do serviço postal, e, outras vezes mesmo, devido à falta de comunicação, em tempo, de mudança de endereços.

Qualquer queixa em tal sentido será recebida pela Administração como prova de cooperação e de interesse pela Revista.

Prevalecendo-nos da oportunidade, solicitamos aos Srs. Representantes, por força dos Estatutos, a fineza de advertir aos Srs. Assinantes, pelo menos um mês antes do término do prazo de sua assinatura, para a necessária revalidação. Com isso teremos suprimido uma das causas de interrupção das remessas, a qual se dará, muito a contragosto nosso, tão certo estamos de que é absolutamente involuntária.

Agradecemos a acolhida que derem ao nosso apêlo.

A ADMINISTRAÇÃO.

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"A arte da guerra é, antes de tudo, uma arte simples e de pura execução."

Napoleão

*

"Não é um gênio que me revela, no momento e em segredo, o que tenho de dizer ou fazer, em uma circunstância para todos misteriosa: — é a reflexão, a meditação."

Napoleão

*

"A realidade do campo de batalha é que aí não se estuda; simplesmente faz-se o que se pode para aplicar o que se sabe. Portanto, para poder um pouco, cumpre saber muito e sabê-lo bem."

Marechal Foch

A Invasão do Sul da França

(Conferência pronunciada na Escola de Estado Maior)

(Em Abril de 1945)

Cap. HUGO MANHAES BETHLEM, E. M.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

I — INTRODUÇÃO

Sejam minhas primeiras palavras um preito de respeito á esta Casa, porque foi aqui, que pude adquirir a mais larga soma de conhecimentos especializados em minha vida, bagagem cultural e profissional que não constitue para mim um egoístico orgulho, mas a satisfação de lembrar que ela é

a mesma ou semelhante, a de centenas de oficiais de nosso Exército possuidores, hoje ou amanhã, do título de Estado Maior. A essa unidade de doutrina — patrimônio valioso — cuja excelência é comprovada em presença da maior Guerra que a humanidade até hoje já desencadeou, rendo as minhas homenagens. É este, aliaz, o principal objetivo desta conferência a qual desdobrarei da seguinte forma :

A) — Tentando demonstrar, através o estudo de um caso concreto — exemplo histórico desta segunda Guerra Mundial — que nossa doutrina, assentada em princípios básicos, num método de raciocínio e numa técnica de trabalho, permanece inteiramente atualizada.

B) — Procurando ressaltar que esta 2.^a Grande Guerra diferencia-se das demais, particularmente, pela vasta evolução dos meios, postos pela técnica à disposição dos Chefes, permitindo maior flexibilidade á concepção e à execução da manobra, ampliando as velocidades, distâncias e dimensões e, colocando em ação, novos processos de combate e sistemas de comando.

C) — Destacando a importância que nessa evolução representam a Aeronáutica e os modernos meios de ligação e transmissões.

D) — Afirmando, que a Guerra ainda é "uma luta entre vontades em que vence a mais forte" e, que a vontade do Chefe, deve refletir a vontade nacional para a vitória da qual toda a Nação colabora. Assim, os Exércitos modernos têm que refletir em sua organização, instrução, disciplina e forma de fazer a Guerra a "formação social dos respectivos povos". E, si isto fôr realizado, é possível a vitória mesmo com meios reduzidos.

II — DOCTRINA DE GUERRA

A) — Compreendemos a Doutrina de Guerra, não somente, como um conjunto de princípios e leis consagrados pela experiência, que aplicados segundo um método de raciocínio conduzem à solução de problemas táticos ou estra-

tégicos, mas também, a influência que sobre isso exerce a atitude filosófica do povo com respeito à guerra — já que as forças armadas são a nação em armas — atitude essa, que define o móvel da guerra, a sua política, a sua conduta e a responsabilidade em executá-la.

B) — Assim sendo, a Doutrina se apresenta sob dois aspectos principais :

— um político-social, que ultrapassa as responsabilidades dos chefes militares mas exige a cooperação dos mesmos;

— outro, eminentemente militar e, na realidade, complemento do primeiro.

C) — De fato eles se completam, porque o Chefe, os estados maiores, a tropa e os serviços, as Forças Armadas enfim, são o próprio povo, dêle promanam, e só cumprem com êxito suas missões, quer na paz quer na guerra, si refletem realmente em suas organizações, instrução, disciplina e forma de realizar a guerra, o aspecto político-social, resultante da formação histórica desse mesmo povo.

III — *A DUAS CONCLUSÕES PARTICULARES QUE NOS INTERESSAM AQUI, CHEGAMOS COM ESSE RACIOCÍNIO :*

A) — *que as Forças Armadas Norte-Americanas são assim constituídas.* Refletem a formação social da Nação. Nesta, o homem é o principal elemento. Este alto sentido de valor individual, criou um tal respeito mutuo, uma tal confiança na responsabilidade de cada um e, uma tal honestidade profissional, que influencia diretamente todas as suas organizações coletivas, como nas Forças Armadas, por exemplo, onde é sentida desde a disciplina, o recrutamento de praças e de oficiais, a ascensão hierárquica e a repartição de funções, até a pronunciada tendência de descentralização do comando. Descentralização essa, que não prescindindo jamais do *comando único* para todos os escalões, permite pela confiança depositada nos chefes subordinados e, no próprio soldado, — num apelo constante às suas iniciativas

— que as ações se desenrolem em largas frentes e grandes profundidades, tornando-se mais rápidas, mais flexíveis e apoiadas em ordens cada vez mais simples.

B) — *que uma doutrina de guerra comporta, uma parte científica e uma parte artística :*

— Científica, assim chamamos, a que diz respeito às leis e aos princípios, segundo um método de raciocínio e uma técnica de trabalho.

— Artística, a que trata da forma porque isto é aplicado em presença de cada caso particular, influenciada poderosamente, pela personalidade do chefe, a técnica e habilidade de seus estados maiores, o valor e a eficiência de suas tropas e serviços, todos animados por uma vontade nacional ou internacional.

IV — A NOSSA DOCTRINA

A) — Assim quando asseguramos que nossa Doutrina é certa e atualizada, só nos referimos à sua parte mensurável — sua estrutura científica — visto como a outra parte, por artística, é imponderável e ilimitada.

B) — Como se objetiva, então a parte científica de nossa Doutrina? O que acreditamos como leis e princípios, método de raciocínio e técnica de trabalho?

Dizem as nossas Instruções Provisórias para o Emprego Tático das Grandes Unidades, que muito de leve foram influenciadas pelos acontecimentos iniciais desta 2.^a Grande Guerra :

1) — que os princípios fundamentais, gerais e permanentes das operações de Guerra são os seguintes :

— *impôr a vontade ao inimigo*, pela ação do grosso das forças nas condições de espaço e tempo mais favoráveis;

— *conservar a liberdade de ação*, a despeito do inimigo, o que se consegue pela informação e pela segurança;

— *empregar os meios com economia de forças*, para ser o mais forte no ponto e no momento desejado.

2) — que a aplicação desses princípios constitue a própria essência da manobra. Manobrar é realizar oportunas concentrações de forças e combinações de esforços em espaços ou direções correspondentes aos fins vizados.

- 3) — Diz ainda, que para o bom êxito, o Comando
- procura realizar a *surpresa*
 - fazer *previsões antecipadas* para não ser surpreen-

dido. Que a surpresa obtem-se pelo *segredo* da preparação, *velocidade* da execução e pelo *imprevisto* dos meios e processos empregados. Que a previsão deve ser feita com *amplitude*, procurando eliminar o acaso, não excluindo porém as *iniciativas audaciosas*, por vezes as mais fecundas e talvez as únicas aceitáveis, contanto que executadas com método e energia.

4) — Considera ainda, que a *unidade de ação* é essencial para o bom êxito da batalha ofensiva.

5) — Que a *idéia de manobra* é materializada por uma direção e por objetivos a atingir, sendo a 1.^a imperativa como elemento essencial da disciplina pelo ponto de vista tático e estratégico.

6) — Finalmente decompõe a batalha ofensiva em 3 fazes :

- a preliminar
- a de execução
- a de aproveitamento do êxito

considerando que na prática elas podem não se suceder assim ou mesmo serem algumas suprimidas.

7) — Faz-nos compreender que

— o ataque é o fogo que progride, donde sua superioridade

- que não se deve lançar homens contra material.

C) — Constitue o método de raciocínio :

Em presença de uma situação, analisá-la à luz de fatores clássicos — missão, terreno, inimigo e meios — chegando á uma decisão.

D) — Constitue a técnica de trabalho:

— Reunir os elementos necessários a aplicação do método, fornecendo ao Chefe para a decisão, todos os dados capazes de influírem no problema.

— Viver a decisão como se sua fosse e à luz da mesma, redigir os planos para sua execução, os quais comportam o acionamento de vários meios.

— Transformá-los em ordens, após aprovados, para a respectiva execução.

— Acompanhar a evolução da ação e imprimir energia e presteza à conduta do combate.

— Prever sempre com larga amplitude e executar curto, perseguindo sempre a idéia de vitória com a mesma fé em todos os momentos.

— Ter a necessária flexibilidade para adaptar-se prontamente às contingências da batalha e riscar o impossível do vocabulário de guerra.

V — OUTROS ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Como daremos destaque a ação da Aeronáutica e dos modernos meios de ligação e transmissões, cremos que será vantajoso — para uma melhor sequência do raciocínio — recordar aqui a moderna doutrina de emprego do poder aéreo e como os Exércitos Aliados, solucionaram o problema do Comando nesta 2.^a Guerra Mundial.

A) — As autoridades americanas consideram que as Forças Aéreas, Terrestres e Navais, são co-iguais. Neste mesmo nível de igualdade, uma não tem a missão de apoiar as outras; todas, cooperam para um mesmo fim que é a vitória.

— Isto evidentemente traz um sério problema, o da unidade de comando, o qual as Forças Americanas resolveram com notável capacidade.

— A solução foi encontrada na própria compreensão da doutrina, — definindo os fins da guerra e como atingi-los — da missão decorrente de cada uma das Forças Armadas, das

características geográficas dos Teatros de Operações, do inimigo e da natureza dos meios.

B) — Considerando, que à despeito de todo o desenvolvimento técnico, é ainda o pé do infante que ocupando o terreno do inimigo decide a batalha e, que para levá-lo até lá, todos os meios possíveis e imagináveis precisam colaborar; e, considerando a especializadíssima forma de combate da Aeronáutica — as autoridades americanas encontraram como acôrdo tácito, que nos T/Op. em que o fator geográfico dominante é a terra (Europa por ex.) — o Comando é do Exército; onde o fator geográfico dominante é o mar — o Comando é da Marinha. A concepção e emprego das Grandes Forças Aliadas repousa nos trabalhos de uma Junta de Chefes de E. M., que em mesmo pé de igualdade podem decidir serenamente, sobre os destinos das respectivas nações, por que acima deles paira em suas consciências de homens privilegiados, esses próprios destinos.

C) — A Força Aérea Americana e Aliada é repartida em Aviação Estratégica e Aviação Tática. (ver quadro n.º 1). Essa repartição, dotando-as de diferentes tipos de aviões, dá-lhes diferentes finalidades :

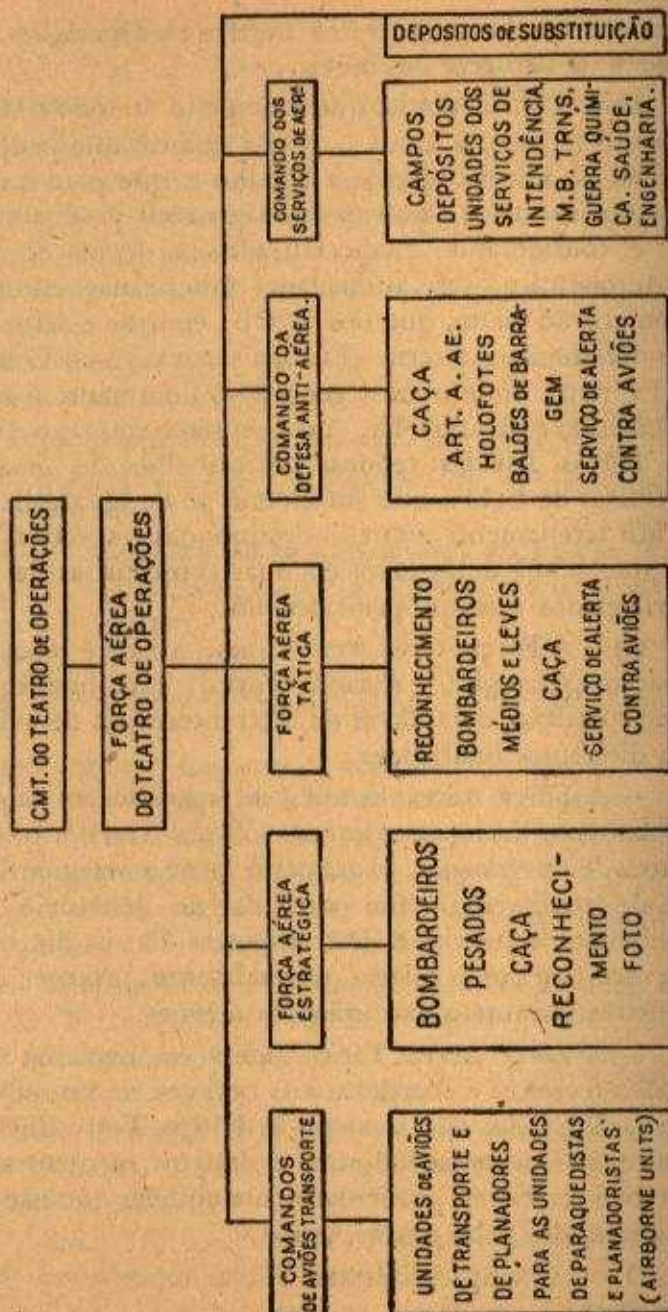
— A Força Aérea Estratégica engaja-se em missões de bombardeio de longo alcance, sobre o território inimigo dentro de seu alcance, usualmente bem a retaguarda da linha de frente, com o fim particular de destruir o sistema econômico, industrial e de transportes da nação inimiga. Sua caça tem como missão, normalmente, proteger os bombardeiros durante a execução das missões.

— A Força Aérea Tática, opera em regra na zona da batalha terrestre e coordena seus esforços com o esforço terrestre. Servindo, não somente às Forças Terrestres mas ao Teatro, seu principal objetivo é destruir ou neutralizar os objetivos terrestres, particularmente aqueles que não podem ser alcançados pelas outras Armas.

D) — O emprego dessas Forças repousa na seguinte doutrina :

QUADRO Nº 1

A FORÇA AÉREA DE UM TEATRO DE OPERAÇÕES



— conquista da superioridade aérea como 1.^a condição de sucesso de qualquer operação em terra ou no mar.

— isolamento do campo de batalha.

— cooperação com a manobra de superfície.

1) — Entretanto essas 3 fazes :

— conquista da superioridade aérea, cuja responsabilidade é integralmente do Comando da Força Aérea;

— isolamento do campo de batalha, cuja responsabilidade é deste também, mas em cooperação com o Comando Terrestre;

— cooperação com as tropas terrestres — cuja responsabilidade é do Comando terrestre;

não podem, na prática, ser separadas em compartimentos estanques, porque normalmente se desenvolvem juntas e, a manutenção da superioridade aérea é continuada, até que a Força Aérea inimiga esteja completamente eliminada.

2) Das características de emprego da Força Aérea, duas nos interessam sobretudo :

— uma é a *flexibilidade*, que se entende como a possibilidade de empregar em massa toda a Força Aérea do T/Op.

— outra é a *subordinação de comando*, que mantém toda a Força Aérea nas mãos dos Chefes da Aeronáutica, sendo absolutamente excepcional, o Comandante do T/Op. colocar á disposição de unidade terrestre qualquer fração de unidade aérea.

3) Aliás, são essas características, particularmente a flexibilidade, que aproximam as missões da Força Aérea Estratégica e Tática, e permite que unidades da 1.^a atuem em missões rigorosamente táticas.

a) A Força Aérea Estratégica conquista a superioridade aérea, atacando as fábricas de aviões, de acessórios e peças, os depósitos, poços e destilarias de petróleo e óleo, os centros de formação de pilotos, tripulações e guarnições terrestres. Coopera no isolamento do campo de batalha, atacando os importantes centros de comunicações em território inimigo,

os principais pontos críticos, as represas de fornecimento de energia elétrica e meios propulsores dos transportes; coopera no ataque das forças terrestres, nos momentos críticos ou em reforço quando disponível.

b) Além disso, ambas, Força Aérea Estratégica e Força Aérea Tática, cumprem outras missões semelhantes :

— A 1.^a com o reconhecimento foto de longo alcance, e a defesa anti-aérea de suas próprias instalações.

— A 2.^a com o reconhecimento visual e fotográfico e a defesa anti-aérea do território do T/Op.

E) — A simples descrição dessas missões e características demonstram a importância fundamental dos meios de ligação e transmissão. De fato, o êxito das operações coordenadas dos Aliados repousa, de um lado, no G. L. O. System (Ground Liaison Officer System) e de outro — na riqueza e perfeição dos meios elétricos de transmissões, particularmente o rádio e, do grão de perícia técnica do pessoal que o utiliza.

O sistema de ligação "G.L.O. System" (1) é realizado por oficiais terrestres especializados nessa tarefa, normalmente de E.M., dispondo de meios próprios de transmissões, telefônicos e rádios, acionados por equipes próprias. Esses oficiais com suas equipes, são distribuídos por Exércitos, funcionando em cada Q.G. de Div. e Corpo de Ex. e, cada E.M. de unidade aérea que trabalha com o Ex. A rede de comunicações que traçam, é centralizada no Exército (Army Air Section) — o qual se liga com o Centro de Controle Tático da Aeronáutica, (Tactical Control Center) com os demais Exércitos, Grupos de Exércitos e Cmt. do Teatro de Operações.

F) — Visando, ainda, compreensão melhor do que iremos espôr, convém esclarecer

— 1) A correspondência das unidades aéreas com as terrestres no Ex. Norte-Americano é a seguinte :

1) Para informações mais completas sobre o assunto ver Defesa Nacional junho 1945, março e maio 1946. — Cap. Geraldo de Menezes Côrtes: "A Ligação das Forças Terrestres e Aéreas".

— Tactical Air Command (Comando Aéreo Tático), correspondente à Divisão mas é normalmente destacado para trabalhar com o Exército. Aquele nome não é padronizado entre os Aliados. — Assim é, que a Western Desert Air Force dos Ingleses que trabalhou com o 8.º Ex. embora chamada Air Force, é na realidade um T.A.C. (Tactical Air Command).

— Tactical Air Force — (Força Aérea Tática) corresponde a Corpo de Exército.

— Acima desta vem a Theatre Air Force (Força Aérea do Teatro) e finalmente a Army Air Force (Força Aérea do Exército Americano)

2) — O número de aviões por Grupo é em regra:

Bombardeiros pesados	— 12
" médios	— 16
" Leves	— 16
" em mergulho	— 16
Caça	— 25
Transporte	— 13 Av.
	— 26 Planadores
Reconhecimento	— 18 (serviço)
	3 (ligação)

O número de Grupos por Regimentos é em regra de 3 por Regimento. A unidade operacional é normalmente o Regimento ou a Brigada.

VI — *CHEGAMOS AO FIM DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES*

— com a afirmação de que tudo que anteriormente descrevemos, funcionou numa só direção e para um só fim, porque foi animado por uma só vontade. Apesar de todos os arrojos da técnica e da importância do material, a origem primeira do sucesso, repousa ainda nas forças morais. São elas que congregam as nações e animam os homens a inven-

tar e construir esse material, são elas que inspiram o seu perfeito emprego para que ele se imponha à excelência do material inimigo. São elas, ainda, que permitem a vitória, para aqueles que têm fé e a perseguem continuamente, á despeito de tôdas as dificuldades.

C A P Í T U L O I I

O PLANO DE MANOBRA

I — A SITUAÇÃO

A) Nos 1.ºs meses de 1944, tendo em vista o quadro da situação geral da guerra na Europa e a distribuição dos meios nessa época, a *Junta de Chefes de E. M.* em Washington, decidiu aprovar a operação de Invasão do Sul da França, procurando fazê-la coincidir com a Invasão da Normandia já nessa época prevista para junho daquele ano.

B) Em vista dos êxitos alcançados pelo Gen. *Mark W. Clark* na Itália, foi lembrado o nome desse Chefe para conduzir essa operação. Convidado, declinou da honra, declarando que já tinha a sua guerra, tarefa que só terminaria quando ultrapassasse os limites geográficos da Itália. Entretanto, concordaria em ceder meios disponíveis sob seu comando nessa época.

C) Essa inteireza moral de *Clark* veio permitir o aparecimento e a revelação de mais um notável chefe militar, o *Gen. Alexander M. Patch Jr.*, Cmt. do 7.º Exército Americano e futuro Comandante em Chefe da operação projetada.

A esse tempo, o 7.º Exército estava com seu Q. G. na Sicília dispondo somente do Comando, E. M. e elementos orgânicos de Exército, inclusive Serviços.

E) Na frente ocidental da Europa, os alemães de posse de todo o território então chamado "fortaleza Européia" preparavam-se para enfrentar a já prometida invasão aliada, partindo da Inglaterra. O notável êxito do desembarque aliado na África e consequentes campanhas da Tuní-

sia, Sicília e Itália tornaram possível uma invasão pelo sul da França, contra a qual os alemães também se preparavam, reforçando sem sacrifício da frente ocidental, as defesas e as fortificações daquela zona.

F) No interior — os “*Maquis*” realizavam poderoso movimento de resistência subterrânea.

G) Na frente oriental desenrolava-se a ofensiva russa.

H) Pelo céu “a fortaleza sem teto” na expressão de *Roosevelt*, era bombardeada pela Aeronáutica Aliada, que com suas forças estratégicas arrasava as indústrias alemãs, buscando a derrota do inimigo pelo esgotamento de seus meios econômicos, de produção e de transporte e, conquistando a superioridade aérea pela eliminação das fontes criadoras de sua Arma Aérea. Aí sobressaíam a 8.^a Força Aérea, localizada na Inglaterra e, a R. A. F.

I) No Teatro de Operações do Mediterrâneo, as 12.^a e 15.^a Forças Aéreas Americanas e a Desert Air Force Inglesa, com bases na Córsega, Sardenha, Itália e África, buscavam obter a absoluta superioridade aérea que aliás já se esboçava.

J) No mar a Esquadra Aliada já era senhora do Mediterrâneo.

II — A MISSÃO

A *Junta de Chefes de E.M.*, decidiu então, que a operação, conhecida, em código, por operação ANVIL seria franco-americana, com ajuda inglesa e Comando americano e, para isto, firmou suas Diretrizes, baixadas em fins de maio, para desencadeamento em agosto, já não pretendendo mais, portanto, que a operação fosse realizada ao mesmo tempo que a invasão da Normandia. A operação que teria a supervisão do *Comando Aliado do Teatro do Mediterrâneo* (Allied Commander of Mediterranean Theatre) se estribava numa *Missão e num Objetivo* que em síntese visavam o seguinte :

A) — Induzir os alemães a levar para o Sul da França os Exércitos que guarneciam a região ao Norte do Rio Sena e a Bélgica, afim de abrir outro caminho mais curto para a fronteira da Alemanha pela região extremo Norte da França.

B) — Anular as possibilidades de forças alemãs da Itália, sob o comando de *Küsselring* agirem na França Meridional, através a fronteira, sobre o flanco direito das forças de *Eisenhower* (2) e, ao mesmo tempo pela ameaça à retaguarda daquelas, forçá-los a retrain, facilitando assim o movimento das forças de *Alexander*. (3).

C) — Realizar a junção posterior das Forças Aliadas do Norte e do Sul da França e estabelecer a frente contínua aliada na fronteira Norte da Alemanha, para completar seu cerco e iniciar a batalha pela sua posse.

D) — Libertar, o mais cedo possível, a França, tirando partido do movimento de resistência francez, mais influente ao Sul".

Nestas condições, a data para sua execução, *Dia D*, foi prevista para o dia 15 de Agosto de 1944.

Para isso as Diretrizes baixadas em fins de Maio, deixaram ao Gen. *Patch*, menos de 3 meses para a preparação de seus planos e a organização de seus meios.

III — OS MEIOS

Ao Gen. *Alexander M. Patch Jr.* — nomeado Cmt. em Chefe dessa operação foi atribuída a responsabilidade de planejar e executar a operação e fornecidos os seguintes meios, os quais passaram ao seu comando em datas diferentes:

A) Meios terrestres

- 1) — 7.º Exército Norte-Americano, sob o comando do próprio Gen. *Patch*, composto:

2) Gen. *Dwight Eisenhower* — Cmt. Supremo das Forças Aliadas no Teatro Europeu.

3) Sir *Harold Alexander* a esse tempo Cmt. do 15.º Grupo de Exércitos constituído pelos 5.º Ex. N. Am. e 8.º Ex. Inglês.

- VI Corpo de Exército Norte-Americano, sob o comando do Gen. *Lucian K. Truscott Jr.*, constituído pelas: 3.^a D.I. — 36.^a D.I. — 45.^a D.I.
- 1.^a S.S.F. (Special Service Force) sob o comando do Gen. *Fredericks B. Butler*
- Divisão Provisória de Paraquedistas (British-American Airborne Task Force)
- Corpo Expedicionário Francês, sob o comando do Gen. *Jean J. de Lattre de Tassigny*, constituído por:
 - 2 C. Ex. (I e II), contando com
 - 2 D.I. (1.^a e 3.^a)
 - 1 D.B. (2.^a)
 - 5 D.I. (sendo duas após 100 dias).

2) O VI C. Ex. é o herói de Anzio. Perdeu sua antiga 34.^a D.I. e recebeu a 36.^a que com o II C. Ex. fez, também, toda a campanha da Sicília e Itália até a Linha Gótica. Possuía Unidades orgânicas e de reforço constantes de A. A. Ae., Art. de Campanha, Carros, Eng. e Trns. Essas G. U., acima, foram retiradas da frente da Itália nas seguintes datas: VI C. Ex (substituído pelo IV) a 13 de junho; 45.^a D.I. a 14 de junho; 3.^a D.I. a 17 e a 36.^a D.I. a 27 de junho.

3) O Corpo Expedicionário Francês, constituído por 3 Divisões principais sendo uma Blindada, dispunha ainda de 5 Divisões — com grande número de tropas coloniais — e algumas unidades de "Comandos", fazendo ao todo 2 C. Ex. Essas Unidades também tomaram parte na campanha da Itália, tendo sido retiradas da frente entre 2 e 21 de julho. Sómente em fins de julho passaram à disposição do Gen. *Patch*.

III) A 1.^a S.S.F., que também combateu na Itália, até a Batalha de Roma, tem uma história original que vale a pena contar :

Quando se pensou na invasão da Noruega, Mr. Churchill, recomendou em carta ao *Presidente Roosevelt* a constituição de uma poderosa força especial, composta de $\frac{2}{3}$ de unidades americanas e de $\frac{1}{3}$ de canadenses, capaz de realizar com treinamento e equipamento especial, operações daquela natureza.

Levada essa carta ao E. M. E. foi distribuída para estudo ao Ten. Cel. *Fredericks B. Butler*, o qual discordou integralmente da idéia e recomendou ao War Department que impedisse a sua realização. Devolvida a Mr. Churchill a carta e o parecer, este respondeu, que mesmo com a opinião em contrário do Ten. Cel. *Fredericks*, êle considerava a idéia muito boa e recomendava ao Governo americano que a realizasse e que encarregasse o próprio Ten. Cel. *Fredericks* de ser o responsável por essa organização...

A influência dos problemas políticos fez-se valer e decidiu o destino deste Ten. Cel., pois não foi somente encarregado de organizar a 1.^a S.S.F. mas de instruí-la e comandá-la. À sua testa como Gen. de Bda., tomou parte na conquista das Aleutas, e, na Europa, como Gen. de Div. fê-la cumprir novas missões.

B) — Meios aéreos

- 1) — XII Comando Aéreo Tático (Tactical Air Command) sob o comando do Gen. *J. K. Cannon*.

ORGANICOS

- 6 Grupos F/B (caça-bombardeiro) — P-47 US (sendo 1 Fr.)
- 3 Grupos F (caça) Spitfire — Br.
- 1 Grupo L/B (bombardeiro-leve) A-20 US
- 3 Esquadrilhas Tac/R (reconhecimento tático) P-51 (1 US, 1 Br. e 1 Fr.)
- 1 Esquadrilha Ph/R (reconhecimento-foto) P-38 US

A DISPOSIÇÃO

- 7 Grupos M/B (bombardeiro-médio) B-25 US
- 21 Grupos H/B (bombardeiro-pesado) B-24, B-17 US
- 3 Grupos F (caça) 2 P-51 e 1 P-38 US
- 3 Grupos F (caça) Spitfire (vindos da Desert Air Force) Br.
- 9 Porta-Aviões da Marinha sendo 7 Br. e 2 US

ALERTADA

- a 8.^a Força Aérea — na Inglaterra.
- 2) A XII Tactical Air Commander tinha suas bases na Corsega e na Sardenha. Contaria com a cooperação da XV, Força Aérea Estratégica, comandada pelo Gen. Nathan F. Twing e supervisão da Força Aérea Estratégica Aliada ("Alied Strategic Air Force").

C) — Meios Navais

- Parte da Esquadra do Mediterrâneo, de valor semelhante à utilizada na invasão da Normandia, sob o comando do Almirante *Cunningham*.

D) — Os *maquis* que no interior da França mantinham-se em ligação pelo rádio clandestino e pela aviação (boletins, meios de combate e subsistência) com os Cmdos dos Ex. Aliados.

IV — O TERRENO

A) — O Gen. Patch em vista da missão, estudou o terreno tendo em conta :

- 1) Onde desembarcar
- 2) Por onde conduzir o seu esforço
- 3) Quais os pontos a conquistar que permitiriam alimantar esse esforço.

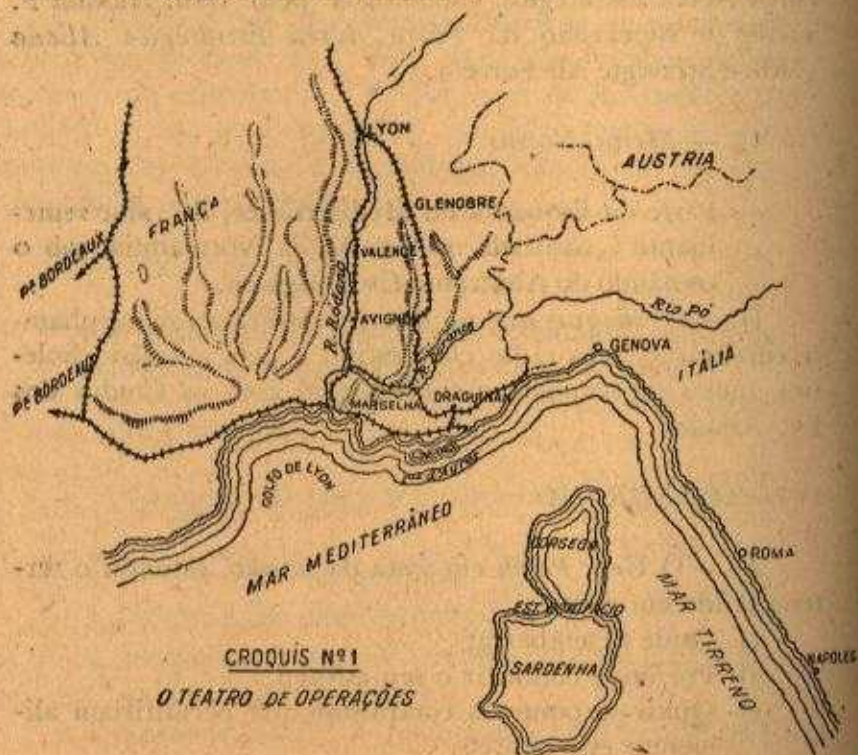
B) — Sob o aspecto geral, tinha a estudar do lado inimigo :

- a costa
- e o interior
- por que do lado amigo estavam
- o mar
- e as bases: Corsega — Sardenha e Itália

C) — *Do lado inimigo:* (Ver croquis n.º 1).

1) — Tendo em vista a sua missão, que em última análise era a de levar seus meios ao coração da França e por fim á fronteira da Alemanha, o *Gen. Patch* concluiu que só duas linhas de penetração lhe interessavam :

— o importante vale do Rhodano — poderoso obstáculo — conjugado com o vale do Saõna.



— o vale do Durance, a garganta de Sisteron para Gap e Grenoble, para novamente cair no Vale do Saôna.

2) — De fato, a W., o Maciço Central, a L., o Maciço de Provença e mais a leste o dos Alpes, definiam os caminhos de penetração e ofereciam pouca possibilidade de manobra e ações de flanco para o inimigo; entretanto a pouca largura de seus vales e a existência de obstáculos, poderiam ser bem explorados pelo defensor si não fossem tomados ou neutralizados a tempo.

3) — Mais para Leste estava o T./Op. da Itália, cuja última linha seria o Rio Pó cobrindo a direção Milão — Lyon, caso os nazistas quizessem reunir meios para a batalha da França.

4) — Mais para W — o vale do Garona, excêntrico em relação á sua manobra, mas importante quanto á proteção da mesma.

5) — O relevo topográfico definia o traçado das comunicações :

Assim é que ao longo dos dois vales correm as duas principais penetrantes: uma rocada busca para W o vale do Garona; outras para L, desbordando o maciço da Provença e acompanhando a costa, buscam a Itália, transpondo os Alpes em seus côlos mais suaves.

6) Neste conjunto destacam-se os seguintes acidentes :
Marselha — Porto de mar principal, pólo de atração das comunicações.

Lyon — Lugar geográfico — ponto de concentração de direções.

Draguignan — Chave das comunicações da costa.

A Garganta de Sisteron — cuja posse anunciaria o franco aproveitamento do êxito.

Grenoble — sôbre o *Isère*, que marcava o início de outro campo de batalha.

Sôbre a costa, excelentes praias de desembarque, particularmente a L. de Marselha onde a suave região da costa

da Provença oferecia um espaço de manobra, antes de se enfrentar o Maciço.

7) Das conclusões imediatas surgia que a conquista de *Marselha* o mais cedo possível, seria imprescindível para poder alimentar a batalha.

Toulon — também importante, mas porto militar apenas, não apresentava o aparelhamento necessário á 4.^a Seção, mas precisaria ser também conquistado para a segurança das operações em *Marselha*.

Assim, entraram nas cogitações, como locais de desembarque :

- *Marselha* — poderosamente defendida.
- *La Ciotat* — entre *Marselha* e *Toulon*.
- *Região Baía de Cavalaire* — entre *Toulon* e *Cannes*.

de forma a aproveitar a planície de *Draguignan* e, orientando-se pelo vale do *L'Argues* atingir rapidamente o *Durance*.

D) — *Do lado amigo cttaremos apenas:*

1) — que a tropa estava no quadrilátero *Corsega* — *Sardenha* — *Nápoles* — *N. África*.

2) — que a distância das bases da Aviação amiga á *Baía de Cavalaire*, aproximadamente de 250/300 Kms., era a menor em relação aos demais pontos de provável desembarque.

V — O INIMIGO

A) — O Exército que dominava o sul da França era o 19.^o Ex. Alemão e parte do 1.^o Ex. A preocupação de *Hitler* em manter a todo custo as conquistas realizadas, dava maior importância ao W da França e às zonas ativas como a *Itália* e, mantinha disperso no S. França o 19.^o Ex. encarregado de assegurar a integridade desse ponto da "Fortaleza Européia" e atuar contra o movimento de resistência francesa que controlava grande parte de *Limousin* — *Auverne* e o Sul de *Borgonha* — atuando ainda em outras regiões.

B) — Seus meios principais estavam assim dispostos :

1 Div. de Defesa de Costa — defendendo a região de Marselha.

1 Div. de Defesa de Costa — defendendo a região de Toulon e para leste.

1 Div. em Draguignan — Aí existia um centro de treinamento do Ex. Francês agora utilizado pelos Alemães e onde eles mantinham sempre o efetivo de 1 Div. em treinamento.

1 Panzer Div. (M.M.) na região Avinhon — Valence como Reserva Movel.

1 Panzer Div. — nas proximidades de Bordeaux.

1 Div. Reforçada na região Lion-Vichy, demasiadamente ocupada pelos "Maquis" não podendo intervir como reserva tática.

C) — A *costa* era poderosamente armada e defendida, particularmente, em Artilharia. Na península de Hyères estava a sede do Centro de Art. de Costa Francês e toda essa região por motivos de instrução e de guerra fôra poderosamente armada, em posições acadêmicas, as quais, agora, ainda estavam mais reforçadas. As próprias ilhas de Hyères eram consideradas como fortificadas e armadas com Art. de Costa. O esforço da defesa parecia estar na area Marselha-Toulon.

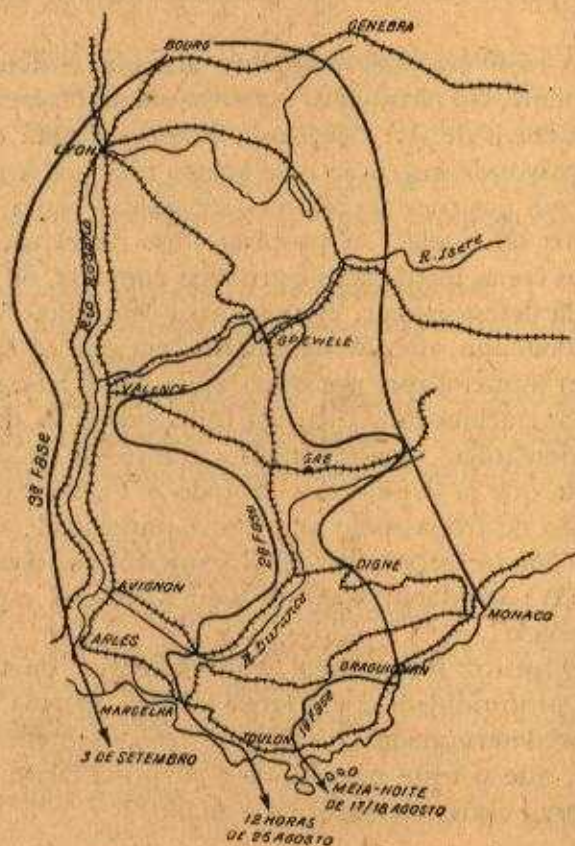
D) — Podendo intervir na batalha, em sua 2.^a faz tal-vez, estavam os meios que por estradas de ferro, rodagem ou avião, fossem trazidos do Teatro da Itália ou do W da França ou da Alemanha. Considerando a conquista da superioridade aérea, que já se esboçava em todo o Teatro Europeu, o movimento de tropas pelo ar parecia impossível. Os destacamentos por terra estavam de (L) sujeitos aos passos dos Alpes, de (W) ao Maciço Central e ao Rhodano, e do N à grande distância.

E) — O quadro do inimigo, assim mostrava: uma defeza com pouca profundidade e em larga frente; reservas móveis sujeitas á predeterminadas direções de ação; elementos mais longínquos, que si fosse conseguida a surpresa tática, só poderiam intervir após o desembarque aliado.

F) — Essas considerações levaram o *Gen. Patch* a definir o seu campo de batalha, limitando-o a W pelo Rhodano inclusive; a L, pelos Alpes Marítimos; ao N pelo vale do Isère, e seria portanto sôbre os pontos críticos desses limites que se faria o isolamento do campo de batalha durante as fases da rutura e alargamento da brecha.

VI — A DECISÃO (Ver croquis n.º 2).

CROQUIS Nº 2
A EXECUÇÃO DA MANOBR



Em consequência o *Gen. Patch* decidiu :

Desembarcar na zona compreendida entre a península D'Hyeres e Cannes, atacando em toda a frente com esforço na direção Baía de Cavalaire, Draguignan, Digne, Sisteron, Gap, Grenoble, de forma a :

— Numa 1.^a fase: Conquistar uma cabeça de praia definida pelas estradas de ferro e de rodagem Toulon-Cannes.

— Numa 2.^a fase: Ampliar e explorar a brecha, de forma a, de um lado, atingir sem perda de tempo a garganta de Sisteron e assegurar sua posse, e de outro, conquistar pela retaguarda, Marselha e Toulon.

— Numa 3.^a fase: Aproveitar o êxito na direção Gap — Grenoble-Lyon, cobrindo-se segundo o vale do Rhodano, de forma a buscar a ligação com as forças de invasão do W da França e, destruir, definitivamente, as forças inimigas que dominam o sul desse país.

CAPITULO III

A EXECUÇÃO DA MANOBRA

1 — A PREPARAÇÃO DOS PLANOS E ORDENS.

A) — Em fins de maio de 1944, baixado o Plano de Manobra pelo *Gen. Patch*, o E. M. do 7.^o Ex. auxiliado, na missão de coordenação entre as 3 Forças Armadas que iriam tomar parte na Operação, pelo *Comando Aliado* do T/Op. do Mediterrâneo assim como os demais E. M. terrestres, aéreos e navais, começaram a trabalhar nos respectivos planos. Já nessa época o *Gen. Patch* sabia quais os possíveis meios aéreos e navais de que poderia dispor — o XII Tactical Air Command e a Esquadra do Mediterrâneo, — e pelo menos já conhecia os seus Comandantes.

Em fins de junho passa á disposição do 7.^o Exército com Q.G. em Nápoles, o VI C. Ex. com as 3.^a, 36.^a, e 45.^a D.I. todas veteranas das Campanhas da Sicília e Itália. O

VI Corpo, também tinha elementos orgânicos de Corpo e reforços, especialmente A. A. Aé., Art. Campanha, alguns Btl. Carros, Eng. e Trans. (O 5.º Ex. Americano nesta época, defrontava a linha Gótica que se estendia pelo N., de Lucca, Florença a Pizarro no Adriático.)

O *Gen. Patch* sabia também, que quanto aos Franceses, poderia contar para 15 de Agosto, Dia D, com o I Corpo de Ex. com 2 D.I. e 1 D.B. e Unidades de "Comandos" experimentadas e treinadas; provavelmente, poderia contar com mais duas a tres D.I. do II Corpo para a 2.ª fase da operação, se necessário.

B) — As 1.ªs Secções estavam habilitadas a montar seus planos de organização, substituições etc. . . Assim como as 4.ª Secções podiam orientar seus calculos para o Plano de Emprego dos Serviços.

C) — As 2.ªs Secções tinham urgência de conhecimento detalhado do terreno, das condições atmosféricas, da ordem de batalha, organizações, localização das armas e possibilidades do inimigo, cobertura fotográfica e confecção de cartas.

Sabendo "a priori", que o inimigo seguramente admitia a possibilidade de um desembarque no Sul da França, a 2.ª Secção montou seu plano de contra-informação com a preocupação de atingir ao máximo a surpresa tática. Nestas condições, partindo do plano original, selecionou as 3 áreas de estudo para desembarque: *Marselha*, entre *Toulon* e *Marselha*, e entre *Toulon* e *Cannes*, acrescentando a região ao Sul de *Genova*, para sobre elas fazer a cobertura fotográfica e os reconhecimentos visuais; isto dentro de um programa organizado pela XII TAC, onde a vontade do Chefe, ficou sempre caracterizada, pela presença dos GLO nas unidades de reconhecimento, orientando precisamente os pilotos para os fins determinados.

Nesta ocasião, as XII e XV Força Aéreas já haviam conquistado a superioridade aérea em todo o Teatro de Operações do Mediterrâneo, superioridade essa que foi crescen-

do progressivamente, a ponto de no Dia-D, os aliados terem a esmagadora maioria de 4.000 saídas contra 30 do inimigo.

Nessas condições, as 2.^{as} Secções puderam localizar precisamente por meio de seus "teams" de interpretação fotográfica, as armas da defesa e fazer por intermédio da secção de Eng.^a da Força Aérea uma ampla e cuidadosa cobertura foto da região escolhida e farta distribuição de cartas e mosaicos à tropa.

Ainda em busca da surpresa, a 2.^a Secção recomendou que a Aviação empenhada na manutenção da superioridade aérea, a partir de D-5, começasse a atacar os "radars" inimigos, tendo em vista permitir a aproximação da Esquadra de sua posição de combate sem ser percebida pelo adversário, o que exigiu idêntica ação sobre as 4 zonas já citadas, para não revelar a zona escolhida para o desembarque.

Recomendou, também a Esquadra que os seus reconhecimentos fossem feitos nessas 4 zonas e que ações de diversão fossem montadas com a mesma intensidade em todas elas.

(Isto nos lembra um fato, que serve para mostrar a flexibilidade do povo americano, é que Douglas Fairbanks Jr. — conhecido artista cinematográfico — como Cap. de corveta era Cmt. de uma dessas flotilhas.).

D) — A 3.^a Secção — De posse da interpretação fotográfica, que aliás lhe iludiu em parte, como veremos, recomendou a necessidade de previamente conquistar-se as ilhas de Levante e Port Cros, tomadas como poderosamente armadas, e o Cap. Negre, que flanqueavam a posição e a direção de esforço; e, que Draguignan, chave da 1.^a fase, deveria ser buscada pela manobra, o mais rápido possível.

Em cooperação com as 3.^{as} Secções da Aeronáutica e da Marinha, assentou as condições de execução da manobra, ficando assim decidida, a linha de isolamento do campo de batalha.

As pontes de estrada de ferro sobre o Rhodano, começariam a ser atacadas, assim como as sobre o Isère e outras, mais para W, a partir de D-5.

As pontes das estrada de rodagem, sobre o Rhodano, só seriam 1.^a prioridade no Dia D, tendo por fim anular, de um lado, a antecipada vinda de reforços longínquos e de suprimentos e, de outro, a ação das Panzer que se encontravam em reserva móvel.

A proximidade das cabeceiras do Isère das do Pó, no qual as Unidades Aéreas em cooperação com o 5.^o Ex. Norte-Americano isolavam o seu campo de batalha —, dava uma certa continuidade às ações dos dois Ex. (7.^o e 5.^o) e, uma certa impraticabilidade na intervenção de reforços vindos de Leste. A cooperação entre essas Unidades Aéreas era missão dos respectivos GLO.

A ação sobre os passos dos Alpes, definitivamente isolaria o campo de batalha do T/Op. da Itália e, as sucessivas linhas de segurança do bombardeio aéreo, dariam a necessária liberdade de ação às forças terrestres.

II — DISPOSITIVO. (Ver croquis n.^o 3)

A) — *Em 1.^o escalão*: o VI Corpo de Exército Americano com as 3 Divisões em linha, tendo como reserva um "Combat Team" da 36.^a D. I. reforçado por 1 "Combat Comand" da 2.^a Divisão Blindada do I Corpo de Exército Francês.

B) — *Em 2.^o Escalão*: A reserva, composta do I C. Ex. constituído das 1.^a e 2.^a D. I. e 2.^a D. B.

C) — *Em 3.^o Escalão*: aguardando em terra, na Itália, ordem para embarque, o II Corpo de Ex. Francês, aproximadamente com 3 D. I.

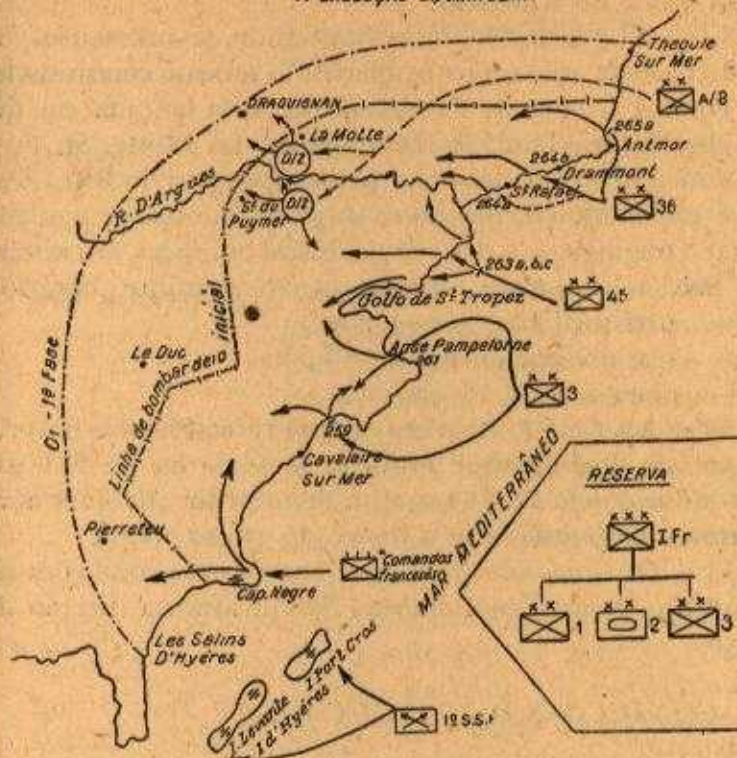
D) — *Accionado, pelo 7.^o Exército.*

1) — A Divisão Provisória de Paraquedistas (Britch. American Airborne Task Force).

2) — A 1.^a S.S.F. (Special Service Force).

3) — Os Comandos Franceses.

CROQUIS Nº 3
A EXECUÇÃO DA MANOBRA



III — MISSÕES

A) — O 1.^o escalão deveria:

— na 1.^a fase apoderar-se da altura demarcada pelas estradas de ferro e de rodagem — Toulon — Cannes — e buscar contacto com a Divisão de Paraquedistas.

— numa 2.^a fase, alargar e aprofundar a brecha de forma a apoderar-se de Toulon, Marselha, e atingir o Vale do Durance.

— numa 3.^a fase prosseguir no aproveitamento do êxito sobre Lyon.

B) — O 2.^o escalão, deveria desembarcar sob ordem na esteira do 1.^o escalão, em condições, de aprofundar o êxito na direcção de Grenoble ou de rebater-se na direcção de

Avignon e, isolando Marselha, cobrir o flanco do ataque segundo o vale do Rhodano.

C) — O 3.^o escalão, seria empregado, si necessário, na manutenção da ação ou na ocupação do terreno conquistado.

D) — A *Divisão de Paraquedistas*, seria lançada no dia D. sobre as proximidades Draguignan, La Motte, St. Puymer, com a missão de apoderar-se das passagens do Rio L'Argues e, explorando ao máximo a surpresa, esforçar-se por conquistar Draguignan e destruir as forças inimigas aí existentes. Seu acionamento obedeceria ao seguinte horário:

- paraquedistas 4.00 horas.
- reaprovisionamento 8.00 horas.
- planadoristas 16.00 horas.

E) — A 1.^a S.S.F. em vista de suas características deveria realizar um desembarque noturno às 22,00 hs. de D-1 nas ilhas de Levante e Port-Cros afim de impedir qualquer ação das armas da defesa sobre o flanco do grosso ataque.

F) — Os *Comandos franceses*, nas mesmas condições sobre o Cap. Negre, que também flanqueavam a direção de esforço.

IV — CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Dia D-1

- 22.00 — 1.^a S. S. F. e os Comandos Franceses assaltariam, respectivamente, a ilha de Levante e Port Cros e o Cap. Negre.

Dia D

- 04.00 — Lançamento da Divisão de Paraquedistas na Zona de Lançamento.
- 05.50 às 06.10 — Aurora civil. A esquadra deslocar-se-ia da area de reunião para a área de combate. Os caça-bombardeiros atacariam pelos clarões produzidos pelos canhões da costa. Caso esses não atiras-

sem, atacariam movimentos ou alvos suspeitos.

06.10 — Alvorecer.

06.10 às 07.00 — Caça-bombardeiros atacariam as posições de baterias conhecidas, cobrindo a tomada de posições de combate pela Esquadra.

07.00 às 07.30 — Bombardeiros pesados e médios bombardeariam as praias de desembarque, para remover ou abrir brechas nas redes de arame. (Utilizaram 100 tons. de bombas por 1.000 jardas de praia). A esquadra tomaria sob seus fogos a ação de destruição das Bais de Costa conhecidas e, a neutralização das que se revelassem.

07.30 às 08.00 — Caça-Bombardeiros, encarregar-se-iam da manutenção da neutralização dos canhões da costa. A Esquadra atacaria as organizações e observatórios da praia com seus canhões e barragens de foguetes, estes durante os 3 últimos minutos, com o consumo de 32.000 granadas-foguete por minuto.

08.00 — *Hora H. Desembarque*

08.00 às 12.00 — Caça-Bombardeiros, realizariam missões pedidas, sobre objetivos inopinados, canhões, resistências, reservas etc. e os bombardeiros médios completariam o isolamento do campo de batalha, atuando particularmente sobre o Rhodano.

12.00 às 17.50 — Caça-Bombardeiros realizariam reconhecimento armado, atacando unidades em movimento na retaguarda e

bardeando pontos críticos da rede de comunicações.

Dia D + 1

- Todas as missões de caça-bombardeiros seriam chamadas, as de bombardeiro-médio, seriam no isolamento do Campo de batalha e os bombardeiros pesados ficariam em alerta.

— Os aviões, para execução de suas tarefas, decolariam de noite, reunir-se-iam na area de reunião em formação de Regimento, rodando sobre a Córsega cerca de 20 minutos, até 50 minutos antes das respectiva hora H, tempo de vôo daí até a costa (cerca de 250 a 300 Kms).

— A Esquadra de desembarque — partindo de Nápoles a D-3 em vários comboios tomariam como area de reunião o Estreito de Bonifácio de onde os elementos avançados partiriam na manhã de D-1 e o grosso ao cair da noite, para a zona de combate.

V — CONDUTA DA BATALHA. (Como decorreu a batalha) (Ver croquis n.º 2, 3 e 4).

A) — No dia D-1 às 22 h. por um movimento combinado, os Comandos Franceses e a 1.ª S.S.F. desembarcam de surpresa, nos pontos determinados.

A 1.ª S.S.F. encontrou facilitada sua missão porque os canhões das ilhas, julgados como perigosa ameaça, eram de madeira, do que resultou importante ensinamento para os "teams" de interpretação fotográfica.

A reação encontrada pelos Comandos Francêses, que dura até D + 1 foi reduzida pelo reforço dado pela 1.ª S.S.F.

B) — As 4.00 hs. os primeiros elementos paraquedistas são lançados sobre a Zona de Lançamento (Drop Zone) protegidos apenas por 3 Spitfire (nesta época a superioridade aérea aliada era absoluta), sendo que por uma má ope-

CROQUIS Nº 4
Da Baviera ao Reno - 15 de Agosto - 23 de Novembro
 — de 1944 —



ração de ligação rádio, 2 Cias. são lançadas fora dessa D/Z nas alturas de Le Muy. Como é da técnica, não perderam tempo e prepararam o terreno para futuras operações, e tão bem, que o erro redundou em acerto, pois, aí o Gen. Patch instalou seu 1.º Q.G. em terra. A surpresa é realizada. O 1.º "Combat-Team" salta ao sul do rio L'Argues e domina suas passagens encurralando 2 Divisões (aproximadamente) em Darguignan; os outros 2 "C.T." ao N. do rio, iniciam a manobra para conquistar a cidade e destruir o inimigo.

C) — A Aeronáutica à hora prevista, inicia sua ação sobre as defesas do inimigo. A preparação pelo ar realizou-se com tal segurança, que as 3 Divisões de 1.º escalão desembarcaram e fincaram pé no terreno, absolutamente sem baixas, a

não ser o 246 R.I. que teve baixas por minas anti-pessoal e armadilhas.

D) — A operação prossegue com tal rapidez que em fim de jornada de D o 2.^o escalão iniciava o desembarque, e elementos avançados do Esquadrão de Reconhecimento da 45.^a D.I. entrava em contato com patrulhas da Divisão de Paraquedistas (Airbone Division).

Em fim de jornada de 17/18 a 1.^a faze estava completada e o 2.^o escalão desembarcado.

A ação de isolamento do campo de batalha pela Aeronáutica, imobilisara definitivamente as reservas móveis do inimigo, que ficaram impossibilitadas de agir. Seus meios longínquos não se moveram, assoberbados como estavam com as forças de *Eisenhower*.

Hitler pagou caro não ter seguido o conselho de seus verdadeiros Generais, não manobrando em linhas interiores. Preferindo manter todas as conquistas anteriores foi fraco em toda a frente, e estava sendo derrotado por partes.

E) — Em face da rapidez da ação o *Gen. Patch* não perdeu tempo também, reajustando seu dispositivo para o aproveitamento do êxito. Lançou o I Corpo Francês para W alargando a brecha, encarregando-o da conquista de Marselha e da cobertura sobre o Rhodano do flanco do ataque. Constituiu 1 Task Force (grupamento tático) sob o comando do *Gen. Fredericks B. Butler*, de 1 B.C.C., 1 Grupo de Art. 105, 1 Btl. de TD, 1 Btl. Inf. Motorizada, 1 Cia. de Eng. de Aviação e 1 Ala de Reconhecimento Moto-mecanizada e joga-a sobre Sisteron para apoderar-se da garganta, ganhar liberdade de ação e, em seguida, lançar-se sobre Grenoble e fechar as saídas do campo de batalha.

— A 36.^a D.I. é motorizada e lançada em seu encalço, caracterizando a vontade do chefe.

— A 45.^a D.I. lançada na direção de Tarascon tem a missão agora, de cobrir o intervalo entre o I Corpo Francês e o VI Corpo Americano.

— A 3.^a D.I. emprega-se na conquista de Toulon.

— A Div. de Paraquedistas cobre o flanco direito, após apoderar-se de Draguignan. Posteriormente é substituída por 1 Div. Francêsa do 3.^o escalão.

— Os "maquis" cooperam com as forças aliadas em todos os trabalhos auxiliares, orientação, mão de obra e limpeza das cidades conquistadas.

F) — Às 12.00 hs. do dia 25 de Agosto, a 2.^a fase estava praticamente completada. A ação fôra tão rápida que só a flexibilidade do E.M. e a aplicação do GLO System com o uso dos Controladores Avançados ("Forward Controller"), puderam obter resultados da Aeronáutica (1). Não podia haver mais linhas de bombardeio e foi preciso limitar a ação da Aeronáutica a alvos inconfundíveis ou sómente á ações pedidas de terra pelas D.I. por intermedio do GLO System.

G) — A 4 de Setembro as forças aliadas haviam ultrapassado Lyon e se encontravam na fronteira da Suíça ao Sul de Genova. A 14 de Setembro ligavam-se com os elementos do III Ex. de Patton em Besançon.

H) — Um plano concebido para conquistar

Marselha a D + 60
Toulon a D + 30
Grenoble a D + 50
Lyon a D + 100

Tem como execução :

Marselha a D + 9
Toulon a D + 10
Grenoble a D + 10
Lyon a D + 19

I) 15.000 galões de gasolina foram consumidos para levar o VI corpo a Grenoble e foi preciso a paralização de todos os meios que não eram de 1.^a urgência como a A.A.Aé. (dispensável ante a superioridade aérea) para motorizar os

elementos de infantaria e serviços adicionais que representariam na vanguarda a vontade do chefe.

K) Fruto de uma vontade única conduzindo uma tropa instruída e experimentada com E.M. técnicos e capazes. Emprego de uma Doutrina com a flexibilidade exigida, ou seja, usando os processos que a situação requeria.

CAPITULO IV

CONCLUSÕES E ENSINAMENTOS

I — CRÍTICA A LUZ DOS PRINCÍPIOS

De fato, o que vimos em aplicação, em relação ao que alinhamos em nossas Considerações Preliminares?

A) — Que os *princípios fundamentais*, foram sempre os guias dessa manobra desde a concepção até a finalização.

Impôr a vontade ao inimigo — foi buscado sempre, pela segurança dos planos, rapidez de ação e justeza dos meios empregados em relação à situação.

Conservar a liberdade de ação — é testemunhada pela busca constante da informação e a organização da segurança; o isolamento do campo de batalha; a articulação do dispositivo; a paralização das reservas do inimigo e a conquista dos pontos críticos do terreno, além da superioridade absoluta no ar.

Economia de forças — é realizada integralmente, pela definição do esforço, pela brutalidade do fogo poupando homens e pelos resultados da operação.

B) — Que a *aplicação desses princípios é a manobra* que vem a ser "concentrações de forças e combinações de esforços em direções correspondentes aos fins visados", a própria descrição da operação com o emprego da Divisão de Paraquedistas, da ação envolvente sobre Marselha-Toulon, da rápida exploração do êxito, a par da manobra naval e aérea, é eloquente por si mesma.

C) — *Que o bom êxito repousa.*

— na *surpresa* que se obtém pelo *segredo*, *velocidade* e *imprevisto* da ação, pudemos acompanhar, desde a preparação do plano até o desembarque, em que o segredo foi mantido, e na execução, em que a velocidade e o imprevisto para o inimigo, foram explorados ao máximo.

— na *previsão*, que entretanto não exclue as iniciativas audaciosas, a evidência é mostrada pelas próprias datas da operação realizada.

D) — *Que a unidade de ação* — é a base do êxito na batalha ofensiva e que a *idéia de manobra* é

— direção e

— objetivos, foi também atendido com a manutenção da unidade na mão de *Patch*, a despeito da variedade dos meios, pela constância da direção visando Lyon, através o vale do Durance, pela sucessão de objetivos traçados na concepção da manobra e alcançados pela execução, entre eles o principal e decisivo, de destruir as forças inimigas.

E) — Que a batalha ofensiva apresenta 3 *fazes não compartimentadas de forma estanque*, vimos, pela aproximação da Esquadra: um como que engajamento dos "Comandos", e 1.^a S.S.F. e a passagem ao ataque, com o grosso dos meios, como também a tomada do aproveitamento de êxito, sem perda de tempo.

F) — Que o ataque é o *fogo superior que progride* — a rapidez da ação o comprovou; *que não se lança homens contra material*, o número zero das baixas por projétil ou estilhaço na fase do desembarque, é documento insuperável.

G) — Que o *método de raciocínio* que adotamos foi o utilizado, nós o demonstramos pela forma como estudamos a operação.

H) — *Que a técnica de trabalho do E.M.* foi a nossa, pudemos ver na preparação do plano e na execução da manobra, em que a personalidade do chefe imprimiu a vontade, os E.M. deram forma a essa vontade e, a tropa lhe deu vida.

I) — *Que a parte artística da doutrina, expressa :*

- na personalidade do chefe
- na habilidade do E. M.
- no grau de preparação da tropa, animados todos pela mesma flama e brilho na execução da operação, pensamos ter sido amplamente demonstrada.

J) — Finalmente, que a *doutrina* que nessa casa aprendemos, herança do espírito francês e adaptada às nossas realidades pelos nossos chefes, — está em perfeita e real atualização. Novos processos surgiram, não só materiais como de ação resultantes do aproveitamento de novos meios e entre eles se destacam:

- A ação em massa da Aeronáutica
- A necessidade portanto de um G. L. O. System
- O emprego das Divisões de Paraquedistas
- Os meios de transmissões particularmente o rádio e o radar, dotados em larga escala.
- A motorização dos serviços e de todas as Unidades.
- A tendência para a descentralização do Comando.

K) Todas essas cousas, que não são novidades completas, caracterizam entretanto o aspecto da nova guerra. Novos meios e processos novos tornam a guerra mais ampla sob todas as dimensões e a batalha mais movel. Formada de imprevistos como toda a guerra, a vitória está condicionada à vontade conduzida por um raciocínio lógico, cuja base está num método de analisar fatores e tomar uma decisão, pela síntese de suas conclusões.

II — *A MARCHA NAPOLEÔNICA* — Finalmente, para consolidar essas idéias ilustraremos com um exemplo histórico :

“O espetacular progresso do *Gen. Patch* para o N. até Grenoble e Lyon póde ser comparado com a marcha de *Napoleão*, com seus 1.100 homens quando de sua volta da ilha de Elba em Março de 1815. *Napoleão* desembarcou no Golfo Juan mais perto de Cannes do que as praias utilizadas por *Patch* em 15 de Agosto de 1944, e a sua vontade era livrar-se

o mais cedo possível da perigosa "região realista" da costa da Provença, e assim atingiu Grasse a D+1. Sómente a D+3 é que elementos de reconhecimento americanos chegaram a essa cidade, mas esse retardo não é verdadeiramente uma desvantagem, porque para aí rebatia-se o flanco direito do VI Corpo e não era a direção de seu esforço principal. As rotas dos 2 Exércitos convergem para Castellane, sobre o Rio Vernon; *Napoleão* passou por aí vadeando-o a pé e apoiado em sua bengala a D+2. Os *Americanos* a D+3. Para o *Imperador* a passagem da garganta de Sisteron era vital, porque era lá que ele temia ser detido pelas forças regulares que subissem de Marselha. E para fugir a isto, por marchas forçadas, atingiu o rio Durance a W de Digne na tarde de D+3 e daí através o Sisteron para Gap em um dia de marcha de 64 Kms. As Colunas do *Gen. Patch* cruzaram o Durance cedo a D+4 e tomaram Gap depois de rápido combate na manhã de 21 de Agosto (D+6). Grenoble foi atingida por *Napoleão* a pé a D+6, mas aí sua marcha de 320 Kms. se deteve por 36 horas de repouso e antes da manhã de D+8 ele cruzava o Rio Isere para o Norte em busca de Lyon. Os *Americanos* cerram sobre Grenoble a D+7 e no dia seguinte seus elementos avançados estavam já a 8 Kms. para o Norte. A cidade só foi totalmente ocupada a D+10, mas seus elementos avançados a desbordaram antes e prosseguiram.

Duas operações, com 130 anos de distância, conduzidas com meios e processos diferentes, encontram na aplicação da mesma Doutrina uma solução absolutamente semelhante.

III — OBSERVAÇÕES FINAIS

Creio que atingimos assim plenamente, os objetivos primordiais que tínhamos em mente, os quais expuzemos aqui no início dessa longa palestra. E se conseguimos provar que os conhecimentos profissionais e a Doutrina que se ministra, nesta Casa, que tudo enfim que aqui praticamos está certo, uma pergunta, talvez, surgirá como já nos fizeram há dias.

Qual a vantagem de ir então aos EE. UU. aperfeiçoar-mo-nos em suas Escolas?

Enorme — responderemos, e deve ser cada vez mais intensificada a política de mandar oficiais do Exército aquele país, particularmente os de E.M. Si o conhecimento da doutrina, a segurança de emprego do método e da técnica de trabalho, são condições necessárias, básicas, fundamentais para o êxito do problema tático ou estratégico, elas não são suficientes, por que é preciso pô-las em funcionamento com os novos processos resultantes de novos meios que dia a dia evoluem e acompanham o feitiço técnico e social dos grandes povos.

Portanto, enquanto não tivermos o desenvolvimento industrial e educacional que caracterizam as grandes potências, será com a experiência dessa, que nos recebe com especial estima e confiança, que poderemos de perto assistir e acompanhar a evolução desses novos processos.

Sem citar o problema internacional da amizade entre os povos, que não é necessário ressaltar, há um mundo de questões sociais, de imponderáveis de toda a ordem que o convívio e a observação de um grande povo, oferecem a um oficial, mormente, de E.M. São fatos que terão poderosa influência no amadurecimento de seu espírito, na compreensão de inúmeros fenômenos complexos e que se refletirão mais tarde em seus trabalhos profissionais e em suas decisões como chefe.

Daremos como exemplo, que tendo deixado os bancos desta Escola em março de 1944, em setembro deste mesmo ano, já consideramos novidade, em Levenworth em Key Field (G. L. O. School), Fort Knox e outros centros, os seguintes assuntos :

- a técnica de funcionamento das 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a seção em alguns de seus aspectos e atribuições.
- as operações anfíbias, de GU paraquedistas, de emprego de blindados, inclusive TD, de Art. AAe, etc. . .
- orientação, métodos e técnica pedagógica.

— emprêgo da Aeronáutica e todo o seu moderno equipamento de terra e ar.

— os mais variados e modernos tipos de equipamento de treinamento e de combate.

— as mais modernas armas individuais

— os mais modernos carros e material moto-mecanizado

— minas e armadilhas.

— rações, 1.ºs socorros, transportes.

Enfim milhares de cousas que não poderíamos conhecer no Brasil, sem considerar ainda as grandes observações de ordem social como as referentes,

à organização, à disciplina, à hierarquia, aos métodos de trabalho, à honestidade profissional, etc., etc..

TERMINANDO :

Fazemos votos, que essas nossas palavras, tenham contribuído para aumentar cada vez mais o prestígio desta Casa, e para ressaltar a importância do íntimo intercâmbio cultural com as Forças Armadas dos E.E. U.U. da América do Norte. Agradecemos penhorados a gentileza com que nos ouviram, e aproveitamos a oportunidade para render as nossas homenagens ao Cel. John Hansborough, Cmt. do *Ground Liaison Officer School*, com quem obtivemos a maior parte dos dados históricos desta conferência.

FONTES DE CONSULTA :

- (1) Cel. John Hansborough do Ex. N. Americano, Cmt. do GLO School Key Field, Meridian, Mississippi.
- (2) Gen. Marchall. Relatórios.
- (3) Army and Navy Journal — (Resumo da campanha em todos os Teatros de Operações.
- (4) Boletins de informações do Ex. Inglês.
- (5) Cap. Geraldo de Meneses Cortes — A Batalha de Roma (inedito) Notas e documentação sobre a campanha da Itália.
- (6) Do autor — notas e documentação sobre a 2.ª Guerra Mundial.

ERRATA:

No croquis n.º 2, onde se lê *Grewels*, leia-se *Grenoble* e onde se lê *Gap*, leia-se *Gap*.

Sugestões para a solução de alguns problemas

Ten. Cel. J. B. DE MATTOS

SOBRE A MATRÍCULA NA ESCOLA MILITAR

Vem sendo objeto de comentários o pequeno número de candidatos civis à matrícula na Escola Militar.

As sucessivas concessões feitas pela Diretoria de Ensino, demonstra o interesse que a atual administração tem em solucionar o assunto.

As opiniões sobre as causas do pouco interesse dos candidatos variam muito, conforme nos tem sido dado registrar.

A recordação do que observamos com relação à matrícula no C. P. O. R. de Porto Alegre, quando servíamos na 3.^a Secção do Estado Maior Regional, animou-nos a apresentar uma sugestão para o caso da Escola Militar.

A matrícula no C.P.O.R. de Porto Alegre em 1938, nas quatro armas, era pequena e conseqüentemente o seu funcionamento não compensava as despesas de administração e instrução. Procedidos os estudos sobre a possibilidade de aumentar o número de alunos, procurou-se saber a percentagem dos outros C.P.O.R. em relação à população acadêmica e então verificou-se que o C.P.O.R. de Porto Alegre estava dentro da percentagem que se não nos falha a memória era de 10 %.

Ora, com relação a Escola Militar quer nos parecer que a fonte principal de recrutamento deverá ser o Distrito Federal onde a população ginásiana ou colegial é a maior do Brasil. Entretanto no D. Federal não há uma Escola Preparatória.

É verdade que os exames para as Escolas Preparatorias *hoje* já são realizados aqui e os transportes para as sedes das escolas existentes são fornecidos pelo Estado. Quem porém já teve a felicidade de servir nos Estados quer do Sul e quer do Norte, sabe perfeitamente que o intercâmbio das famílias entre os Estados e o D. Federal é frequente, e mesmo comum a existência de parentes no Rio, e isso encorajará o envio dos jovens candidatos.

Há certamente outras causas importantes, mas a que focalizamos, baseia-se na estatística e como exemplo temos o número de candidatos a Escola de Aeronáutica que se eleva anualmente a mais de 2.000.

E quem no Exército não se recorda do antigo Curso Anexo da Escola Militar, num tempo em que os livros eram bem mais baratos e as facilidades no ensino civil eram também maiores.

Conservar apenas o Colégio Militar como fonte de recrutamento para a Escola é retardar a solução do problema não só pelo custo do ensino como também pela reduzida capacidade de matrícula naquele estabelecimento.

A solução para o aumento de candidatos à E. Militar depende, a nosso ver, da criação duma Escola Preparatória no Distrito Federal.

SOBRE A MOTORIZAÇÃO EM MASSA DAS UNIDADES DE INFANTARIA

As conclusões que temos tirado de leituras e de conversas sobre a Infantaria na última guerra, são de molde a entusiasmar os infantes de todos os postos da hierarquia.

A Infantaria conservou todas as missões previstas antes da guerra, porque as cumpriu com eficiência, embora com os pesados sacrifícios de sempre.

Com relação ao ritmo das operações, além da previsão de utilização de todos os meios de transporte conhecidos (caminhão, viatura blindada, avião, planador, etc.) im-

poz-se o aumento da etapa de marcha, porque na zona de morte cessa o transporte (exceto o blindado).

É preciso não se perder de vista que a arma da Infantaria é o *homem*, como da Artilharia é o *canhão*.

Parece pois que em tempo de paz a instrução á pé deve ser normal, senão a única. O Infante deve marchar, marchar e marchar sempre.

Impedir que se torne reflexo os conjugados, comandos-jeeps e soldado-caminhão, deve ser a preocupação de todo o Cmt. de Infantaria.

Rio — Março de 1946.



CONSERVA

a beleza de sua cútis, liberta-a das espinhas e cravos, combatendo-as na sua causa mais frequente: — as perturbações digestivas!

O "Sal de Fructa" Eno é o regulador ideal do sistema intestinal.

Não confunda: —

ENO "SAL DE FRUCTA"



A Reestruturação do Exército

I

CAMPOS DE PREPARAÇÃO E RECOMPLEMENTAMENTO DE RECRUTAS

Cel. Dr. HUMBERTO MARTINS DE MELLO

Em seu magnífico discurso de posse o Exmo. Snr. General Gois Monteiro delineou um excelente plano para a reestruturação do Exército, visando colocá-lo em situação de "integrar-se no seu verdadeiro papel como instituição nacional" e lhe permitir desempenhar o seu objetivo de segurança nacional e ajustar-se ao quadro da defesa continental.

No desenvolvimento do seu programa diz S. Excia. da necessidade da remodelação do ensino militar superior, do preparo moral, físico e técnico dos quadros e da tropa, aborda o problema da seleção psicológica e preconiza a criação dos campos de instrução.

É um programa em que se reflete a brilhante inteligência, a clara visão do seu autor, que não se deixar ficar prêso a uma simples questão de efetivo e de material, indo muito além, ferindo os pontos capitais da constituição de um Exército moderno, absolutamente em fase diante da era de transformações pela qual passa o universo. No preparo do homem para o mister militar, através de uma completa formação moral, de uma sólida constituição física, de uma boa seleção psicológica, permitindo colocá-lo em funções em que possa produzir o máximo de rendimento e lhe proporcione prazer na tarefa a executar, na escolha apurada e em um ensino técnico objetivo, escoimado de tôdas as superfluidades, dos seus quadros, reside o segredo, a verdadeira chave para uma organização dessa ordem.

A lição desta guerra, da qual sentimos ainda o crepitar das brasas sob as cinzas dos destroços, foi bastante sugestiva e nos mostrou o único método a seguir: o preparo eficiente da frente militar e a mobilização total da retaguarda, com a colocação de cada um em seu justo lugar. Para que seja conseguida a obtenção integral do primeiro item, necessário se faz a introdução no nosso organismo militar, de uma instituição destinada, principalmente, a realizar a seleção, a educação, a instrução básica do homem e proporcionar-lhe um bom estado de higidez física e moral, indispensáveis ao verdadeiro soldado. Essa instituição que foi usada em vários países de cultura avançada das massas, sob diferentes modalidades e objetivos vários, mas todas com o desiderato de formar homens de físico forte, moral elevada, e com capacidade para as diferentes tarefas da luta em que se iam empenhar, terá de ser representada entre nós pelos — centros de preparação e recompletamento de recrutas.

Nenhum legislador, ao encetar uma reforma radical de qualquer instituição social, poderá se ater ao seu aspecto técnico exclusivo, considerando-a isoladamente como um órgão autônomo dentro do organismo social do qual faz parte; para que seja útil e perfeita na sua forma e na sua finalidade, terá de levar em conta os diferentes fatores que imprimem a esse organismo as suas características dominantes procurando adaptar cada uma das peças, que lhe vão formar a nova estrutura, às contingências desses mesmos fatores, sob pena de se tornar um quisto dentro da comunidade. Assim, para uma reestruturação nos moldes da que pretende fazer o Exmo. Snr. Ministro da Guerra, terá a mesma que se orientar em consonância com os fatores sociais que maior preponderância exercem, quer num ou noutro sentido da nossa evolução social, a fim de que o Exército possa "integrar-se no seu verdadeiro papel como instituição nacional", procurando corrigir as deficiências de uns, determinando o aceleração de outros, ajustando-se assim de uma maneira harmônica

às condições ambientais, do que resultará a sua justa perfeição de forma e a sua máxima eficiência de funcionamento.

Dois fatores dominam a nossa estruturação social, dos quais promanam quase todos os outros fenômenos inibidores do nosso progresso: a ignorância e a doença, as maiores causas do pauperismo e definhamento da raça; embora se destaquem pela sua influência perniciosa, acham-se intimamente intrincados com outros múltiplos problemas de grande significação social e econômica, o que vem contribuir sobremaneira para dificultar a sua remoção, constituindo assim um círculo vicioso, diante do qual têm fracassado as iniciativas oficiais, que se limitam a atuações dispersas e fragmentárias, incapazes de dominá-los como um todo, ameaçando, dêsse modo, que a existência dos mesmos se prolongue indefinidamente, tornando o nosso ambiente social incompatível ou muito atrasado em relação ao evoluir acelerado do mundo moderno.

Para uma reestruturação do nosso Exército, terá o legislador de partir do estudo meticoloso do ambiente social, se quizer alcançar um resultado compensador. O soldado de hoje, como bem deixou perceber o preclaro chefe militar, não é apenas o homem de coragem, pronto a aceitar a luta num desafio intemerato à morte; o jagunço inculto demonstrou sempre possuir as mais exaltadas qualidades para a luta: coragem indômita, resistência quasi sobreumana, sobriedade levada ao extremo, argúcia instintiva, habilidade pouco vulgar no manêjo das armas, que lhe permite abater a prêsa com grande segurança, sem que, contudo, possamos dizer que êle seja um soldado, e talvez não fosse com facilidade que se pudesse transformá-lo em tal.

Os exércitos modernos possuem uma estruturação complexa, com uma multiplicidade de funções, que se contam por milhares, exigindo dos seus componentes aptidões especiais, daí a necessidade de uma seleção rigorosa e um preparo adequado daqueles que são chamados para desempenhá-las.

País de uma grande percentagem de analfabetos, de desnutridos e de doentes, não seria possível ao Exército, por maior que seja a capacidade dos seus agentes executores, preparar e transformar essa massa inculta e heterogênea, num conjunto harmônico, capaz de desempenhar satisfatoriamente as diferentes missões, a que se destinam, sem a criação de um órgão adrede preparado para êsse fim, a exemplo do que fizeram as mais cultas nações do mundo. Em nosso caso, nenhuma outra poderia oferecer, dentro do nosso regime político, as mesmas vantagens das de um "Centro de Preparação e Recompimento de Recrutas". Com a sua criação, construiríamos o grande tripé em que a base seria representada pelos "Centros de Preparação", as colunas pela "Caserna" e a cúpula pelos "Centros de Instrução", permitindo a formação de soldados conscientes da magnitude da sua missão, devidamente educados, instruídos e revigorados no físico.

Longe de constituírem um acessório supérfluo, de caráter decorativo, representam êles uma necessidade imperiosa, vital, para um país como o nosso em que uma grande parte da população se acha ainda mergulhada nas sombras de uma verdadeira "Idade Média". Se países, como os Estados Unidos, de alto nível cultural de suas massas, dotado de um apuradíssimo senso prático, o adotaram com os brilhantes resultados que o mundo inteiro acompanhou com a mais viva emoção e entusiasmo, não seremos nós que possamos dispensá-los sem uma conscienciosa meditação, em que todos os dados do problema sejam postos em equação e devidamente balanceados.

Os americanos emprestam ao problema de seleção tal importância que, além dos seus três centros, de educação, recepção e treinamento, onde os referidos problemas são levados a um tal grau de minúcia e exigência que poderia parecer exagerado a um espírito menos perspicaz, mantém uma rede de serviços de seleção iterativa que lhes permite

modificar a classificação atual do homem, em serviço, uma, duas ou mais vezes em constante aperfeiçoamento.

Na primavera de 1944, foi adotado um novo método de classificação baseado principalmente no vigor físico, conhecido como o perfil Físico Serial e designado jocosamente pelo seu ideador como "Virus Classificorum". Este sistema permite um método fácil e eficaz de "classificar os homens que podem fazer diversas tarefas, necessitando diferentes graus de eficiência física. Ele tornou-se precioso, quando o elemento humano começou a escassear, permitindo classificar rapidamente um determinado número de homens para tarefas difíceis e urgentes, e que requeriam grande vigor físico.

Não contentes ainda, estabelecem nas *zonas de operações uma chefia de recompletamento e instrução*, afim de que cada comando possa ter "à hora e no lugar certo", os *substitutos* para os claros abertos nas suas fileiras, "para dar imediatamente de novo à sua unidade o efetivo de guerra". Se levarmos em consideração que os cálculos para o número de perdas abrange um período de quatro a seis meses, teremos uma impressão real da preocupação existente no exército americano com os problemas de organização e seleção. "O exame selecionador é contínuo", porque o americano tem como axioma que "adequada classificação acelera o treino militar, evita o desperdício das habilidades e eleva o moral".

Diante desta preocupação constante com o problema da classificação, feita em centros especializados e que tão maravilhosos resultados produziu, porque não os adotarmos, embora sob uma organização mais consentânea com a nossa situação econômica e a nossa mentalidade?

Em que argumentos poderíamos nos apoiar para refutar a sua adoção imediata ou mesmo postergá-la? Dentre os que me têm sido propostos, em palestras com oficiais e colegas, discutirei aqueles que me parecem merecer mais atenção:

1.^o — A possibilidade de ficarem os corpos de tropa sem efetivos, durante o primeiro período de instrução, por ser a mesma ministrada nos "Centros", e dar-se o licenciamento da classe anterior. Para afastar essa possibilidade, seria suficiente que se fizessem duas convocações anuais, em vez de uma, merecendo essa alternativa a preferência de vários e numerosos oficiais e até mesmo de generais, além do que seria possível liberar, em três meses, uma primeira turma, constituída por indivíduos de classificação cultural mais elevada e que apresentassem um bom índice de aproveitamento. Emfim, é um argumento de nenhuma valia e que será plenamente resolvido por uma regulamentação judiciosa.

2.^o — Interferência com a doutrina dos atuais regulamentos de instrução para as diferentes armas; não podemos ver onde possa haver essa interferência, pois que a criação dos "centros" acarretaria apenas um desdobramento da atual instrução no espaço e não na forma ou na essência da mesma, que poderia ser mantida integralmente.

3.^o — O terceiro argumento é o que o tratamento e a instrução básica (alfabetização) podem ser feitos nos corpos de tropa, sob os métodos atuais. A esse argumento refutarei com a experiência que me confere o exercício do meu cargo de chefe de serviço de saúde regional, e que me faculta observar com segurança e isenção de ânimo tôdas as faces do problema, permitindo-me assegurar que, sob ambos os aspectos, a caserna tem-se mostrado absolutamente deficiente. Na 7.^a R.M., onde a percentagem de casos de sífilis e doenças venéreas atinge índices alarmantes, colocando-nos em situação vexatória no conjunto das nações civilizadas, não poudeser feito um tratamento eficiente da tropa por motivos vários, entre os quais sobreleva notar a própria exigência da instrução militar. Na 1.^a R.M., foi tentada, por duas vezes, em dois corpos desta guarnição com o D. N. S. P., e o resultado foi a perda de uma grande parte da medicação, cedida por esse "Departamento", ainda pelas

exigências da instrução, que não permitiam as facilidades necessárias. Poderia ainda acrescentar, além de outros dados, o grande número de afecções do aparelho cardio-vascular entre sub-tenentes, sargentos e músicos, como um atestado perene de tratamentos incompletos ou mal conduzidos; os 1 461 casos de incapacidade, em um quinquênio, por tuberculose, alienação mental, lepra, etc., cujas pensões gravam o erário público, e mais que tudo, o alto número de inaptos para a F.E.B. avaliado com grande aproximação pelo General Eurico Gaspar Dutra, em 85 %.

Em recente estatística sobre as perdas-homem-dia-trabalho, na 1.^a R. M., foi apurado para o primeiro semestre 95 325 dias de trabalho perdidos, por motivo de moléstia, ou sejam mais de dois séculos e meio. Admitindo-se uma similitude de condições para as demais regiões militares, teremos para cada 100 000 homens, a cifra de 635 300 dias de trabalho perdidos. Calculando-se a etapa média para o Exército em Cr\$ 6,22 teremos para os mesmos 100 000 homens, a importância de Cr\$ 3.952.810,00, para um semestre, ou 7.905.620 cruzeiros por ano, inteiramente perdidos, além de todos os outros prejuízos que essas indisponibilidades causam à instrução e à própria rotina de serviço. A maior parte dessas indisponibilidades são motivadas pela transição brusca do homem do meio civil para o militar, acarretando inaptações, reações e, principalmente, pelo excesso de trabalho imposto a indivíduos mal nutridos e ainda desambientados. Conquanto não se possa concluir que a passagem do homem pelos centros de recrutamento suprimisse totalmente o número de indisponibilidades da tropa, é de presumir que, com a seriação dos exercícios, a homogeneização dos grupos, a seleção psicológica, da qual resultaria a colocação do homem no devido lugar, proporcionando-lhe uma certa satisfação na execução da tarefa que lhe fosse atribuída, essas indisponibilidades diminuiriam de muito, baixando talvez a 30 % do número atual.

Em relação à instrução básica e à educação do soldado, mostra-se a caserna ainda um ambiente tanto ou mais deficitário do que no setor da saúde. Os homens que nela ingressam analfabetos e deseducados, saem pouco ou nada melhorados, incapazes de manter o hábito de leitura, não podendo fazer um ditado, mesmo de um trecho simples, e as quatro operações fundamentais, limitando-se a maioria a assinar o nome e adicionar parcelas de um ou dois algarismos. No setor educacional os 8030 dias de detenção, por transgressão disciplinar, em um trimestre, com perda total do trabalho, dão bem uma ideia do seu estado, dispensando maior argumentação.

Não quer isto dizer, entretanto, que os encarregados do setor de saúde da tropa ou os detentores dos postos que se relacionam com o departamento de instrução e educação, não sejam capazes e não se esforcem para a consecução de um resultado brilhante. Muito pelo contrário, o resultado obtido é geralmente muito acima do que seria lícito esperar, o que demonstra zelo e boa vontade; o que falta é em ambiente propício em que tôdas as fases do processo sejam executadas no seu justo tempo e na devida forma.

Finalmente, temos o argumento de que a criação dos centros de recrutas acarretaria uma grande despesa sobre os orçamentos militares, constituindo de fato o único argumento sério e que precisa ser realment emeditado. E' fato que, na fase de instalação, a despesa seria bem vultosa; se levarmos, porém, em consideração a circunstância de que a eficiência de um exército moderno repousa mais na qualidade do que na quantidade dos elementos que o integram, esse argumento perde muito de valor, porque seria até aconselhável, caso fosse estritamente necessário, reduzir o atual efetivo a pequenos contingentes, constituídos por elementos cultos, já que nenhum problema internacional exige, no momento, a manutenção de grandes efetivos, até que fosse conseguida a completa instalação dos mesmos, sendo a presta-

ção do serviço militar dos demais transformada em trabalho, com diminuição do tempo de "serviço".

Uma vez instalados, a despesa com a sua manutenção poderia ser coberta, em parte, pela diminuição dos efetivos reais, até que novas fontes de renda permitissem uma mudança de situação. Como quer que seja, as vantagens decorrentes da sua instalação sob o ponto de vista da saúde, da seleção, instrução e educação da tropa são de tal ordem que não temo afirmar que êles devem ser adotados, a despeito de qualquer sacrifício monetário da nação, o qual seria, dentro em pouco, fartamente compensado.

I I

A NOVA LEI DO SERVIÇO MILITAR

Em boa hora resolveu o Governo, pelo decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945, extinguir o "sorteio militar" e substituí-lo pela "convocação geral das classes".

Era uma velha aspiração do Exército que assim se concretizava e que deveria pôr cõbro a uma série de irregularidades, de emissões e mistificações que punham em xeque o prestígio da instituição. Ela apresenta, entretanto, para o caso brasileiro, o inconveniente de se preocupar exclusivamente com os indivíduos que devem integrar os clareos militares, desinteressando-se dos demais, sôbre os quais poderia, em consonância com os demais departamentos da administração pública, estender a proteção das regalias e vantagens de que se acha investida, para apressar a evolução social do seu povo, sob o tríptico aspecto da saúde, educação e econômico.

Embora bem cuidada na forma, bastante clara na sua redação, resente-se de uma evidente preocupação financeira e da falta de um certo senso de realismo, parecendo destinada a um povo de cultura bem mais avançada que a nossa e possuidor de grandes facilidades materiais. A leitura

das suas instruções deixa perceber com tristeza que os moldes de execução não se modificaram e que a única alteração consistiu apenas no desaparecimento da urna com a qual se procedia ao "sorteio". Os métodos de concentração dos componentes das classes, o sistema de inspeção de saúde, os defeitos de alimentação e de abrigo nos postos de concentração, continuação da mesma forma, a atormentar os executores e a martirizar os convocados, talvez com mais acuidade, dado o maior número de indivíduos que a eles vão ter, ao menos para as zonas do interior.

A fim de facilitar a incorporação, estatuiu a lei dois períodos de apresentação, um voluntário, bastante longo, e outro compulsório. O primeiro, como era de esperar, não surtiu o efeito desejado, ao menos na 1.^a R. M., onde o número de apresentados foi reduzidíssimo, não compensando o esforço dispendido, sobrecarregando o segundo, excessivamente curto, não sendo provável que haja qualquer modificação para breve. Se quizermos evitar os contratempos resultantes dessa organização, por demais precária, necessário se torna dotar os "postos de concentração" de todos os requisitos necessários a proporcionar um bom alojamento, boa alimentação para o pessoal executor e convocados e bem assim instalações adequadas para as J. M. S. que devem possuir técnicos em número suficiente para a missão a desempenhar e um certo número de especialistas para os casos duvidosos.

Estabelece ainda a lei certas cláusulas de isenção que podem atingir até municípios inteiros, que, sendo justo sob o aspecto militar não o é sob o ponto de vista social, o que certamente acarretará descontentamentos e irritações. Seria interessante que a lei não permitisse a menor isenção na prestação do serviço militar, contribuindo assim para um aumento sensível das nossas reservas humanas, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma estrita igualdade entre todos os seus filhos, numa ampla demonstração de um verdadeiro espírito democrático.

das suas instruções deixa perceber com tristeza que os moldes de execução não se modificaram e que a única alteração consistiu apenas no desaparecimento da urna com a qual se procedia ao "sorteio". Os métodos de concentração dos componentes das classes, o sistema de inspecção de saúde, os defeitos de alimentação e de abrigo nos postos de concentração, continuação da mesma forma, a atormentar os executores e a martirizar os convocados, talvez com mais acuidade, dado o maior número de indivíduos que a eles vão ter, ao menos para as zonas do interior.

A fim de facilitar a incorporação, estatuiu a lei dois períodos de apresentação, um voluntário, bastante longo, e outro compulsório. O primeiro, como era de esperar, não surtiu o efeito desejado, ao menos na 1.^a R.M., onde o número de apresentados foi reduzidíssimo, não compensando o esfrêo dispendido, sobrecarregando o segundo, excessivamente curto, não sendo provável que haja qualquer modificação para breve. Se quizermos evitar os contratempos resultantes dessa organização, por demais precária, necessário se torna dotar os "postos de concentração" de todos os requisitos necessários a proporcionar um bom alojamento, boa alimentação para o pessoal executor e convocados e bem assim instalações adequadas para as J.M.S. que devem possuir técnicos em número suficiente pra a missão a desempenhar e um certo número de especialistas para os casos duvidosos.

Estabelece ainda a lei certas cláusulas de isenção que podem atingir até municípios inteiros, que, sendo justo sob o aspecto militar não o é sob o ponto de vista social, o que certamente acarretará descontentamentos e irritações. Seria interessante que a lei não permitisse a menor isenção na prestação do serviço militar, contribuindo assim para um aumento sensível das nossas reservas humanas, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma estrita igualdade entre todos os seus filhos, numa ampla demonstração de um verdadeiro espírito democrático.

Poderia a lei do serviço militar realizar êsse objetivo, contribuindo simultâneamente para impulsionar o organismo social, auxiliando-o a vencer as diferentes etapas da sua evolução, em busca de um progresso e aperfeiçoamento incessantes. A sua ação se limitaria a estender aos órgãos da administração parte das regalias e privilégios de que desfruta, numa estreita cooperação com os mesmos, bastando para isso, que as suas diretrizes sejam calcadas na evolução histórica da nacionalidade, na análise real da situação do país, na sua posição dentro da constelação universal, e no desejo sincero de servir de instrumento para o engrandecimento e prosperidade da Nação. Calcada sôbre êsses moldes, tornar-se-á ela um agente precioso e insubstituível, fazendo com que problemas político-sociais, de difícil execução, tenham as suas dificuldades aplainadas, facilitando a aceitação e adoção pelas massas de medidas que de outra maneira seriam certamente repudiadas.

E' o que nos propomos demonstrar.

I I I

UMA VISTA AO PASSADO

Fator econômico. Ciclo do açúcar. Ciclo pastoril e as bandeiras. Algumas ilações

Incontestavelmente representa o Brasil a mais pujante civilização criada pelo homem branco — os portugueses — nos trópicos. "Não tiveram precursores nem mestres: tiraram da sua faculdade de mimetismo aceitando as formas de trabalho do povo indígena — e da sua admirável iniciativa — importando a planta, conquistando a terra, criando o engenho e entabulando o comércio — uma colônia e um Estado, na expressão de Pedro Calmon.

Essas qualidades providenciais, para o caso do Brasil, herdou-as o português do seu passado étnico ou "antes cultural", como diz Gilberto Freire, "do povo indefinido entre a

Europa e a África". Resultado da fusão de várias raças com os primitivos íberos, desde celtas, romanos, gôdos, até fenícios, árabes, judeus, e o próprio negro, apresenta grande complexidade de caráter tão bem descrita por Aubrey Bell, citado por Gilberto Freire "o caráter português é como um rio que vai correndo muito calmo e de repente se precipita em quedas d'água", daí passar do "fatalismo" a "rompantes de esforço heroico"; da "apatia" a explosões de energia na vida particular e a revoluções na vida pública; da "docilidade" a "ímpetos de arrogância e crueldade"; da "indiferença" a "fugitivos entusiasmos", "amor ao progresso", "dinamismo"... E' um caráter todo de arrojos súbitos que entre um ímpeto e outro se compraz em certa indolência volutuosa muito oriental, na saudade, no fado, no luar perene. "Místicos e poéticos"... "Com intervalos de intenso utilitarismo... caindo dos sonhos vãos numa verdadeira volúpia de proveito imediato; das alturas da alegria na tristeza, no desespero, no suicídio; da vaidade no pessimismo... alternando a indolência com o amor da aventura e do esporte".

Pela sua grande experiência com gentes dos trópicos, pela sua capacidade de adaptação e miscigenação com as raças de côr, poudo o português suprir a deficiência de seu volume humano e construir para a posteridade, nos trópicos, uma civilização em que os caracteres antropológicos e culturais da raça branca haviam de subsistir e sobrepujar, apesar do desmedido e agressividade do novo habitat, contrariando assim o vaticínio dos sábios que, como Lapouge e Le Bon, previam que o Brasil seria um imenso estado negro ou retornaria à barbárie.

Detidos pelos formidáveis alcantás da Serra do Mar que lhes barrava o acesso aos altiplanos do interior, cobertos por espessas e verdes florestas, inúmeras quedas d'água, com seu tenebroso e fascinante mistério, onde habitavam os ferozes e aguerridos "tapuias", movimentaram-se a princípio, ao longo do litoral, entregues ao comércio com os selvicolas em "pau de tinta" e um pouco de algodão nativo, para, pouco

depois, aí se fixar, tomar posse definitiva e integrar-se à terra, pelo cultivo iniciando assim a era da colonização e com ela o período intensivo do caldeamento de tôdas as raças que iriam contrubir para a formação do povo brasileiro.

Essa fusão não se fez, porém, uniformemente ao longo de tôda a extensão territorial, havendo zonas em que se podem perceber as características predominantes dêste ou daquele outro grupo, principalmente em relação aos elementos de côr, porquanto "o elemento branco estava em tôda parte, como elemento de civilização e direção da massa colonial", como diz Oliveira Viana.

Vamos por isso encontrar grandes diferenças no contingente que os diversos núcleos raciais ofereceram para êsse caldeamento, variando em grandes proporções, não só quando consideramos as regiões do sul ou do norte do país, mas mesmo em relação a estados limítrofes. Assim é que vamos encontrar o maior adensamento da raça branca nos Estados do Sul, de S. Paulo para baixo, apresentando Santa Catarina um coeficiente de dez brancos de $4/5$ para a sua população local, enquanto que na Bahia êle é representado apenas por $1/4$ da sua população.

Quanto ao contingente negro, também varia em grande proporções: Amazonas 3 %, Pará 6,76 %, enquanto que no Maranhão já é o mesmo bem sensível, com 15,16 %, Piauí 15,18 % e Ceará apenas com 8,65 %, Rio de Janeiro 26,79 % São Paulo 12,97 % e Paraná 3,17 %.

O elemento indígena também oferece grandes variações: Amazonas 50 %, Rio de Janeiro apenas 2 %, Pará e Piauí apenas $1/8$ da população de origem indiática; Alagoas 18,40 %, Sergipe 6,52 %, Santa Catarina 3,25 % e Paraná 12,37 % (Oliveira Viana).

Bahia, Pernambuco e Rio constituíram os grandes centros distribuidores do negro escravo, que davam entrada no país numa média de 40.000 anuais, para os latifúndios dos canaviais, em substituição ao índio; somente com a mineração

êles penetraram o interior, chegando a dominar numericamente toda a população das "minas gerais".

Segundo Fernando de Azevedo, "a análise da composição antropológica de nossa população, de 1835 a 1935, mostra que, segundo cálculos aproximados, a percentagem de mestiços (18,2 %) e de negros (31,4 %), atingindo 69,6 % sobre 24,4 de brancos, em 1935 baixou a 40 % compreendendo somente 8 % de negros para 60 % de brancos sobre o total da população".

Vemos assim que a população do Brasil marcha rapidamente para o embranquecimento da sua epiderme, pode-se explicar não só pelas leis de seleção natural, mas também pela grande corrente imigratória de povos europeus que só em um decênio atingiu a quasi 700.000 almas.

Fruto da comistão de raças de culturas inteiramente heterogêneas, das quais a mais primitiva se achava ainda no período da pedra polida, não seria possível ao povo brasileiro apresentar grande uniformidade de caracteres físico-psíquicos em toda a extensão territorial, podendo ainda serem observadas evidentes diferenciações culturais, em acôrdo com o meio físico e social e a maior ou menor confluência de povos de cor.

Se a genética já pode explicar, em parte, a ação exercida pelo indivíduo de caracteres ancestrais, através dos "genes", não nos foi ainda dado esclarecer a superioridade intrínseca de uma raça sobre outra, porque essa diferença é muito mais cultural do que biológica, sendo, muitas vezes, os efeitos ambientais tomados como causas hereditárias.

Se assim não fosse, difícil seria interpretar o fato de certos povos que "colocados no topo da escala num determinado estágio caíam para o fundo noutra e vice-versa", parecendo que a lei da mutação autoriza uma interpretação do fenômeno como de ordem social, como sugere Amram Scheinfel.

O conceito de "raça superior" e "raça inferior" hoje desmoralizado à luz dos modernos conceitos da biologia e da sociologia e, se muitas delas não conseguiram se

êles penetraram o interior, chegando a dominar numericamente tôda a população das "minas gerais".

Segundo Fernando de Azevedo, "a análise da constituição antropológica de nossa população, de 1835 a 1935, demonstra que, segundo cálculos aproximados, a percentagem de mestiços (18,2 %) e de negros (31,4 %), atingindo a 69,6% sobre 24,4 de brancos, em 1935 baixou a 46 % (compreendendo somente 8 % de negros) para 60 % de brancos sobre o total da população".

Vemos assim que a população do Brasil marcha rapidamente para o embranquecimento da sua epiderme, o que pode se explicar não só pelas leis de seleção natural, como também pela grande corrente imigratória de povos europeus, que só em um decênio atingiu a quasi 700.000 almas.

Fruto da comistão de raças de culturas inteiramente antagonicas, das quais a mais primitiva se achava ainda no período da pedra polida, não seria possível ao povo brasileiro apresentar grande uniformidade de caracteres físico-psicológicos em tôda a extensão territorial, podendo ainda ser observadas evidentes diferenciações culturais, em acôrdo com o meio físico e social e a maior ou menor confluência dos grupos de côr.

Se a genética já pode explicar, em parte, a aquisição pelo indivíduo de caracteres ancestrais, através dos "genes", não nos foi ainda dado esclarecer a superioridade intrínseca de uma raça sobre outra, porque essa diferença é muito menos biológica do que cultural, sendo, muitas vezes, os efeitos ambientais tomados como causas hereditárias.

Se assim não fosse, difficil seria interpretar o fato de certos povos que "colocados no tôpo da escala numa época, caíam para o fundo noutra e vice-versa", parecendo que a rapidez da mutação autoriza uma interpretação do fenômeno como de ordem social, como sugere Amram Scheinfeld.

O conceito de "raça superior" e "raça inferior" está hoje desmoralizado à luz dos modernos conceitos da biologia e da sociologia e, se muitas delas não conseguiram se elevar

ao nível das demais, é que não encontraram para isso um ambiente propício. (A.S.).

Não podemos assim atribuir unicamente às duas raças de cor os defeitos ou desvios de temperamento que apresentamos. O que provavelmente se deu foi um desequilíbrio físiopsicológico, provocado pela união de indivíduos de tipos e condições culturais antagônicas, cujos conflitos sociais repercutiram desfavoravelmente sobre os filhos, gerando nos mesmos uma labilidade de afetividade e de comportamento que vem se mantendo, através de gerações, pela persistência de uma série de fatores mesológicos e sociais, quase idênticos aos das primitivas éras. (A.S.).

Segundo Delmas e Marcel Bell, a personalidade humana é constituída por uma personalidade "inata", cuja peculiaridade "é ser imutável em seus elementos", e uma personalidade "adquirida". A medida, porém, que o indivíduo cresce, o meio ou melhor os fatores sociais vão agir sobre a personalidade primitiva, dando lugar à formação da personalidade adquirida. Entretanto essa modificação da personalidade inata é antes dirigida por esta do que pelo "meio", recebendo deste, apenas as influências desejadas, escolhidas, continuando porém a apresentar os mesmos elementos fundamentais. (O.D.).

Assim, aceitando, embora, a ideia de que a personalidade humana conserva os seus elementos fundamentais imutáveis e que os mesmos se façam representar ou mesmo preponderem nas manifestações psicológicas de determinados agrupamentos humanos, bastante homogêneos na sua etologia e isentos da influência dos compostos psicológicos de outros grupos, não podemos levá-los em grande consideração no nosso caso particular, a não ser sob o ponto de vista eugênico, das três raças que aqui se fundiram, podendo-se, quando muito, aceitar a predominância de determinadas características psicológicas nos grupos em que tivesse havido predominância deste ou daquele elemento racial.

Não será portanto, na transmissão de atributos psicológicos individuais que teremos de procurar os conceitos básicos da nossa "consciência coletiva"; para interpretá-la, para apreender a sua essência, precisamos nos reportar aos primórdios da nossa organização social, procurando determinar os fatos que mais contribuíram para a formação do seu substratum e orientaram o sentido da sua evolução.

Foi sem dúvida o fator econômico a viga mestra da nossa formação social e da nossa unidade política. Em torno dele se desenrolaram todos os atos do grande drama social da gênese de uma nação, cujo desenvolvimento se faria a custo de "muito suor, sangue e lágrimas", que nem o consólio da fé e o bálsamo do Evangelho, levados pelos missionários de Cristo, conseguiam estancar, e cujo cenário desmedido, que lhe serviu de palco, preenche de mistérios tenebrosos e cheio de adversidade, lhe emprestou, por vezes, as tintas das tragédias da luta pela vida.

A sua influência faz-se desde a mais remota era da nossa formação porque, defendendo os portugueses o seu monopólio de pau Brasil, defendiam também a nossa integridade territorial. O ciclo agrícola da cana e depois o do café determinaram a nossa estratificação social, dividindo toda a população em duas classes, perfeitamente definidas e distintas pelas suas atividades, seu nível de vida e sua cultura: "Brancos e negros. Livres e escravos". O da mineração, abriu uma era de fausto, permitiu que se desenvolvesse de uma maneira vertiginosa a "cultura intelectual", "a liberdade de espírito", influenciada pelas doutrinas dos pensadores franceses e ingleses, permitindo que se expandisse "o sonho" e se "forjasse as primeiras armas da emancipação", como diz Fernando de Azevedo. O ciclo pastoril que nasceu com o ciclo do açúcar para servir-lhe de apoio, adquiriu autonomia, entrelaçou-se com os demais principalmente com o do ouro, numa verdadeira interpenetração, devassou os sertões, recuou meridianos e paralelos, tornou caduco velho tratado, baseado na in-

Não será portanto, na transmissão de atributos psicológicos individuais que teremos de procurar os conceitos básicos da nossa "consciência coletiva"; para interpretá-la, para apreender a sua essência, precisamos nos reportar aos primórdios da nossa organização social, procurando determinar os fatos que mais contribuíram para a formação do seu substratum e orientaram o sentido da sua evolução.

Foi sem dúvida o fator econômico a viga mestra da nossa formação social e da nossa unidade política. Em torno dela se desenrolaram todos os atos do grande drama social da gênese de uma nação, cujo desenvolvimento se faria a custo de "muito suor, sangue e lágrimas", que nem o consolo da fé e o bálsamo do Evangelho, levados pelos missionários de Cristo, conseguiam estancar, e cujo cenário desmedido, que lhe serviu de palco, prenhe de mistérios tenebrosos e cheio de adversidade, lhe emprestou, por vezes, as tintas das tragédias da luta pela vida.

A sua influência faz-se desde a mais remota era da nossa formação porque, defendendo os portugueses o seu monopólio de pau Brasil, defendiam também a nossa integridade territorial. O ciclo agrícola da cana e depois o do café determinaram a nossa estratificação social, dividindo toda a população em duas classes, perfeitamente definidas e distintas pelas suas atividades, seu nível de vida e sua cultura: "Branços e negros. Livres e escravos". O da mineração, abriu uma era de fausto, permitiu que se desenvolvesse de uma maneira vertiginosa a "cultura intelectual", "a liberdade de espírito", influenciada pelas doutrinas dos pensadores franceses e ingleses, permitindo que se expandisse "o sonho" e se "forjassem as primeiras armas da emancipação", como diz Fernando de Azevedo. O ciclo pastoril que nasceu com o ciclo do açúcar, para servir-lhe de apoio, adquiriu autonomia, entrelaçou-se com os demais principalmente com o do ouro, numa verdadeira interpenetração, devassou os sertões, recuou meridianos e paralelos, tornou caduco velho tratado, baseado na in-

falibilidade papal, dilatou e demarcou novas fronteiras" e deu à colônia um contórno continental".

O CICLO DO AÇÚCAR

Foi incontestavelmente o ciclo que mais expressão exerceu na nossa formação étnica e político-social, não só pela prioridade, iniciando-se com o alvorecer da colonização, como também por ter modelado de uma maneira mais ou menos definitiva toda nossa estruturação social, sendo possível encontrar ainda hoje em determinadas zonas do país, vestígios de sua antiga organização de trabalho, baseada na monocultura escravocrata e feudalesca, bem como, também, fundas marcas no seu organismo social que revelam, de maneira exuberante, a sua origem, o seu evoluir e a sua estabilização, dividindo a população em duas classes "de senhores e escravos com uma rala e insignificante lambugem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos". (G.F.).

Possuindo uma única ideologia política e religiosa, sem preconceitos raciais, tiveram os portugueses a sua tarefa de colonização facilitada com a criação de uma sociedade com interesses econômicos comuns e que se desenvolveu harmônica e suavemente, com a absorção dos elementos das duas raças arrazadas pela mais adiantada, evitando os choques e sobressaltos que certamente adviriam, se elas continuassem separadas e em terrenos sociais antagônicos. A escassez de mulheres brancas, obrigando os forasteiros a procurar a satisfação da sua grande capacidade genésica, a princípio, com as filhas da terra e depois com as mulheres da raça negra e das mestiças de todos os tipos, oriundas dos cruzamentos e recruzamentos das três raças, ao espírito intransigentemente católico dos portugueses, exigindo dos estrangeiros que aqui vinham se fixar em busca da fortuna, uma verdadeira profissão de fé ou a sua conversão, se deve essa harmonia, essa suavidade em que decorreu a primeira fase da colonização, dando tempo a que se criasse um ambiente social mais ou menos estável e uniforme.

Fruto da iniciativa particular, organizada sobre a base da família, iniciou-se a colonização com Martin Afonso de Souza e Duarte Coelho que para aqui trouxeram as primeiras famílias, a planta, o gado, os instrumentos agrícolas e os primeiros mecânicos, derramando-se pelas terras baixas do litoral de S. Vicente até Pernambuco e Maranhão, em enormes latifúndios, que ostentavam, nas terras brancas do massapê, extensas manchas verdejantes da monocultura da cana de açúcar, entremeciadas pelos perfis derramados das "casas grandes", das "senzalas", das construções dos "engenhos", das casas de taipa dos rendeiros e dos enormes galpões, para abrigo dos animais e guarda dos utensílios da lavoura.

Inicia-se assim não só a nossa colonização como também a nossa primeira experiência industrial com base no trabalho servil e barato do braço escravo.

Dado o desinteresse da Metrópole, cujo objetivo era mais de explorar as suas riquezas, através das "rendas e direitos" pela criação das grandes culturas, ou talvez devido à sua escassez de população que não lhe permitia colonizar tão vastas terras pelo regime da pequena propriedade, foram as terras de sesmarias distribuídas apenas às pessoas de posses, capazes de uma cultura em larga escala e de montar engenhos, cuja maioria foi constituída por gente da nobreza que, embora empobrecida, dispunha de crédito, e emigrava em busca da fortuna com que pudesse restaurar "o brilho dos seus braços esmaecidos".

Forma-se dêsse modo uma aristocracia rural e patriarcal, cuja distância entre o senhor e o escravo, "entre a casa grande e a mata", "entre a casa grande e a senzala" foi diminuída pela necessidade daquele e seus descendentes em transigir com este quanto a relações genéticas e sociais, como diz Gilberto Freire, permitindo que mais tarde as grandes propriedades fossem divididas entre seus descendentes, "quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios de tamanho de reinos".

Enormemente distanciados, uns dos outros, não podendo contar com auxílios de fora, os engenhos têm que produzir tudo de que precisam para a grande multidão que neles vive e trabalha, tornando-se assim oniprodutivos, verdadeiras células econômicas e sociais complexas e heterogêneas, solidamente estruturadas. A origem dos pequenos artesanatos das vilas e cidades, correeiro, sapateiro, tecelões, sirigueiro, carpinteiros, ferreiros, têm a sua origem nos engenhos; ali tudo se produz, desde o pano grosseiro para o vestiário dos escravos, tecido, fiado e tinto pelas "mucamas", sob a direção das "senhoras", no "interior dos gineceus fazendeiros", até algumas armas, destinadas à defesa da comunidade, para a qual se dispunha de um grande troço de homens, geralmente índios mansos ou mamelucos.

A grande multidão formigante dos engenhos pode ser classificada, segundo Oliveira Viana, em três classes perfeitamente distintas; na primeira ou "classe senhorial", vamos encontrar o senhor de engenho, a família com a sua grande parentela, os agregados brancos e alguns representantes mamelucos; na segunda ou dos "rendeiros dos domínios", vemos os mestiços, em geral, libertos da escravidão pelo "instituto da alforria", formando a plebe colonial e finalmente, os escravos. Todo esse aglomerado, com exceção do escravo, forma o "clã fazendeiro" cuja influência, nos tempos coloniais foi de grande importância, agregando "todos os serviços do domínio, todos os seus rendeiros e mais as classes que habitam as pequenas vilas, aldeias e povoações, disseminadas pelo interior; pequenos comerciantes da aldeia, os raros pequenos proprietários existentes, os oficiais de ofícios manuais, os chefes de pequenas indústrias urbanas e os pequenos funcionários da administração local". (Oliveira Viana).

O CICLO PASTORIL

Durante o período colonial, a posse de "terras" constituiu não somente um elemento de prosperidade e fortuna, mas também um título de classificação social. Assim, todos

aqueles que não possuíam recursos monetários para a instalação de "engenho" no litoral, mas que eram ricos de aspirações e energia, "precipitam-se no tropel das "monções" ou na avalanche das "bandeiras" para o âmago dos sertões, em busca de terras para fazer "fazendas"; dos rincões ferazes onde estabelecer os seus engenhos, ou das regiões dos campos ótimos, onde abrir os seus currais e disseminar os seus rebanhos", como tão bem no-lo diz Oliveira Viana.

A influência desse ciclo foi muito mais social do que econômica, consistindo a sua grande importância na dilatação das fronteiras, na abrogação do tratado de Tordesilhas, realizando "a maior penetração geográfica de que tem conhecimento a história realizada por um pequeno agrupamento humano". Essa penetração, essa conquista do "hinterland" através de tremendos obstáculos de uma natureza hostil, varando densas e espessas florestas, transpondo serranias abruptas e alcantiladas, vadeando rios profundos e encachoeirados, não se fez mansamente, mas de espada na mão, numa luta contínua e homérica por homens "rijos de corpo e rijos de alma".

Não foi somente a busca de terras ferazes e extensas para o estabelecimento de "currais" ou de "fazendas" e "engenhos" que despertou a iniciativa e o espírito aventureiro desse pugilo de titãs, em cujas veias já corria o sangue da gente da terra, mas também a preta ao índio bravio, para os trabalhos do campo, e a miragem das "lendas caboclas" de imensas e deslumbrantes riquezas.

Formaram-se assim as "entradas" e as "bandeiras" que, juntamente com os vaqueiros devassaram os sertões, seguindo aquelas o rastro tardo e lento das boiadas, ou aproveitando as trilhas e picadas abertas no recesso das matas para a internação daquela, "projetando a população sobre um território imenso, como pelo efeito de formidável bombardeio aéreo".

As "estradas líquidas" dos grandes rios — o Tietê, o São Francisco e o Amazonas foram as veredas amigas por onde

penetraram os audaciosos sertanistas em busca do desconhecido. Pelo primeiro, invadem o Paraná, alcançam os magníficos campos de Vacaria, entram na bacia do Paraguai, atingem as terras de Cuiabá e o planalto de Mato Grosso, chegando através do Araguaia, Tapajós e Madeira até o vale Amazônico. Pelo S. Francisco, quando da sua inflexão em busca do oceano, vadeam-no e marcham para a conquista do Piauí, Maranhão, Paraíba e Ceará, vencendo a agrestia do meio físico, lutando, aniquilando as aguerridas tribus dos "pimenteiras", "icós", etc. Já a penetração pelo Amazonas não oferece o mesmo aspecto guerreiro, sendo os índios que aí habitam de índole pacífica, oferecendo a colonização de toda essa vasta extensão um caráter agrícola.

Da arrancada para o "norte e extremo-norte" participam paulistas, pernambucanos, baianos e portugueses; do Brasil-central e meridional" somente paulistas, ajudados apenas pela sua coragem e destemor, guiados não só pela procura de novas terras para os seus "currais" e "fazendas", mas também pela pesquisa do ouro. De S. Vicente e Piratininga se irradiam numa arremetida magnífica para o norte e para o sul, serra acima ou pela orilha do Atlântico, pontilhando os seus caminhos de vilas e povoados. Seguindo o curso dos grandes rios ou trilhando os caminhos dos índios, penetram em Minas, após galgarem a Mantiqueira, onde localizam a zona do ouro, dando lugar ao afluxo de grande número de forasteiros, acompanhados por uma avalanche de escravos negros, propiciando a fundação de inúmeras vilas e cidades, que chegou a constituir a zona de maior adensamento demográfico de toda a colônia. Conquistam os planaltos do Paraná e Santa Catarina, chegam até "as vastas campinas da planície platina", fixam-se na região das Missões, fundam às margens do Prata, várias colônias e arremetem para as lindes paraguaias, visando a marcha sobre Potosi, empório de metais preciosos do reino de Castela, e enfrentam galhardamente o espanhol arrogante e marcial, auxiliado pelos "tapes", "charruas", e "minuanos", belicosos e ferozes.

Esse esplêndido deslocamento dos grupos colonizadores que se deslocam num movimento iterativo e desordenado, em todos os sentidos do nosso vasto território, polvilhando-o de povoações, vilas e cidades, demarcando as nossas fronteiras atuais, excedendo-as, algumas vezes, em determinados pontos, numa pujante demonstração de energia, perseverança e destemor da nova gente, assemelha-se, como diz Oliveira Viana, "a contradança dos povos bárbaros", quando se precipitam sobre a Europa meridional. Com as suas migrações, unindo as populações do norte e do sul, envolvem num grande amplexo todos os quadrantes de imenso território, fundindo hábitos, religião, costumes, irmanando num mesmo sentimento o caboclo do Norte, o gaúcho do Sul, criando destarte o espírito de "unidade nacional".

Dessa raça de titãs saem os líderes e os obreiros anônimos que, com a sua rija tempera de corpo e de espírito, haveriam de defender nas planícies do Prata ou nas florestas úmidas e sombrias do Acre, num deslumbramento de audácia e destreza em que as espadas e as lanças se entrechocam no redemoinho vertiginoso dos "entrevêros", ou na bravura silenciosa e pertinaz da luta homérica contra as forças esmagadoras da natureza, do abandono e de um inimigo forte e audaz, a honra e o patrimônio territorial da nossa Pátria.

A história da casa-grande condensa toda a história das nossas grandes monoculturas escravocratas e latifundiárias. Embora mais ligada à da cana de açúcar com a qual nasceu, ela se reproduz no sul com a monocultura dos cafesais. A sua história é a história político-social da nação; o relato da sua vida íntima é quase o modelo do ramerrão da nossa vida doméstica, onde podemos encontrar ainda o mesmo espírito que norteou a vida dos nossos antepassados, à qual o perpassar do tempo e a evolução da nossa cultura emprestaram o colorido da civilização moderna, e que só agora começa a se diluir sob a pressão dos novos fatores econômico-sociais.

Na doce quietude dos nossos lares, há uma trintena atrás, podíamos sentir, ainda, bem vivos a alma e o espírito da casa-grande. Era o mesmo sentimento de hospitalidade agasalhadora que envolvia numa quente carícia o hóspede amigo ou o parente que vinha de longe para tratar de interesses ou para recreiar o espírito; a mesma solicitude da "dona da casa", para que não lhes faltasse o prazer de uma mesa farta, abundante em iguarias apetitosas, sôbre uma "mesa" bem posta em linda toalha de linho, finamente rendada; a sua delicada insistência para que os hóspedes provassem de todos os pratos, numa reprodução bem viva da hospitalidade e do gosto pela "mesa" dos nossos avoengos. O mesmo exaltado amor aos filhos e aos parentes, a mesma solicitude para com os parentes e amigos pobres, os empregados e suas proles, lembrando o velho espírito do "clã fazendeiro". A mesma consideração para com a preta velha que tinha criado o "sinhô" ou a "sinhá" e que exercia sôbre os filhos ou netos do casal uma doce tirania, em que a par de uma rabujice impertinente, os envolvia em uma onda de ternura e carinho, em que se patenteava a grande e mística efetividade da raça negra, lembra bem os velhos hábitos, em que as crianças eram embaladas e cuidadas pelas escravas e a intimidade de que desfrutavam no seio da família senhorial. Ainda, nos serões familiares, após o jantar, "no gosto pela cadeira de balanço", podemos sentir o influxo da volutuosa preguiça dos "cavacos" dos velhos solares, onde se discutiam os preços dos produtos e utilidades da lavoura e as oscilações da política. O próprio espírito religioso ainda conservava aquele mesmo sentido de uma "religião humanizada", de uma perfeita intimidade com os santos", traduzido no hábito de se oferecer aos mesmos uma recompensa por serviços solicitados, como nas orações e preces a S. Antônio, quando da perda de um objeto ou mesmo da procura de um noivo.

Socialmente a sua influência ainda se faz sentir. Como muito bem diz Gilberto Freire, a escravidão e a monocultura "continuaram a influenciar a conduta, os ideais, as atitu-

des, a moral sexual brasileira". Na tendência para a burocracia, para o funcionalismo público, para as profissões liberais e toda a sorte de sinecuras à custa do Estado, o horror ao trabalho manual, sente-se o desprezo que os antigos "senhores" votavam ao trabalho, e a exteriorização de um complexo que obriga os filhos dos antigos escravos a furtar-se às "obrigações aviltantes do trabalho manual", "ansiosos de se distanciarem das senzalas".

Na organização econômica e na técnica do trabalho agrícola ainda perdura a mesma orientação, ao menos em algumas regiões, "criando um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a da massa escrava", em que o "escravo foi substituído pelo pária da usina" ou dos eucaliptais; "a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente".

No individualismo exacerbado que impede todo e qualquer espírito de colaboração, fazendo com que os chefes se sintam diminuídos em aceitar as sugestões dos seus colaboradores ou procuram destruir o que os seus predecessores já realizaram; na organização do ensino, até bem pouco, de cunho exclusivamente humanístico, destinado apenas aos aspirantes às profissões liberais ou simplesmente ao regalo espiritual dos despreocupados com as condições materiais da vida, sem uma finalidade prática para a grande maioria da juventude; no desinteresse pela causa pública, de uma boa parcela, quando detentora de cargos na administração do país; na falta do senso de responsabilidade do pequeno funcionalismo ou da classe proletária, principalmente do negro ou do mestiço, no seu gosto pela cachaça e na sua tendência para a licenciosidade, podemos vislumbrar os resíduos da organização econômica dos primeiros séculos, em que cada latifúndio constituía um pequeno mundo, alheio dos demais, no qual a vontade do "senhor" era a única lei a ser obedecida; a mentalidade de que todo trabalho que não fosse de ordem espiritual constituía uma desonra; a preocupa-

ção exclusiva com a família e o seu clã, o aviltamento de uma raça pelo trabalho servil e pela senzala.

A história da bandeira, por sua vez, nos deixa ver bem claro os antagonismos existentes na formação e no evoluir dos dois grupos dos quais resultaram a nossa constituição psicológica e a estruturação político-social do nosso povo. Enquanto o primeiro — o grupo agrário do litoral, dá origem a uma sociedade estruturada sobre a separação de classes, com uma aristocracia avessa ao trabalho produtivo, e uma plebe miserável e de condições econômico-sociais, talvez inferior às da própria escravatura, o outro — o grupo dos bandeirantes e vaqueiros, viria a constituir o fator principal da nossa democratização.

Ao sedentarismo de um, opõe-se o nomadismo do outro; enquanto um representa o capitalismo e a civilização do ocidente europeu, com o qual se mantém em constante contacto, e "regressa", pela necessidade de sua técnica econômica; ao "feudalismo", o outro representa a aurora de uma nova cultura, modelada ao sabor da nova natureza. Formado pelos três elementos raciais, funda a divisão do trabalho sobre as características psicológicas de cada raça: "enquanto é comando, o momento é mameluco; quando movimento, o momento é índio; quando pára, o momento é africano", na bela síntese de Cassiano Ricardo. Irmanados por um objetivo comum, solidarizados pelo sentimento do perigo externo, nivelados pelo sofrimento que a vida do sertão impõe a todos, torna-se sociologicamente o precursor da democracia, "graças à mobilidade externa em virtude da qual consegue: uma geografia anti-totalitária, anatômicamente federalista e democrática".

A "bandeira", por sua hábil divisão do trabalho e de responsabilidades, favoreceu uma organização social e política perfeitamente adequada ao seu objetivo final; graças a ela foi possível conservar uma grande mobilidade das suas classes, impedindo a estratificação das mesmas em camadas

diferenciadas, permitindo que qualquer uma delas passasse para outra, uma verdadeira seleção de aptidões, formando um todo harmônico e homogêneo, numa verdadeira hierarquização democrática de seus valores. Como diz Cassiano Ricardo: "na bandeira, não há elementos inferiores. Ela os aproveita a todos, mesmo os que foram banidos como detritos dos latifúndios. O grupo em movimento transforma defeitos em "qualidades", humanizando e democratizando a sociedade colonial. São "qualidades" que nascem em função de alguma coisa".

Nela vamos encontrar não só o elemento decisivo da conquista e da defesa do território, quer no extremo sul, contra os castelhanos; no centro e norte, contra franceses e holandeses, mas também o início de uma forma de governo autônomo. O isolamento em que as bandeiras se formaram e agiram, segregavam-nas até certo ponto, da submissão à política da metrópole e de qualquer outra influência exterior; a sua organização foi feita em acordo com o meio geográfico e os fatores sociais do momento; obedeceu aos imperativos biológicos dos grupos que a compunham e adaptou-se ao fim econômico que tinha em mira, e daí a decorrente imperiosa de estruturarem a hierarquização dos seus componentes sobre requisitos especiais, dos quais a iniciativa, a audácia e uma coragem leonina constituíam os predicados culminantes, emprestando aos chefes ou "cabos de tropa" um "poder majestático" que lhes dava o direito de vida e morte sobre os demais componentes do grupo.

E' provavelmente do espírito bandeirante que nos vem o gosto pelo governo " másculo e corajosamente autocrático" como pensa Cassiano Ricardo e não a um masoquismo, ao "puro gosto de sofrer", como querem outros, principalmente nas regiões meridionais do país, em que o destemor e a coragem pessoal dos chefes constituía, até bem pouco, um dos maiores atributos para o exercício do mando e do poder.

No século XVIII interrompem-se as atividades bandeirantes com a extinção do seu "imperialismo externo", mas

permanece vivo o seu espírito na sua nova modalidade de "imperialismo interno", concretizado na própria expansão da lavoura cafeeira, essa criadora de cidades novas, impulsionadora dos trilhos de aço e de estradas de rodagem que avançam incessantemente em busca de novas conquistas para a civilização brasileira. Na expedição sertanista da Comissão de Linhas Telefônicas Estratégicas de Mato Grosso, sob a chefia do grande Rondon, que, em "quarenta anos de incessantes movimentos de translação e rotação através e em redor do Brasil, tendo por centro de gravidade o planalto de Mato Grosso e seus lindes com o Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, S. Paulo, Paraná, Paraguai e Bolívia, de 1890 a 1930, estendeu mais de 6.000 quilômetros de fios telegráficos, realizou explorações geográficas de todos os seus grandes e pequenos rios, estudou a flora, a fauna e a geologia do Estado, descobrindo minas de ouro, inclusive a redescoberta das minas de Urucumacua, descobertas pelos bandeirantes em 1741, jazidas de manganês, gipsito, ferro, prata, diamante, turmalina, cristal de rocha, ágata, mármore, atravessou o território de mais 50 tribus, procurando, enfim, com a assistência prestada ao selvícola, "resgatar quatro séculos de crimes e crueldades"; no espírito da marcha para o oeste, através das comissões de penetração, destinadas a levar até suas fronteiras mais longínquas o telégrafo e as estradas de rodagem e que alcançaram com os seus fios as fronteiras do Rio Grande, a foz do Iguassú, no Paraná, põe em contato espiritual cidades e vilas no Norte, cruzando o Triângulo Mineiro em busca de Goiás, avançando até às margens do Araguaia, fazendo a ligação dos fios com os que Gomes Carneiro trouxera de Cuiabá.

Da expedição Fawcett, em suas duas arrancadas em busca do "Eldorado"; da expedição, organizada por Hermano da Silva, em 1937, que se propunha a "conhecer de visu a paisagem social, quase desconhecida das regiões tipicamente bandeirantes", que palmilhou as terras da "mesopotâmia dos rios Xingú e das Mortes", vindo morrer "às mar-

gens mesmas do rio que tanto o seduzira, na boca do sertão que êle fôra o primeiro a penetrar".

No espírito de sacrifício das comissões de limites das fronteiras setentrionais, em luta constante contra o meio físico, o mundo biológico dessas regiões e a agressividade dos índios.

E o espírito bandeirante ainda continua a viver na alma daqueles que desejam sinceramente, sem alardes ou propaganda, o engrandecimento do Brasil, através da educação e da saúde de seus filhos, daqueles que sabem recalcar as suas paixões, refrear os seus interesses, sacrificar as suas comodidades em benefício da coletividade, para um maior engrandecimento da Pátria.

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1946

Séde — Rua 1.ª de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)

Taxas de depósitos

Depósitos sem limite	2%	a. a.
Depósitos limitados (limite Cr\$ 10.000,00)	4%	" "
Depósitos populares (limite Cr\$ 50.000,00)	3%	" "
Depósitos a prazo fixo :		
Por 6 meses	4%	" "
Por 12 "	5%	" "
Com retirada mensal de juros :		
Por 6 meses	3½%	" "
Por 12 "	4½%	" "
Depósitos de aviso prévio :		
30 dias	3½%	" "
60 "	4½%	" "
90 "	4½%	" "

Letras a prêmio (sêlo proporcional)

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O PROBLEMA FUNDAMENTAL

CEL. R. B. NUNES

da Reserva de 1.^a Classe.

O arcabouço, de nossa defesa militar de terra acaba de sofrer nova reestruturação, desde suas bases até a cúpula. Tôdas as traves mestras do imenso edificio se ligam entre si e às secundárias, harmoniosa e sólidamente, dando-lhe a forma e a estabilidade convenientes a uma estrutura que tem de resistir a todos os embates da guerra moderna.

O mecanismo está montado. A força material da máquina, e a ação inteligente das forças intellectuais que devem imprimir e dirigir-lhe os movimentos foram cuidadosamente estabelecidas e coordenadas, de maneira a garantir-lhe o máximo rendimento, sem atritos prejudiciais nem enjambamentos perigosos.

A obra da concepção está terminada; falta agora, realizar, dar corpo às idéias, materializar as creações mentais, e, uma vez montada a máquina, experimentar-lhe o funcionamento, desde a flexibilidade dos movimentos elementares da tropa até a ação geral e coordenada de toda a hierarquia dos comandos, nos exercicios do tempo de paz.

Entretanto, a solidez e a estabilidade de um edificio não assenta, apenas, na robustez de suas fundações. De nada valerão travejamentos e muros, harmonia e estética arquitetônica, se os alicerces fraquejarem. Ora, os alicerces de um exército sempre foram e serão constituídos da mesma matéria prima: — o homem, tomado no seu triplice valor: o fisico, o moral e o intellectual.

Dêsses três valores, o primeiro, o básico, o que deve preexistir no homem que se vai transformar no soldado é, sem dúvida nenhuma, a sua resistência fisica. O homem é, inicialmente, um estômago, um animal, e só depois, um cérebro, um motor. O valor moral, e o intellectual, podem ser desenvolvidos em praso relativamente curto, e completam o "homem são". E dêle se faz um soldado, um fator econômico. Mas, se a miséria orgânica presidiu à sua formação desde a infância, e se prolongou através da adolescência, nada mais se obterá dêle, senão, um pseudo-soldado já vencido dentro do próprio quartel, ou um pêso morto para a economia nacional. Sua educação e instrução militares podem ser realizadas, pelo menos medianamente, num ano ou seis meses, se quiserem; mas sua constituição fisica, é obra

de dezoito ou vinte anos. Suas deficiências não poderão ser corrigidas em um ano de serviço militar e, muito menos, na iminência de uma guerra.

A guerra moderna, — o mundo acaba de ver, e dispensam-se demonstrações — é uma luta de atletas, de corpo, como de espírito. A coragem, a abnegação, o sentimento do dever, a resistência ao sofrimento físico e moral prolongado, é uma questão de educação. Pode ser iniciada e desenvolvida ao máximo no período da juventude. Mas, repitamos, a resistência física, a saúde corporal e orgânica, a força vital, enfim, é uma questão de *constituição*, de formação de músculos, ossos, nervos, sangue. E esta tem de ser iniciada desde os primeiros dias da existência. As taras hereditárias e as consequências da miséria orgânica, já não podem mais ser corrigidas na juventude.

Quem já se adentrou neste imenso país, com olhos de ver e ouvidos de ouvir, por certo que experimentou a mais penosa das impressões ante os efeitos do desamparo em que vive a massa anônima da nossa gente que se espalha desde os arredores das cidades até aos mais longínquos recantos do país. Se não há, ainda, a fome que mata ostensivamente, existe e impera a fome que anemiza, que faz definhlar, que franqueia o organismo à invasão de todos os males, e que se evidencia no espantoso índice de mortalidade infantil, e na impressionante percentagem dos fisicamente incapazes, excluídos todos os anos dos contingentes de conscritos para o serviço militar.

Sabem todos, pois é a História dos povos que o diz, que um povo de 50 milhões de indivíduos nunca levará de vencida outro de 80 ou 100 milhões, em igualdade de condições físicas, econômicas, etc., mas que é igualmente certa a vitória dos primeiros, se nos 80 ou 100 milhões de adversários se inclui alta percentagem de sub-nutridos, de corroidos pela verminose, impaludismo, anemia, sífilis, pre-tuberculose. Esta triste coorte representa um peso morto econômico e militar de tal monta, que anulará fatalmente todas as energias e esforços da outra metade mais forte. Constitui, portanto, erro grave, erro suicida, avaliar o poderio militar de um povo pelo valor numérico de sua população, unicamente.

Sabemos todos que “potencial militar” não pode existir se não assentar no “potencial econômico”, do qual é mera função.

Entretanto, o Brasil, país relativamente novo e retardado em sua organização e desenvolvimento econômico, goza de situação privilegiada no que toca à solução dos problemas fundamentais da defesa nacional. Nenhum desses problemas exige do erário público sacrifícios financeiros para a satisfação de necessidades puramente militares e, como tais, improdutivas, incapazes de criar riquezas para a coleti-

vidade nacional. Qualquer déles, antes de ser um problema militar, é essencialmente econômico.

Tomemos, dentre tantos, apenas dois de importância capital, sem cuja solução integral é ilusório pretender criar um potencial militar compatível com a grandeza do patrimônio a resguardar: — o homem "produtivo", e as vias de comunicação. Isto equivale dizer: o sangue e o sistema circulatório do organismo vivo que é a nação.

O homem são e instruído "objetivamente", que será o soldado eficiente de amanhã, é, desde hoje, o fator econômico e social básico, essencial, do engrandecimento da nação. As vias de comunicação servem, antes do mais, às necessidades econômicas, e, somente depois, e eventualmente, às necessidades militares.

O governo, ou antes, os governos, pois a magnitude da obra abrange várias gerações, que se dedicassem honesta e sistemática-mente, à resolução dos problemas atinentes à eugenia da raça, sob todos os seus múltiplos e integrantes aspectos, seriam dignos de ter sua memória perpetuada em monumentos erigidos nas capitais de todo o país.

Agir de outra maneira, é pretender encher o tonel das Danaides. Alimento, saúde, abrigo e instrução, eis os quatro pontos cardiais capazes de orientar o renascimento do Brasil. O restante, são corolários.

OS SERVIÇOS DA D. I. NOS MOLDES AMERICANOS

(Tenente-Coronel *A. J. SENA CAMPOS*)

N. da R. — "A Defesa Nacional", com o presente artigo de um de nossos camaradas que integram a F.E.B., inicia uma nova e auspiciosa fase de atividades, buscando a colaboração intensiva dos companheiros que nos honraram nos campos de batalha. Seus ensinamentos e experiência muito poderão concorrer para esclarecer certos aspectos da organização americana, e assim, prestar valiosa contribuição ao estudo e meditação de nossos próprios problemas. Congratulando-se com os demais camaradas do Exército, "A Defesa" espera poder cumprir amplamente o seu papel, contando com a frequência dessa colaboração.

As operações na Itália, nas quais tomou parte a 1.^a D.I.E., constituíram ótimo ambiente experimental para os elementos do Estado-Maior e dos diversos Serviços, em seus mistérios de Campanha.

A realidade dos fatos e a objetividade da ação, no emprego dos Serviços, provaram sobrejamente a simplicidade do funcionamento dos diversos órgãos que rapidamente caíram na rotina, sem grande variantes e maiores preocupações.

Todos os problemas são tão mais fáceis, em Campanha, quando encarados de modo concreto e objetivo, em busca de uma resultante prática e aceitável.

Os conhecimentos teóricos dos métodos americanos, cuja essência não está muito afastada do que se sabe e se aprende em nosso Exército, foram rapidamente assimilados no terreno da prática, mesmo quando as organizações se chocavam em constituição e funcionamento com o que está ainda em uso entre nós.

A 4.^a Secção, como elemento do Comando, dentro do Estado-Maior Geral, tem sob a sua esfera de influência os seis serviços provedores de Intendência, Material Bélico, Saúde, Engenharia, Transmissões e Guerra Química, no que diz respeito aos suprimentos de toda espécie, para o equipamento e emprego das tropas no combate.

Está ligada, no entanto, mais estreitamente, aos três primeiros Serviços, pela questão de seu emprego em Campanha.

OS SERVIÇOS DA D. I. NOS MOLDES AMERICANOS

(Tenente-Coronel *A. J. SENA CAMPOS*)

N. da R. — "A Defesa Nacional", com o presente artigo de um de nossos camaradas que integram a F.E.B., inicia uma nova e auspiciosa fase de atividades, buscando a colaboração intensiva dos companheiros que nos honraram nos campos de batalha. Seus ensinamentos e experiência muito poderão concorrer para esclarecer certos aspectos da organização americana, e assim, prestar valiosa contribuição ao estudo e meditação de nossos próprios problemas. Congratulando-se com os demais camaradas do Exército, "A Defesa" espera poder cumprir amplamente o seu papel, contando com a frequência dessa colaboração.

As operações na Itália, nas quais tomou parte a 1.^a D.I.E., constituíram ótimo ambiente experimental para os elementos do Estado-Maior e dos diversos Serviços, em seus misteres de Campanha.

A realidade dos fatos e a objetividade da ação, no emprêgo dos Serviços, provaram sobejamente a simplicidade do funcionamento dos diversos órgãos que rapidamente caíram na rotina, sem grandes variantes e maiores preocupações.

Todos os problemas são tão mais fáceis, em Campanha, quando encarados de modo concreto e objetivo, em busca de uma resultante prática e aceitável.

Os conhecimentos teóricos dos métodos americanos, cuja essência não está muito afastada do que se sabe e se aprende em nosso Exército, foram rapidamente assimilados no terreno da prática, mesmo quando as organizações se chocavam em constituição e funcionamento com o que está ainda em uso entre nós.

A 4.^a Secção, como elemento do Comando, dentro do Estado-Maior Geral, tem sob a sua esfera de influência os seis serviços provedores de Intendência, Material Bélico, Saúde, Engenharia, Transmissões e Guerra Química, no que diz respeito aos suprimentos de toda espécie, para o equipamento e emprêgo das tropas no combate.

Está ligada, no entanto, mais estreitamente, aos três primeiros Serviços, pela questão de seu emprêgo em Campanha.

Os Chefes dos Serviços fazem parte do Estado-Maior Especial e são órgãos informativos do Comando, dentro de suas especialidades. Colaboram, através da 4.^a Secção, na Decisão do Comando e acionam directamente o emprego dos serviços, dentro do que fôr determinado na 2.^a Parte da O.G.O. ou em ordens particulares, emanadas do mesmo Comando. (1)

O emprego da Engenharia, Transmissões e Guerra Química, como elementos participantes do Combate, é regulado pela 3.^a Secção, sendo que a Engenharia, na parte referente a comunicações e circulação, está ainda ligada à 4.^a Secção.

Todos os Serviços dispõem de uma Chefia e de um elemento de execução, à semelhança de cabeça e corpo.

Assim, dentro da Divisão:

Serviço de Intendência

A — Chefia

B — Companhia de Intendência

A — *Chefia*

A Chefia, como a cabeça do Serviço de Intendência, dispõe de:

a) Tenente-Coronel Chefe

b) Major Adjunto (Executivo)

c) Secção Administrativa com as diferentes incumbências a seguir, em traços gerais:

1 — Serviços Gerais, expediente, planos e ordens.

(1) — Um Estado-Maior de Grande Unidade é constituído de:

— ESTADO-MAIOR GERAL:

Chefe do E. M.

Oficiais das quatro Secções.

— ESTADO-MAIOR ESPECIAL:

Comandante da A.D.

Cmt. da Engenharia (Chefe do S.E.)

Cmt. do Q.G.

Chefe de Polícia

Ajudante-Geral

Inspetor Geral

Chefe S. I.

Chefe S. S.

Chefe S. Guerra Química

Chefe S. M. B.

Chefe S. Trans.

Chefe S. Fundos

Chefe S. Justiça

Chefe S. Religioso

Chefe S. Remonta

Chefe S. Especial

- 2 — Histórico
- 3 — Aquisições diversas
- 4 — Contrôlê do Sepultamento, a cargo do Pelotão de Sepultamento:

- Identificação dos cadáveres
- Sepultamento
- Funerais
- Guarda dos cemitérios.

d) Secção de Suprimentos chefiada por um Capitão — que é o “Oficial de Suprimentos” do S.I.

Incumbências:

- Instalação e funcionamento dos órgãos divisionários de suprimentos — gêneros, combustível e material de Intendência.
- Evacuação de material a ser recuperado.

e) Secção de Transporte, sob a direção de um Capitão — “Oficial dos Transportes” que trabalha intimamente ligado à Sub-Secção de tráfego da 4.^a Secção.

Tem como incumbência:

— Designação e emprêgo dos pelotões de Caminhões dentro dos pedidos apresentados pela 4.^a Secção.

- Transporte dos Suprimentos acima referidos.
- Transporte de tropa e materiais de toda espécie.

B) *Companhia de Intendência* (Órgão de Execução do S.I.)
É o órgão especializado em transporte na Divisão.

Dispõe de:

- a) *Secção de Comando*
- b) *Pelotão de Serviço* que se desdobra em 3 Secções para atender em locais diferentes, às três classes de suprimentos — víveres, material e combustível.

c) *Pelotões de Caminhões*, em número de três, cada um com 16 veículos de 2 1/2 toneladas.

Os pelotões são subdivididos em secções de 6 caminhões e uma reserva de veículos, para atender às indisponibilidades.

d) *Secção de Manutenção* encarregada da manutenção de 2.^o Escalão.

e) *Pelotão de guarda* — Com as incumbências:

- Contrôlê da entrada e saída de veículos
- Vigilância dos pontos de distribuição e guarda do material
- Vigilância do ar e defesa anti-aérea.

O *Serviço de Intendência* — tem a seu cargo suprimentos diários e automáticos da tropa, e os periódicos, geralmente feitos mediante pedidos.

O Serviço não tem, normalmente, depósitos, o que não o impede de conservar pequenos estoques de material, para consumo em curto prazo.

O escalão superior poderá dar ordens para a organização de estoques de maior vulto, a título precário, como os de rações de reserva, combustíveis, etc., para prevenir-se contra uma interrupção dos transportes ou outra qualquer causa momentânea.

Os suprimentos diários são entregues às unidades dentro do seguinte método:

— O *Chefe do S.I.* recebe dos corpos de tropa, diariamente, quando da distribuição de rações: — o consumo de gasolina e lubrificantes, nas últimas 24 horas e o número de fogões em funcionamento (quando não queimam gasolina);

— receber mais o efetivo dos homens arranchados, incluindo os adidos de outras Armas — como artilheiros, pessoal de transmissão, motoristas, padioleiros, condutores, etc. que trabalham em proveito da unidade, assim como o número de animais da unidade e adidos.

Dessa forma há uma apuração do número de *bocas*, por unidade.

O *oficial de Suprimentos do S.I.*, de posse dos dados que lhe foram entregues, redige o "Telegrama Diário" relativo aos gêneros, forragens e combustíveis, especificando o efetivo a ser abastecido, a quantidade de combustível, por espécie, e lubrificantes necessários. Remete o telegrama ao Exército e envia uma cópia à 4.^a Secção.

A 4.^a Secção, encarregada da fiscalização dos pedidos, apura, na 1.^a Secção, o efetivo total da Divisão, em homens e animais. Tem-se assim o total de *vidas*.

Da comparação dos totais de *bocas* e de *vidas* têm-se o equilíbrio ou desequilíbrios dos pedidos de suprimentos feitos ao Exército.

Esse processo foi adotado, depois de várias tentativas para se empregar o sistema americano.

Raramente o S.I. dispunha, a tempo dos efetivos a alimentar, que deveriam ser fornecidos pela Ajudância Geral.

A localização do Q.G. Recuando do qual fazia parte a Ajudância Geral, sempre afastado do Q.G. Avançado, do qual eram elementos os Chefes dos Serviços e a 4.^a Secção, isso pela falta absoluta de espaço, ao longo do eixo de comunicação da 1.^a D.I.E., deu em resultado o desempenho, pela 1.^a Secção, da parte referente aos efetivos.

Assim mesmo só deu resultado, o processo de *trocar* os gêneros a serem fornecidos pelo S.I. pelos vales de rações das unidades, relativas ao novo pedido a ser feito ao escalão superior..., isso quando da vinda das vaituras ao Ponto de Distribuição divisionário.

Aliás parece mais justo que a 1.^a Secção forneça à 4.^a Secção o efetivo das *vidas* da Divisão, porque esse é o hábito entre nós, como

também porque estão as duas Secções sempre juntas ou pelo menos próximas, no fracionamento do Estado-Maior.

Os géneros pedidos pelas unidades só eram consumidos três dias depois da entrada dos vales de rações no S.I., valor do ciclo dos suprimentos, que o S.I. pedia ao Exército no mesmo dia em que recebia os vales das unidades; o Exército punha os géneros à disposição da Divisão, no dia seguinte (2.º dia) e a Divisão, por sua vez fornecia à tropa no 3.º dia pela manhã.

O consumo pela tropa tinha início na refeição do jantar.

Os suprimentos são postos à disposição da Divisão, pelo Exército, em suas Estações ou Centros de Distribuição.

Quanto ao transporte podem ser considerados três casos.

1 — A Divisão, com seus próprios meios de transporte, recebe os suprimentos nos órgãos de Exército e os entrega aos corpos, em suas sub-unidades de Serviços.

2 — Os meios de transporte dos corpos de tropa recebem directamente no Exército.

3 — A Divisão funciona como escalão intermediário, recebendo do Exército e entregando aos Corpos, em um Ponto de Distribuição, o mais próximo possível da frente.

Este último processo foi adotado em quase toda a campanha da Itália, pelo Serviço de Intendência.

Os suprimentos de material de Intendência seguem a seguinte norma:

As unidades apresentam as suas necessidades ao S.I., que as reúne e faz um pedido ao Exército. Os suprimentos são postos à disposição da Divisão, sob a forma de créditos, nos depósitos de Exército.

As tropas são equipadas através das dotações fixadas desde o tempo de paz. Quando se trata de distribuir material não previsto, a Divisão recebe do Exército determinado crédito desse material, e em face das necessidades e aplicações do material pela tropa, estabelece dotações para a distribuição aos corpos.

A Companhia de Intendência é o órgão especializado em transportes, na Divisão.

Nem sempre os seus meios são suficientes para arcar com os encargos decorrentes das operações ou da localização relativa dos órgãos divisionários e do Exército. Há necessidade de dividir com as unidades as suas incumbências ou receber meios em reforço.

Durante a fase defensiva, quando *Porreta Terme* era o centro de atividades da 1.ª D.I.E. e os órgãos provedores do 5.º Exército estavam a 45 km e mais do Q.G. Avançado, com os Apeninos de permeio, a Cia. de Intendência, com dois pelotões apenas, pois um terceiro permanecia sob as ordens diretas da 4.ª Secção para atender

a rápidos deslocamentos de tropas na frente, era impotente para atender às necessidades da Divisão.

A 4.^a Secção, como medida indispensável à situação, conservou sob hipoteca um certo número de caminhões de 2½ toneladas, em cada unidade, de modo a ter disponível 50 veículos, além dos orgânicos da Cia. de Intendência.

As unidades só poderiam lançar mão desses caminhões com autorização da 4.^a Secção.

Dessa forma, a grande movimentação de tropas, munições, mueres, materiais e gêneros (18 caminhões em média) pôde ser levada a efeito com facilidade relativa, durante o período de estabilização quando a tropa brasileira lutou contra as chuvas, a neve e o frio, aliados temíveis do tedesco ousado.

(Continua)

A Foto-Informação no Escalão D. I.

MAIOR HUGO DE MATTOS MOURA,

Ex-Adj. 2.^a Sec/1.^a D.I.E., na Campanha da Itália.

É mistér confessar que antes da 1.^a D.I.E. ser empenhada, não tínhamos nós, a experiência própria, sobre a natureza e a extensão do auxílio prestado pela Foto-Informação para a elaboração das decisões no escalão D.I. Meu primeiro contáto objetivo com este assunto foi num "Curso de Informações" criado pelo IV Corpo em Pisa e para o qual fui designado como instrutor e auxiliar do Ten.Cel. Davies. No decorrer deste curso, em fins de outubro de 1944, a parte de foto-informação ou "P.I." isto é, "Photo-Intelligence", ficou a cargo de um instrutor americano, o Capitão Johnes que em 4 dias ministrou aos alunos todos os conhecimentos necessários a S.2 de Btl., e R.I..

Dias mais tarde, na qualidade de adjunto da 2.^a Sec/1.^a D.I.E., empenhada desde 2 de novembro de 1944, no vale do Reno, tomava eu contáto como o 2.^o Ten. Monday que era o "P.I." da nossa D.I.E. pois o Cap. Werner, oficial brasileiro que fôra tirar o curso desta especialidade, ainda não voltára do Egito. Comecei então a compreender a importância do "P.I." e todo o valor de sua cooperação. A 2.^a Sec/1.^a D.I.E., dispunha de uma Sub-Secção de Foto-Informação integrada por um ou 2 oficiais e duas praças. Grande lição que eu aprendi na guerra, foi a possibilidade de conhecer sobre o inimigo através da F.I., dados precisos e de valor capital para o estudo das suas possíveis reações e para prever a natureza e a intensidade destas reações, diante das operações em curso.

Tudo que os olhos do técnico descobrem, todos os dados que o oficial da F.I. (foto-informação) fornece à 2.^a Sec., permitem uma série de conclusões de importância inestimável do ponto de vista tático para a D.I..

Vejamos, em suas grandes linhas, algumas questões tratadas pela foto-informação, para o estudo de um inimigo que instalado de-

jensivamente ao longo da linha geral das alturas: M. Belvedere — M. Della Toraccia — M. Castello — M. Della Croce — Soprasasso ... e que tirando partido de um terreno favorável que lhe permitia absoluto domínio de fogos e de vista sôbre as nossas posições, barrava a progressão da 1.ª D.I.E. ao longo da estrada 64 que vai ter a Bologna.

Passemos em revista os elementos de foto-informação explorados pelo E.M. (2.ª Sec.) após o estudo e avaliação dos mesmos dentro do quadro da situação tática da 1.ª D.I.E..

A Sub-Secção de Foto-informação, estava sempre em condições de fornecer:

VERTICAIS ANOTADAS

Os recobrimentos verticais da faixa que interessava às operações eram fornecidos pelo IV Corpo. Tais recobrimentos contêm os pares verticais que são utilizados pelo intérprete de F.I. para o estudo este-reográfico. As verticais, para quem não está habituado a utilizá-las como carta e a interpretá-las, não permitem uma fácil noção do relevo do solo e por isto a Sub-Secção as preparava, traçando as linhas de crista, os cursos d'água, e certos detalhes planimétricos importantes para execução de dadas missões.

Do ponto de vista planimétrico as verticais permitem uma idéia muito mais completa do que a carta: regiões matosas, bosques, casas de uma localidade, estado de conservação das estradas etc. são facilmente identificáveis.

As verticais, sob a forma de mosaicos "não compensados", são de valor inestimável para o estudo do terreno em poder do inimigo e que é atribuição normal da 2.ª Secção.

CALCO DAS ORGANIZAÇÕES INIMIGAS

É o calco contendo as "enemy defense": tôdas as organizações (posições de morteiros, de metralhadoras, "fox-holes" e pill-boxes etc), estabelecidas pelo inimigo aí figuram, com a indicação sôbre o grau de possibilidade de estarem ocupadas, segundo a "atividade militar" revelada pelas pistas.

A 1.ª D.I.E. estava diante de uma P.R. inimiga, com a qual estava, desde novembro de 1944, em estreito contato e a F.I. sempre possibilitou à 2.ª Sec. uma impressão segura sôbre o valor, e natureza das reações que poderiam partir das organizações assinaladas. Ademais, o dispositivo da artilharia inimiga desdobrada, na nossa frente, entre as verticais de Vergato e M.º Belvedere, e as transformações havidas nesse dispositivo, podiam ser acompanhadas pela 2.ª Sec. graças à F.I.

No período da neve, sabíamos até quais as peças de artilharia que estavam em atividade na nossa frente, pois as manchas deixadas pelas conteiras, eram visíveis mesmo a olho nú, no fundo branco das fotografias verticais tiradas nos meses de dezembro de 1944 e de janeiro e fevereiro de 1945.

Ademais, para o acionamento pela 2.ª Seção das patrulhas de busca de informações e para fazer prisioneiros, eram distribuídas aos S2 de R.I. verticais anotadas em que figuravam os itinerários e as organizações inimigas das quais poderiam surgir prováveis reações no decorrer da missão.

— Muitas vezes em substituição ao Calco com as organizações inimigas, distribuíamos aos R.I. verticais anotadas onde estavam localizadas em vermelho tôdas as organizações inimigas encontradas pela F.I..

Os S3 e S2 dos R.I. davam muito valor a estas verticais para o preparo de operações e como elemento informativo sobre o terreno, a ser explorado pela tropa encarregada de executar golpes de mão sobre o inimigo.

VIAS DE COMUNICAÇÕES RODOVIARIAS

As cartas não nos fornecem indicações sobre o "estado real" de conservação das estradas utilizadas pelo inimigo: as destruições *preparadas* e as executadas ao longo das estradas sobre as quais teríamos que progredir na Campanha de Primavera, eram conhecidas pela F.I.. Escolhíamos itinerários para o emprêgo do Esquadrão de Reconhecimento na busca de informações e retomada de contato com o inimigo, baseando-nos na foto-informação, o que nos permitia antecipadamente abandonar os eixos sobre os quais encontrávamos pontes com as notas: "blown up" (destruída) ou "prepared for demolition" (preparada para demolição) e que figuravam nos "overprints" fornecidos pelo IV Corpo, com tôdas as informações disponíveis antes de iniciada qualquer ação ofensiva de importância.

— A F.I. chega a fornecer dados precisos sobre o material necessário à reparação das destruições feitas pelo inimigo nas vias de comunicação.

OBJETIVOS PARA A ARTILHARIA

Sempre que nossas patrulhas se chocavam com uma resistência importante inimiga e indicavam a região, estas informações iam para a F.I. que determinava quasi sempre com precisão as coordenadas das resistências encontradas; caso se tratasse de um objetivo "compensador", eram enviados a A.D. suas coordenadas, natureza e des-

crição sumária. Sempre foi de grande precisão a opinião da F.I. sobre a importância de certos objetivos.

O estudo das verticais, contendo objetivos sobre os quais haviam sido executadas concentrações da nossa A.D., permitia uma idéia segura da eficácia realizada pois são visíveis as crateras e fica-se conhecendo o ponto médio da série de tiros, quando não era possível observação terrestre.

CONCLUSÃO

Pela descrição sumária, dos elementos fornecidos pela F.I. à 2.^a Secção fácil é conceber a importância do instrumento de que dispõe uma D.I. para o estudo do inimigo e o grau de objetividade das conseqüências que devem ser esperadas no cumprimento da missão.

Os fatores da decisão *inimigo e o terreno*, em seu poder, podem, no escalão D.I., ser estudados a fundo, permitindo à 2.^a Secção ter uma *impressão segura sobre a natureza e a intensidade das reações* que devem ser esperadas no cumprimento da missão.

Baseando-se em informações do escalão superior (5.^o Ex., IV Corpo), em informações oriundas do contato estreito com o inimigo, nos relatórios das declarações dos prisioneiros e na foto-informação, pode sempre a 2.^a Sec/1., D.I.E. fornecer em tempo útil ao E.M., conclusões sobre as *possibilidades do inimigo que interessaram a missão da v.^a D.I.E.*

A LIGAÇÃO DAS FORÇAS TERRESTRES E AÉREAS

O COMANDO AÉREO TÁTICO

Cap. GERALDO DE MENEZES CORTES

INTRODUÇÃO

Tendo no número de março último abordado as principais noções sobre:

- A doutrina do emprego das Forças Aéreas;
- A organização do Comando das Forças Terrestres e Aéreas num Teatro de Operações;
- A Força Aérea Tática;
- A Força Aérea Estratégica;

dedicar-nos-emos, neste artigo, ao estudo do COMANDO AÉREO TÁTICO, baseado na Circular de Instrução N.º 30 do "War Department" Norte-Americano, datada de 19 de junho de 1945.

MISSÃO DO COMANDO AÉREO TÁTICO

O Comandante de cada Comando Aéreo Tático é responsável perante o Comandante da Força Aérea Tática pela conduta das operações aéreas ofensivas, pelas operações com um Exército ou Destacamento Especial equivalente e pela defesa aérea de caça, na zona que lhe fôr atribuída.

Esta zona de responsabilidade tem uma direta relação com a do Exército ou Destacamento Especial equivalente, a que corresponder o Comando Aéreo Tático; não significando, em absoluto, que a zona de ação dêse seja obrigada a restringir-se à do Exército homólogo, pois ele pôde ser chamado a atuar, com algumas de suas unidades, em proveito de outro Exército.

ORGANIZAÇÃO DUM COMANDO AÉREO TÁTICO (1)

Uma vez que apresentamos, no artigo anterior, uma organização esquemática, trataremos, nas linhas que se seguem, de algumas noções interessantes sobre componentes dessa organização.

A) — *Quartel General do Comando Aéreo Tático* —

O Q. G. dum Comando Aéreo Tático compreende dois escalões: o avançado e o recuado. O escalão recuado, normalmente localizado na região do aeródromo, encarrega-se das funções administrativas. O avançado ou escalão tático normalmente funciona justaposto aos Q. G. de Exército ou Destacamento Especial equivalente. O estabelecimento e a manutenção das comunicações desempenharão papel importante na localização desses Q. G. O escalão avançado é caracterizado por alta mobilidade e é equipado com suficiente transporte orgânico para mover-se intacto. Este Q. G. operacional avançado deve ser capaz de:

- Dirigir as operações de determinadas unidades.
- Coordenar planos e operações com Q. G. de Exército para operações terrestre-aéreas.
- Acompanhar o Q. G. de Exército em todas as ocasiões.
- Suficiente flexibilidade para que o escalão avançado funcione de 2 posições, com efetivo reduzido, durante os movimentos do posto de comando do Exército.

B) — *Aviação de Caça* —

A aviação de caça da Força Aérea Tática compreende brigadas, regimentos e esquadrões. O Comandante da For-

(1) — Ver o esquema de organização da Força Aérea Tática no artigo publicado no número de março último.

ça Aérea Tática designará tais unidades para os Comandos Aéreos Táticos, em função das missões desses Comandos, da situação aérea inimiga e da disponibilidade de unidades de caça.

A aviação de caça é empregada na execução de missões ofensivas contra objetivos inimigos, fornecendo escolta para operações aéreas amigas e assegurando necessária ação aérea para a defesa aérea da zona de responsabilidade do Comando Aéreo Tático.

C) — *Aviação de Reconhecimento* —

A aviação de reconhecimento da Força Aérea Tática compreende unidades de reconhecimento fotográfico e unidades de reconhecimento tático. Número suficiente de unidades de ambos os tipos são designadas para cada Comando Aéreo Tático para satisfazer as necessidades de reconhecimento do Comando e do Exército ou Destacamento Especial com o qual está cooperando. Além disso, unidades fotográficas técnicas são designadas, quando necessárias ao processo de informações fotográficas.

A aviação de reconhecimento é empregada na obtenção e no fornecimento de informação em tôdas as fases das operações aéreas. Essa informação de reconhecimento, obtida por meios visuais e fotográficos, é tornada disponível para as unidades amigas aéreas, terrestres e navais.

D) — *Aviação de Bombardeio*

A aviação de bombardeio médio e leve não é, normalmente, uma determinada parte do Comando Aéreo Tático, que opera diretamente debaixo das ordens do comandante da Força Aérea Tática. Esta constituição é flexível, e quando assim dirigida pelo comandante da Força Aérea Tática, a aviação de bombardeio pôde ser empregada pelos Comandos Aéreos Táticos ou Destacamentos Especiais para operações descentralizadas quando não fôr necessária como uma

única força de ataque em massa. Variações nas necessidades do Teatro determinarão o emprêgo repartido dessa aviação, baseado no plano total do comandante das Forças Aéreas do Teatro.

Unidades de bombardeio médio e pesado da Força Aérea Estratégica podem, em situação especial, ser empregadas em operações de Comando Aéreo Tático. A coordenação para o emprêgo dessa aviação é obtida através do comandante das Forças Aéreas do Teatro.

E) — *Regimento de Contrôle Tático* —

O Regimento de Contrôle Tático é uma organização flexível que assegura o contrôle e a alerta da aviação em toda a zona do Comando Aéreo Tático. (2).

F) — *Batalhão independente de transmissões do Comando Aéreo Tático* —

Esta unidade destina-se a instalar, funcionar e conservar todos os meios de transmissões no Q. G. do Comando Aéreo Tático e a instalar e conservar as linhas em toda a zona de responsabilidade do Comando.

G) — *Aviação de ligação* —

Um ou mais esquadrões de ligação podem ser designados para Q. G. de Comando Aéreo Tático. Esta aviação é empregada em serviço de correio ou como decidir o comandante Aéreo Tático.

EMPREGO DO COMANDO AÉREO TÁTICO

A) — *A flexibilidade* —

A centralização de comando e os canais de contrôle num Comando Aéreo Tático asseguram um alto grau de flexibi-

(2) — Dada a sua importância na ligação terrestre aérea, dedicar-lhe-emos um artigo especial.

lidade no emprego de tôdas as unidades. Tal flexibilidade é requisito para o sucesso tanto de operações aéreas independentes como de operações em conjunção com unidades terrestres ou navais. O emprego flexível permite a rápida concentração do poder aéreo quando e onde fôr mais necessário, e, em outras ocasiões, assegura operações aéreas simultâneas em diversas áreas. Para a execução com êxito da missão da força aérea, o emprego das forças terrestres e navais e do esforço aéreo tático devem ser intimamente coordenados. O emprego inteligente do poder aéreo tático, em massa ou em operações descentralizadas, é essencial para a vitória da batalha.

B) — *Prioridades operacionais* —

O Comando Aéreo Tático, como parte da Força Aérea Tática operando em zona a si atribuída, contribui para a derrota ou destruição das forças inimigas aéreas, terrestres e navais engajando-se ofensivamente segundo a ordem normal de prioridade de que falamos em nosso último artigo. Necessidades operacionais podem conduzir a uma modificação temporária nessa ordem normal de prioridade.

C) — *Secção de Operações de Combate* —

A Secção de Operações de Combate do Comando Aéreo Tático é responsável pelo planejamento e execução de tôdas as operações aéreas do Comando Aéreo Tático. Esta secção necessita de mobilidade e será localizada numa sala de operações de combate, que pode ser de construção temporária tal como uma barraca. Todo o seu equipamento pode ser empacotado e prontamente deslocado após breve aviso.

1) — *Localização* — A sala de operações de combate é localizada justaposta ao Q. G. de Exército ou de Destacamento especial equivalente. O centro de informação terrestre-aérea desse Q. G. de Força Terrestre é justaposto à sala

de operações de combate ou os dois podem ocupar o mesmo abrigo. Quando a situação permite, o centro de controle tático deve ser localizado perto da sala de operações de combate. Tal agrupamento de órgãos aumentará a coordenação do esforço terrestre-aéreo.

2) — *Equipamento* — Ao lado de todos os necessários meios de transmissões, a Sala de Operações de Combate é equipada com cartas da situação aérea e terrestre, cartas de reconhecimento tático e fotográfico, carta da escolta de bombardeio e adequados quadros, assegurando assim uma completa exposição gráfica das atividades do comando aéreo tático.

3) — *Pessoal* — O pessoal da seção de operações de combate inclui oficiais de operações, oficiais de informações e os necessários escreventes. O oficial chefe de operações é encarregado da seção de operações de combate e é diretamente responsável perante o general comandante do Comando Aéreo Tático.

4) — *Operação* — A seção de operações de combate é organizada para operações contínuas de modo a executar o plano do comandante aéreo tático. É da responsabilidade do comandante aéreo tático coordenar missões aéreas com outras operações de forças amigas. As missões de 1.^a e 2.^a prioridade (conquistar e manter a superioridade aérea — isolar o campo de batalha) não exigem comumente íntima ligação com o Q. G. de Exército, o que é essencial para as operações de 3.^a prioridade (destruir selecionados objetivos no campo de batalha em proveito do esforço aéreo-terrestre), embora algumas missões de 2.^a prioridade careçam de tal coordenação. Informações sobre todas as missões devem ser disseminadas para as unidades anti-aéreas do Exército para assegurar proteção à aviação amiga. Informação para alvos de 1.^a e 2.^a prioridade é normalmente oriunda de informações da força aérea tática, informações do Comando Aéreo Tático e de relatórios de missões de reconhecimento. Informação de reconhecimento e pedidos de Q. G. de Exército e

de unidades da força terrestre subordinadas formam as bases para, praticamente, tôdas as missões de 3.^a prioridade. A autoridade final para a aceitação ou rejeição dos pedidos feitos pelo Exército permanece com o Comandante aéreo tático. Como operações de 1.^a, 2.^a e 3.^a prioridade podem ser executadas concorrentemente, os comandantes aéreos táticos devem decidir a quantidade de esforço aéreo que pôde ser empenhada em cada tipo de operação. Em consequência, ele pode rejeitar pedidos do Exército em favor das operações de 1.^a e 2.^a prioridade, ou pode distribuir uma determinada porção do esforço diário para missões de 3.^a prioridade. Se, por exemplo, o comando aéreo tático recebe 50 ou 60 pedidos num dia e tem aviação disponível somente para 10 ou 12 missões, é evidente que somente os pedidos mais essenciais podem ser atendidos. A importância do efeito antecipado sobre operações terrestres será um fator vital na aceitação dum pedido. Alguns dos outros fatores que influenciarão na aceitação ou rejeição de pedidos são:

- Disponibilidade física de aviação.
- Condições atmosféricas no aeródromo, na rota para o objetivo, e no objetivo.
- Adequabilidade do objetivo ao ataque aéreo.
- Possibilidade da força disponível para alcançar o resultado desejado.
- Outros encargos de mais alta prioridade.

D) — *Conferências de planejamento aéreo terrestre* —

A experiência de combate tem provado que uma conferência diária proporciona o mais eficiente método de planejar operações terrestre-aéreas. Tomam parte nesta conferência: os generais comandantes do Exército e Comando Aéreo Tático ou seus representantes, pessoal de operações e informações de ambos os estados-maiores, pessoal do centro de informações terrestre-aéreo, e oficial de ligação aérea no Q. G.

do Exército. Dêste modo os comandantes terrestres são informados dos planos e possibilidades do Comando Aéreo Tático, os comandantes aéreos são esclarecidos dos planos e necessidades das unidades das forças terrestres. Baseada sobre informação disponível na conferência, a maioria das missões aéreas contempladas pode ser planejada em completa minúcia para o período de operações das seguintes 24 horas. A conferência cobre os seguintes tópicos :

- A presente situação terrestre e aérea.
- Missões e diretivas recebidas pelo Exército do Q. G. do Grupo de Exércitos.
- Missões e diretivas recebidas pelo Comando Aéreo Tático do Q. G. da Força Aérea Tática.
- O presente plano de operações terrestre do Exército.
- O presente plano de operações aéreas da força aérea.
- Operações aero-terrestres no campo de batalha.

E) — *Missões pre-planejadas* —

As operações aéreas táticas têm mais êxito quando planejadas com antecedência no melhor interesse tanto das forças terrestres como aéreas. O plano terrestre-aéreo, reexaminado em cada conferência diária, determinará a prioridade de objetivos e a maioria das missões a serem executadas pelo Comando Aéreo Tático. Planejamento prévio assegura o horário coordenado de ataques e permite todas as unidades estudarem os detalhes de cada missão.

Para algumas missões pre-planejadas, será necessário suplementar as forças disponíveis para o Comando Aéreo Tático com bombardeiros leves, médios e mesmo pesados. Tais circunstâncias exigem coordenação pelo mais elevado Q. G. da força aérea. O comandante da Força Aérea Tática pode distribuir unidades do comando de bombardeio tático para estas operações, ou pode autorizar o Comando Aéreo Tático a pedir diretamente ao comando de bombardeio a força necessária. Se unidades da Força Aérea Estratégica são neces-

sárias, a coordenação será obtida através o comandante das Forças Aéreas do Teatro. A experiência tem mostrado que sempre que esforço adicional for providenciado, o plano e a direção da operação aérea devem permanecer com o Comando Aéreo Tático, em consulta com o Exército cuja frente seja interessada. Em tais casos, representantes da força aérea adicional devem, sempre que praticável, ser trazidos à frente para fornecer bom conselho.

F) — *Missões a pedido.* —

As seções da ligação terrestre-aérea nos Q. G. de Divisão e Corpo de Exército e o centro de informações terrestre-aéreo no Q. G. de Exército possuem uma rede de comunicações para a submissão de pedidos para esforço aéreo. Alguns de tais pedidos permitirão tempo para pre-planejamento; outros de uma natureza mais urgente apelarão pela imediata aplicação do poder aéreo. Todos os pedidos são avaliados no centro de informação terrestre-aéreo, e os pedidos aprovados são encaminhados para a sala de operações de combate. Os pedidos permitindo antecipada preparação são discutidos na conferência diária; os pedidos indicando pronta ação aérea, se aceitos pelo Comando Aéreo Tático, são atendidos imediatamente através ordens para as adequadas unidades. Informação vital obtida por reconhecimento aéreo proporciona outra fonte de missões aéreas de ação imediata. Ordinariamente, os objetivos devem ser além do alcance da artilharia e facilmente identificáveis. Missões de cooperação aproximada exigem particular atenção para estabelecer a linha de segurança de bombardeio. Os seguintes fatores operacionais serão especialmente considerados em todos os pedidos para missões, tanto pelas agências solicitantes, como executantes:

- Possibilidade de obtenção dos resultados desejados por armas da força terrestre.
- Possibilidade de colocar em perigo as tropas da força terrestre amiga pelos ataques aéreos.

- Cuidadosa descrição do objetivo.
- Cuidadosa localização do objetivo, se fôr uma instalação fixa.
- Localização, direção, velocidade de movimento, e hora de observação do objetivo, se fôr um alvo móvel.
- Mapa de referência fotográfica fornecida.
- Indicação das horas mais cedo e mais tarde aceitáveis para o ataque aéreo, bem como a hora preferida.
- Finalidade do ataque aéreo, e efeito antecipado sobre operações terrestres.

G) — *Operações decisivas* —

Em situações críticas tais como desembarques anfíbios, rupturas, transposição de cursos d'água, retiradas diurnas e exploração de sucessos iniciais, o efetivo total do Comando Aéreo Tático e da Força Aérea Tática, bem como elementos da Força Aérea Estratégica se necessários, podem ser dirigidos contra objetivos no campo de batalha.

Durante estes períodos as forças terrestres geralmente estarão exercendo seu esforço máximo e o tempo mais curto possível deve mediar entre desenvolvimentos no campo de batalha e a execução de missões aéreas apropriadas.

Durante esses períodos críticos, medidas extraordinárias podem ser tomadas para reduzir o tempo perdido entre o início de um pedido e a execução da missão aérea. A aviação pode ser despachada em intervalos de tempos regulares para atingir uma dada região, tomar contacto com elemento designado do sistema de controle de aviação, e permanecer sob alerta aéreo para um período pre-combinado. Equipagens aéreas são entrevistadas antes de levantar vôo para atacar certos objetivos no fim do período de sobreaviso, se não previamente dirigidas para um alvo por um controlador da força aérea. Elementos do sistema de controle da aviação podem ser colocados em zonas avançadas, a bordo de embarcação controladora, no ar, num carro de combate, ou próximo de um posto de comando ou quartel general, de modo a

obter cêdo informação concernente aos mais importantes alvos e para facilitar contrôle da aviação. Uma predeterminada quantidade de aviação pode ser distribuída a um controlador avançado, que seleciona os alvos e controla as missões em sua vizinhança imediata; ou pode apelar pelo esforço aéreo necessário quando surgir a necessidade.

H) — *Informações* —

A eficiência máxima do comando aéreo tático depende largamente da busca completa e pronta disseminação de informações. É essencial para operações aéreas táticas que o pessoal seja mantido completamente informado quanto à disposição das forças amigas e inimigas, a natureza e localização dos objetivos-chaves e o progresso da batalha. Quando este pedido é estabelecido como um contínuo e completo processo, operações aéreas concertadas e inteligentes são grandemente facilitadas, e somente entrevista mínima será necessária antes de qualquer missão.

O centro de contrôle tático enviará toda informação de aviação amiga e adversa para a sala de operações de combate do Q. G. do Comando Aéreo Tático, onde cartas de informações e operações completas são mantidas cobrindo a zona de operações do comando. Relatórios periódicos frequentes de operações amigas e adversas serão transmitidos pelo Comando Aéreo Tático para o Q. G. da Força Aérea Tática. Informações interpretadas ou não serão transmitidas para e de todas as unidades adjacentes.

Completa troca de informações e de informações interpretadas entre Comando Aéreo Tático e Q. G. de Exército e entre Força Aérea Tática e Q. G. de Grupo de Exércitos é essencial para o êxito de operações conjuntas.

As responsabilidades da força terrestre incluem o processo da informação aérea vital para as operações da força terrestre dos aeródromos para o Q. G. do Exército e unidades do Exército subordinadas, e o processo de informação terrestre vital para operações aéreas do Q. G. do Exército para os aeródromos.

Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano nos Teatros de Operações

Cap. Médico Dr. SAULO TEODORO PEREIRA DE MELO

CAPÍTULO 10

LABORATÓRIO DE SAÚDE

153. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-500 HB). — O laboratório de saúde é composto de estado-maior, três laboratórios móveis e agrupamento de seções técnicas, para instalar laboratório estacionário básico (V. fig. 98).



Fig. 98. Organização do laboratório de saúde de exército

154. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* O laboratório de saúde é computado a razão de um por exército ou por subdivisão da zona de etapas. Si a zona de etapas não for subdividida, os laboratórios serão localizados segundo as necessidades sanitárias. Eles procedem a investigações epidemiológicas, inspeções e estudos sanitários que dependam de exames de laboratório, inclusive de análise de água. Fornece ao serviço de saúde de exército material de laboratório e realiza as pesquisas que os outros órgãos de exército, como o hospital de evacuação, por exemplo, não podem fazer. Eis algumas das duas funções específicas:

(1) Sorologia rotineira, exames de sangue e anátomo-patológicos e outras pesquisas, pedidas por órgãos de exército que não contém com material sorológico.

(2) Análises de água ordinárias.

(3) Exames bromatológicos especiais referentes a carne, a lacticínios e a alimentos em geral.

(4) Inquéritos epidemiológicos.

(5) Distribuição de materiais especiais de laboratório, tais como reagentes, soluções, meios de cultura e outros produtos para provas biológicas, não fornecidos pelos trâmites normais de aprovisionamento.

(6) Reforça temporariamente, em caso de emergência, as seções de laboratório dos órgãos de exército.

(7) Executa necrópsias de mortes em condições excepcionais, colecionando e conservando os espécimes patológicos, de grande valor histórico e educativo. Com este fim, o estado-maior e o grupamento estacionário do laboratório localizar-se-ão em posição central em relação ao serviço, onde existam edifícios adequados, como escolas e estabelecimentos de saúde pública. Os pedidos de exames, pesquisas, etc. poderão ser feitos pelos médicos-chefes, pelos médicos-inspetores e pelos órgãos de saúde.

b. *Particularidades.* (1) *Estado-maior.* — O comandante, oficial do corpo de saúde, é o responsável pela disciplina, instrução, administração e pelas operações do laboratório em todas as situações táticas. Posto que as suas principais atribuições sejam administrativas, ele deve ser especialista de laboratório e em epidemiologia; e é diretamente responsável perante o chefe do serviço de saúde de exército e de zona de etapas. Um oficial, assistente administrativo, exerce as funções de comandante de companhia sobre o pessoal do laboratório, dirigindo o expediente do pessoal, fiscalizando a turma do rancho (V. TOE 8-500), si houver; o emprêgo dos veículos motorizados, ajudado por sargento; o aprovisionamento, auxiliado pelo sargento respectivo; e a documentação do laboratório, etc. Conta com sargentos e praças escreventes para o serviço.

(2) *Seções técnicas.* (a) *Seção de bacteriologia.* — Esta seção é comandada por oficial especializado em bacteriologia, auxiliado por outro oficial e praças técnicas. É encarregada da identificação das bactérias encontradas nas culturas, nos materiais de exame, nas amostras de água mandados de outros órgãos de exército e de zona de etapas.

(b) *Seção de patologia.* — Esta seção é comandada por oficial especializado em anato-patologia, auxiliado por praças técnicas. É encarregada do exame do material enviado pelos órgãos de exército e de zonas de etapas, da preparação dos cortes microscópicos, e do seu diagnóstico; e da sua execução de necrópsias, de natureza insólita e especial.

(c) *Seção de veterinária.* — Esta seção é comandada por oficial do corpo de veterinária, auxiliado por praças técnicas. É encarregada dos exames bromatológicos, das culturas animais, dos exames bacte-

riológicos de alimentos enviados dos órgãos de exército e das zonas de etapas.

(d) *Seção química*. — Esta seção é comandada por oficial especializado em bioquímica, auxiliado por praças técnicas. É encarregada principalmente de exames bioquímicos de sangue, urina, etc., cujos pedidos são mandados dos órgãos de exército e das zonas de etapas.

(e) *Seção de sorologia*. — Esta seção é comandada por oficial especializado em sorologia, auxiliado por praças técnicas. É sobretudo encarregada dos exames sorológicos de sangue, mandados pelos órgãos de exército e das zonas de etapa. Consta das reações de Wasserman, de Kahn, de soro-aglutinação e de outros exames que não possam ser feitos em certos hospitais.

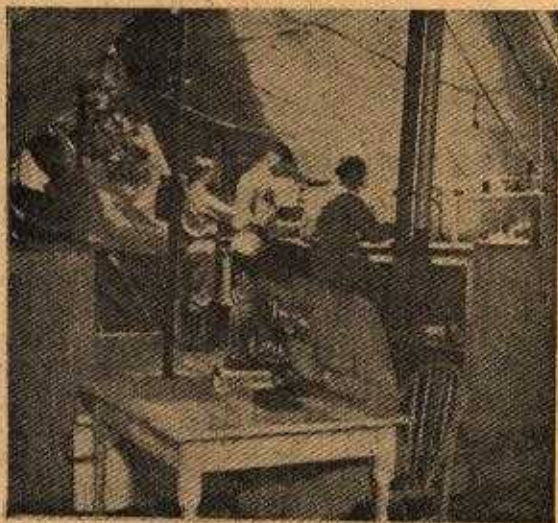


Fig. 99 — Interior do laboratório estacionário

(f) *Laboratórios móveis*. — Estas três seções idênticas contam, cada uma, com oficial médico especializado em laboratório, um sargento, dois técnicos de laboratório, dois condutores, um caminhão-laboratório, um jipe e equipamento padronizado de laboratório. O laboratório móvel é empregado para atender a situações bem determinadas; geralmente não realiza trabalhos técnicos completos e definitivos. Atende à rotina mais simples; e colige material para as pesquisas sanitárias epidemiológicas e exames subsidiários correlatos. Provas bacteriológicas e bioquímicas que precisem muito aparelhamento não são habitualmente empreendidas pelo laboratório móvel;

contudo, poderá contar com o equipamento especial do grupamento estacionário. Eventualmente, quando a área de serviços é muito extensa, um ou mais laboratórios móveis podem ser reforçados, indo constituir laboratório de corpo de exército ou de grande destacamento independentes. Os laboratórios móveis permanecem sob as ordens e a administração do seu estado-maior, mas podem arrancar por outras unidades. Cumprida a missão, voltam à jurisdição integral do estado-maior.



Fig. 100 — Vista interior de caminhão de laboratório móvel
(chassis de 2 1/2 T)

155. EQUIPAMENTO. — Além do habitual equipamento de campanha, comum a qualquer órgão, o laboratório de saúde conta ainda com barraca de esquadra para as seções de pessoal ou do laboratório, no caso de não haver abrigo preexistente; baraca pequena de parede para o comandante do laboratório; cofre, mesas, máquinas de escrever; e um equipamento-unidade, para laboratório de saúde, de exército ou de zona de etapas n. 9 727 500, cujo conjunto é padronizado para as funções adstritas ao órgão, nas menores minudências, citando-

se, entre outros artigos, instrumental de dissecação e necrópsia, estufa, autoclave, microscópio, centrifugador, vidraria, micrótomo, agitador de Khan, drogas e produtos químicos, pequena biblioteca de laboratório. Os três caminhões-laboratório dispõem de gabinete e alguns artigos não tabelados, mas a maioria deles deve ser suprida pela padronização.

156. **TRANSPORTE.** — As viaturas motorizadas da unidade são somente suficientes para a administração e o aprovisionamento do órgão; e o deslocamento do pessoal e do material dos três laboratórios móveis. Consta de vários caminhões leves e pesados; e, normalmente, dos três caminhões-laboratório especiais de 21/2T. Organicamente, não há mecânico; mas pode haver um destacado.

157. **INSTRUÇÃO.** (V. TOE 8-500 e § 257). — Os sargentos dos três laboratórios móveis devem ser especialmente treinados em trabalhos de laboratório.

158. **ADMINISTRAÇÃO.** a. *Pessoal.* — O estado-maior da da unidade encaminha a parte diária e demais documentação referente a pessoal ao quartel general do exército ou da zona de etapas, segundo as disposições regulamentares.

b. *Saúde.* — Os mapas especiais de laboratório são encaminhados aos chefes do serviço de saúde do exército ou da zona de etapas, segundo as disposições em vigor. Os modelos de pedidos de exame são preenchidos em duas vias pelos órgãos ou pelas autoridades competentes, médicos-chefes, médicos-inspetores, estabelecimentos de saúde, que requisitarem os exames. Os modelos são registados convenientemente no laboratório, sendo uma das vias arquivadas em seu fichário; e a outra remetida ao estabelecimento ou à autoridade requisitante.

c. *Aprovisionamento.* (1) — Os suprimentos automáticos de classe I são recolhidos diariamente pelo oficial aprovisionador no ponto de aprovisionamento indicado, na área de serviços de exército ou na zona de etapas. Só serão fornecidos si o laboratório dispuser de rancho destacado.

(2) — O material de saúde é obtido mediante requisição, em pedidos normais ou extraordinários, do depósito de exército ou da zona de etapas. As entregas são feitas aos veículos do laboratório mandados ao depósito. O material não existente nesses depósitos são fornecidos pelo laboratório geral da zona de etapas.

(3) — Os outros suprimentos devem ser requisitados ao mais próximo depósito correspondente.

d. *Assistência a doentes e acidentados.* — Como o laboratório não dispõe de dispensário, o pessoal deve ser tratado em dispensário do mais próximo órgão de saúde.

CAPITULO 11

COMPANHIA-DEPÓSITO DE MATERIAL DE SAÚDE DA ZONA DE ETAPAS

159. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-677). — Esta companhia conta com estado-maior, pelotão de manutenção e três pelotões iguais de armazenagem e distribuição (V. fig. 101).

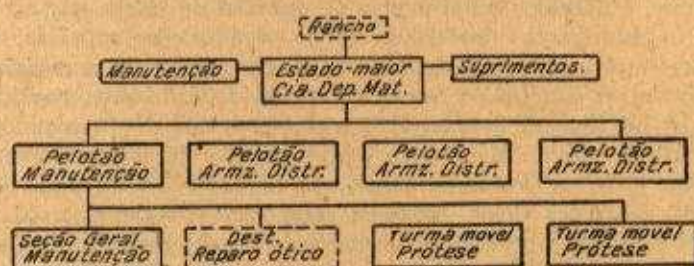


Fig. 101. Organização da Cia. Dep. de mat. saúde da zona de Etapas. Conta com meios óticos da TOE 8-500 quando necessários.

160. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* (1) — Realiza o terceiro e quarto escalões de manutenção do equipamento do serviço de saúde.

(2) — Substitui e repara as peças protéticas e os óculos, quando turmas de reparo ótico, da TOE 8-500, estão destacadas na companhia.

(3) — Recebe, armazena e distribui material de saúde para cerca de 125.000 homens, na zona de etapas (exército). A companhia pode instalar grande depósito de material de saúde na área de serviços do exército, si empregar todos os pelotões da companhia. Ou pode também instalar depósito-base, com o estado-maior, parte do pelotão de manutenção e um dos pelotões de armazenagem e distribuição; e, com cada um dos outros dois pelotões de armazenagem e distribuição, organizar depósitos de material de saúde, seja como depósito auxiliar avançado, seja como depósito independente, para corpos de exércitos ou grandes destacamentos isolados.

b. *Depósito-base.* — O depósito-base localiza-se na área de serviços de exército, preferentemente nas imediações de cabeça de estrada de ferro. É oportuno que se possa contar simultaneamente com rodovia e desvio ferroviário. Sempre que praticável, depois de desig-

nada a posição geral do depósito, o comandante, com o seu estado-maior e certas praças escolhidas, vai reconhecer o sítio e verificar as acomodações. Decide-se, então, o aproveitamento dos abrigos existentes; e estabelece-se entendimento com a engenharia de exército, para reparos, alterações, construções novas necessárias, inclusive prolongamento ou construção de derivante ferroviária.

c. *Depósitos auxiliares.* — Sob certas condições, o pelotão de armazenagem e distribuição pode instalar depósito auxiliar, para suplementar o depósito-base. Por exemplo, os depósitos auxiliares são estabelecidos para facilitar as entregas às tropas dos corpos de exército. As suas localizações sumárias são indicadas pelo chefe do serviço de saúde do exército. Os depósitos auxiliares instalam órgãos temporários, conhecidos como pontos de material de saúde, que acompanham os movimentos das tropas e das organizações supridas, obtendo êstes suprimentos do depósito-base. Os pontos de material de saúde devem ser localizados bem a frente do depósito-base, nas imediações dos hospitais de evacuação, que são os principais consumidores de material de saúde. Além disso, outro pelotão de armazenagem e distribuição pode ser destacado para corpo de exército ou grande destacamento; e, nestes casos, funciona como depósito de material de saúde independente, suprimindo-se diretamente de determinado depósito da zona de etapas.

d. *Pedidos.* — O material de saúde é pedido ao escalão de material de saúde superior, habitualmente o depósito da zona de etapas, dos seguintes modos:

(1) — Automaticamente, onde, ante o consumo médio já apurado, tenha sido estabelecido fornecimento contínuo ao depósito de exército pelos escalões superiores, conseguindo-se manter o nível necessário dos estoques.

(2) — Por pedidos normais, aprovados pelas autoridades superiores.

(3) — Por pedidos extraordinários, emergentes, também aprovados pelas autoridades superiores.

(4) — Sob saque contra créditos estipulados pelos escalões superiores, não havendo necessidade de aprovações parciais, até que êsses créditos se esgotem, sendo renovados ou substituídos por outros suprimentos. Êste sistema crêdiário é adotado quando há escassez de determinados artigos no teatro de operações, para que equitativo racionamento possa ser conseguido.

e. *Conservação de estoques.* (10) — Os depósitos de material de saúde de exército, de conformidade com o critério seguido pelo chefe do serviço de saúde, devem procurar manter nível preestabelecido de suprimentos, para período exato de tempo. A quantidade destes estoques dependerá do tipo de operações; e dos vários fatores

que possam intercorrer com o recebimento ou o consumo dos suprimentos. Só serão armazenados sortimentos completos de equipamento para as unidades dependentes; não sendo permitido estoque de material de órgãos maiores.

(2) — Os depósitos auxiliares, quando instalados, devem manter o nível dos estoques, para consumo de três dias.

f. *Escrituração dos estoques.* — Normalmente, quando a companhia instala até três depósitos, o fornecimento do material corre por única verba, sendo aberta uma só conta. Si, porém, um depósito auxiliar for organizado para atender a corpo de exército ou grande destacamento isolados, exigindo fornecimento subsidiário de depósito de zona de etapas, deve ser exarada conta especial. Durante o combate, os simples recibos de pedidos extraordinários urgentes podem constituir documentos bastantes para lançamentos contra a conta instaurada.

g. *Fornecimento.* — Todos os artigos são fornecidos segundo crédito preestabelecido ou mediante pedido dos órgãos de exército. Os pedidos precisam ser aprovados pelo chefe do serviço de saúde de exército. A cada órgão pode ser creditada certa quantidade de suprimentos em determinado período de tempo (crédito); mas estes suprimentos podem ser sacados além do limite estipulado, sem prévia aprovação do chefe do serviço de saúde. O fornecimento é feito, do depósito às unidades de exército, das seguintes maneiras:

(1) — No depósito, quer ao oficial aprovisionador subordinado, que traz o seu próprio meio de transporte; quer despachando-o, pelos transportes comuns, para as cabeças de estrada de ferro de divisão ou corpo de exército.

(2) — Por entendimento com depósito da zona de etapas e o oficial regulador, para que o embarque seja feito diretamente, sem baldeação, ao órgão de destino, hospital de evacuação por exemplo, até cabeça ferroviária contígua. Tais fornecimentos devem ser escriturados na conta da companhia, como si tivessem transitado pelos respectivos depósitos.

(3) — Em situações emergentes, entregando diretamente os suprimentos, pelos meios de transporte da companhia-depósito, ao órgão consumidor.

h. *Reparação.* — Os artigos danificados durante o transporte são transferidos para o pelotão de manutenção, para concerto; os estragados depois de distribuídos são devolvidos ao depósito, pelos meios de transporte do oficial aprovisionador subordinado, e transferidos para o pelotão de manutenção, para reparo. Os artigos sujeitos a reparação podem ter os seguintes destinos:

(1) — Reparado e devolvido ao pelotão de armazenagem e distribuição.

(2) — Consertado é devolvido ao oficial aprovisionador que solicitou o concerto.

(3) — Encaminhado ao depósito como imprestável, sendo guardado para exame, si esta formalidade for julgada necessária.

(4) — Recambiado ao escalão superior de aprovisionamento, para oportunas providências.

i. *Particularidades.* (1) *Estado-maior.* (a) *Comandante.* — O comandante é responsável, perante o chefe do serviço de saúde do exército pela administração, operação, instrução e disciplina da companhia e pelo emprêgo tático do depósito ou dos depósitos de exércitos. Os pedidos das unidades de exército geralmente passam pelo chefe do serviço de saúde de exército, para aprovação, antes de chegarem às mãos do comandante da companhia.

(b) *Subcomandante.* — Este oficial, também comandante do pelotão de manutenção e elemento da seção geral de manutenção, é o principal auxiliar do comandante, substituindo-o em sua ausência. Toma decisões dentro de critério adotado.

(c) *Ajudante.* — É auxiliar administrativo do comandante, em cuja qualidade executa a administração e a correspondência rotineiras, secundado por sargento ajudante (major) e escrevente.

(d) *Ajudante-assistente* — É geralmente subtenente, encarregando-se da gestão das seções de rancho, manutenção e intendência. Pode também ser designado comandante do destacamento de praças da companhia, respondendo pela disciplina, administração, instrução e pela escala de serviço dela, sendo auxiliado pelo pessoal necessário.

(e) *Rancho.* — Esta seção, às ordens do sargento do rancho, é encarregada de preparar e servir a alimentação da companhia. Há geralmente quatro cozinheiros, cada um dos quais poderá acompanhar cada pelotão, si eles operarem isoladamente.

(f) *Manutenção.* — Esta seção, sob as ordens do sargento de motor é encarregada da execução dos primeiro e segundo escalões de manutenção dos veículos motorizados distribuídos à companhia.

(g) *Intendência.* — Esta seção, sob as ordens do sargento aprovisionador, é encarregada da aquisição, armazenagem e distribuição de todos os suprimentos usados pela companhia. Nada tem que ver com a função geral de aprovisionamento da companhia-depósito.

(2) *Pelotão de manutenção.* — Este pelotão compreende seção geral de manutenção, seção de reparo ótico, e duas turmas móveis de prótese dentária.

(a) *Seção geral de manutenção.* — Esta seção conta com dois oficiais especializados em manutenção de equipamento de saúde, sendo o mais graduado também subcomandante; com mestre mecânico, carpinteiro, escrevente, mecânico, pintor, lanterneiro, eletricista, soldador

e outras praças técnicas especializadas em conservação de material de saúde. Esta seção realiza o terceiro e quarto escalões de manutenção do material de saúde, que consistem:

1. Primeiro escalão de manutenção pelo indivíduo detentor da peça de equipamento, que consiste em mantê-la limpa, lubrificada, si for o caso, dispensando-lhe os cuidados rotineiros diários, para conservá-la em condições satisfatórias.

2. Segundo escalão de manutenção pela unidade a que pertença o equipamento, isto é, companhia, batalhão, hospital, etc., cuja execução compete a técnico que saiba manejar os mais simples instrumentos disponíveis: como, por exemplo, a mudança da lona da padiola.

3. Terceiro e quarto escalões de manutenção pela companhia-depósito da zona de etapas e pelas turmas de manutenção da TOE 8-500, o que é elaborado por mecânicos e técnicos hábeis, servindo-se de instrumental mais aperfeiçoado: como, por exemplo, o conserto de aparelho controle de radiologia. O pelotão de manutenção da companhia-depósito acha-se em condições de executar reparos de terceiro e quarto escalões.

4. Quinto escalão de manutenção pela manufatura respectiva, em depósito de material de saúde da zona do interior ou pelas turmas de quinto escalão tipo 3 (BL) da TOE 8-500, que exige instrumental ainda mais aprimorado, permitindo fazer peças inteiras: como, por exemplo, a reparação de aparelho de raio-X esmagado em acidente de caminhão.



Fig. 102 — Caminhão-oficina de reparo ótico (chassis de 2 1/2 T)

(b) *Seção de reparo ótico.* — Os meios de reparo ótico da TOE 8-500 podem ser computadas na seguinte proporção: uma turma de

reparo ótico tipo n. 1 (BF) e 2 turmas de reparo ótico tipo n. 2 (BG) por 150.000 homens da zona de combate.

1. *Oficina de reparo ótico.* — Esta subseção utiliza caminhão-oficina de reparo ótico. É comandada por oficial oculista que também fiscaliza as atividades das turmas móveis de reparo ótico. Conta com um condutor e certo número de praças técnicas. É encarregada da confecção e do conserto dos óculos comuns e das máscaras contra gás, inclusive graduação de lentes. Pode deslocar-se, acompanhando a tropas, ou permanecer no depósito base, mandando avançar as turmas móveis. O oficial oculista controla as prescrições de lentes pelos próprios assentamentos dos soldados. Os médicos-chefes e os comandantes das unidades devem cooperar com a oficina para arranjar óculos para aqueles que precisem.

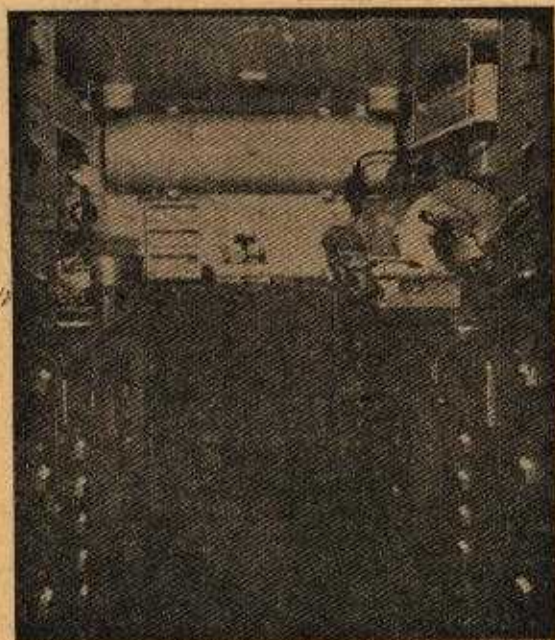


Fig. 103. — Interior de caminhão de reparo ótico.

2. *Turmas móveis de reparo ótico.* — São duas turmas iguais, contando cada uma com duas praças técnicas, o necessário instrumental portátil e um jipe; encarregam-se do conserto de óculos quebrados, recebendo as lentes da oficina de reparos óticos. Atendem ambulamente as unidades que necessitem dos seus serviços, junto às quais permanecem até desobrigarem-se dos seus encargos. Suple-

mentam os trabalhos da oficina, aumentando-lhe a capacidade e o alcance.

(c) *Turmas móveis de prótese dentária.* — São duas turmas iguais, contando cada uma com oficial dentista e três técnicos dentários. Movimentam-se, em caminhão dentário próprio, de unidade em unidade, atendendo o serviço de prótese dentária, onde ele não possa ser feito por falta de meios. Os dentistas das unidades devem ser informados da sua chegada, para apresentar-lhe os pacientes que precisam de trabalhos de prótese.



Fig. 104 — Vista interior do caminhão de laboratório dentário (chassis de 2 1/2 T)

(3) *Pelotões de armazenagem e distribuição.* — Há três destes pelotões em cada companhia-depósito. Podem funcionar conjuntamente em depósito-base; ou um pode acionar o depósito-base e os outros dois instalar depósitos auxiliares para corpos de exército isolados ou ser deslocados para junto de tropas avançadas ou hospitais de evacuação, etc. Cada pelotão dispõe de dois oficiais e certo número de praças. Um dos oficiais auxiliado por sargento, comanda o pelotão e trata da administração do material de saúde; o outro, também assistido por sargento, encarrega-se do armazém, fiscalizando a classificação dos estoques por artigos. O pessoal restante consiste em gerente, escreventes, empacotadores, conferentes

e reparadores, que conferem o material à chegada, classifica-o, arruma-o em lugares certos indicados pelo gerente, prepara-o para despacho e enrola-o nos pedidos. O pelotão faz os seus pedidos, quando notificado pelo depósito que o material está pronto.

161. **INSTALAÇÃO.** a. *Generalidades.* — Para bem funcionar o depósito de material de saúde, é preciso prever cuidadosamente a instalação do armazém, porque a vasta quantidade deste material exigida por um exército obriga que o seu armazenamento seja tão perfeito que torne a sua distribuição e o seu despacho o mais simples e expeditos possíveis. Pode ser armazenado em edifícios preexistentes, em abarracamento da unidade e mesmo sob lonas enceradas, quando se tratar de certos artigos. Espaço suficiente, características topográficas, condições climáticas, transporte, locação dos estoques em relação ao ponto de carregamento e equipamentos disponíveis são circunstâncias que devem ser consideradas.

b. *Depósito-base.* (1) *Armazém.* — Em situação ideal, o depósito deve ser instalado em edifícios permanentes ou semipermanentes. Dois edifícios, um grande armazém e um menor contíguo, são aconselháveis. A figura 157 dá idéia de depósito acomodado dentro de grande edifício. O rancho, o almoxarifado e a oficina de manutenção são instalados em edifício menor, onde é também recomendável a localização do estado-maior, porque a separação do destacamento da unidade do escritório do depósito facilita a distinção entre a administração da unidade e a do depósito.

(2) *Abarracamento.* — A TOE prevê barracas de esquadra para abrigo dos estoques, quando necessário. Cada barraca é marcada com o número da classe de suprimento que deve abrigar, segundo o catálogo de material de saúde; por exemplo, classe I, II ou III, etc. Piso seco, boa ventilação são condições necessárias. Qualquer material disponível deve ser aproveitado, como táboas, galhos, troncos ou pedras.

(3) *Lonas alcatroadas.* — Certos artigos podem ser seguramente guardados sob lonas alcatroadas, do lado de fora; são arrumados em estrados e cobertos com as lonas, que são amarradas em volta, e convenientemente rotulados.

(4) *Depósitos.* — Ainda que não exista tipo padrão convencional de depósito auxiliar, o plano de montagem do depósito-base (fig. 157) pode aplicar-se ao depósito avançado. As construções existentes no sítio da posição escolhida devem ser aproveitadas, quando disponíveis; e as lonas usadas, si necessárias.



Fig. 105 — Armazem de depósito de material de saúde de exército, no sul do Pacífico

162. EQUIPAMENTO. — O equipamento da companhia-depósito não compreende o material de saúde de distribuição. É o seguinte:

- a. Equipamento de campanha comum a qualquer órgão, inclusive cozinha de campanha e toldos.
- b. Duas barracas de manutenção, sendo uma para a seção geral de manutenção e outra para a oficina de reparo ótico.
- c. Doze barracas de esquadra e lonas alcatroadas para abrigar os estoques.
- d. Mesas, cadeiras, máquinas de escrever, de calcular e de numerar e outros utensílios de escritório.
- e. Coleções de reparo ótico, portáteis ou montadas no caminhão, para manufaturar ou consertar óculos, inclusive graduação de lentes. A oficina de reparo ótico, comportando lentes, aros e instrumental de graduação e conserto, acomoda-se em caminhão privativo e reboque de carga de duas rodas e 1T, constituindo unidade móvel de reparo ótico. As duas turmas móveis de reparo ótico são equipadas com duas coleções portáteis, cada uma das quais contida em duas canastras MD, compreendendo todo o equipamento necessário, como lentes e aros, para reparação dos danos mais comuns de óculos, na área dos serviços de exército. Lentes, aros, alças, narigueiras e outras peças sobressalentes são mantidas em estoque.

f. Dois laboratórios dentários completos, montados em caminhões especiais. O equipamento consta de banco de trabalho, pequena oficina, torno modelador, cadeira dentária articulável, etc.

g. Máquina de costura, aparelhamento para reparar raio-X, para soldar, utensílios de carpinteiro, mecânico, pintor, capoteiro, torno e outros instrumentos; equipamento completo de manutenção de motores.

h. Cofre, geladeiras, catálogos de material de saúde, coleção de letreiros para rotulagem, alçapremas, moitões e outros aparelhos de armazém.

163. TRANSPORTE. — É suficiente para a administração normal; não pode transportar a companhia, nem distribuir regularmente material de saúde. Destina-se principalmente aos seguintes encargos:

a. Transporte dos suprimentos da unidade, como rações, etc.

b. Transporte de material de saúde do depósito-base para os escalões avançados, depósitos auxiliares avançados, e ocasionalmente para outros órgãos requisitantes. Em regra, estes órgãos devem mandar os seus meios de transporte ao depósito.

c. Transporte de suprimentos e equipamentos de saúde dos depósitos de zona de etapas para os de material de saúde de exército.

d. Transporte do pessoal das turmas do depósito, etc, quando em objeto de serviço.

e. Transporte de pessoal e material, por contingências táticas; sendo, neste caso, suplementado por viaturas motorizadas de exército. Normalmente o transporte consta do seguinte: dois caminhões de laboratório dentário de 21/2T, um caminhão de unidade móvel de reparo ótico de 21/2T, oito reboques de 1T e vários caminhões leves e pesados.

164. INSTRUÇÃO. a. *Individual*. — Além do treinamento básico, muitos técnicos e sargentos devem ser exercitados em técnicas especiais de campanha, para simples adaptação das suas atividades civis; outros, ao contrário, devem ser iniciados nas especialidades, em escolas técnicas especiais ou em cursos técnicos feitos na própria companhia. Para adaptação militar da própria profissão, os cursos técnicos dos depósitos de material de saúde, na zona do interior, são muito vantajosos. Entre os técnicos, citam-se: guardas de armazém; empregados de arquivo, despacho, estoques, oficinas e outros; técnicos de manutenção de material de saúde; oculistas; cozinheiros, condu-

tores, mecânicos, pintor, enfardador, conferente, capoteiro, eletricista, biscateiro; técnicos de prótese dentária; soldadores; e outros.

b. *Conjunta*. — Assim que a instrução individual tenha atingido certo grau de proficiência, o treinamento conjunto de turma, pelotão, dependência e seção pode começar. Os agrupamentos praticarão juntos, coordenadamente. Os assuntos compreenderão o real funcionamento de oficina, dependência, turma, etc.; armar barracas, dirigir comboios, etc. Os exercícios de companhia abrangerão montagem de depósitos de material de saúde, carregamento e descarregamento de trens e caminhões.

c. *Combinada*. — O treinamento combinado deve ser previsto durante as grandes manobras.

165. **ADMINISTRAÇÃO.** a. *Unidade*. — A unidade tem atribuições administrativas comparáveis as da companhia independente. As partes diárias e as demais documentações são encaminhadas ao quartel-general de exército.

b. *Depósito*. — A companhia-depósito é também encarregada da administração interna do depósito. Vários registros devem ser mantidos pelo pessoal das seções de recebimento, armazenagem e fornecimento. Quando o material é recebido, devem ser feitas notas de entrada e conferidas as de carga, frete e despacho; o caixeiro-chefe e o seu auxiliar preparam relação sumária; termo de recebimento completo, com faltas ou com artigos danificados; e mapa de balanço. A conta de estoques é registada pelo encarregado dos estoques, que deve fazer periódicos balanços dos suprimentos. As notas de saída e expedição devem ser tiradas para todos os fornecimentos aos escalões inferiores. Para maiores minudências sobre o preparo e o destino da escrituração consultar o AR 35-6560.

c. *Compras e contratos locais*. — A compra de suprimentos e os contratos correlatos locais ficam sob o controle do comandante do teatro de operações, quando o depósito de material de saúde de exército funciona nesse teatro. As compras são feitas de conformidade com as instruções do comandante do teatro.

d. *Aprovisionamento*. — Os suprimentos da classe I são automaticamente entregues nos pontos de aprovisionamento indicados, na área de serviços de exército. Os outros suprimentos são pedidos ao mais próximo depósito correspondente.

e. *Assistência a doentes e acidentados*. — Os doentes e acidentados são atendidos no mais próximo órgão de saúde que dispuser de dispensário, geralmente hospital de evacuação.

CAPITULO 12

DISPENSÁRIOS GERAIS

SEÇÃO I

GENERALIDADES

166. GENERALIDADES. — A TOE 8-500 computa dois dispensários gerais: o tipo n.º 1 (GA), capaz de prestar serviço médico ambulatorio em área ou estabelecimentos cujos efetivos variem de 2.000 a 5.000 homens; o tipo n.º 2 (GB), a efetivos de 5.000 a 10.000. Um dispensário geral presta serviço ambulatorio a unidades ou áreas que não dispõem de dispensários privativos; e procede inspeções de saúde determinadas por autoridades superiores. É instalação fixa da zona de etapas, sob as ordens do chefe do serviço de saúde dessa zona, montada em construções permanentes ou temporárias. A dotação de abarracamento não lhe permite desembaraçado funcionamento a descoberto. As grandes guarnições geralmente exigem serviços de dispensário, cuja assistência é exclusivamente ambulatoria e não hospitalar. Os pacientes que necessitam ser internados serão transferidos para o mais próximo hospital, geralmente posto hospitalar ou hospital geral.

SEÇÃO II

DISPENSÁRIO GERAL TIPO N. 1 (GA)

167. ORGANIZAÇÃO. — Este dispensário é constituído de estado-maior e seis seções técnicas (V. fig. 106).

168. FUNÇÕES. a. *Generalidades*. — Ver § 166.

b. *Particularidades*. (1) *Estado-maior*. (a) — O comandante, oficial do corpo de saúde, é o responsável pela administração, instrução, disciplina e pelo emprego tático do dispensário em todas as situações. Classifica o pessoal e supervisiona as atividades das diferentes seções.

(b) Assistente administrativo pode ser encarregado da administração rotineira do estado-maior, da documentação recebida e expedida, das ordens, da correspondência, das praças do dispensário, dos registos de doentes e feridos. Controla o emprego dos veículos distribuídos; sendo também o oficial aprovisionador. O dispensário não possui rancho orgânico; a turma de rancho da TOE 8-500 poder-

lhe-á ser destacada. O oficial administrativo é auxiliado por escrevente-datiilógrafo que pode também ser encarregado da recepção de pacientes.



Fig. 106 Organização do dispensário geral tipo n.º 1 (G.A.)

(2) *Seção médica.* — Esta seção conta com dois oficiais do corpo de saúde, um dos quais deve ser internista especializado, e com certo número de praças técnicas. É encarregada dos exames, dos diagnósticos, do tratamento ambulatorio dos doentes e das inspeções de saúde dos doentes. Um dos oficiais pode ser designado para receber os pacientes, classificando-os e encaminhando-os às respectivas seções. O registo das matrículas é feito por escrevente. O outro oficial pode ser indicado para controlar a farmácia e o laboratório.

(3) *Seção cirúrgica.* — Esta seção conta com um oficial do corpo de saúde, cirurgião qualificado, e uma praça técnica. É encarregada dos exames, dos diagnósticos, do tratamento ambulatorio dos feridos e das inspeções de saúde dos feridos. Curativos e pequena cirurgia podem ser executados no dispensário, sendo os casos importantes transferidos para hospital. A seção é encarregada da profilaxia antivenérea.

(4) *Seção de oftalmo-otorrinolaringologia.* — Esta seção conta com oficial do corpo de saúde, especialista, e de uma praça técnica. É encarregada dos exames, diagnósticos, do tratamento ambulatorio dos casos da especialidade e das inspeções de saúde respectivas.

(5) *Seção dentária.* — Esta seção conta com oficial dentista e praças técnicas. É encarregada dos exames, dos diagnósticos, do tratamento dentário e das inspeções de saúde, na parte que lhe diz respeito.

(6) *Laboratório.* — Um técnico de laboratório, sob as ordens de oficial das seções médica ou cirúrgica, é encarregado de proceder os exames rotineiros, tais como urinálises, hematimetria, esfregaços de pús e de fezes sendo os exames mais complicados encaminhados ao laboratório de saúde.

(7) *Farmácia.* — A farmácia é atendida por sargento e um técnico, sob o controle de oficial de uma das seções médica ou cirúrgica. É encarregada da armazenagem, preparação e distribuição das drogas e receitas; da conservação do fichário e do registo dos narcóticos.

169. EQUIPAMENTO. — Além do equipamento de campanha de uso geral, com exclusão de cozinha, este dispensário conta com uma barraca de esquadra, uma barraca pequena de paredes, máquina de escrever e uma unidade-equipamento de dispensário geral, 9.723.005, que compreende os seguintes artigos:

- a. Drogas e outros suprimentos de consumo para trinta dias.
- b. Estetoscópio, esfigmomanômetro, balança, canastra MD 2 e outros instrumentos médicos.
- c. Coleção de instrumental, esterilizador, aventais, luvas, punças, talas, goteiras, seringas, material profilático e outros artigos de cirurgia.
- d. Otoscópio, oftalmoscópio, coleção de prova para acuidade visual, nebulizador, espelho frontal e outros artigos de oftalmo-otorinolaringologia.
- e. Canastra de laboratório, contendo microscópio, centrifugador, hematímetro, pipetas, buretas, copos graduados, lâmpada, tubos e outros utensílios de laboratório.
- f. Balança granatária, frascos, vidraria graduada e outros artigos de farmácia.
- g. Canastra MD 60 para oficial dentista, compreendendo cadeira, broca-motor, instrumentos e pequena oficina; e canastras MD 61 e 62, contendo material de prótese.

170. TRANSPORTE. — O transporte motorizado do dispensário é suficiente somente para a administração rotineira, não podendo carregar o equipamento. Há uma ambulância para uso local e o transporte de pacientes para hospital próximo; e um caminhão para os suprimentos e necessidades gerais.

171. INSTRUÇÃO. — a. *Individual*. — Além da instrução básica, certo número de técnicos deve ser treinado em escolas especiais de especialistas, em hospitais fixos a que esteja adida a unidade para fins de instrução, ou em cursos técnicos da própria unidade. Estes técnicos são de medicina, cirurgia, laboratório, farmácia e administração.

b. *Conjunta*. — Quando o treinamento básico individual estiver suficientemente adiantado, os instruendos de cada seção podem ser adestrados em trabalhos conjuntos e coordenados, utilizando o equipamento regulamentar.

c. *Combinada*. — O treinamento combinado pode ser desenvolvido na própria profissão civil das praças, adaptando-se ao meio militar.

172. **ADMINISTRAÇÃO.** a. *Pessoal.* — O estado-maior da unidade encaminha as partes diárias e os outros documentos referentes a pessoal aos quartéis-generais local ou da zona de etapas, segundo as disposições vigentes. Deve-se prever abrigo para o dispensário; não, porém, para o pessoal.

b. *Saúde.* — A dependência de recepção mantém arquivo de todos os pacientes que transitarem pelo dispensário, com entrada e destino. O registo dos casos individuais são mantidos nos livros de visita da companhia; e seja nas fichas de evacuação (modelo WD AGO 8-26), seja nas papeletas de destino (modelo WD AGO 8-24) dos pacientes, quando determinado pelo chefe do serviço de saúde do teatro de operações. Os pacientes são transferidos para hospitais com a ficha de evacuação. A folha de informações (modelo WD AGO 8-23), juntamente com as fichas de evacuação, é encaminhada mensalmente ao chefe do serviço de saúde da zona de etapas. O mapa estatístico (modelo 8-122) é enviado ao chefe do serviço de saúde da zona de etapas, segundo as disposições vigentes. As outras documentações são usadas e encaminhadas, de conformidade com os regulamentos em vigor.

c. *Aprovisionamento.* (1) — Os suprimentos de classe I só são recolhidos, quando existe rancho destacado.

(2) O material de saúde e os demais suprimentos apanhados pelo oficial aprovisionador no mais próximo depósito correspondente, depois de aprovação pela zona de etapas ou pelo quartel-general local.

d. *Assistência a doentes e acidentados.* — O próprio dispensário atende o seu pessoal.



Fig. 107 — Dispensário geral no norte da Irlanda

SEÇÃO III

DISPENSÁRIO GERAL TIPO N. 2 (GB)

173. ORGANIZAÇÃO. — Este dispensário é constituído de estado-maior, serviço médico, serviço cirúrgico, serviço dentário, farmácia e laboratório (V. fig. 108).

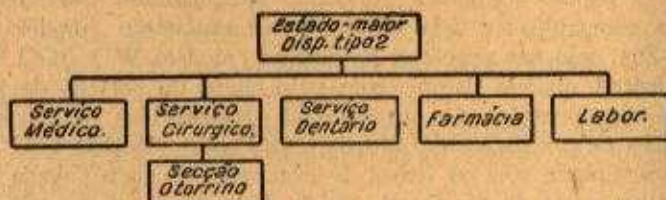


Fig. 108. Organização do dispensário geral tipo n 2 (G.B.)

174. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* — Vêr § 166.

b. *Particularidades.* — As funções especiais dos serviços e das seções deste dispensário são as mesmas que as correspondentes do dispensário n.º 1. Há normalmente 3 oficiais dentistas, 2 cirurgiões, 3 internistas e 2 óculo-auristas; sendo, portanto, maior a capacidade deste dispensário.

175. EQUIPAMENTO. — É essencialmente o mesmo que o do dispensário tipo 1, porém em maior volume.

176. TRANSPORTE. — É o suficiente para o transporte da administração rotineira, não podendo deslocar a unidade. Existe uma ambulância para os transportes locais e dos pacientes a hospital circunvizinho. Há também caminhões leves e reboques.

177. INSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. — São essencialmente as mesmas que as do dispensário geral tipo n.º 1.

Lendo a Revista de Cavalaria Americana

A observação avançada nas operações de Cavalaria

(The Cavalry Journal)

O n.º de Março-Abril de 1945, dessa revista apresenta-nos uma sugestiva nota de Instrução, formulada pelo 106 Regimento de Cavalaria durante a 2.ª guerra mundial a respeito da necessidade do treinamento dos observadores avançados entre os próprios cavalarianos que achamos útil transcrever pelos ensinamentos que contem.

Trad. do Ten. Cel. Armando Vasconcellos

A importância da Artilharia na guerra presente não pode ser subestimada. Um grande vulto de baixas foi causado por ela.

As unidades de reconhecimento, frequentemente, acham-se bastante avançadas do corpo principal das tropas, e por isso, oferecem os mais úteis postos de observação, para a pesquisa constante de objetivos da Artilharia que, muitas vezes, não podem ser alcançados pelo tiro direto das armas da Cavalaria. Os ensinamentos do combate provam que uma inteira ligação entre a Cavalaria e a Artilharia, tal como num "team" de Infantaria e Artilharia, se torna imperativo.

Frequentemente um regimento de Cavalaria (Group) conta com um Grupo de Artilharia em apoio direto. Comquanto essa associação proporcione a criação de Observadores Avançados, eles não são em número suficiente para cobrir todo o setor afeto a Cavalaria. Além disso, ações locais empreendidas por pelotões isolados não podem ser percebidas pelos observadores avançados de Artilharia.

As transmissões pelo rádio, organicos da Cavalaria são as mais indicadas para êles. Os canhões de assalto podem fornecer precioso e eficaz tiro indireto. Os elementos destacados à frente, em cadeia, constituem bons observadores avançados. As tropas de Cavalaria, pois, podem vantajosamente aprender os *métodos de observação avançada da Artilharia*.

Os homens, para isso, devem ser exercitados em ajustar o tiro, em conhecer *como* proceder para produzir o maior dano ao inimigo com o mínimo de munição, saber pela *natureza dos alvos que tipo de tiro* pedir e poder julgar *quando* o emprego do tiro é mais eficaz.

Em uma situação em que os Pelotões de Cavalaria se dispersam, nem sempre é possível ao seu Cmt. pedir o tiro de Artilharia. Conseqüentemente, é preciso que os soldados tenham a mesma possibilidade do oficial; cada homem em um pelotão de reconhecimento podendo pedir e ajustar rapidamente o tiro da Artilharia sobre alvos de oportunidade. Para ser ativo esse treinamento incluiria o conhecimento dos princípios da observação avançada como está indicado no F M — 6 — 135 e praticá-los com o emprego dos canhões de assalto da tropa E.

Várias oportunidades evidenciaram ao 106 de Cavalaria a necessidade deste treinamento. Durante as operações na Normândia, no NE de França e na Alemanha em Agosto de 1944.

"No recente movimento realizado depois da ruptura da Normândia, as tropas de Cavalaria avançaram além do corpo principal do Exército do General Patton acossando as forças inimigas por todas as estradas que se dirigiam para Paris. Normalmente, essas consistiam de um canhão anti-carro 88 m/m, reforçado por um canhão de 20 m/m (Flak-gun) protegido por uma força de possivelmente 50 a 100 infantes. Estas estradas precisavam ser desimpedidas para o avanço.

(1) Field Manual americano

O canhão anti-carro inimigo era assestado na posição para um alcance mínimo de 2000 jardas.

Os canhões de assalto, lançavam-se aos pares em apoio a' tropa de reconhecimento, e foram insuperáveis como tiro indireto da Artilharia. O terreno elevado, os altos edificios e, eventualmente, as janelas dos 2.ºs pavimentos foram utilizadas como postos de observação, enquanto homens a pé se deslocavam para a frente afim de reduzir a força recalcitrante." (Relato de Novembro de 1944).

"Na floresta de Parroy, quando o Regimento de Cavalaria apeou para combater como Infantaria, os canhões de assalto prestaram de novo sua contribuição como Artilharia. A observação era normalmente limitada a um raio de ação não superior a 200 jardas.

As patrulhas de observação equipadas com o rádio SCR 510 movimentaram-se ao contacto com as posições inimigas e pediram o tiro de Artilharia — um, incalculavel auxilio da progressão, terrível papel de amolecimento do inimigo".

Em Dezembro de 1944 :

"Em um rincão próximo a Drulingen, França, um comandante de pelotão de reconhecimento e um sargento de secção em uma posição avançada de cavalaria desempenharam-se bem das funções de observação avançada da Artilharia de Corpo. Sua eficiência nos pedidos rápidos de tiro eficaz de Artilharia foi notoria na destruição de uma coluna inimiga de Infantaria — carros que ameaçava o flanco do Corpo".

Em Janeiro de 1945 :

"Quando o 7.º Exército combatia próximo ao Rio Saar, as secções de Cavalaria foram encarregadas de realizar a observação avançada para 2 grupos de Artilharia de Campanha e 1 grupo de morteiros germanicos de 4,2 afetos ao grupo de Cavalaria. Em várias ocasiões sérias baixas foram inflingidas ao inimigo contra objetivos no limite de alcance as quais não podiam ser conseguidas pelo tiro direto."

Roteiro de uma política econômica

O RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL

— Está publicado o relatório do Banco do Brasil. É um documento franco, claro, sem cair no delírio dos otimismoes que anestesiam, mas fugindo, igualmente, ao estilo cassandra desses comentadores que veem sombras por todos os lados. Há uma crise séria — que é universal — e uma inflação ameaçadora. São dois males terríveis, não vale negá-lo, temos, porém, condições para os reduzir, imediatamente, e os vencer sem grandes demoras. Nas considerações que precedem a prestação de contas e explicação de operações o sr. Guilherme Silveira chama a atenção para um perigo em que não se tem reparado, com os cuidados precisos — a inflação de crédito. Surgiram bancos por toda a parte e bancos de toda a espécie. Em muitos deles o capital é meramente nominal. Nasciam para receber depósitos de Institutos e autarquias e lançarem-se na febre dos financiamentos de imóveis. Desviaram-se, deste modo, muitos milhões de cruzeiros que deviam estar estimulando a produção ou contribuindo para a limitação da crise de casas populares. Muito mais que um relatório o trabalho do Presidente do Banco do Brasil é um estudo lucido do panorama econômico nacional e o roteiro de uma política a que não podemos fugir. Aliás, no recente decreto sobre os bancos, estabelecendo um ambiente de calma onde já se percebia nervosismo, sente-se que o governo da República concorda com o pensamento e as críticas do sr. Guilherme Silveira.

Nos capítulos que poderíamos chamar estritamente bancários, vê-se a prosperidade do nosso principal estabelecimento de crédito e revela-se o esforço que realizou, quasi sozinho, na defesa da produção, assistindo, pelo financiamento, às culturas mais imediatamente ameaçadas pelo declínio de exportações e angustiosa carência de transportes.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

"Quem quer compreender a guerra deve procurar compreender os que a fizeram."

Cel. York de Wartenburg.

*

"Para manter ativa, em tempo de paz, a inteligência de um Exército, conservando-o constantemente voltado para o estudo da guerra, não há livro mais fecundo em meditações do que o da História. Se a guerra, em seu aspecto mais elevado, é a luta de duas vontades mais ou menos poderosas e esclarecidas, a justeza das decisões inspira-se sempre nas mesmas considerações do passado e a sua arte baseia-se sempre nos mesmos fundamentos."

Marechal Ferdinand Foch

À GUIZA DE PROGRAMA

N. da R. — As judiciosas palavras que adiante estampamos são de um nosso camarada, jovem oficial de valor sobejamente comprovado e habituado a observar e meditar o amplo cenário — o meio e o homem — no qual cada um de nós tem que representar um papel, compatível com as possibilidades de cada qual, mas sempre objetivo, constante, profícuo e sobretudo honesto, se não quisermos falhar às finalidades que o dever cívico e a inteligência nos impõem.

O Exército não é apenas uma escola técnico-profissional, nem a capacidade intelectual de seus oficiais deve deixar-se confinar no campo, embora vasto, do ofício das armas. E' mister não perder de vista, jamais, sua função social, que se estende desde a educação, a instrução e o revigoramento do homem simples até à cooperação intelectual e superior com as elites, em todos os ramos dos conhecimentos humanos, sobretudo num país como este imenso Brasil.

Estamos, por isso, de pleno acôrdo com os conceitos emitidos por aquêlê nosso digno camarada, e os subscrevemos, pois vêm ao encontro dos repetidos apêlos que vimos fazendo pelas páginas da nossa revista, no sentido de fugirmos ao marasmo intelectual que ameaça invadir os espíritos mórmente numa fase de nossa existência nacional, que exige, imperiosamente, a congregação racional e sistemática de tôdas as energias, se não quisermos sossobrar no mar encapelado das transformações sociais em que o mundo se debate.

ROTEIRO DE ESTUDO

Cap. Nelson Werneck Sodré

(Redator chefe desta seção)

A necessidade, para o militar, de uma cultura geral que o habilite à compreensão de problemas ligados, direta ou indiretamente, ao exercício profissional, é hoje, sem dúvida, um tema que passou em julgado, incorporando-se aos assuntos indiscutíveis. Essa necessidade, em relação ao nosso país, entretanto, tem um interesse todo particular, por dois motivos de grande importância. O primeiro liga-se a deficiências que nos são próprias, entre as quais se encontra a precariedade na formação de grupos numerosos, dotados de recursos e conhecimentos indispensáveis à abordagem dos problemas de cultura geral. Entre os grupos aptos a desenvolver tais problemas, pela sua formação, onde um ensino de base se tornou fundamental, está o dos militares. Seria uma dispersão inútil de energias deixá-lo à margem, ou conservar-se ele próprio à margem, num momento em que o nosso país empreende uma acelerada marcha de recuperação, para enfileirar-se entre as nações que ponderam no desenvolvimento humano. O segundo está estreitamente vinculado ao próprio exercício profissional, e se condiciona ao imperativo de carreira que leva o militar às regiões mais diversas do país, pondo-o em contato com os seus problemas particulares e com os problemas gerais, que em toda a parte apresentam alguns de seus aspectos. Não há, provavelmente, entre os grupos profissionais do país, outro que tenha as facilidades de conhecer, diretamente, tais problemas, vendo-os em suas fontes e assistindo ao seu desenvolvimento. As características profissionais do militar forçam-no a conhecer o país. Não em algum de seus setores, mas em muitos deles. É natural que, após alguns anos de exercício profissional, tendo conhecido regiões as mais diferentes, esteja em condições de possuir uma visão de conjunto do Brasil. Conhecer através dos livros é sempre interessante. Nada substitui, entretanto,

o conhecimento direto, complementado pelas aquisições que o estudo dos livros fornece. Ora, êsse conhecimento direto, está ao alcance do militar, em medida excepcional. Deixá-lo inerte, como ilustração individual, ou mera eventualidade da rotina de carreira, constitui um desperdício a que o país não pode ficar indiferente.

Se tais considerações não fossem suficientes para justificar o enorme interesse que os temas de cultura geral, e a participação do militar nesses temas, oferecem, a comprovação diária de que esses temas se relacionam, em proporção cada vez mais intensa, com o próprio exercício profissional, seria um motivo para admitir o assunto como impositivo, na escala de seu valor. Esse entrelaçamento da cultura geral com a cultura profissional, que não se observa, naturalmente, somente em relação ao militar, adquire traços cada vez mais curiosos. Êsses traços não vêm, apenas, de uma evolução espontânea, que se observa em todos os países, mas, também, de condições peculiares ao nosso meio. A guerra se torna uma técnica acentuadamente complexa, exigindo, ao lado de especialização esmerada, — ligada ao preparo profissional, — conhecimentos variados, — que só a cultura geral pode fornecer, — aparelhando o militar para misteres que as antigas exigências guerreiras dispensavam.

Mas é evidente que a aquisição e o desenvolvimento da cultura geral, no que diz respeito ao militar, deve cingir-se a uma orientação, a um método. A cada um, individualmente, e nem só ao militar, é dado, por tendências inatas ou adquiridas, aumentar o cabedal de seus conhecimentos, trabalhando setores os mais diversos. Os benefícios, entretanto, da aquisição de cultura geral, tratando-se de profissionais especializados, devem ultrapassar o âmbito pessoal para servir à comunidade e à classe. As Forças Armadas são instituições de trabalho coletivo, em que os esforços se escalonam e se somam. É indispensável pois, que a aquisição e o desenvolvimento cultural sejam estruturados sob forma objetiva. As inter-relações da cultura geral com a cultura profissional e

a objetividade com que devem ser encaradas constituem a cultura geral-militar, aquela que, alargando os horizontes do indivíduo e proporcionando-lhe novos recursos, reverte, ao mesmo tempo, em favor do desenvolvimento do Exército, pela amplitude nova que fornece ao seu emprêgo e pelo aproveitamento total de sua capacidade.

Uma sistematização não significa o traçado de caminhos rígidos, o que importaria em esterilizar, de início, qualquer tentativa de ampliar horizontes. Para adquirir conhecimentos, entretanto, é necessário, em primeiro lugar, delimitar o campo de trabalho e, depois, frequentá-lo com segurança, com um mínimo de perda de tempo e de esforço. É evidente que a capacidade individual, e as tendências pessoais encontram um vasto campo de ação, em que o método só entra como indicação.

A Defesa Nacional não se desinteressou jamais da parte de cultura geral. Pretende, entretanto, daqui por diante, dar-lhe uma amplitude maior, chamando a atenção para o estudo de problemas de interesse ligado ao exercício profissional, direta ou indiretamente, fornecendo subsídios e roteiros de estudo aos que se interessem pelos problemas nacionais, acolhendo os trabalhos dos companheiros, destacando as publicações capazes de fornecer elemento de trabalho. Os temas podem ser tratados individualmente ou por grupos de interessados, podem abranger um aspecto ou mais de problemas variados, e comportam a orientação pessoal. Em qualquer lugar em que esteja servindo o militar, não lhe faltarão oportunidades de abordar assuntos de cultura geral-militar, ou pela observação direta, ou pelo estudo de textos que possua ou lhe sejam fornecidos. Se a presente diretriz conseguir interessar oficiais de tendências diferentes, abordando assuntos diversos, trabalhando em lugares os mais distantes, tanto melhor para nós e para o Exército.

Os temas históricos, — de história brasileira, de história de países sul-americanos, história de instituições, de cidades, de pessoas, de idéias; os temas geográficos, — em que a car-

tografia e a antropogeografia tão de perto tocam ao interesse profissional, — de comunicações, recursos econômicos, meios de transmissão de ideias, transportes, vias navegáveis, rotas de penetração, desenvolvimento de cidades e de zonas, fixação e nomadismo; os temas sociológicos, — de formação dos grupos nacionais, de mobilidade social, de técnicas de trabalho e de produção e seus reflexos na vida dos grupos humanos; os temas econômicos, — de desenvolvimento da riqueza, de expansão da produção, de mudança em suas técnicas, de ampliação demográfica, — são alguns dos aspectos, muitas vezes entrelaçados, sob os quais poderão ser organizados trabalhos que a *A Defesa Nacional* acolherá, com o maior interesse. Se conseguirmos acumular contribuições sobre cidades, sobre estradas, sobre assuntos históricos, sobre desenvolvimento econômico de regiões, teremos constituído um cabedal considerável de conhecimentos, em torno do nosso país, da terra e da gente, do mais alto interesse.

Esta revista se coloca, à disposição dos companheiros, estejam eles onde estiverem, para lhes fornecer os elementos necessários, indicações, subsídios, métodos de estudo. As obras que não possam ser encontradas no local, poderão ser adquiridas através da nossa Cooperativa. Importa frizar, aqui, que os assuntos de observação direta têm um alcance maior do que parece àqueles que lhe estão próximos. Em número futuro será publicado, a título de exemplo, e sem pretender padronizar, o que seria impossível, um método, um roteiro de estudo para aplicação à Guerra da Tríplice Aliança. Em outro, deixando a História pela Geografia, um roteiro de trabalho para estudo de uma cidade. Estamos certos de que os nossos esforços serão bem compreendidos, e acolhidos pelos companheiros, em condições de proporcionar a cada um elementos de trabalho intelectual, e de congregar interesses e contribuições em torno de temas de grande importância, para o Exército e para o país.

Aquidaban Perante a História

Cel. RINALDO PEREIRA DA CÂMARA

"Que eran, en efecto, Mitre, Caxias y Ozorio ante aquella montada resplandeciente...? A su lado todos eran pigmeos... os-
curos transeuntes de las batallas".

Juan O' Leary

Snr. Redator.
Atenciosas saudações.

A "Defesa Nacional" em seu número de Julhó, aqui só recebido em meado de Setembro, publicou um artigo do Snr. Leopoldo Ramos Gimenez, que, a pretexto de esclarecer um fato histórico, outra cousa não visa senão exaltar a personalidade de Francisco Solano Lopez — heroe "como ningun otro sobre la tierra", no conceito do articulista, — e deprimir a memória do General José Antonio Corrêa da Camara, apontando-o, "atravez dessa tribuna de prestígio das classes armadas do Brasil", como um tipo contraditório, incoerente, impreciso e mentiroso.

Este, em última análise, o espírito de seu trabalho.

Atitude tão apaixonada e injusta bastaria, por si só, para caracterisá-lo. Trata-se, sem dúvida, de um legítimo lópis-guaio, discípulo entusiasta dos O'Leary, dos Herrera, dos Pereyra, no conceito dos quais, também Caxias, Mitre e Ozório não passam de meros pigmeos ao lado de Lopes, o super-homem da América.

"A su lado todos eran pigmeos"...

"Que eran, en efecto Mitre, Caxias y Ozorio, ante aquella montaña resplandeciente"....?

Não é pois, de admirar que o Gen. Câmara, já censurado "por não ter sido nunca ferido em combate", fosse incluído na honrosa companhia desses "pigmeos", "oscuros transeuntes de las batallas"...

Revela-se o articulista, bem versado em mitologia e literatura, entretanto em matéria de história, de lógica e de "tática" deixa um tanto a desejar, por isto que avança proposições contrárias á verdade histórica, se contradiz a cada passo esbarrando com os próprios argumentos que invoca e ataca com os flancos completamente descobertos.

Fiél ao nosso método clássico de raciocínio, após haver-mos caracterisado os dois fatores iniciais, compartimentemos o terreno, aliás movediço e balôfo de sua crítica, examinando suas possibilidades de manôbra, verificando si realmente, os meios de que dispomos são suficientes para cumprirmos a missão que nos foi impôsta pelo dever e pelo patriotismo.

"OUTRO DOCUMENTO QUE MERECE PUBLICAÇÃO"

Refere-se o Snr. Gimenez ao artigo do então Cel. Silva Tavares, publicado no "Éco do Sul", em Março de 1880, replicando a versão emitida pelo Gen. Câmara sôbre a morte de Lopes.

E acrescenta: "la reproduction de ese documento nos parece una necesidad cuando se trata de "outro ponto a elucidar e êste mais grave"", referente "a versão geralmente, tão adulterada sôbre a morte do Marechal Lopes.

O articulista, utilizando nossas próprias palavras, dá a entender que tivessemos omitido, por ignorância ou má fé, o referido documento.

Essa insinuação carece entretanto, de fundamento. A prova é que, prevendo a possibilidade de sua arguição, concluimos a nossa carta de Outubro do ano passado á "Defesa Nacional", fazendo referência ao atestado firmado pelos dois

cirurgiões militares, e que constitue a peça básica da argumentação epistolar de Silva Tavares.

Donde se conclue que não houve de nossa parte intenção de silenciar sobre o referido documento.

Para o crítico que deseja contestar a opinião de Câmara, a publicação dessa carta se impõe, realmente, como uma necessidade.

Não assim para o autor dessas linhas, por isso que não se tratava ainda, de nenhuma polemica, mas simplesmente de emitir a versão do Gen. Câmara relativamente á morte do Ditador.

E se impunha que essa versão fosse emitida o quanto antes, para que não ficasse constando numa revista, cheia de responsabilidade como a "Defesa Nacional", qualquer afirmativa menos exata sobre o termo final da guerra do Paraguai, e principalmente quando se afirmava que os dados da referida biografia tinham sido fornecidos por descendentes do Visconde de Pelotas. E' verdade que atendendo a solicitações de colegas temos lhes enviado seguidamente, notas biográficas e mesmo cópias de documentos relativos ao Gen. Câmara.

Nunca porém, afirmamos: "um soldado conhecido por alcunha Chico-Diabo pega o punho do ditador esforçando-se por tomar-lhe a espada; este continúa reagindo sendo *então lanceado* e na posição falsa em que se achava, perdeu o equilíbrio e caindo no rio *desaparece sob as águas para sempre*".

Óra, silenciar ante tal afirmação, assumindo sua paternidade era realmente, arcar com uma responsabilidade imensa.

Daí termos enviado a nossa carta de Outubro á "Defesa Nacional". Não negamos em absoluto, a magnífica intenção do autor daquele resumo biográfico do general Câmara, todo êle laudatorio, e repleto de admiração e respeito pelo seu biografado.

Lastima entretanto, é que se tenha deixado arrastar assim, pela imaginação; aliás percebe-se, na melhor bôa fé.

O que nos competia entretanto, era emitir o conceito do Visconde de Pelotas, relativamente ao fáto.

E foi o que nos apressamos a fazer, receiosos de que mais tarde se pudesse explorar aquela conclusão, particularmente, no estrangeiro.

E demos então, a palavra á propria testemunha ocular dos acontecimentos, apresentando os três documentos que foram publicados no número de Dezembro da "Defesa".

Conclue-se pois, que não vinha ao caso publicar a carta do Brigadeiro Silva Tavares, como insinua o Snr. Gimenez, por isso que se tratava apenas, de emitir a opinião de Câmara, afim de ressalvar responsabilidades futuras.

"NINGUEM FUGIU EM AQUIDABAN"

Examinemos apenas, algumas das afirmações mais contrárias á verdade histórica contidas nesta parte do trabalho do nosso crítico.

"De que el dictador comprometiera su persona", de esa manera por que no tenia tiempo de huir" — *és uma mera suposición del general Câmara*".

Mera suposição? Mas si Lopes tivesse tido tempo de fugir não o teria feito?

Que outra cousa vinha êle fazendo desde a batalha do Campo Grande?

Que foi realmente, a campanha das cordilheiras senão uma verdadeira fase de perseguição "pura caçada militar" na expressão de Nabuco.?

Que visava Lopes subindo esbaforido a Serra de Maracajú, enveredando sempre para o N, embarafustando-se pela picada Chiriguelo, até atingir Cerro — Corá, senão fugir á luta, evitar ser capturado, evadir-se para a Bolívia?

Meditando-se no caso, afirma o General Tasso, "colhe-se a impressão de que Lopes se sentiu naturalmente, como o animal bravo, quando desanimado de lutar com destros caçadores, busca fugir-lhes á perseguição tenaz, embrenhando-se no emaranhado da floresta."

Aliás, era natural que assim procedesse, pois falho de recursos não lhe restava outra decisão senão o retraimento sistematico.

Mas, não se sofisme que essa fosse apenas, uma atitude estrategica.

Não; em Aquidaban, Lopes procurou fugir, pessoalmente.

E para prova-lo não precisamos ir longe, basta citar o trecho da carta do então Cel. Silva Tavares, utilizado pelo próprio Snr. Gimenez, mas utiliza-lo na integra, a saber :

"Ao alcançá-los os nossos companheiros, houve um pequeno entrevero, *Lopes entrou no mato* (frase omitida pelo Snr. Gimenez), dizendo nessa ocasião Francisco Lacerda vai lanceado na barriga."

E em sua parte de combate essa mesma testemunha, invocada pelo articulista, acrescenta : "Efetivamente, com os oficiais de meu estado Maior e algumas praças arremessei-me sôbre a coluna do ex-ditador e não obstante a luta desigual que travei, consegui ganhar na sua frente, e embargar-lhe o passo, pois realmente, procurava o mato"..

E, conclui Silva Tavares: "O ex-ditador com alguns de seus sequazes *internaram-se pelo mato*, porém, *perseguidos de perto, por um punhado de bravos oficiais e soldados que o seguiam*, tiveram de perecer e V. Excia. pessoalmente, assistiu o tirano exalar o último suspiro".

E o insuspeito Coronel Centurion, que estava ao lado do ditador em Aquidaban, confirma o relato de Tavares dizendo "que Lopes foi perseguido por 6 cavaleiros, que esse grupo cortou-lhe a retirada na curva do Aquidaban, que o Coronel Aveiro convidou então, Lopes a entrar no mato, que Lopes aceitou a idéia e penetrou num pequeno bosque, por uma picada que os soldados tinham feito quando procuravam frutas silvestres" etc.

Schneider, autor da "Guerra da Triplice Aliança", informa também que tendo o Maj. José Simião, reconhecido Lopes, disse ao sargento que comandava a patrulha :

"E' o Lopes, é o Lopes! Atirem !

E todos começaram a gritar: E' o Lopes! cada vez que ele ouvia seu nome, virava a cabeça e olhava para traz, como si quizesse contar quantos perseguidores tinha. A expressão de seu rosto éra de verdadeiro terror e ele brandia a espada para todos os lados, como se de toda a parte esperasse ser atacado. O sargento que acompanhava o Maj. Simião atirou 7 vezes com sua carabina Spencer. Um dos companheiros de Lopes caiu com o cranio despedaçado. Foi o ministro Caminos.

Lopes recebeu novo ferimento, mas continuou a fugir, com os outros companheiros para dentro do mato"...

O depoimento de Schneider — refutado aliás, pelo Gen. Câmara no que se refere á morte de Lopes — deve ser insuspeito para o articulista e de grande peso, por isso que narra os acontecimentos, mais ou menos, de acôrdo com a versão lopisguaia, exceto já se vê, no que se refere á fuga do ditador.

Deixamos de fazer outras citações como de Borman, Jordan, Thompson, Mitre, Sena-Madureira etc., para não sobrecarregar o presente trabalho.

E como pode o Snr. Gimenez concluir que *"probado queda de este modo que el Mariscal Lopes jamas trato de huir"*; que isso *"es uma mera suposicion del General Camara"*? E *"quando la suposicion se contradice con el hecho militar, el hecho prevalece como unica verdad para la historia"*. E quando essa suposição não se contradiz com os fatos, perguntamos, terá ela, por acaso, menos valor histórico?

Não negamos, entretanto, que colocado "entre a faca, de ponta e a parede", Lopes incoerentemente, tivesse sabido morrer como um soldado, depois de ter vivido como um tirano, sem nunca ter figurado num campo de batalha antes de ter sido surpreendido em Aquidaban.

Esta justiça se lhe faça, e o Gen. Câmara foi o primeiro a render-lhe homenagem serena e desapaixonada, quando afirmou: "Devo á minha honra de soldado, a meu nome e á

minha Pátria, devo á verdade histórica e á minha consciência o testemunho autêntico de que o Mal. Lopes morreu com grande inteireza e presença de espírito".

A quem mais honraria esse depoimento, ao vencedor ou ao vencido? Tal declaração vale por um autentico documento revelador da superioridade de espírito, da serenidade de ânimo, de grandeza de alma, e amor á verdade de quem o ditou.

E é a palavra de um soldado dessa natureza que o Snr. Gimenez pretende pôr em dúvida, apontando-o perante seus concidadãos, perante seus próprios companheiros de armas, atravez das páginas de uma revista militar, como um tipo contraditório e mentiroso.

Que mais podiam exigir os Lopistas que o Visconde de Pelotas dissesse?

Que mais poderemos nós esperar que eles digam!

Outra afirmação curiosa e digna de nota é a seguinte: "La verdad es que nadie huyó de entre los que rodeaban al Mal. em la ultima batalla. Nadie se rendio".

Aliás, a rendição militar em circunstâncias extremas e quando não há ordem em contrário, não significa em absoluto, ato de cobardia. O próprio general Cabalero, um dos mais valorosos chefes militares do ditador, rendeu-se ás forças de Xavier Marques, na região do Apá.

"Cabelero não quiz aceitar o combate, informa o general Tasso Fragoso, mandou dois majores com uma bandeira branca levarem a declaração de que ele e sua força depunha as armas sem condições."

E nem por isso o "Centauro de Ibicuí" ficou deshonrado. Quem poderá pôr em dúvida a bravura e o patriotismo do soldado paraguaio. Panchito por exemplo, permanecerá para sempre, como um símbolo de bravura.

O que desejamos apenas, pôr em evidência são as generalizações apressadas do nosso critico, sua maneira apaixonada de fazer história, seus arroubos oratórios aliás, á móda lopisguaia.

"PARAGUAIOS ATE A MORTE"

Nesse capítulo transcreveu o articulista um depoimento de Benjamin Constant para provar a bravura do soldado paraguaio.

Mas quem algum dia pôs em dúvida as virtudes militares do grande povo irmão e amigo?

Por acaso o general Câmara?

Então, a propósito de que vem essa "boutade"? Só para exaltar a personalidade do tirano, para afirmar que êle resistiu "hasta la muerte — hasta la tumba".

A propósito, Juan Silvano Godoi notável e insuspeito historiador paraguaio afirmou de uma feita, que "o Marechal Lopes não fez a paz porque não se resignou a despojar-se de seu poder onimodo, nem teve a abnegação cívica de abandonar o governo e retirar-se, como simples cidadão, para o estrangeiro e ali viver.

Preferiu seguir os azares da luta cruenta e desigual sob augúrios sinistros, luta em cuja sorte incerta jogou a vida de seu país com cruel indiferença de um filho sem entranhas, para finalmente, perder sua própria vida nas ardentes solidões do Aquidaban.

A última preocupação que o acompanhou ao sepulcro foi a de não haver reduzido a cinzas, por falta de tempo, a capital e as aldeias da República, como Rasptopschin na Russia em 1912". Que diferença entre esse julgamento sereno e justo do historiador e a voz exaltada do fanático lopista...

"A história, afirmou há poucos anos pleno de verdade e justiça, o conceituoso escritor paraguaio Rivarola, deve maldizer a memória de Lopes e exaltar em compensação o heroísmo do povo paraguaio, que em valor e sacrifício raiou ao sublime."

Quanta razão tinha o nosso saudoso Tasso Fragoso quando afirmou, referindo-se às últimas palavras de Lopes,

"preferiu que sua pátria morresse com ele a sacrificar-se apenas por ela, isto é, a morrer pela Pátria".

Esse têm sido aliás, o erro de todos os tiranos, confundirem o supremo destino da pátria, com seus interesses pessoais e partidários, escravizando povos sob falsos pretestos, não trêpidando em leva-los ao aniquilamento e á ruína.

Ainda há pouco acabamos de presenciar essa imensa tragedia!

Mas quem será hoje capaz de confundir a Itália com o fascismo, a Alemanha com o nazismo, a Russia com o comunismo, também totalitário e anti-democrático?

Realmente, há muita diferença entre o legítimo sentimento patriótico e esse fanatismo lopista, que pretende em vão reabilitar a memória de Lopes, a custa de afirmações absurdas e contrárias á verdade histórica, perturbando a politica de boa vizinhança, caluniando e deprimindo seus vizinhos, procurando estabelecer a discordia e a intriga entre povos que, definitivamente, já se entenderam, e se respeitam e estimam mutuamente.

E foi por terem percebido desde logo, o abismo intransponível entre esses dois conceitos — fanatismo e patriotismo — que os coroneis Soza, Delvalle e Romero, figuras de destaque, e militares de valor inegável, resolveram romper com o tirano e enviar-lhe um officio cujos tópicos mais interessantes são os seguintes :

"... A continuação do actual estado de cousas servirá apenas, ao mais duro aniquilamento da Nação, sob o jugo de uma vontade arbitrária e caprichosa, sem esperança de outro resultado, afóra o prolongado padecimento dos que ainda se encontram debaixo de seus pés. Nós, convencidos de que o nosso dever de patriotismo já não nos obriga a maiores sacrificios, renunciámos formalmente, a continuar causando vítimas na esteira de V. Excia., visto que o patriotismo é um sentimento que Deus approva, quando não extremado, nem o oposto ao direito das gentes, pois Deus não

fundou a sociedade civil para destruir a sociedade natural, senão para fortalece-la".

Realmente — conceito antipoda é o do estremismo totalitário, que ainda há pouco acabou de levar a Europa "hasta la tumba — hasta la muerte"... por causa de meia dúzia de detraquês, fanáticos e ambiciosos.

E continua o Snr. Gimenez a declarar: "Así murió el jefe supremo con sus últimos soldados"... "Muero con mi Patria" exclamou também o tirano.

— Não, a gloriôsa nação paraguaia não morreu, porque as nações pairam acima dos tiranos!

"AS CONTRADIÇÕES DO GENERAL CÂMARA"

Nessa altura de sua crítica pretende o articulista apresentar o Gen. Câmara, como um tipo impreciso, contraditório, incoerente, mentiroso.

E do alto de que tribuna — das colunas da "Defesa Nacional"!

"De la lectura de los tres documentos se llega a constatar tres contradicciones", afirma o Snr. Gimenez:

— "Lopes ya herido desanimado, exhausto se apeo del caballo".

— Despues de apeado Lopes del caballo los perseguidores herieronle en *dos* partes mortalmente".

— Tinha o Mal. *um* ferimento no baixo ventre".

Como vemos, para o Snr. Leopoldo Gimenez as contradições do Gen. Câmara se reduzem a uma questão numérica.

Em sua carta á "Nacion" o Visconde de Pelótas afirmou realmente, que Lopes tinha recebido dois ferimentos. E fe-lo naturalmente, porque estava convencido disso. E quando mais tarde o vencedor de Aquidaban replicando a Schneider, disse que Lopes "tinha um ferimento no baixo ventre" queria referir-se naturalmente, a região em que o ditador fôra ferido; sem essa preocupação judaica de contar quantos ferimentos tinha.

Tão despreocupado estava relativamente a essa questão de número que em sua parte de combate nem se refere a ela, dizendo simplesmente :

"Lopes já ferido, desanimado, exausto se apeiou do cavallo"...

Aliás, o próprio Gen. Silva Tavares, cujo testemunho foi invocado para destruir o de Câmara, também afirmou: "Nessa ocasião, tendo-se-lhe puxado o punho para ser desarreado recebeu *um* ferimento de bala"...

E mais adiante acrescenta :

"Pelos meus próprios olhos verifiquei que Lopes tinha no baixo ventre *um* largo ferimento de lança".

Pela teoria do Snr. Gimenez, devia se concluir que Silva Tavares queria afirmar que Lopes tinha 2 ferimentos, pois $1 + 1 = 2$.

Entretanto, tão longe estava ele desta afirmação que foi o primeiro a anexar á sua replica o documento firmado pelos cirurgiões, pelo qual se constata que Lopes apresentava 4 ferimentos. O que o Gen. Tavares queria afirmar, era que o ditador tinha sido ferido a lança no baixo ventre e a bala na região dorsal, pois era isso que se discutia.

O que admira é o Snr. Gimenez não ter aplicado o seu critério de julgamento, também ao depoimento do General Silva Tavares.

Eis, em síntese, a que proporções se reduzem as contradições do Gen. Câmara. Suponhamos porém, que realmente, o Visconde tivesse caído em contradição.

Que importância teria, sob o ponto de vista histórico, que Lopes tivesse recebido, mais ou menos, um ferimento?

Que interesse pessoal poderia ter o Gen. Câmara em ocultar a verdade?

E seria ele capaz disso?

Que prescrição regulamentar determinou algum dia, que o vencedor fosse obrigado a examinar o cadaver dos vencidos?

Não! O Gen. Câmara era incapaz de mentir.

O Gen. Souza Docca estudando a personalidade do Visconde, teve, a propósito, ocasião de afirmar :

"Câmara presava muito sua palavra de militar e por isso lhe parecendo, certa vez, que o Conde d'Eu dera crédito as informações que lhe prestava o fornecedor geral do Exército, contestando suas reclamações sobre o fornecimento das fôrças, dirigiu-lhe o seguinte officio: "Permita-me V. Excia. que aproveitando a ocasião m'emostre sentido pelo que disse o Snr. Deschamps a S. Altesa. *Incapaz de faltar a verdade em qualquer circunstância, com um passado militar de 30 anos e precedentes que não autorizam a quem quer que seja a duvidar do que afirmo, Sinto profundamente que o Snr. Deschamps fôsse levado a dar mais crédito no que lhe disseram os fornecedores, partes interessadas no caso, do que áquilo que havia afirmado um official General do Exército, que se têm sempre mostrado solícito pelo bem estar dos soldados que comanda*". Este é um depoimento muito interessante que retrata bem a sua suscetibilidade moral e que parece endereçado aos seus futuros detratores.

Realmente, um soldado tão nobre como o Visconde, era "incapaz de faltar á verdade em qualquer circunstância".

Aliás, no terreno dos princípios, Câmara era de uma intransigência a toda a prova.

"Eu ponho a minha honra acima de tudo, acima de minha própria vida; e não sei que haja nenhum homem de pudor, que assim não proceda", — exclamou ele em pleno Senado, por ocasião da "Questão Militar".

Comentando essa frase escreveu Souza Docca. E não era o Visconde um homem assomado, nem afoito; agia sempre com prudência e discernimento: O mais aceso da peleja, a mais milindrosa situação, o mais arriscado lance não o perturbavam. Sua longa vida militar e política é um atestado disso.

Mas como homem de honra e de brio e em extremo dedicado aos seus irmãos d'armas e zeloso do decôro do Exército, elle não tolerava o mais leve arranhão nesses sentimen-

tos, que colocava, onde só quem têm grandesa d'alma sabe colocar — acima da própria vida, que realmente nada vale, sem honra e, das leis sempre que estas em nome de uma obediência passiva, ou torcida pelos homens exigiam o sacrifício de tão nobres virtudes”.

“Câmara é realmente, de valor inescdível”, escreveu a seu respeito Floriano Peixoto.

“El gen. Câmara es un hombre valiente y un militar civilisado” declarou o gen. paraguaio Izidoro Resquin em suas “Memórias”.

“Homem honesto e de opiniões firmes; como general o melhor que temos”, no conceito do gen. Tiburcio.

“Pelotas distingue-se sobretudo pela sua lealdade, pela sua franqueza, pela sua coragem, escreveu Heitor Moniz. E acrescenta: *Para ele, a palavra, não foi nunca, como para tantos tem sido, a arte de ocultar o pensamento. Não iludiu ninguém. Não marombou na corda bamba das negociações e dos cambalachos. Pecaria pela rispidez, pelo desassombro.*

Por ocasião da questão militar, batendo-se no Senado pelos seus companheiros de armas foi inescdível em dignidade e nobresa. *Pelotas foi realmente, um homem de atitudes francas e definidas, de uma franqueza e de uma lealdade que em outro ambiente e em outra época, poderiam importar no sacrifício de sua carreira.*”

Nenhum chefe militar brasileiro, afirmou João Paraguassú, através das colunas do *Correio da Manhã*, excedeu a Pelotas em bravura e *correção*. Seus pares dele só se referiam cunhando-o de elogios e admiração pela sua integridade a toda prova”.

E Julio de Castilhos confirmou este conceito na seguinte passagem:

“O cidadão não fica aquem do soldado.

Poderão outros homens públicos fazer mais estrepito; nenhum o excede na pureza e energia de crença, na independência da conduta cívica, no ardor social, que revela em todos os seus atos de cidadão”.

Era em verdade "um homem de moral inteiriça, no conceito de Ruy Barbosa. Conclue-se pois, que se os argumentos que já invocámos, e os que ainda teremos ocasião de expôr no título seguinte, não fossem suficientes para provar a integridade moral de Câmara, esses conceitos idoneos e insuspeitos bastariam para caracterisa-lo.

Mas o que causa, realmente, pasmo é o absurdo e a incoerência do articulista de andar de lente em punho, a cata de contradições do Visconde de Pelótas e não enchergar os grandes crimes, inclusive os de lesa Pátria e parricídio cometidos pelo tirano, cuja vida pública e privada a história, de há muito já entregou á análise da psiquiatria.

Esta incoerência, fruto do fanatismo, basta para caracterisa-lo como um legítimo lousguiao.

"Ai de vós, escribas e fariseus hipocritas, que coais um mosquito e engulis um camelo", já afirmou cheia de revolta a própria Misericórdia Infinita !

Passemos a outro título da crítica do Snr. Leopoldo Gimenez, a saber :

"A PRECISÃO DO DEPOIMENTO DO CORONEL SILVA TAVARES"

Com a intenção de provar que Lopes foi terido a bala *na presença* do Gen. Câmara, transcreve o articulista o seguinte trecho do artigo do então Cel. Silva Tavares :

"Nessa ocasião, tendo-se-lhe puxado o punho para ser desarmado, recebeu sôbre a região dorsal um ferimento de bala".

E conclue: "lo que quiere decir que fue herido nuevamente, despues de intimado y quando el Mariscal sin desprender-se de su espada, era ya assegurado del puño".

Entretanto, Câmara nunca fez referência a esse tiro disparado em sua presença. Prove o Snr. Gimenez essa sua conclusão !

Alegará por certo, o depoimento do Cel. Silva Tavares e o atestado firmado pelos Drs. Costa Lobo e Militão, que autopsiaram o cadáver.

Entretanto, si com esses documentos pretende provar que esse tiro foi dado na presença de Câmara, perde seu tempo.

Primeiro, porque Silva Tavares não foi testemunha ocular do fato, como o Gen. Câmara. Embóra a palavra de ambos mereça o mesmo credito, é sempre aconselhavel ficar com o depoimento da testemunha ocular, por isto e que é provável que a outra tenha se enganado levada por falsas informações. Mentido nunca, pois uma personalidade como a do Barão de Itaquí seria incapaz de faltar a verdade em qualquer circunstância. E que interêsse poderia haver no caso, em ocultar a verdade?

Seria o gen. Câmara capaz disso, insistimos em perguntar?

Admitido o fato como pretende o Snr. Gimenez, poder-se-ia ainda assim, considerar crime a morte de um inimigo, que na guerra, se nega a rendição e com armas em punho procura fazer uso delas?

— Quanto ao referido atestado de autopsia, o mais que ele pôde provar é que Lopes foi ferido a bala na região dorsal, mas dele, jámais se poderá concluir *quando* o ditador recebeu esse ferimento — si na presença de Câmara ou não.

Seria ridículo e pueril discutir semelhante conclusão.

Logo, enquanto não surgir, em contrário, uma prova provada, que destrua o depoimento da testemunha ocular, não podemos dar por falso o seu depoimento, e muito menos, por averiguada uma ocorrência que não foi, nem jamais será provada de outra forma a não ser invocando a palavra da testemunha ocular.

Antes de pretender consignar apressadamente, na história fatos semelhantes, "como documentos definitivos", o crítico, ou o historiador imparcial têm o dever de reunir todos os dados elementares, ao seu alcance, capazes de prová-los

A que título pois, sob esse ponto de vista, podem ser considerados como "definitivos", os documentos aduzidos pelo Brigadeiro Silva Tavares, como querem considera-los em o anêxo sem assinatura, publicado no final do trabalho do Snr. Gimenez, sob o título — "Vida Militar" ?

Que documentos são esses ? Refere-se ao documento relativo á autopsia ? Mas, êste como acabamos de vêr, não prova nada quanto á *ocasião* em que Lopes foi ferido. E é só disso q ue estamos tratando agóra.

"Definitivo", então porque ?

— Antes de abordarmos a discutida questão do lançamento do "Chico-Diabo", temos que nos defender de mais um golpe do nosso impiedoso crítico.

"El Cel. Rinaldo Câmara llega a la conclusion de que con los tres documentos dejados a la posteridad por el general Câmara, no se confirma ni se destruye lo afirmado por el mismo general". . .

"No se confirma, ni si destruye".

"No es verdad, ni es mentira que el Mal. fue herido despues de intimado em presencia del general".

Tal afirmação seria logicamente um absurdo.

O que dissemos ná conclusão do nosso trabalho foi coisa muito diferente, a saber :

"Aliás, este documento (referiamo-nos á autopsia e não aos depoimentos de Câmara), não confirma nem destroe o que afirmou o Gen. Câmara, isto é, que em sua presença Lopes não recebeu nenhum ferimento".

E não foi isso que acabamos de provar ainda, há pouco ? De que se admira pois, o Snr. Gimenez ?

O que é realmente, de admirar, isso sim, é essa outra conclusão sua :

"Hai una prueba de valor absoluto que el Mal. tenia dos heridas y no una, como afirmo despues, contradiciendose a si mismo, el Gen. Câmara".

Llamamos prueba de valor absoluto a la constatacion hecha a pedido del mismo (não, de Silva Tavares), por los medicos del ejercito que examinaron el cadaver del heroe".

Dois ferimentos, afirma o Snr. Gimenez?!

E diz que a prova está no atestado médico?!

Então o nosso crítico não conhece o documento que invoca.

"Nós abaixo assinados atestamos a pedido do Ilmo. Snr. Cel. João Nunes da Silva Tavares, (já se vê que não foi a pedido de Câmara, como afirma o Sr. Gimenez) que examinando os ferimentos que produziram a morte do ex-ditador e tirano da República Paraguai, Francisco Solano Lopes, encontramos o seguinte :

— Uma solução de continuidade na região frontal com tres polegadas de extensão, interessando a pele e o tecido celular.

— Outro produzido por instrumento perfuro — cortante no hipocondrio esquerdo, com uma e meia polegada de extensão, dirigido obliquamente de baixo para cima, interessando a pele, o peritomio, os intestinos e a bexiga.

— Outro no hipocondrio direito de cima para baixo, sendo de duas polegadas de extensão, interessando a pele, o peritonio e provavelmente os intestinos.

— Finalmente, um produzido por bala de fusil na região dorsal, tendo uma só abertura, ficando conservada na caixa torácica a bala. E, para constar o presente.

Vila da Conceição 25-3-1870.

Dr. Manoel Cardoso da Costa Lobo — Cirurgião da Bdã.

Dr. Militão Barbosa Lisboa — 2.º Cirurgião Contratado.

En síntese — 4 ferimentos.

E como afirma o Snr. Gimenez que "hai una prueba de valor absoluto que el Mal. tenia dos heridas"?!

E que essa prova está contida no documento supra-citado?

E é esse senhor que pretende se arvorar em crítico e historiador e apontar contradições alheias exatamente, relativas ao assunto, em que ele se projeta em verdadeira grandesa !

— Outro absurdo é o que segue !

"Al determinar-se que la herida del bajo ventre no era de bala y que fue producida por um lanzazo, la otra herida, la de bala, *tenia que ser posterior, y seria ella entonces, la recibida al querer arrancarse la espada del puño del Mariscal*".

Porque, perguntamos ?

Pelo simples fato de determinar-se que um dos ferimentos não foi de bala, se é levado a concluir que o outro foi *posterior* a ele?!

E ainda mais, que foi produzido na ocasião do ditador ser desarmado ? !

Mas, que lógica é essa?!

E é assim, que de absurdo em absurdo o nosso crítico vai avançando até concluir que o que falta nas afirmações do Gal. Câmara é "uniformidad", conherência y precision".

Ah! si fosse só isso que faltasse na crítica do Snr. Leopoldo Gimenez!!

Abordemos finalmente, a questão do lançamento do cabo Chico-Diabo.

O Major Dr. Santiago Dantas, veterano da campanha do Paraguai, deputado pelo Rio Grande e autor de interessantes trabalhos, entre os quais se destacam "Aquadaban perante a História" (1), "os Mukers" — "A defesa das costas do Rio Grande" — escreveu a propósito, na primeira destas obras o seguinte :

"O que o general Câmara disse em sua parte de combate e o que 10 anos após repetiu, foi o que presenciou e o que das informações que obteve lhe pareceu mais verossímil. E mais verossímil é também para todos a sua narração.

Realmente, o ilustre Barão de Itaquí Brigadeiro Tavares foi omissos, não dizendo se quando avistou Lopes, perseguido de perto por nossos brávos, estava ele a pé ou a cavalo. Em vista dessa omissão somos levados a considerar o

fáto da perseguição e da fuga de Lopes, sob os dois pontos de vista.

Admitamos preliminarmente, que Lopes estivesse a pé.

Chico-Diabo e todos os demais perseguidores eram de cavalaria e estavam montados. Houve o encontro; Chico-Diabo atirou um golpe de lança que, se foi aquele cujo vestígio encontraram no cadaver mais tarde os médicos, foi profundo e tão grave, que atravessou de um lado a outro do corpo.

Após esse golpe, naturalmente, foi a lança retirada do corpo do marechal gravemente ferido por seu agressor. A este que estava a cavalo sobrava tempo para secundar o golpe sobre o adversário a pé.

Por que não o fez, acabando logo, com a vida do Marechal?

Os demais perseguidores porque não vieram em auxílio do companheiro, si este por si só não podia completar sua obra, por circunstâncias impossíveis de calcular?

Tais interrogações ficarão sem resposta e, ainda que o golpe de lança fosse dado na orla do mato, onde penetrou o Marechal, não se póde compreender que um homem tão gravemente ferido, marchando naturalmente com dificuldade, não desse tempo a um cavaleiro esforçado como Chico-Diabo para se apear, perseguir e matar o adversário na mesma ocasião.

Admitir tal hipótese, pois, é impossível. Repugna ao bom senso. Se o ferimento fosse um simples arranhão, com algum esforço poder-se-ia supôr que o fáto, houvesse ocorrido como refere o Snr. Barão de Itaqui, mas não era um arranhão, era um ferimento tão grave, que a não ser a maravilhosa virtude das aguas do Aquidaban na opinião dos médicos, não teriam nossas forças encontrado vivo o ditador.

Assim pois a 1.^a hipótese é inadmissível.

Passemos á 2.^a:

Lopes estava a cavalo. Chico-Diabo conseguiu alcançá-lo e dar-lhe um golpe de lança, atravessando-o de lado a lado

na região mencionada. O impulso da arma não far-lhe-ia perder o equilíbrio, por melhor cavaleiro que fosse? Com o movimento com que foi retirada a lança não sofreria ele novo impulso, que o fizesse perder pela 2.^a vez o equilíbrio? O agressor estava de certo sobre o flanco do agredido, do contrário o ferimento não teria a direção assinalada pelo atestado. O cavalo de Lopes corria mais que o de Chico-Diabo, pois este não pode alcançar aquele depois do 1.^o golpe.

Houve no curto momento em que a lança entrou, e foi retirada do corpo de Lopes, uma combinação de forças de intensidade e direção diversas, produzido já pelo impulso dos cavalos, já pelo do braço do lanceiro; a resultante dessas forças deveria produzir a queda do ferido e provocar um movimento, arco-circular da lança que alargasse mais a abertura da ferida, quer interior, quer exteriormente. Nada disso entretanto, se deu. Foi um outro milagre e este perturbou as leis da mecânica, completamente. Mas passemos por todos os impossíveis. O espírito está ante uma interrogação igual a que fizemos, figurando a 1.^a hipótese.

Porque Chico-Diabo, cavaleiro rio-grandense esforçado e acostumado aos combates, perseguindo Lopes, não desfechou novo golpe, quando se apeava ferido do cavalo?

Porque não se apeou e não o perseguiu na mata, esperando ao contrário, tranquilamente que chegasse o General Câmara, para dizer que ia o marechal ferido na barriga?

As leis que regem o mundo psíquico protestam contra essa paciente tranquilidade de tão ativo e fogoso combatente como as leis físicas protestam contra a façanha da lança milagrosa.

Há outra consideração a atender. Com o ferimento em questão, o cavalo do Marechal deveria ter ficado com manchas de sangue e o arreamento igualmente, ensanguentado. Nada disso sucedeu, entretanto, pois nenhum dos documentos citados fala a respeito, pois nenhuma das testemunhas o afirma, estando ao contrário, todas de acordo em dizer que nem o cavalo, nem o arreamento estavam ensanguentados.

Sobre o selim fácil será a verificação, ainda hoje, pois que ele deve existir em poder do bravo Ten. Cel. honorário Cunha Junior (atualmente tabelião da Côrte) e si as manchas existirem, devem ser ainda visíveis.

Por todas essas razões *parece-nos pouco verossimil o que fiando-se em informações de seu cabo de ordens diz o Barão de Itaquí*. E' certo que o illustre Barão apresenta documentos valiosos. Nenhum deles porém constitue prova de que Lopes houvesse *recebido em combate*, um ferimento de lança.

Testemunhas oculares asseguram que o Cel. Silva Tavares, não presenciou a morte de Lopes e não duvidando da boa fé do heroico Cmt. da vanguarda, por suas próprias palavras, somos levados a crer que só, tivesse examinado o cadaver depois dele se achar depositado no rancho, para onde foi conduzido por ordem do General.

O que se passou depois da morte de Lopes, até o momento em que seu cadaver foi examinado, quem o pode saber?

A verdade é que Chico-Diabo tinha interêsse em passar por ser o matador de Lopes, para receber não só as 100 libras, oferecido pelo seu Cmt. como também para receber mais tarde maior quantia prometida pela Província do Maranhão.

Em nossa opinião o Cel. Silva Tavares, foi iludido por seu cabo de ordens". Até aqui, a palavra do Major Santiago Dantas.

Além deste depoimento, temos a acrescentar o do Ten. Alfredo Miranda da Cunha, testemunha da morte do ditador que informa: "... Nem Silva Tavares, nem Chico-Diabo estavam presentes por ocasião da morte de Lopes, tendo este chegado logo depois, e aquele só tendo conhecimento do ocorrido por informação dada pelo General Câmara.

"Eu examinando o cadaver, antes de faze-lo o Sr. Silva Tavares, só vi um ferimento de bala no ventre e um talho de espada na fronte, tendo este, *ao que informam, sido feito por Chico-Diabo, sobre Lopes já morto, depois de ter se retirado o Brigadeiro Câmara do lugar do sinistro*".

Para concluir esta questão acrescentaremos apenas, o seguinte :

— que jámais puzemos em púvida o atestado firmado pelos cirurgiões militares;

— que entretanto, esse atestado não destroe nada do que o Gen. Câmara afirmou em *momento* em que Lopes foi ferido;

— qu e o Gen. Câmara nunca fez referência a esse tiro *disparado em sua presença*, nem ao lançamento;

— que é possível que Lopes tenha, depois de morto, após a retirada de Câmara do local, recebido outros ferimentos, conforme se verifica pela leitura dos documentos supracitados;

— que aliás, essa possibilidade explica o fato do número de ferimentos de Lopes, referidos por Câmara, não concordar co mo do atestado médico.

"GRANDEZA DE UMA MORTE"

Para exaltar a grandeza da morte do chefe "*Como ningún otro sobre la tierra*", na expressão do Snr. Gimenez, começa ele invocando o testemunho do general Câmara, cuja palavra entretanto, pouco antes posta em dúvida, foi apontado como contraditória, incoerente e imprecisa.

"No falta a documentacion tan categórica el diseño a toda luz, que transporte a la posteridad, la *imagem prometeana*. Las pupilas de um pintor que habría querido para si la gloria de eternizar en lienzo una *tragédia de Esquilo*"...

E' o mesino estilo literário e mitológico dos O'Leary, no conceito do qual o tirano é "o genio dos genios, só comparavel ao Cristo, "heroe eponimo", "Colosso do Continente", para cuja "glorificação não se fundirá bronze bastante na América" — "figura gigantesca ao lado da qual todos eram pígneos "sus adversários, se perdión en la sombra de su figura gigantesca. "Que eran en efecto, Mitre, Caxias, Osório, ante aquella montaña resplandeciente" ?

"Por eso aquellos oscuros transeuntes de las batallas, apenas pudieron lastimar el talon de nuestro Aquilless... que no tenia su igual ni en Bolívar, ni en San Martín"...

Pigmeos, oscuros transeuntes de las batallas... Caxias "o Condestavel do Império", o patrono do Exército Brasileiro?!

Mitre "o homem providencial" no conceito de Nabuco?!

Osório "o cavaleiro sem mancha e sem medo?!

S. Martin, "o Santo de la espada" — Bolívar o maior gênio militar e político do Continente?!

Mas como explicar, como compreender o absurdo de considerar esses grandes vultos como meros pigmeos ao lado do tirano desequilibrado e paranoico, que podemos classificar entre os "demi-fou", de Grasset.

Desconhecem por acaso, seus crimes monstruosos?

— As atrocidades de S. Fernando, cujos vestígios ainda rchegaram a ser observados pessoalmente, por Caxias: valas comuns donde emergiam braços e pernas de cadáveres nus, como os do Vice-presidente da República e do Gen. Brúguer?

— Ignoram por acaso o que foi a "Conspiracion de 1868" relatada na "Revista do Instituto Paraguaio", quando foram fuzilados Berges, o Bispo Palacios, Benigno e Venancio, irmãos do tirano, Bedoia e Barrios seus cunhados e inúmeras senhoras da mais alta sociedade?

— Não leram nunca, aquelas páginas cheias de indignação e assombro, nas quais o Dr. Heitor Decoud, insuspeito escritor paraguaio, descreve o "Massacre de Concepcion" e a via-crucis das "destinadas" de Ithú, de Curuguaty, de Jejui-guassu, de Itamarami, verdadeiros campos de concentração, só semelhantes ás "fábricas de morte e aos matadouros" de Auschwitz, Dachau, Elbrunk, Birkanau, organizados pela Kultur nazi uber-alles?

— Desconhecem os trabalhos insuspeitos de Masterman "Siete años de aventuras en el Paraguay, a "História do Paraguay" de Max Von Versen as verinas do Dr. Decoud em sua "Decada de vida nacional", os "Recuerdos" de Garmen-

dia, o "perfil de Lopes traçado por Martin Garcia Merou?

— Nunca ouviram dizer por acaso, esses senhores lopis-guaaios, o que significava o "Cepo-paraguaio" e a "uruguaya-va", onde éra fraturada a espinha dorsal das vítimas, obrigando-as a engatinhar como aconteceu aos irmãos do ditador, antes de serem fuzilados?

— O que significava o regime da "guasca", do pelotão de fuzilamento, da delação, da espionagem, dos S.S. só semelhante ao da "resbalosa", da "mashorca" e "serrucho" instaurado por Rosas, seu digno par?

— Ignoram a história de Pancha Garmendia, a "Donzela do Paraguai", a mais formosa e pura flor da raça, transformada em "Donzela do martírio", apenas por não ter cedido aos baixos apetites del Marejalito?

— Ignoram também, que no lugar do ostensorio sagrado das Igrejas, o Christo foi substituído pelos retratos do tirano e sua amasia Eliza Linch, a famosa horizontal e aventureira de "alto bordo" que tanto escandalizou a austera sociedade paraguaia?

— E que quando os supliciados rogavam, na hora extrema, que lhes trouxessem a imagem do Cristo para beijar, lhes éra oferecida em troca, as efigies do ditador e de sua concubina?

— Que Lopes foi um parricida, que deixou sua mãe 4 dias sem comer e puniu de morte o soldado que condoido lhe deu um punhado de farinha; que a desnudou até o ventre para ser espancada melhor e, que só não foi executada no dia 1.º de Março ás 16 horas, porque neste mesmo dia pela manhã, êle foi surpreendido e morto em Aquidaban, pagando assim, providencialmente, crime tão nefando?

Desconhecem por acaso, que a mãe de O'Leary — o arauto dessa santa cruzada lopista — foi uma das "destinadas" e que depois, ele teve a coragem de escrever: que el Mal, se mantuvo dentro de la ley, sin aplicarla nunca, en su barbaro rigor"?!

— Que toda a fortuna pública e particular, do Paraguai, foi incorporada ao seu patrimônio?

— Que sua crueldade causou mais vítimas do que o inimigo, e que Lopes nunca arriscou sua vida em combate como aqueles "oscuros transeuntes de las batallas. ?

— Para o "criminoso de guerra n.º 1, "autor desta série de delitos inomináveis que castigo seria hoje imposto ?

Castigo? Não! nossos generais é que devem comparecer perante o tribunal da história para serem julgados por quantos ferimentos inflingiram naquele "heroe como ningun otro sobre la tierra"; si elle recebeu 1 ou 2 ferimentos, si foi no hipocondrio direito ou no esquerdo, e a quantos palmos da curva do Aquidaban teria se desenrolado aquella "tragedia de Esquilo", só digna dessa "imagem prometeana"...

"EL GOBIERNO PROVISORIO DE LA REPUBLICA"

Considerando :

— Que la presencia de Francisco Solano Lopes en el suelo paraguaio es un sangriento sarcasmo a la civilisacion y patriotismo de los paraguayos:

— Que este monstro de impiedad ha turbado el orden y aniquilado nuestra Patria, com sus crimines, bañandola de sangre y atentado contra todas las leyes divinas e humanas, com espanto y horror, excediendo a los maiores tiranos y barbaros de q ue hace mencion la historia de todos los tiempos y edades, ha acordado y

decreta :

— El desnaturalisado paraguay Francisco Solano Lopes, queda fuera de la ley y arrojado para siempre del suelo paraguay como asesino de su Patria y inimigo del genero humano".

CONCLUSÃO

É *"esse heroe"*, que se pretende exaltar, com prejuizo moral do Visconde de Pelotas, cuja palavra, "incoerente, imprecisa e contraditória" é posta em dúvida e criticada com irreverência e desprezo.

Posta em dúvida a palavra de José Antonio Corrêa da Câmara! o soldado de moral inteiriça e cerebro bem formado na expressão de Ruy, de "intenções sempre nobres e generosas no conceito de Castilhos; a palavra de um oficial general do Exército brasileiro; esforçado guerreiro, soldado bravo que pelos seus feitos em campo de batalha arrancou expressões candentes de entusiasmo de um Caxias, de um Osório, de um Conde d'Eu!

Realmente, o contraste é flagrante entre esse pigmeo "incoerente" que se pretende caricaturar, e aquele vulto grande e nobre, que provocou a admiração de Taunay, de Rio Branco, de Tiburcio e de Floriano — que o qualificaram de, "o bravo inteligente", "melhor cabeça militar que Caxias havia deixado no Paraguai" "homem que se colocou acima da apreciação de seus contemporâneos e reservou para si o juizo da história" — o lutador que alcançou a mais brilhante corôa de louros que os nossos bravos generais colheram nas campanhas de 65 e 70" !

E que autoridade é essa que se levanta para pôr em dúvida, a pretexto de "contar histórias", a palavra daquele que, em pleno Senado, declarou :

"Eu ponho a minha honra acima de tudo, de minha própria vida, e não sei que haja nenhum homem de pudor que assim não proceda". Certa vez, afirmou o saudoso General Souza Docca — "animados só pelo interesse de revelar os feitos de um dos maiores por muitos títulos, não podemos deixar de pedir ao Exército, que ele soube amar e defender com grandeza de alma independência e desinteresse inescdíveis e a Pátria a que tanto amou é engrandeceu, que ambos *cumprindo um dever de justiça e gratidão não o esqueçam nunca e saibam honrar-lhe a memória veneranda e augusta*, porque esse amor e esse culto terá a virtude de os elevar no conceito dos países que sabem presar aqueles que se elevam elevando-os".

Que tenhamos correspondido a esse nobre apelo, pleno de autoridade e de patriotismo, de quem como Souza Docca

soube com fidelidade exemplar realizar uma das mais belas vocações históricas do Brasil, são os votos do humilde autor destas linhas.

De ante-mão, Snr. Redator, muito grato pela publicação desta, subscrevemo-nos atenciosamente.

Cel. *Rinaldo Pereira da Câmara*

(Cruz Alta — Setembro de 1945).

NOTA — (1) — Relativamente a esta obra escreveu o Gen. Tiburcio ao seu amigo João Brígido: "Aí lhe passo o folheto — "Aquidaban perante a história — escrito por um dos professores de minha escola, no intuito de retificar um ponto contravertido da história da última guerra.

E' necessário que a história da guerra do Paraguai, escrita por Schneider sofra as devidas correções nos pontos em que, a mingua de melhores informações, a verdade é sacrificada com pesar para os que cumpriram o seu dever, e injustiça para a índole generosa do soldado brasileiro."

Silhueta Geográfica do Brasil

Cap. Gerardo L. Amaral

A ESCOLA DE SAGRES — Por convicção e informações as-sentou o Infante D. Henrique, ao regressar vitorioso de Ceuta, que havia terras por descobrir além do Cabo Bojador, ao tempo, limite das navegações portuguesas na costa africana. E, quando, em 1434, Gil Eannes vai além daquele limite, se inicia a fase dos grandes come-timentos que não teriam solução de continuidade em 1460, data da perda irreparável sofrida por Portugal e pelo Mundo com a morte do Infante. A Escola de Sagres fundada ao regresso vitorioso do Prin-cipe formou várias gerações de audazes navegantes que levaram a todos os mares o pavilhão das quinas.

— :: —

A DESCOBERTA DA AMÉRICA — Colombo, o genovês iluminado, percorre várias Côrtes a falar na esfericidade da Terra e ninguém o escuta. Brada, clama, roga em vão. Afirma que seguindo sempre para o Ocidente encontraria as Índias que enchem a imagi-nação e a cobiça dos reis. Tudo parecia debalde mas, um dia, tem fim sua peregrinação. Fernando e Isabel, reis de Aragão e Castela, resolvem ouvi-lo e assoldá-lo.

E ele descobre a América.

— :: —

OS REIS, O PAPA E OS DESCOBRIMENTOS — De re-tôrno, aporta Colombo a Lisboa e é recebido por D. João II a quem participa sua descoberta. O Rei, seus cosmógrafos e pilotos, entendem ser tal terra pertencente a Portugal, pois a ele pertenciam todos os mares e terras abaixo do paralelo das Canárias.

Têm início as tricas diplomáticas em torno do descobrimento. D. João II de um lado, do outro Fernando e Isabel, trocam embai-xadores, ameaçam-se mutuamente e cada um melhor procura enganar ao outro. Vão longe as discussões.

Convém, desde logo, focar a importância da autoridade papal nas questões dos descobrimentos. O "poder pontifício, ... pela inexis-tência de um código das gentes", ... "era o árbitro supremo das questões internacionais". (1) "A Santa Sé era ainda (século XV)

(1) — Basílio de Magalhães — Expansão Geográfica do Brasil Colonial (pág 15)

considerada pelos príncipes e povos cristãos como um tribunal de paz internacional, como a Corte Suprema cuja competência se estendia também às questões sociais e políticas" (L. Pastor — *Histoire des Papes*). (2). Do Visconde de Porto Seguro é o seguinte esclarecimento ainda com referência à influência papal: "Os que criticam a ingerência da Santa Sé neste negócio, esquecem-se de que não vivem no século em que ele teve lugar". (3).

Ora, pelo visto o Papa era o árbitro supremo de então, não só nas cousas do espirito mas, também nas temporais e dessas se aproveitava pelo bem daquelas: estendia os limites da fé cristã e a ela reduzia os infiéis.

Filhos amados da Igreja Católica a diarquia de Aragão e Castela contava como certo o successo da embaixada de immediato mandada a Roma para obter o reconhecimento da posse da nova terra. E assim foi. O Sumo Pontífice era Alexandre VI (Rodrigo Bórgia) que João Ribeiro diz ser de origem hespanhola e que diversos autores citados por Macedo Soares, dizem ser espanhol. O fato é que em dois dias o Papa expediu três Bulas. Duas a 3 de maio de 1493 ("EXIMIAE DEVOTIONIS" e "INTER CETERA") e a outra no dia seguinte começando com as mesmas palavras "INTER CETERA", modificando a da véspera.

A segunda "INTER CETERA" "teria encerrado o ciclo das navegações portuguesas, pois outorgara à Espanha tôdas as possibilidades relativas aos descobrimentos se não fôra, como veremos, a vontade firme de D. João II e as deficiências da própria Bula, as quais forçaram uma acomodação entre os Reis Católicos e o de Portugal". (4)

O ato pontifical de 4 de maio fazia à Espanha concessão absoluta "sob pena de excomunhão latae sententiae, para as pessoas de qualquer dignidade, mesmo real ou imperial", que perturbar seus domínios, de "tôdas as ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir para o ocidente e meio dia de uma linha desde o polo ártico ou setentrão até o polo antártico ou meio dia", "quer sejam terras firmes e ilhas encontradas ou por encontrar em direção à Índia ou à direção de qualquer outra parte", "à qual linha linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde, cem léguas para o ocidente e meio dia". Assim reza a Bula de 4 de maio. Recorre D. João II ao Papa que confirma os termos da segunda "Inter Cetera". Mas o *Príncipe Perfeito* não

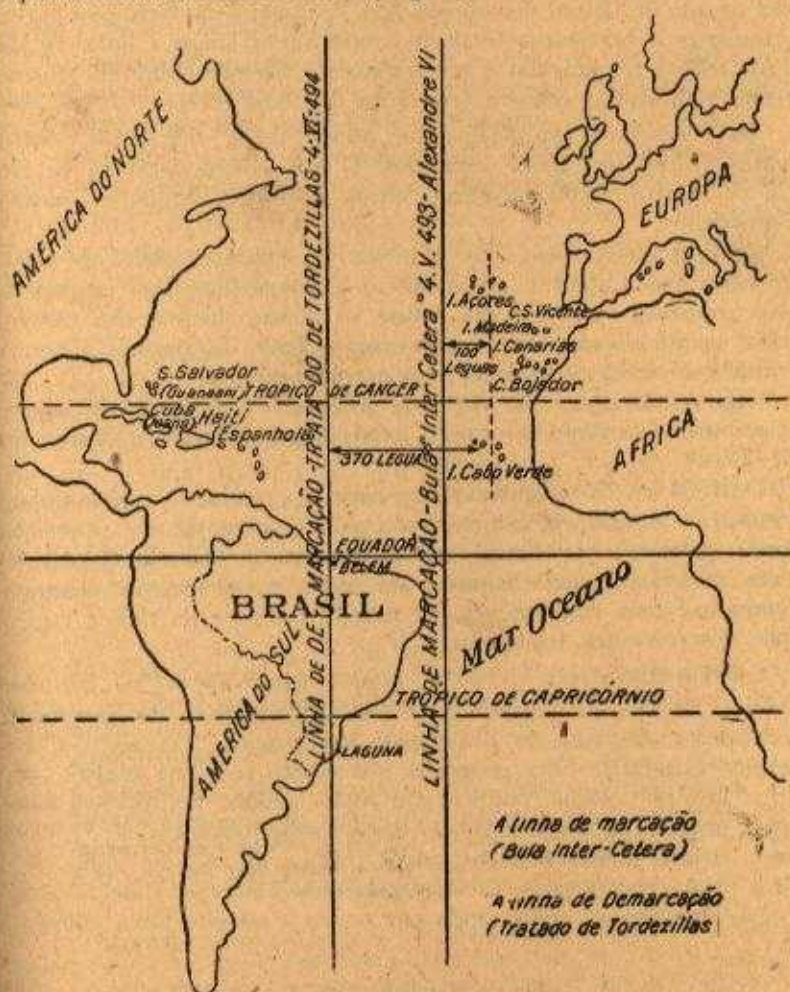
(2) — Macedo Soares — *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* (pág. 6)

(3) — *Idem*, *ibidem*. (pág. 14/15)

(4) — Cassiano Ricardo — *Marcha para Oeste* (pág. 63)

cêde facilmente. Arma poderosa esquadra para *provar a sorte da guerra nos próprios mares das regiões descobertas*. A êsse falar vêm às mãos os Reis Católicos e fazem que seus embaixadores encontrem os de Portugal em Tordezillas onde buscarão uma solução pacífica para o caso.

A linha de marcação determinada por Alexandre VI é substituída pela linha de demarcação convencionada entre as partes em litígio que a fizeram passar a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, ficando à Espanha tudo que estivesse para o ocidente e para Portugal o que se contivesse no Oriente. (Fig. I)



O BRASIL — Dividido o mundo entre Portugal e Espanha pelo meridiano estabelecido em Tórdezillas, o nosso Brasil, ainda por descobrir, já tinha traçadas suas primeiras fronteiras terrestres, que eram a reta que entrando terra a dentro na altura de Belém do Pará vinha mergulhar no oceano, na região de Laguna, em Santa Catarina. Ficava assim o Brasil, na expressão magistral de Genserico Vasconcelos, reduzido a uma *fachada sem fundo*, ou, segundo Cassiano Ricardo com "uma fisionomia anti-natural e anti-estética".

Ao traçarem o meridiano de Tordezillas, ignoravam os signatários do pacto o que davam e o que perdiam na partilha, e o Brasil, antes mesmo de Cabral descobri-lo já a Portugal fora doado em parte. Portugueses e brasileiros levariam ainda muito longe a linha rígida da fronteira e triplicariam o território da possessão dando-lhe forma estética e natural, a silhueta geográfica que hoje ostenta.

Os verdadeiros propósitos que animavam a viagem de Pedro Álvares Cabral são ainda discutidos. O que nos importa é que ele a 22 de abril de 1500 encontrou terras que hoje formam o colosso sul-americano.

Os portugueses bem cedo sentiram a extensão costeira da terra descoberta por Cabral e avaliaram as despesas que elas trariam à Corôa exaurida, enquanto das Índias só vinham lucros. Era mister, porém, mantê-la em posse e assim foram feitas as primeiras tentativas de colonização sem ônus para o erário público.

Seguiremos agora, de perto, o processo da expansão brasileira nos primeiros séculos conforme o expõe o grande mestre Basílio de Magalhães.

De 1504 a 1696 desenvolve-se o *ciclo das entradas* ou *ciclo oficial da expansão geográfica*, caracterizado pelo caranguejar dos primeiros colonos pelo extenso litoral em tentativas de descoberta de riquezas minerais e de conquista da terra ao elemento autoctone. A *entrada* é uma consequência da natural cobiça e da tímida curiosidade dos primeiros habitantes.

Concomitantemente (1526 a 1700) desenvolve-se o *ciclo das bandeiras* ou *ciclo espontâneo da expansão geográfica*, caracterizando a verdadeira conquista do Brasil pelo bandeirante. "A bandeira nos deu uma geografia. Esta geografia nos traçou, em sua réplica, um destino histórico, social, político, até então inédito. Foi ainda a bandeira a primeira arrancada para o nosso "selfgovernment". (5) Fosse grande ciclo é subdividido em outros três: o da caça ao índio, primeiros passos para a posse da terra pela redução de seu dono; o ciclo do ouro de lavagem, ainda tendo por teatro a estreita faixa atlântica

(5) — Citado por Basílio de Magalhães (ob. cit. pág. 195)

do centro sul barrada pela impenhência aterradora do obstáculo granítico; e, finalmente, o grande ciclo do ouro, decisivo para a vida da colônia, caracterizado pela penetração a fundo do território pelos aventureiros audazes. Do ouro de aluvião de Iguape, Cananéia e Paranaguá passaram à busca do ouro de beta em Minas, Goiás e Mato Grosso. A verdadeira marcha para oeste, a conquista do Brasil pelos brasileiros.

De 1590 a 1690 desenvolve-se o *ciclo do gado*, especialmente ao Norte e dentro da raia de Tordezillas.

E, há ainda o *ciclo dos jesuitas*, se nos for permitido dar tal denominação à penetração dos missionários nos vales do Amazonas e Paraná, sempre fora da *linha de demarcação*.

Resumindo, damos a palavra a João Ribeiro: — "O jesuita, o criador e o paulista bandeirante são os fatores da grandeza territorial. Os jesuitas congregam e aldeiam os índios nas margens dos grandes rios do Amazonas e Paraná; os criadores desvendam o sertão do norte; e os paulistas todo o centro e oeste até Goiás e Mato Grosso". (6)

É bem verdade que nem sempre jesuita e bandeirante se entenderam bem, principalmente se o jesuita era hespanhol. Os historiadores raramente são serenos no julgamento, ou melhor, na compreensão das "atrocidades" dos bandeirantes. Cassiano Ricardo diz bem quando diz que a origem de tôdas as pátrias está na violência. Pelo caminho da paz, diz o mesmo autor, os limites do Brasil talvez tivessem parado no Paranapanema. Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto não teriam realizado a formidável conquista do sul contra os tapes e contra o império jesuítico espanhol. (7)

(6) — Cassiano Ricardo — Ob. cit. (pág. 107)

(7) — Paulo Prado em Retrato do Brasil, citando uma nota inédita de Capistrano, resume a expansão geográfica devida aos bandeirantes da maneira seguinte:

a) bandeiras paulistas, ligando o Paraná ao Paraguai, e pelo Guaporé, Madeira, Tapajós e Tocantins atingindo o Amazonas to Xingú, pelas más condições de navegabilidade, nunca foi freqüentado); bandeiras paulistas, ligando o Paraíba ao São Francisco, ao Parnaíba e Itapicurú até o Piauí e Maranhão por um lado; ligando o São Francisco, o Doce, o Paraíba, ao Paraíba do Sul, gulgando a Serra dos Órgãos, para terminar na Guanabara; bandeiras paulistas, entre a Serra do Mar e o Paraná, tôdas elas atravessando o Uruguai para o Rio Grande do Sul;

b) bandeiras baianas, ligando o São Francisco ao Parnaíba e chegando ao Maranhão pelo Itapicurú; bandeiras baianas ligando o São Francisco ao Tocantins; bandeiras baianas, que indo do Serro e Minas Novas, procuravam o Rio pelo caminho da terra do ouro;

c) bandeiras pernambucanas entre o Capibaribe e serra de Ibiapaba, muito menos impotantes que as duas anteriores, traçadas a menor distância do litoral.

Ainda que posto logo sob o signo da cruz não fugiria o Brasil à regra geral dos processos de conquista. O ciclo das bandeiras está ornado de sangue, muito sangue. Corpos de índios, de jesuitas e de bandeirantes argamassaram os fundamentos de uma nova pátria. Bem haja o sangue derramado pois que saciou às Parcas e à Marte. Os prélios máximos da evolução nacional — Independência, Abolição e República foram decididos incruentamente.

A figura II mostra a penetração das bandeiras, que a detalhar seria um estudo à parte, deixando evidente, pela comparação de nossas atuais lindes com os pontos atingidos por elas, que pouco se alterou a configuração geográfica do Brasil desde então (8).

Não podemos deixar sem um reparo o fato auspicioso para o Brasil da dominação espanhola sobre Portugal. A corôa única reinante na península rompeu, praticamente, o véu simbólico de Tordezillas, deixando à vista e ao gozo do bandeirante a terra proibida. E... eles não se fizeram rogados.

Em pós da Restauração já se tornara hábito não respeitar a *linha de demarcação*.

A dominação sobre a bôca do Prata tornara-se vital para o govêrno colonial. Se o bandeirante dominava as cabeceiras de seus tributários porque haveria de abdicar da posse da fôz? E D. Manoel Lobo vai ao sul para fundar, como o fez a 1.º de janeiro de 1680, a Colônia do Sacramento, à margem esquerda do Prata, na região em que hoje se ergue a cidade de *Colônia*.

A Colônia de Sacramento ocupa longas e sangrentas páginas de nossa história e da sul americana num largo período que vai de sua fundação em 1680 até 27 de agosto de 1828, data da assinatura da convenção da paz entre o Brasil e a Argentina, dando liberdade ao Uruguai, erigido em Nação independente. Levou-nos a essa convenção a retirada a que foi forçado o exército imperial ao mando do Márquez de Barbacena, no Passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827, quando pretendia firmar o domínio brasileiro sobre a Província Cisplatina.

Vamos recordar aqui rapidamente os vários avanços, e recuos de nossas fronteiras sulinas em função da posse ou perda da Colônia de Sacramento, no correr dos anos acima citados pois, fora elas, só

pelo sertão "de fora", recebendo muita gente diretamente do litoral, subindo os rios que nele desembocam;

d) bandeiras maranhenses, de pouco alcance, ligando o Itapecurú ao Parnaíba e São Francisco, e o Parnaíba às terras aquém do Ibiapaba;

e) bandeiras amazônicas, que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo; alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana

(8) — João Ribeiro — As Nossas Fronteiras (pág. 19)

o Rio Oiapoc foi objeto de litigio decidido, então, com o Tratado de Utrecht, de 1713, que estudaremos depois.

Ainda no início das construções dos edifícios e obras de defesa da Colônia, em 1681, é ela atacada pelos espanhóis vindos de Buenos Aires.

Em consequência da guerra em que na Europa estão empenhados Portugal e Espanha, sofre a Colônia novo ataque dos iberos e fica em poder deles.

Pelo tratado de Utrecht, assinado a 15 de fevereiro de 1713, fora da porta da Cidade de Utrecht, sobre os assentos do passeio público em uma das horas em que quasi ninguém apparecia nele" foi a Colônia de Sacramento cedida a Portugal. Largada como estava naquela distância dos núcleos populosos, a Colônia do Sacramento necessitava um ponto de apoio mais próximo para defender-se de seus inimigos. "Em 1726 os portuguezes assentaram arraiais na enseada de Montevidéo". Fracassou a tentativa pela falta de meios, mas, os espanhóis revidaram-na fundando a 24 de dezembro de 1726 a cidade de Montevidéo, agravando a situação da Colônia que passou a ter mais próximo ainda o inimigo.

Em 1735, Salcedo, governador de Buenos Aires, invade Colônia do Sacramento e luta durante dois anos para dominá-la sem conseguí-lo.

É agora a vez do revide português. Gomes Freire, governador do Brasil resolve tomar Montevidéo e determina a Silva Pais que o faça. A resistência encontrada fez com que o Brigadeiro desistisse da empresa mas não perde totalmente seu tempo. Funda o Rio Grande, explora as Lagoas dos Patos e Mirim, deixa uma guarda na foz do Chuí, funda os Fortes Jesus-Maria-José e Santana e vai estabelecer-se na ilha de Santa Catarina.

A guerra que se feria na Europa entre Portugal e Espanha, e em consequência da qual se travavam as lutas na Colônia, teve fim com o armistício de Paris (1737). Vieram ordens para que na América também cessassem as lutas.

Portuguezes e brasileiros fundando e se batendo pela Colônia do Sacramento puzeram completamente à margem o Tratado de Tordezillas. O reconhecimento da posse, que a Espanha fez a Portugal com referência a Colônia, restituindo-a mais de uma vez, era uma demonstração inequívoca da caducidade do tratado de 1694.

— :: —

O TRATADO DE MADRID — As casas reinantes em Portugal e Espanha estavam ligadas por estreitos laços de família o que muito contribuiu para que decidissem pôr fim nos conflitos entre

ambos os países. Iniciadas as negociações nesta base pacífica foram coroadas com o Tratado de Madrid, lavrado em 1750.

O Tratado de Madrid é de suma importância para nós. Com ele surge a figura extraordinária de Alexandre Gusmão, "o avô dos diplomatas brasileiros" segundo o embaixador Araujo Jorge. Aos vinte anos servia à corte de D. João V como secretário do embaixador português em Paris. Nos cinco anos em que permaneceu na cidade-luz doutorou-se em direito civil, romano e eclesiástico e aprimorou sua cultura geral. De lá foi para Roma onde se impôs pelo seu talento e atrativos pessoais conseguindo para os Reis de Portugal o título de Fidelíssimo, assim como os da França eram Cristianíssimos e os de Espanha Católicos.

O que de mais valor nos fez ele foi sua ação no decorrer das discussões que resultaram no Tratado de Madrid, onde foi quem verdadeiramente agiu em nome de Portugal se bem que ostensivamente aparecesse o embaixador Silva Teles. O Tratado de Madrid definiu totalmente de acordo com as possibilidades da época, as nossas fronteiras com os domínios espanhóis desde o extremo sul até o fim da cordilheira que corre entre o Orenóco e o Amazonas.

É de frizar-se o espírito de conciliação reinante em tal acordo, tendo em vista evitar incursões futuras nas linhas estabelecidas como limites, chegando a ponto de assim rezar o tratado: "*Para isso designem-se lagoas e rios, fixando a raia com clareza, sem reparar no mais ou menos que venha a caber a cada uma das corôas*". Estabeleceu ainda o Tratado que em caso de guerra entre Portugal e Espanha viveriam suas colônias na América como se não houvesse tal guerra, cláusula em que está evidente o zelo patriótico de Gusmão manifestado ainda na seguinte disposição: — "*cada parte há-de ficar com o que atualmente possui*". Era a aplicação clara do princípio romano de Direito Civil que é conhecido como *uti possidetis*. Era o brasileiro usando seus dotes excepcionais para zelar pela paz e integridade territorial de sua pátria.

O Tratado de 1750 tem merecido a admiração de todos que o estudam e o Barão do Rio Branco a ele se referiu do seguinte modo: — "*O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão de boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências de paz e da civilização na América*".

A demarcação das fronteiras estabelecidas no Tratado de 1750 encontrou as mais sérias oposições não só dos portugueses que não se conformaram com a perda da Colônia do Sacramento, como dos je-

da mesma Corôa de Espanha *com todos os territórios que possui...*", repetindo aquelas palavras contidas no preâmbulo do Tratado de Madrid: "cada parte ha-de ficar com o que atualmente possui".

Devemos, pois, a Alexandre de Gusmão o reconhecimento público, em documentos oficiais, da expansão geográfica do Brasil realizada não obstante as absurdas limitações impostas pela Bula Inter Cetera, de 4 de maio de 1493.

— :: —

AO FIM DO REGIME COLONIAL — O Brasil independente era um país sem fronteiras legalmente reconhecidas. Teria que defini-las pela aplicação do *uti possidetis, ita possideatis* (como possuíis, assim continueis possuindo). Toda a política de fronteiras do Brasil se baseia no respeito a esse princípio e adotando-a nada mais faz senão reverenciar a memória daqueles que levaram tão longe a prova da energia indômita de um povo jovem.

— :: —

O IMPÉRIO — As Repúblicas limítrofes, como os Reinos britânico e francês, questionaram com o nosso Império procurando resolver a seu modo (deles) as questões lindeiras. Contudo os litígios seriam procrastinados tanto que só a República viria a solucioná-los na sua quasi totalidade.

O Império, nos seus 67 anos de estágio governamental, só resolveu definitivamente as fronteiras com o Paraguai e o Uruguai aproveitando-se da conclusão de tratados de paz com os mesmos após os conflitos de 1865/70 e 1851/52.

As fronteiras com o Paraguai sofreram pequenas modificações determinadas por um melhor conhecimento da região limítrofe e as com o Uruguai só se alteraram graças à liberalidade brasileira concedendo, em 1909, o condomínio da Lagôa Mirim.

Não quer isto dizer que haja o Império se desinteressado pela solução de problemas tão complexos, quanto vitais à soberania nacional relegando-os a um plano inferior. Não. Quem haja percorrido as páginas de nossa história, onde avulta a figura ímpar de Pedro II, ha-de ter percebido a sua excepcional envergadura de estadista e far-lhe-ia a maior das injustiças supondo-o capaz de fugir aos seus deveres de Chefe de Estado. É que o Império era uma exceção na América. Exceção pela forma de governo; exceção pela língua; e, exceção pela superfície. Tudo o indicava predisposto ao imperialismo. Qualquer de seus movimentos pela solução de uma questão em que houvesse interesses de vizinhos era logo encarado como uma

demonstração de força, um movimento expansionista. E D. Pedro II, impertubavelmente sereno, conhecedor profundo dos homens de seu tempo e dos direitos do Brasil, dava tempo ao tempo. Evitou atritos internacionais, manteve sempre elevado o prestígio do Brasil e legou à República que o destronara, os elementos necessários à solução pacífica de todos os litígios.

Tirante a precipitada decisão do Governo Provisório, num gesto de mal inspirada demonstração de fraternidade americana, de dividir um território indiscutivelmente brasileiro, para assim se iniciar sob a forte impressão de seus anseios de paz com os vizinhos, decisão essa enérgicamente revogada pelo Congresso Nacional, tôdas as demais gestões seguiram as normas estabelecidas pela política do Império, algumas delas traçadas de próprio punho pelo Monarca.

Certa feita, o *Rei Filósofo* disse: "Não transijo: ou o território é nosso e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence aos nossos vizinhos, então é justo não querermos uma polegada do que não nos pertence. O arbitramento decida". (10) Será preciso algum comentário a tais palavras? Não estará aí espelhada a política do Império?

— :: —

TRÊS DIPLOMATAS — Dezenas de anos separaram a projeção de três grandes figuras sobre a História do Brasil: Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro e Barão do Rio Branco. Brasileiros o primeiro e o último, português de nascimento o segundo, merecem todos, igualmente, a gratidão nacional pelo que fizeram na defesa da nossa terra.

A Gusmão já nos referimos. Duarte da Ponte Ribeiro "a quem ninguém excedeu em amor e em serviços ao Brasil" "foi um presente de Portugal — à sua colônia americana, como Alexandre de Gusmão fôra uma dádiva do Brasil ao velho Reino peninsular". (11)

Rio Branco veio depois. É quasi dos nossos dias. Executante da política de fronteiras esboçada por Gusmão com o Tratado de 1750, encontrou na obra pessoal dos entendimentos realizados por Duarte da Ponte Ribeiro com todos nossos vizinhos e, principalmente, nas suas memórias, e outros documentos confidenciais — preciosidades que o Itamarati guarda com o maior carinho —, uma fonte inexgotável de justos recursos para a defesa de nosso patrimônio físico. A cada passo, daqui por diante, encontrar-nos-emos com "El Barón".

(10) — Castilhos Goycochea — "Fronteiro — Mór do Império", citado por Gustavo Barroso, em "A MANHÃ", de 21-7-1942, em artigo sob o mesmo título.

(11) — Id., id., *ibid.*

"Cada qual deles surgiu no momento preciso e para a missão que se estabelecera por força da situação. Variaram as funções que cada um teve de desempenhar, mas o espírito que norteou todos foi o mesmo". (12)

E o que veremos agora ao estudar cada uma das nossas fronteiras atuais, definitivas graças ao trabalho dos *bandeirantes de gabinete*, *bandeirantes da diplomacia*, que completaram a obra de seus ancestrais, traçando nos mapas e nos tratados a expressão vigorosa do nosso direito inalienável de posse do território cuja configuração geográfica explende no mapa das Américas.

(12) — A. G. de Araujo Jorge — Ob. cit. (pág. 183)

(Continua)

A Batalha do Monte das Tabocas

P R E A M B U L O (**)

Há precisamente três séculos, em 3 de agosto de 1645, a cerca de uns sessentaquilômetros de Recife, no alto do vale do Taparaça, afluente ocidental do Capibaribe, um grupo numeroso de *brasileiros*, portugueses ou nativos, travava um sério combate com os flamengos, então dominadores do Nordeste. O encontro se deu no *Monte das Tabocas*. Foi longo e mortífero, feroz e desigual, mas, por isto mesmo, ali, naquele lugar, se inscreveu a marca indelével da existência nacional brasileira no quadro ocidental das nações civilizadas.

Destarte, ficou assinalado um vértice, o primeiro e, sob certos pontos de vista, o mais elevado da curva com que se pode descrever geomêtricamente o processo da formação nacional, com características autônomas e indestrutivelmente firmadas.

Esse acontecimento histórico foi o primeiro ato decisivo da luta para a expulsão dos holandeses da qual, as duas subseqüentes batalhas dos Guararapes, foram os derradeiros, os grandes termos finais de uma guerra que durou ininterruptamente cerca de trinta anos.

Por que se deu aquele combate e quais foram as suas conseqüências? Como se passaram os acontecimentos? Quais foram os seus heróis? Que lhes devemos?

Dar uma resposta a estas perguntas é o que nos cabe aqui fazer, em desempenho da incumbência honrosa que nos quiz dar a benévola "Comissão de Comemoração das Lutas Holandesas" por sua nímia gentileza. Fazêmo-lo, permitam-nos afirmá-lo, desvanecidos pela imerecida confiança em nós depositada mas sobretudo convictos de que cumprimos um dever patriótico. Certamente esta homenagem àqueles heróis do nosso nascer nacional, teria outro brilho se prestada por alguém mais hábil e capacitado, não haveria, porém, nela mais sinceridade nem maior sentimento de gratidão pelo exemplo edificante que nos legaram.

Há na vida dos povos a mesma continuidade que há na dos indivíduos. Formam-se uma e outra, de uma sucessão interminável de fenômenos derivados uns dos outros, ou modificados uns pelos outros, num jôgo perene de ações e reações que nem mesmo desaparecem

(*) Conferência realizada pelo Coronel J. B. Magalhães, no Ministério da Educação, em 3 de agosto de 1945.

com o que chamamos morte, que é afinal méra transformação das formas da vida.

Isto mostra que é cousa essencial à compreensão os fatos que a história registra, saber-se fazer uma idéia de como e por que êles surgiram, isto é, estabelecer-se a filiação histórica a que obedecem, conhecer as causas que produziram tais efeitos.

Não é tarefa fácil. Dela só se podem incumbir os gênios da humanidade e as superiores inteligências capazes de secundá-los e de os interpretar, e isto quer dizer que o trabalho que vamos desenrolar diante vós ou é méra reprodução do que outros disseram ou apenas singela interpretação pessoal do modo por que os fatos se desenrolam, sem nenhuma originalidade de fato, em todo o caso.

Seja como for, a empresa não é fácil. Aqueles gênios mesmo só puderam progredir lentamente nesse ingente trabalho de determinação das causas e de sua relação com os efeitos. Tiveram que se ir servindo do que os que os antecederam fizeram para lentamente ir melhorando os conhecimentos adquiridos numa aproximação interminável da verdade.

Mas o homem ávido de explicações, sempre ansioso por desvendar os mistérios que o contornam, imaginou e imagina ainda soluções para os problemas, que ao certo e demonstradamente, não sabe resolver. Dificilmente se conforma em ter de se confessar ignorante. Quando ignora, imagina...

Assim chegou a humanidade até o século XV tendo por verdades idéias e concepções no mundo cósmico e de si mesma, que hoje nos parecem ingênuas como as nossas talvez vão parecer ingênuas aos que nos hão de suceder. Neste século os cálculos e conjeturas de Copertinico, completadas, corrigidas e demonstradas mais tarde pelos Galileu, os Képler, os Badley e outros subverteram por completo as idéias que se esteiavam na concepção de que a Terra era o centro do mundo. Isto porém, afetava apenas uma parte mínima insignificante da humanidade, a dos homens cultos.

Mas surge também então um outro fato novo. Guttemberg inventa a imprensa de tipos móveis e metálicos, que permitia a reprodução indefinida do trabalho desses poucos homens cultos que antes só podiam circular em cópias manuscritas, penosas e raras, e nem sempre muito fiéis... A cultura deixa de ser privilégio de alguns para se tornar acessível a muitos, a um número dia a dia crescente de indivíduos...

Isto representava uma derrocada na concepção do sistema do mundo antigo cujas realizações concretas, a invenção das poderosas armas de fogo, também naquela época, pelo aproveitamento da força dos gases deflagrados pela queima de pólvora, vinha destruir, inici-

ando a intensiva derrubada do sistema político, social e econômico do feudalismo. Não será uma súbita revolução. As transformações vão-se fazer mais ou menos lentamente, meio inconscientemente, a força das circunstâncias novas da vida, não ainda muito bem discernidas. Hoje mesmo ainda nem todos vêem nitidamente o presente o futuro, si bem que agora, a instrução abranja um grande número de indivíduos e si bem que os mais esclarecidos possam perceber nitidamente o rumo a seguir.

Naquela época, no entanto, o mundo pareceu querer transformar-se de golpe, e assim foi até certo ponto.

É que aos novos conhecimentos adquiridos e à invenção da imprensa juntaram-se logo outros fatos que vieram facilitar a navegação e excitá-la: a construção possível de melhores navios; a possibilidade de o homem lançar-se, sem se perder, mares desconhecidos afora, com o auxílio do astrolábio. Além disso, as agora divulgadas narrativas de Marco Polo, o célebre viajante do século XIII despertavam interesse intelectual e cubiça.

Surgiu logo, tomadas em consideração a astronomia nova, as narrativas de Marco Polo e o conhecimento das obras antigas que a imprensa veio facilitar, uma nova carta do Mundo que Toscanelli ofereceu a Colombo.

A Escola de Sagres, que iniciava as navegações atlânticas, seguindo rumo ao Sul pela costa da África e se alargando pelo oceano, foi encontrando as ilhas que o ponteiavam. Não tardaram os Colombo, os Gama, os Pinzon, os Fernando de Magalhães e tantos outros, a penetrar pelos misteriosos oceanos longínquos descobrindo novos caminhos e terras à civilização. Seguiam em barcos, que eram enormes quando singrando propulsionados pelos ventos, cujo regime ainda não conheciam bem, como também ainda desconheciam as correntes marinhas. Que os leva para diante, nesse enorme afã? As fantásticas histórias de Marco Polo!... A cubiça da pujança imensa do Oriente que elas denunciavam, de mistura com o ardor religioso!...

Quando voltam trazem enormes riquezas ou notícia delas a revelação de existência de povos e de civilizações insuspeitados...

Mas aquelas riquezas já não mais afluíam para Veneza centro do comércio na era da civilização ainda mediterrânea. Iam ter a Portugal e a Espanha, países Atlânticos. A civilização progredira e se deslocara.

Estávamos em pleno século XVI, o século em que brotam por toda parte as sementes da reforma da civilização plantadas na anterior, bem adubadas pelas revelações dos mundos novos que fizeram os navegadores.

Por toda parte na Europa os povos se agitam, sacudidos pelas idéias novas que a imprensa divulga e premidos por outras necessidades de ordem política, social e econômica. Não estão ainda todos constituídos em nações autônomas. Existem ainda envoltos em domínios feudais. Pertencem ainda aos senhores e aos reis, mas começam a despertar para se aperceberem da sua própria existência como crianças que se fazem adultos.

As doutrinas de Lutero que dão vigor ao espírito crítico e a metafísica que brota da ânsia de progredir excitada pelos dos novos conhecimentos científicos adquiridos, agitam os melhores espíritos e vão produzindo os mais destruidores efeitos no sistema antigo. Mas será preciso atingir o século XVII, esperar novos progressos da mentalidade, aguardar a divulgação das meditações dos Descartes, dos Newton, dos Leibnitz e outros para que adquiram os foros da maioria que fazem somente prevalecer a partir do século XVIII.

Os acontecimentos de que aqui nos ocupamos, situados no século XVII, nada mais são que um reflexo de todas estas condições, que dominaram então o Mundo Europeu. São um capítulo, ou melhor, um parágrafo da história dessas transformações da civilização ocidental. Um efeito de todas aquelas causas novas em choque com as velhas concepções da mente humana.

Na Europa, ao par das modificações econômicas e sociais, um dos fatos mais revolucionários da época, foi o movimento reformista da Igreja Católica desencadeado por Lutero e Calvino, donde resultou a divisão da cristandade em dois grupos que se debatiam em longa guerra. O Papa já não dispunha de autoridade preponderante. Surgiam nações novas e já o ascendente de que antes desfrutaram Espanha e Portugal ia passando a outras nações tornadas mais vigorosas, França, Holanda e Inglaterra.

Portugal está mesmo eclipsado. A união em 1580, das corôas ibéricas na cabeça de Felipe II, da Hespanha, desde que falecera D. Henrique o sucessor do desaparecido D. Sebastião, o aventureiro infeliz de Alcacerquibir, relegára-o para segundo plano e ele entrara mesmo em decadência.

Era vítima da política espanhola do Ministro de Felipe, o Conde Olivares, que o enfraquecia para que não se pudesse rebelar e das consequências do reacionarismo dessa política na Europa, contra as idéias e situações novas que surgiam no continente.

Felipe II, herdeiro de Carlos V, o último Imperador de fato da herança romana, católico e absolutista, não podia tolerar nos próprios domínios as idéias de Lutero e de Calvino. Tenta eliminá-las, em luta aberta com seus aderentes.

Os Países Baixos e os das montanhas alpinas, onde tais idéias preponderavam, embora aqueles o aceitem como rei, não o toleram, porém, como déspota e rebelam-se. A Holanda que é já uma nação próspera e de habilidades comerciais acentuadas, faz-se independente em 1609, sob a direção da nobre casa do Príncipe de Orange.

Os êxitos que obtêm nas lutas com as forças de Felipe II fazem com que afinal sua liberdade, e a da Suíça, seja reconhecida por tôdas as nações poderosas em 1648, no tratado da Westphalia, quando a genial política de Richelieu põe termo à guerra religiosa dos trinta anos.

Fica então definitivamente claro que a preponderância na política européia, não pertence mais aos Imperadores, como antes já deixara de pertencer aos Papas, quando deles aqueles a usurparam.

A luta da Holanda com a Espanha é, porém, árdua e longa e nela Portugal é a maior vítima.

Os Países Baixos, como as outras nações, então em guerra com a Espanha, cientes do estado de debilidade em que a política do Conde de Olivares deixava Portugal, é contra êste que dirigem seus fulminantes golpes. Não o atacam diretamente. Procuram feri-lo nas suas colônias. Sabia-se que a marinha portuguesa estava enfraquecida e que a Espanha não lhe dava muita atenção, pouco se importando sacrificá-las desde que desviasse os golpes que pudessem ser desferidos contra as suas próprias conquistas ou contra ela mesma. Tomara a rigor uma atitude de política militar defensiva.

A grande arma de que se mune a Holanda para esta guerra são as companhias de Comércio. Organiza primeiro uma para agir nas Índias Orientais, terreno em que bem conhece a fraqueza da Espanha e se lança contra os domínios espano-lusitanos da Ásia sem hesitação. Os resultados que obtém e os grandes lucros que auferê fazem-na logo pensar na criação de outra para agir no Atlântico.

Era atraída pela fama das riquezas fabulosas que se diziam existir no Brasil, mas principalmente pelo comércio lucrativo do pau brasil e do açúcar de que se serviam os portugueses e espanhois, o qual também dava motivos a uma pirataria intensa de ingleses e franceses. Os piratas chegavam, atacavam pontos da costa, os saqueavam, ou aprisionavam navios em alto mar, e depois partiam a negociar as suas cargas nos mercados da Europa. Os franceses chegaram mesmo a tentar fixar em terras nossas, de tal modo a cousa se mostrava promissôra.

Todos foram facilmente repelidos, menos os holandeses. Mas tudo isto, que era um méro reflexo da situação européia, da anarquia política, do desenfreado espírito de cubica que as condições da vida ali desenvolvera, também se fazia a pretexto de salvação religiosa dos

povos recém descobertos ou para procurar apenas um refúgio para as vítimas das perseguições dessa natureza que por lá se exerciam. O papel das idéias religiosas nessas lutas é evidentemente muito forte, se bem que no fundo a causa que as determina seja sempre de natureza econômica e social.

A GUERRA HOLANDESA

Organizada a Companhia flamenga para agir no Atlântico, a W. I. C., Companhia das Índias Ocidentais, cobre-se naturalmente, como era a moda dos tempos, com o véu do interesse religioso e inicia suas atividades agindo contra o Brasil e a África que lhe fica fronteira, sob o pretexto de salvar os seus povos da heresia.

Na verdade sua constituição não despertou grande interesse na Holanda. Muitos achavam que era demasiado a um país tão pequeno ter empresa tão vasta e contentavam-se com os lucros auferidos pela das Índias Orientais.

Todavia a idéia era sedutora e o *Estado* apoiou-a decididamente, pois além do interesse econômico havia o militar de combate à Espanha.

Em 1614, cinco anos após a declaração da independência e ruptura definitiva com a Espanha, a companhia está pronta para agir. E isto quer dizer: reuniu uma frota bem armada e dispõe de boas tropas para o combate no mar e em terra.

Conheciam os seus dirigentes os descabros que a administração espanhola criara para o Brasil, cujas costas e portos viviam atormentados pelos piratas e quase sem nenhuma defesa. Os portugueses desesperavam-se em vão, mas nenhum socorro lhes era dado ou vinha escasso e tardio.

Era isto evidentemente um mal para o sistema português mas para nós outros resultou num bem como vamos ver, pois serviu para nos dar o sentimento de um forte patriotismo local e forjou as nossas energias nacionais.

Todavia parece que os holandeses não tinham ainda nessa época um sentimento seguro da situação e que pensavam apenas e exclusivamente no comércio e na pirataria. Limitam-se portanto, no começo aos ataques à navegação e a escolhidos pontos da costa, retirando-se logo cheios os porões de seus navios de pau brasil e de açúcar e das riquezas de que se podem apoderar.

Os ataques que em 1614 fazem a nossa costa, até o Espírito Santo, dando-lhes porém, informações seguras de nossa fraqueza, o conhecimento do desgosto que aqui existe contra o predomínio da autoridade espanhola, despertam neles idéias mais grandiosas. Aham

vantajoso e lhes parece fácil, apoderarem-se completamente destas terras.

Em 1624, fazem a primeira tentativa nesse sentido. Escolhem inteligentemente a Bahia para o objetivo do seu primeiro ataque. Era o principal porto da costa atlântica sul americana, estava mal defendido e sua conquista, que lhes parecia sem dificuldades lhes daria praticamente a posse de todo o Brasil.

Organizada pois, forte expedição, adrede preparada; chegam, atacam e se apoderam da Bahia, com extrema facilidade. As guarnições militares mínimas que ali existem quase não reagem e o povo espavorido, levado pelo seu bispo D. Marcos Teixeira foge para o interior. O Governador Diogo de Mendonça Furtado, tenta resistir, mas abandonado no seu palácio, palácio daqueles tempos, é feito prisioneiro e depois despachado para a Holanda.

Os conquistadores instalam-se em terra, confiantes do seu bom êxito e tratam, sem perda de tempo, de estender sua ação a outros pontos do Brasil e da costa d'África fronteira. Vão procurando desenvolver o seu plano. No entanto, as cousas não se passariam tão facilmente como imaginavam. Eles eram de mentalidade e religião diferentes...

Os habitantes da terra, passado o primeiro susto e o atordoamento da surpresa, tratam de se organizar para a luta e começam a reagir. Mandam emissário a Matias de Albuquerque, o donatário de Pernambuco para que substitua Mendonça Furtado e venha em seu socorro.

Entrementes e em seguida, formam companhias para o combate, cercam os conquistadores, limitam suas incursões para o interior e os inquietam com as hostilidades que podem fazer com seus poucos recursos. Matias de Albuquerque envia logo um chefe militar e reforços, vindo ele mesmo, em pessoa, assumir a direção dos que reagem na Bahia.

Tais fatos repercutem dolorosamente em Portugal e até na côrte espanhola que mede a importância dos acontecimentos pelo perigo que correrão as suas próprias colônias americanas, se os holandeses se firmarem definitivamente no Brasil.

Arma-se, então, uma grande expedição ibérica para expulsá-los daqui. D. Toledo de Fadrique, dispondo da maior esquadra que, no dizer de historiadores, até então cruzara a linha, vem resolutivo e forte.

Em 1625, ajudado pelas forças que operam em terra, D. Fadrique restabelece facilmente a situação.

Não desanimam porém os flamengos. Fracassada esta primeira tentativa, não teriam, no entanto, talvez voltado a insistir, por não terem encontrado o apoio que esperavam no descontentamento dos

portugueses e dos índios, com a dominação espanhola se não fôra para eles um feliz acidente.

A Companhia em funcionamento havia quatorze anos, apesar dos lucros da pirataria, era um fracasso comercial e teria então cessado suas atividades, abrindo falência, se em 1628 não fizesse uma importante presa, a da famosa *esquadra de prata*, em águas de Cuba. Eram navios peçados desse metal precioso e de outras riquezas, que os espanhóis haviam arrancado às terras americanas os quais se faziam rumo aos seus mercados.

Esta fácil e rica captura restabeleceu as suas finanças seriamente abaladas, permitindo-lhe até distribuir dividendos de 50%, e levantando os ânimos decaídos. Logo decidem os seus dirigentes nova tentativa para se apoderarem do Brasil.

Não lhes seria difícil a empresa supunham os holandeses, natural e logicamente. Tinham mais experiência e apesar do que ocorrerá com a Baía, a defesa militar das colônias portuguesas em nada melhorara. Parecera aos espanhóis, que a demonstração de forças feita com a expedição vitoriosa de D. Toledo Fadrique, teria sido bastante para afastar futuros perigos, cômoda presunção que se fez naturalmente funesta. Nem se quer tiveram a precaução de melhorar a defesa dos portos e as condições das guarnições militares dos pontos principais, fazendo ouvidos moucos às reclamações e advertências dos portugueses e brasileiros. Nada adiantaram as prevenções de Matias Albuquerque sobre os riscos que corria a sua capitania logo que soube na Europa, onde estava, dos aprestos de uma forte esquadra flamenga, apesar de feitos com relativo sigilo.

Assim, pois, em 1630, poderosa frota batava faz-se de velas para o Brasil. Não mais se dirigem os agressores à Baía, mas investem diretamente contra Pernambuco.

Matias Albuquerque, que havia corrido a cuidar de sua Capitania e se preparava para defendê-la como lhe era possível, recebeu-os resolutamente. Não ponde no entanto, com os meios de que dispunha e o pouco tempo que lhe restava, organizar-se eficazmente para a luta.

De fato. A esquadra holandesa aproxima-se da costa e tenta entrar em Recife. Sentindo a barra interdita, única providência de valor que Matias pôde adotar, singra mais para o Norte e desembarca a tropa além de Olinda. Apoderam-se desta os invasores e marcham por terra para Recife, cuja conquista lhes é muito fácil. Senhores desses pontos tentam ainda alargar um pouco a terra conquistada, tomando Itamaracá, mas a resistência que encontram não os deixa ir além da zona sul da ilha, onde edificam logo o forte de Orange, cuja carcassa se conserva bem até hoje.

Matias Albuquerque não ficara, porém, inativo, depois de destruir o que pôde, foi instalar-se com alguns homens enérgicos próximo de Recife e Olinda.

"Escolheu, diz Capistrano, em seus Capítulos de História Colonial, uma eminência quase a uma légua de Recife e Olinda, próximo ao rio Capibaribe e ainda mais do riacho Parnamirim, ponto de boa água e lenha. Com vinte pessoas começou a fortificação plantando quatro peças. Deu à obra o nome de Arraial do Bom Jesus".

Não tardou muito que a esta pequena guarnição se viessem juntar outros patriotas, entre os quais os inolvidáveis negros de Henrique Dias e os índios de Felipe Camarão, com seus chefes à frente. Com eles e outros, formaram-se companhias de emboscadas e iniciou-se uma luta de guerrilhas que nunca mais cessou, inquietando os holandeses, perturbando comunicações entre Olinda e Recife, limitando a zona ocupada pelo invasor e impedindo-o de a explorar livremente por constantes destruições e depredações.

Destarte ficou limitada a espaço restrito a aventura flamenga e nada lucrativa para desespero dos acionistas da Companhia. Tinham que se sustentar do que vinha da metrópole, sofrendo prejuízos e com grandes dificuldades. Embora fôsem senhores dos mares, as viagens eram longas e espaçadas e muitos gêneros se arruinavam a bordo ou nos armazéns em terra, em virtude do clima tropical.

Esta situação durou dois anos. Em 1632, porém, mudou num repente. O mulato natural de Pôrto Calvo, Domingos Calabar, desertou para os inimigos. "De profissão contrabandista, ao que se supõe, diz Capistrano, era naturalmente grande conhecedor do terreno, de grande presença de espírito e fértil em ardís. Era o único homem capaz de se medir com Matias Albuquerque e como tinha sobre êste a vantagem de dispôr do mar desfechou-lhe os golpes mais certos".

Guiados por êle os holandeses logo se apoderam de Igaracá e vão até o rio Formoso, desafogando para o Norte. Aprendem a combater as emboscadas e voltam-se para o Sul onde conquistam o cabo de Santo Agostinho e Pôrto Calvo. Podem então, depois de haverem fracassado os vários ataques que diversas vezes desfecharam contra êle, apoderar-se do arraial de Bom Jesus, após um sítio de três meses, onde Matias recebia algum recurso da Baía.

A rendição dêsse ponto forte da resistência à invasão, em cuja defesa Henrique Dias foi ferido várias vezes e onde combateram com igual denôdo o índio Camarão, e o português João Fernandes Vieira, no qual se forjou o espírito tenaz da luta indomável, fez-se com honra e altivez. A guarnição retirou-se livremente com armas e bagagens

e só ficaram com os holandeses os que o quizeram e entre os quais se contava Fernandes Vieira.

Matias Albuquerque já não estava lá. Havia corrido em defesa do cabo, onde no entanto chegava tarde. Viu-se a bem dizer, cercado e teve de romper caminho para o sul através de Porto Calvo, ocupado pelo adversário.

Embora dispondo de forças numericamente inferiores, decidiu-se a atacar e isto com o maior ardor quando soube que Calabar aí chegara com reforços para a guarnição inimiga.

Foi feliz. A localidade e Calabar caem em suas mãos. Sumariamente julgado, é o desertor enforcado e esquartejado, como se costumava fazer naquela época, com os culpados de crimes infamantes. Os nossos vingaram-se.

A situação, portanto, em 1636 apresenta-se muito lisongeira para os holandeses. Dominam no Norte até o Rio Grande, estão senhores no sul do cabo de Santo Agostinho e recalçaram os nossos para o sertão, os quais só lhes podem fazer, desde então, frágeis hostilidades. Estas porém, não cessam. Persistem as incursões, os incêndios de canaviais e engenhos, os ataques aos elementos isolados que se deixam surpreender.

Os rendimentos da Companhia continuam, por isto mediocres. Apesar de animados com a vastidão das conquistas feitas os seus diretores não estão contentes.

Para corresponder à extensão das terras dominadas onde se pode fundar um Estado e corrigir as falhas da administração a que atribuem a falta de lucros, resolvem reorganizar a direção da conquista. Obtem que venha presidir os destinos, do que chamam agora a Nova Holanda, o conde João Mauricio de Nassau. É um nome popular e respeitado nos Países Baixos por cuja independência se batera e em cujas lutas adquirira a reputação de chefe militar notável, em toda a Europa. É ademais um homem culto, espírito superior, e amigo das ciências e das artes.

Nassau chega a Recife em janeiro de 1637. Tráz poderes ilimitados, não porém, tudo quanto lhe prometeram. A avareza dos chefes da companhia espicaçada pelas aperturas financeiras, depois das mãos largas nas promessas, apertou-as na realização das mesmas. Ele, porém, tomara-se de entusiasmo, formara seu séquito com homens notáveis na época e viera assumir o seu posto confiantemente, sem esperar a reunião de todos os recursos militares julgados necessários e prometidos.

Ao chegar, não encontra Matias Albuquerque no Brasil. Estava outra vez na Europa. À frente das forças que nos defendem ficara o conde Bagnoli que tomara parte na expedição de D. Toledo de Fa-

drique e aqui retornara depois numa esquadra de socorro, muito menos importante trazida por D. Orquendo.

Não perde Nassau nem um instante. Instala-se consolida rapidamente a situação militar em Pernambuco e trata logo de tomar a ofensiva contra Bagnoli na direção da Baía. Apodera-se de Pôrto Calvo e avança para o Sul acuando os defensores da terra. Nas pé-gadas de Bagnoli transpõe o São Francisco, mas sem conhecer bem a situação militar da Baía, não vai além de Sergipe. Se o tivesse feito, possivelmente a teria também conquistado, pois, aí a desprevenção era sempre a mesma.

Nassau, porém, se detem. Toma o São Francisco por limite sul da Nova Holanda e organiza aí um sistema de vigilância cujo ponto principal de apoio é o forte Maurício construído onde é hoje a cidade de Penedo. Regressa depois a Recife.

Desenvolve então uma ação política verdadeiramente notável. Inspira confiança aos habitantes e lhes assegura liberdade religiosa, e direito de propriedade e de comércio. Cria conselhos administrativos locais, que se constituem de portugueses e holandeses, os quais em conjunto formam a *Câmara dos Escabinos*, que é a rigor o primeiro parlamento a funcionar na América.

Além disto, "Via-se, diz Varnhagem, como por encanto, durante o Governo de Nassau levantar-se na ilha Antônio Vaz, um novo bairro, tendo pessoalmente o mesmo Nassau cuidado de traçar e alinhar as ruas". "Por todo o Brasil não houvera anteriormente obras tão consideráveis": pontes, edifícios, parques, os fortes para a defesa de Recife em todas as direções, testemunhavam sua inteligente atividade.

Além disto, a cidade que se passou a chamar Maurícia, fez-se um centro cultural, único na América daqueles tempos. Os Post, o sábio médico Willem Piso, o matemático Crantz, e o astrônomo Macgrath, que constrói a única carta das nossas costas marítimas por muito tempo existente, levantam monumentos culturais notáveis.

Não impediram, porém, estas preocupações que Maurício exercesse sua ação colonizadora, estendendo os seus domínios, até o Ceará e mesmo o Maranhão, no fim do seu governo. Tentara também, com bom resultado militar, mas incompleto, apoderar-se da Baía, lançando contra ela uma expedição marítima que pessoalmente comandou. Os êxitos que obtem são de tal ordem, que chegam a levantar suspeitas na própria Holanda de que ele intenciona construir para si um Estado autônomo, aqui nestas plagas americanas.

Isto e a falta dos lucros que a Companhia esperava resultassem de sua administração, fazem com que tomem os seus diretores certas medidas que o desgostam. Terminado o prazo de seu contrato, de 8 anos, decide não ficar. Regressa à sua pátria.

Então, ao partir, a guerra que nunca cessou, recrudescerá fortemente, e das obras que realizou pouco ficará. "Seus palácios e jardins — diz Capistrano de Abreu, — foram consumidos na voragem do fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa e as estão estudando os americanistas, os livros de Barlaeus, Piso, Macgraf devidos a seu mecenato atingiram uma altura que nem uma obra portuguesa ou brasileira se pode comparar nos tempos coloniais; parece mesmo terem sido pouco lidos no Brasil apesar de escritos em latim, a lingua universal da época, tão insignificantes vestígios encontramos deles".

Durante o período nassauniano, foi fraca a reação militar da Espanha. Apenas, depois do ataque que o príncipe Maurício fizera à Baía em 1639, mandou ela aqui, mais por atender à grita dos portugueses que por interesse próprio a expedição do Conde da Torre. Homem sem qualidades militares, perde boa oportunidade de atacar o Recife enquanto Nassau não está bem prevenido. Prefere dirigir-se à Baía, onde desembarca as forças e recursos que tráz para a luta. Só então, tomou a iniciativa de ir enfrentá-lo, mas era tarde e sua esquadra batida e destruída, em águas paraibanas, perdeu-se por completo.

Quando isto acontece, não tarda Portugal a sacudir o jugo Espanhol. Feita a sua restauração em 1.º de dezembro de 1640, sobrevém um período de tréguas, durante o qual se entra num daqueles célebres "*jeux des dupes*" em que eram tão férteis as diplomacias antigas.

A guerra que a Holanda fazia à Espanha, cessava para Portugal... mas seus efeitos ficavam. Todavia o regime de paz é reconhecido e se estabelece um tratado regulando a preparação de sua definitiva realização. Neste o que mais nos interessa assinalar é o estabelecimento de uma trégua de dez anos durante a qual seria mantido o *statu quo*. Isto, porém, só vigorará depois de comunicação oficial aos responsáveis pelas colônias e aí é que está a má fé com que agiram, um contra o outro, os negociadores.

"Esta cláusula pouco lisa, diz Capistrano, deve ter sido lembrada pelos portugueses na esperança de melhorarem a situação durante o armistício". Sim, mas quem primeiro se aproveitou dela foi o espartano Nassau que tratou de alargar os seus domínios até o Maranhão, de retificar e melhorar a situação em outros pontos da fronteira.

Felizmente para nós, Nassau parte e Portugal nos manda como governador geral D. Antônio Teles da Silva, fervoroso católico que considerava um dever sagrado livrar-nos da heresia protestante aqui introduzida pelos holandeses. Preside ao movimento irredentista que não tarda a se manifestar, sob a chefia de Fernandes Vieira, tendo

Teles da Silva por braço direito o magnífico tipo do homem inteligente e ativo e de bom militar que é André Vidal de Negreiros.

Teles e Vidal combinam a insurreição libertadora cujo primeiro movimento se dera já no Maranhão, em 1641, desde que se divulgou a partida de Nassau e antes mesmo que elle houvesse deixado as nossas plagas. Tais acontecimentos mostravam as possibilidades de êxito da revolta se a Baía socorresse Pernambuco, como o Grão Pará havia apoiado o Maranhão.

Vidal, tudo assentado com Teles da Silva, a pretexto de negócios vai ao Recife encontrar-se com João Fernandes Vieira, o qual depois da queda do Arraial do Bom Jesus soubera fazer bons negócios, e era então o homem mais rico de Pernambuco e o maior latifundiário do Brasil.

Filho da ilha da Madeira de onde viera aos onze anos de idade, João Fernandes, homem de muita capacidade de ação e de bons sentimentos, adquirira prestígio entre os holandeses a quem subornara com os seus agrados e fizera-se estimado dos nossos a quem protegia quanto lhe era possível. Vidal, que o conhece bem, não duvida de sua adesão à causa que se bate.

Visita-o e, como esperava, obtem que assuma o comando da insurreição do povo pernambucano. Vieira impusera uma condição única para soltar o grito de revolta: o início de ações militares por parte da Bahia. Vidal aceita o seu modo de vêr. Vai depois à Paraíba, a pretexto de visitar o pai, mas na realidade afim de plantar também por lá as sementes da revolta e regressa à Baía a dar conta a Teles da Silva do que combinara.

Nestas viagens de ida e volta, desembarca em terra na costa sul do cabo de S. Agostinho o capitão Antônio Dias Cardoso com uns quarenta homens d'armas, munições e armamentos que a vigilância dos holandeses não permitiu introduzisse no próprio Recife, os quais são recebidos e ficam acoitados em terras de Vieira.

Na Bahia, entretentes, Teles da Silva, não ficara inerte. Obtivera a aquiescência do rei para a sua empresa e pusera em atividade Henrique Dias, agora possuidor do título de Governador Geral dos Pretos e Felipe Camarão agora comendador da ordem de Cristo, cujos serviços, no dizer de Capistrano são a prova mais eloquente da eficácia da obra catequista do padre Nóbrega. Os pretos de Dias invadem o território holandês e logo no seu encalço vão os índios de Camarão e os rodelaes de S. Francisco.

Êstes movimentos e a conjunra de Vieira haviam no entanto, levantado suspeitas e receios entre os holandeses, que procuram negociar enviando emisários a Teles da Silva. Não lhes dá ouvidos o Governador e até consegue, com promessas de boas recompensas, conquistar um dêles para a sua causa.

Prosseguindo firmemente no plano que traçou Teles da Silva, faz organizar uma expedição marítima, com os recursos escassos de que dispõe. Dá o seu comando a Serrão de Paiva e lança-a contra Pernambuco, reforçando-a com a esquadra de Salvador Corrêa que chega à Baía em viagem para Portugal, depois de haver atacado e destruído inimigos que infestavam o Espírito Santo. Nela embarcam Vidal de Negreiros e Soares Moreno com boas tropas terrestres. Iam atacar Recife.

No entanto, não o podem fazer. Salvador Corrêa não é tímido nem inepto, mas talvez um ciumento das glórias alheias ou um homem de entendimento não muito esclarecido, não compreende a importância do que se passa na Baía e tem no caso uma conduta estranha. Adota o procedimento incrível de abandonar o seu colega, embora conhecesse as ordens do rei que lhe transmitira Teles da Silva a respeito do seu papel na expedição. Não acreditava talvez na eficácia da empresa, o que de modo algum o justifica no tribunal da História.

Felizmente, porém, ao se dar a batalha naval em que fracassou Serrão de Paiva, já Vidal e Soares haviam desembarcado no cabo Santo Agostinho, com sua gente e seus armamentos. O forte de Pontal que o defendia, comandado pelo emissário holandês seduzido por Teles da Silva, foi-lhes entregue sem combate. Era um bom começo e garantia certa do êxito da expedição. A posse de Pontal tinha uma importância enorme, que bem se poderá avaliar recordando o efeito produzido sobre as operações comandadas por Matias Albuquerque no início desta guerra, quando caíra em mãos dos holandeses. Abalou-se todo o sistema de resistência ao invasor, não mais foi possível manter a posse do arraial do Bom Jesus.

Agora essa importância do Pontal era ainda bem maior pois neste momento já Vieira havia deflagrado a insurreição e Portugal dispunha-se a mandar socorros.

O CHOQUE NO MONTE DAS TABOCAS

Vidal de regresso à Baía, depois de conspirar com Vieira, deixara, como vimos, nas costas pernambucanas Antônio Dias Cardoso não fizera um ato qualquer. Cardoso era um proveito guerreiro e logo tratou da preparação militar da insurreição fazendo-se o braço direito de Vieira.

Esta que estava combinada para irromper na noite de S. João, houve de se declarar onze dias mais cedo, a 13 de junho. Não era possível esperar mais. O longo prazo deixado para a sua preparação tornou impossível mantê-las em segredo. Já os flamengos tomavam medidas de represália, sérias e enérgicas. Já Vieira tinha sido obri-

gado a homisiar-se e agora sabe que avançam forças para prendê-lo. Sua cabeça fôra posta a prêmio.

Bom conhecedor da situação e do terreno, não aguarda as forças da Baía e trata de reunir sua gente em lugar seguro.

No engenho do *Maciape*, juntam-se sob suas ordens os quarenta homens livres de Cardoso e uns trinta negros mal armados. A êsse núcleo inicial das forças insurretas vem se juntar mais gente da zona do Capibaribe e da Mata do Brasil, elevando-se o seu efetivo rapidamente a cerca de mil e duzentos homens. Ao todo porém, só existem cento e trinta armas de fogo de vários tipos e qualidades; a maioria só dispõe de chuços, facões, dardos e foices. Depois com as pequenas escaramuças que se exercem, obtêm-se mais algumas armas de fogo tomadas a homens isolados mas em número ainda muito reduzido.

Ao cabo de cinco dias de estadia na zona do *Maciape*, ou melhor, próximo a Recife, Vieira tem notícia de que o capitão holandês Blaar avança contra êle à frente de trezentos homens bem armados. Resolve então afastar-se para o interior, cobrir-se com o terreno.

De recúo em recúo, ganha o vale do Tapadaça, afluente do Capibaribe e vai depois se deslocando para o Sul, na intenção visível de se ir encontrar com os reforços vindos da Baía, notadamente Henrique Dias e Camarão que sabe vêm avançando pelo sertão. Blaar segue-lhe no encalço.

Entrementes a notícia da aproximação de Camarão e de Dias e dos movimentos revolucionários que se manifestam no sul, conduzem os holandeses a lançar nessa direção importantes forças sob o comando do seu chefe principal o coronel Haus, para contê-los e fechar as passagens do S. Francisco.

É tarde, porém, já Vital se apoderara do Pontal e Vieira vai recebendo numerosos aderentes de Ipojuca, Moribeca e outros pontos. Haus então, decide avançar contra êle e batê-lo de vez, juntando às suas, as forças de Blaar.

No seu recúo constante, Vieira foge judiciosamente à pressão do adversário, que sabe dirpôr de meios superiores, mas levanta suspeitas entre os seus comandados. Alguns desconfiam que êle temendo o embate com o inimigo, procura apenas escapar-se para a Baía pôr-se a salvo, abandonando os seus. Há um zum-zum de grave indisciplina, felizmente abafado pelas iniciativas do hábil e traquejado Capitão Cardoso.

Mas daí resulta um benefício. Vieira interrompe seu movimento para o Sul e resolve enfrentar o inimigo, escolhendo, porém, antes um campo de batalha que lhe seja favorável.

Cardoso resolve magistralmente êsse problema capital.

Mais para o sertão, na Serra do Camocim, a cerca de sessenta quilômetros de Recife o Monte das Tabocas, que se eleva no alto vale do Taparacá, foi o lugar escolhido. Localiza-se hoje esse sítio perto da cidade de Vitória.

Era uma posição militar magnífica. Dominava as saídas do vale na direção do Sul e oferecia ótimas condições para uma batalha defensiva. A base do monte e os movimentos do terreno que o enquadram à direita e à esquerda, eram ornados de taquarais, tabocais, mais ou menos espessos, mais ou menos interrompidos por passagens abertas entre suas soqueiras.

As suas íngremes encostas limpas de vegetação alta, levavam ao cimo onde se deparava com viçosa mata tropical, estendida na direção do Sul e através da qual só as trilhas de exploração do pau Brasil davam caminho para o Norte.

Entre os taquarais que bordavam o pé desse movimento do terreno e suas ondas circunvizinhas, separando-os do rio Taparacá, uma várzea limpa, de cerca de uns 800 metros de largo, era percurso obrigatório a quem vindo do Sul ou de leste os quizesse alcançar. Transposto o Taparacá, fazia-se necessário atravessá-la sob as vistas dos que ocupassem os taquarais ou as alturas dominantes em volta.

Nessa zona nenhuma habitação existia, exceto umas palhoças chamadas o sítio do Braga, do nome do seu primitivo habitante.

A PREPARAÇÃO DA BATALHA

Decidida a mudança do acampamento para essa região, logo se põem os insurretos em marcha. Um destacamento fica para atrás, cobrindo-os. Vieira dá-lhe a missão de avisá-lo da aproximação do inimigo, defender-lhe a passagem do Taparacá e retardar o seu avanço na direção da nova posição. Chegados lá, minuciosamente reconhecido o terreno onde se vão instalar para enfrentar os adversários, Vieira e Cardoso, adotam um dispositivo defensivo, que bem denuncia quanto são possuidores de boas noções táticas. Tinham experiência da longa luta travada com os usurpadores da terra.

O centro principal da resistência, da defesa, será o Monte das Tabocas, a ser ocupado por Vieira com suas reservas, de cerca de 400 homens, na maior parte gente armada de *armas brancas*, isto é, desprovida de armas de fogo.

A direita e à esquerda, prolongando a frente defensiva e protegendo aquele núcleo central, três ou quatro, segundo Varnhagem, *pontos de apoio*, se instalam nos movimentos de terreno que enquadram o vale.

Os defensores, ou guarnições, cobertas pelo terreno e pela vegetação, mantêm-se próximo ou na própria linha de combate, que é constituída pelos taquarais, prestes a ocuparem os seus postos previamente escolhidos e distribuídos.

Cardoso, o sargento-mór, major, ou sub-comandante, como melhor poderíamos designá-lo hoje, o braço direito de Vieira, de tudo cuidou habilmente. Não se esqueceu de preparar boas comunicações entre todos estes diferentes pontos. Soube também repartir judiciosamente sua gente, notadamente os que dispunham de armas de fogo. E fê-lo tão bem que o inimigo ao sentir os efeitos de sua ação, surpreendeu-se e julgou ter diante de si forças muito mais importantes que as da realidade.

O dispositivo defensivo foi completado por um sistema de vigilância do qual o elemento principal era um posto avançado de cerca de trinta homens judiciosamente colocados, no ponto do Taparaça, onde o inimigo teria de transpô-lo.

A BATALHA

Tudo está pronto. Chêga a primeira informação de que o inimigo se aproxima. Vieira fala a sua gente exaltando-a para a luta de vida ou morte, pela "liberdade divina". Os postos de combate são ocupados.

De fato, a gente de Haus e Blaar vem remontando o rio e já atingira o passo onde deve ganhar a várzea. São forças constituídas de bons soldados holandeses, de um contingente de tapuias, os índios de Poti que os favorece. Ao todo, somam uns 1.100 homens brancos bem armados e mais os índios que também são numerosos.

A 1 hora da tarde do dia 3 de agosto, começam a passar o Taparaça, dando início ao ataque. Pressentiram gente nos taquarais próximos e fizeram contra eles algumas descargas. Mas continuam sem maiores cautelas. Haus e Blaar estão convencidos de que os insurretos mal armados e sem boa disciplina e sem experiência, como tropas improvisadas que eram, não lhes podem resistir.

Para amedrontar os adversários, os tapuias rompem em grande alarido guerreiro e vão avançando com a tropa bem armada que os apoia e enquadra. São a vanguarda. Não se atemorizaram, porém, os defensores do passo e contra eles fizeram um fogo bem dirigido que lhes causa algumas baixas. No entanto, os agressores continuam a progredir, obrigando o nosso posto avançado de trinta homens a recuar. Mas recua combatendo e retardando o avanço da vanguarda de Haus, até chegar a altura da linha de combate da posição, onde é acolhido e recebe ordem de Cardoso para não ceder mais terreno. Então não mais arreda pé.

O fogo dessa linha aumenta. Haus sente a dificuldade e os prejuízos que pode sofrer nessa travessia pelo passo e tenta fazê-la noutros pontos, alargando destarte a frente de tomada de contáto com a posição defensiva dos nossos. Cardoso, que vê esse movimento dos adversários, em procura dos flancos das forças de Vieira, percorre a frente de combate estimulando todos à luta, mostrando-lhes os perigos, a sorte que os espera se caírem em mãos dos tapúias.

Já numerosas tropas de Haus estão do outro lado do rio e se aprestam para o assalto à posição. Atingiram a várzea que precede os taquarais e formaram dois escalões sucessivos. Desdobra-se o primeiro escalão na várzea e vai procurando costear os taquarais de modo a assaltá-los, facé ao Monté das Tabocas. É um ataque de frente, violento e brutal, bem de acôrdo com a idéia pejorativa que fazem do poder e da capacidade dos nossos. Carregam impetuosamente, em meio de gritos dos índios, rufos de tambor e toques de corneta, num infernal mascarada.

No entanto, recebidos pelo fogo mortífero que parte dos taquarais, recuam. Não desanimam, porém, refazem-se na várzea mesmo, à vista dos nossos. Tornam ao assalto, reforçados com elementos do segundo escalão que se aproximaram.

Os chefes e os padres, ativos, éstes de crucifixo em punho, percorrem as nossas linhas sustentando os ânimos. Cardoso, sente a ocasião oportuna, vendo-os a descoberto, desencadeia enérgico contra-ataque que, tomando-os de flanco, os leva de roldão até o fundo da várzea.

Estas ações duraram cerca de uma hora, ao cabo da qual, se faz uma pequena pausa na luta, a qual Cardoso aproveita para refazer o dispositivo da defesa, guarnecer outros pontos, reforçar a linha de combate. Os holandeses agora bem apercebidos de que não podem conseguir vencer-nos à bruta, sem tática, tentam manobrar. Procuram flanquearnos lançando destacamentos à direita e à esquerda *mangas*, dizem os historiadores, mas sem o resultado que esperavam pois a frente defensiva era bem mais extensa do que supunham. Os postos ou pontos de apóio, que flaqueavam o Centro principal de resistência, o Monte dos Tabocas, tinham sido reforçados e aumentados.

Todavia atacam de novo em vários pontos com ímpeto extremo e nutrido fogo e aqui e ali os nossos recuam. Rompem a linha de combate do Monté das Tabocas, atravessam os taquarais que lhe ornem a base e vão galgando as suas ingremes encostas.

Então Vieira entra pessoalmente na réfrega. Exorta os seus e nisto o auxiliavam os padres que o acompanham. Reune os negros e índios de sua reserva com seus zagunchos, facões, dardos, flechas, todos num ímpeto indescritível e em meio de alarido diabólico do qual

sobressai nítido o grito de Vitória! Vitória! Vitória! lançam-se qual torrente devastadora morro abaixo.

O enérgico e oportuno contra-ataque fôra decisivo. Os holandeses, refluem atônitos, destruídos, confusos, aniquilados e em fuga desesperada repassam os taquaias para procurar abrigo no fundo da várzea em busca do passo do Taparaçá, perseguidos pelos nossos. Haus lança em ação suas reservas. A perseguição se interrompe. Cessa a batalha. São 7 horas da tarde.

A noite, entra tempestuosa. Aos vai-vem da batalha, ao ímpeto dos ataques e contra-ataques, aos gritos dos combatentes e estrondo do fogo, sucedem o ribombo dos trovões e o ruído das bategas da chuva tropical. Os nossos tratam de se recompor, para retornar à luta ao romper do novo dia, mas os holandeses, surpresos, decepcionados e vencidos, pensam em abandonar o campo de batalha. Na segurança da noite retomam o caminho do Recife.

Quando ao romper da aurora, as patrulhas, lançadas em sua busca, constataam isto, a alegria nas forças de Vieira é enorme. E tanto maior e mais legítima quando suas baixas foram proporcionalmente insignificantes, 40 para 400 ou, segundo certos documentos, 500 do inimigo, e a vitória lhes forneceu copioso armamento de fogo abandonado no teatro da luta por aquêle.

Aí está, o que foi o ato decisivo com que se iniciou vitoriosa a última fase da guerra holandesa, que vai, no entanto, durar ainda cerca de nove anos. Que destino teria sido o do Nordeste se Vieira e Cardoso, secundados por Antônio Gomes Taborda, Mateus Ricardo, Francisco Ramos, Antônio Cavalcanti e o magnífico Domingos Fagundes o comandante dos trinta homens, que defenderam o passo do Taparaçá, houvessem perdido?

A eles deve, sem dúvida, o Brasil a sua unidade pátria tanto ou, mais que aos outros que o defenderam contra a desagregação.

DEPOIS DA BATALHA

Esse esplêndido sucesso, que Vieira obteve aos gritos de Vitória, nome dado à cidade onde fizera erguer a capela prometida à Senhora do Destêrro, que invocara em seu socorro, foi logo seguido de outros importantes triunfos.

Sem perda de tempo, Vieira retomara o caminho do Sul e não tardou a ter suas hostes reforçadas pela gente de Henrique Dias e Camarão, que chegam após penosíssimas marchas, através dos invios sertões. Assim reforçado, Vieira sente-se cada vez mais forte e pode agora destacar Cavalcanti e sua companhia para operar na Paraíba e Rio Grande do Norte. Este parte, mas, malgrado, logo tomba ferido de morte num encontro sério.

Casa Forte, que ainda tem este nome, não tarda em cair em

poder dos insurretos, apertando-se o cerco de Recife. Vieira vai ao encontro de Vidal. Pontal e Serinhaem, caem em nossas mãos. Todo o Sul até o São Francisco inflama-se com o entusiasmo da revolta. Forma-se um novo arraial do Bom Jesus. Recife de mais a mais apertado pelo sitio sofre fome. Tentam os holandeses vencer as dificuldades rompendo para Moribeca em busca de viveres. É, porém, tarde. Já então, haviam chegado reforços de Portugal através da Bahia e com eles o proveto e experimentado General lusitano Francisco Barreto de Meneses.

É uma força, só isto, considerável. Barreto dirige as operações com maestria e em manobras audaciosas frustra o passo aos holandeses, batendo-os definitivamente nas duas batalhas dos montes Guararapes, as de 19 de abril de 1648 e de 19 de fevereiro de 1649.

Foram os derradeiros estertores da luta. A W. I. C. exausta e os Estados Gerais já em dificuldades com a Inglaterra e a Suécia, não tardam em se confessar vencidos. Os portugueses animados, tinham organizado também uma Companhia de Comércio, cujos barcos surgem nas costas pernambucanas em 1653, o que, pela ligação que estabelecem com as forças de terra, estrangula de vez a já fracassada resistência dos flamengos. Não podem mais lutar. O invasor malgrado e exausto "a 6 de janeiro de 1654 assinava a capitulação da Taborda, diz Capistrano, e terminava esta guerra, levada quase sem interrupções durante trinta anos".

CONCLUSÃO

Nesta luta de trinta anos, entre o espírito mercantilista de Holanda e o nacionalista de Olinda, ainda no dizer de Capistrano, venceu o segundo. "Reinões como Francisco Barreto, ilhéos como Vieira, masombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos mulatos, caribocos, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina". Combateram pela sua liberdade, a liberdade de continuarem a pensar e a sentir na lógica de suas tradições, formadas por fatos ocorridos durante mais de um século. Eram, esses pensar e sentimento comuns que os uniam a todos, em suas diversidades de origem e raças, e lhes davam uma característica nacional, desde então clara e indestrutível.

Daí em diante, era só evoluir. E se podia ter a certeza de que a estrutura brasileira já estava formada e jamais se quebraria, quaisquer que fossem as vicissitudes da História. E tanto assim que "passado o primeiro momento de entusiasmo, diz o grande historiador que acabamos de citar, os renóis quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção", mas isto serviu apenas para semear e fortificar a idéia de independência nacional, daí em diante em franca elaboração, embora ainda recôndita.

A comemoração destas lutas é, portanto, um dever cívico nacional. Recordá-las é reviver o nascer da nacionalidade brasileira e como aqui brotou e floresceu a semente da liberdade, que então se denominara divina, mas que é a mesma liberdade de sempre, cujo conceito se veio, através dos séculos, ampliando e corrigindo, à medida que foi crescendo a consciência da dignidade humana. O que Vieira em sua rebeldia bendita, chamou a luta pela *liberdade divina*, querendo dizer na linguagem do tempo, a defesa do direito de pensar, de crêr e de se externar livremente, é o mesmo que mais tarde se chamou *liberdade, igualdade e fraternidade* e hoje nos levou aos campos de batalha pela *democracia*, isto é, em defesa do direito de viver sem subordinação forçada à vontade alheia. Essa *liberdade* contra a qual atentam logo os déspotas retrógrados, por que ela impede o abuso do poder e a predominância de seres inferiores no governo das sociedades, exigiu para ser reconhecida e admitida, derramamento de sangue, fatalidade até aqui inevitável nos avanços da civilização. Ela nada mais é que o conceito da dignidade humana que se veio também ampliando e contemplando, com o progredir da sociedade no decorrer dos séculos apesar das tentativas e perturbadores esforços retrógrados.

Na base desse magestoso edifício da civilização moderna, que é já o Brasil de hoje, bem cimentada pelo espírito de sacrifício, o destemor, a tenacidade e a capacidade de lutar jazem os mões daqueles brancos portugueses, que de Matias Albuquerque a Teles da Silva, Barreto e Vieira lutaram lado a lado com Henrique Dias e seus pretos, Camarão e seus índios, os Bagnoli, Cavalcanti, e os mestiços como André Vidal de Negreiros, expressão magnífica do valor de uma cruz expontânea e desmentido flagrante à teoria da superioridade das raças puras.

Si Varnhagem ao estudar estes fatos de nossa História, já lá vão uns setenta anos, reclamava a ereção de monumentos em Pernambuco como dívida de gratidão nacional, a Teles da Silva e outros heróis, e os próprios portugueses souberam honrá-los com mostras como a criação dos regimentos Henriques, que havemos de reclamar nós que ainda não a soubemos resgatar e parecemos haver olvidado a imensa importância de tudo isto?

Reclamamos que não só em Pernambuco haja tais monumentos, mas em todo o Brasil e que outras provas de gratidão e honra nacional perpetuem aqueles feitos, aparecendo visíveis nas nossas organizações militares, onde até agora só vemos a repercussão dos heroísmos de épocas mais modernas. (*)

(*) O Sr. M. de Melo informou aos assistentes da conferência estar em andamento a ereção em Pernambuco de um monumento aos heróis desta guerra donde nasceu a nacionalidade brasileira.

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

"A Arte da Guerra baseia-se numa série de conhecimentos de caráter mais ou menos preciso: história, geografia, economia política, psicologia (individual e social) e fisiologia, línguas estrangeiras, mecânica, balística, resistência dos materiais, etc. De fato, resumindo, em certos momentos de crise, a atividade humana tem ligação com todos os campos de atividade, moral e intelectual."

Gen. Gamelin.

"Na realidade da Guerra nada substitui o valor da **personalidade** — um chefe mediocre só pode dar resultados mediocres." (Curso de Tática Geral — 1938. — Estado de Estado-Maior).

A Educação Moral e Cívica

*Homenagem da Marinha ao Almirante
Luiz Philippe de Saldanha da Gama.*

Ten.-Cel. Armando Vasconcellos.

A 7 de Abril comemorou a Marinha, e com ela a Nação, o centenário de um dos mais autênticos vultos de lealdade militar, honestidade profissional, caráter e firmeza de convicções pela causa pátria: o Almirante LUIZ PHILIPPE DE SALDANHA DA GAMA.

Cultuando sua memória e proclamando suas virtudes de cidadão e de soldado, a Marinha de Guerra do Brasil presta-lhe o mais justo tributo de gratidão e a homenagem mais significativa e duradoura, porque fez de seu exemplo um "BREVIÁRIO DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA, SOCIAL e MILITAR DA JOVEM MARINHA".

Não podia ser mais objetiva nem mais expressiva a delicada demonstração de solidariedade e camaradagem dos nossos irmãos d'armas do mar.

No momento grave da vida dos povos contemporâneos, sacudidos pela mais violenta comoção social da História — a 2.^a Grande Guerra — e da instabilidade política gerada pelo cáus e a destruição dos fundamentos morais da civilização, os chefes da Marinha, tal como o legendário BARROSO, numa perfeita compreensão de suas responsabilidades, alçam altaneiro o estandarte do civismo e do culto às tradições da Patria, magnificamente sintetizado nas palavras do grande mestre RUI BARBOSA:

"Pátria! Veneramos os teus heróis, propômo-nos a imitar seu exemplo e, revivendo teu passado de glórias, ansiamos pelas glórias de teu futuro!

A ti, preenchendo conscienciosamente nossos deveres, quer ditados pelo amor, quer ditados pela lei, serviremos com tôda a nossa dedicação, até o sacrifício da própria vida, em prol de tua grandeza, tua fôrça, teu prestígio e tua glória".

O Exército, congratulando-se com a Marinha Nacional, associa-se às homenagens prestadas ao Almirante SALDANHA, num preito de admiração e de profundo respeito pelo grande marinheiro e patriota.

Inspirados pelos mesmos alevantados sentimentos de amor ao Brasil e às suas tradições de bravura e patriotismo, os soldados de CAXIAS saudam a seus irmãos da Marinha, manifestando sua solidariedade em torno do Breviário de educação moral e cívica, comprometendo-se seguir os mesmos rumos traçados pela Rosa dos Ventos do Caráter Militar.

A POLÍTICA DOS PREÇOS E O CUSTO DA VIDA

Pelo Major *JOSÉ SALLES*

Nesta hora tremenda, que o mundo atravessa, assinalada pelo sofrimento generalizado que, como um prenúncio de profunda transição, vem se acentuando cada vez mais desde há algumas gerações, tão propícia aos surtos de messianismo, as atenções dos que se dedicam, por força de suas responsabilidades na direção dos povos ou pelo desejo desinteressado (sô próprio dos espíritos muito superiores) de concorrer com uma parcela de seus esforços na procura de uma solução para os males que afligem a humanidade, ao estudo dos fenômenos sociais e mais particularmente os do campo da economia, voltam-se, impressionadas, para as dificuldades imensas em que se debate a grande massa dos menos favorecidos pela fortuna ante a elevação crescente do custo da vida.

Quem olha as condições do presente, depois de haver volvido ao passado as suas vistas e examinado, mesmo de modo superficial, os fatos idênticos aos que ora se passam no seio das sociedades humanas, não póde prever para estas, pelas conclusões que tira, um futuro muito risonho ou promissor, principalmente quando se trata de povos cuja economia não teve uma organização racional capaz de permitir uma atuação eficiente por parte dos que se acham investidos das funções de seus dirigentes no sentido de, se possível, remover os males em causa.

A verdade, porém, é que as soluções procuradas não poderão ser conseguidas por meio de recursos baseados em puro empirismo; o conhecimento dos princípios científicos firmados, resultantes de trabalhosas pesquisas e acurado exa-

me dos fenômenos de natureza econômica que se processam nos limites do grande complexo social, faz-se indispensável aos que pretendem levar sobre os ombros tarefa tão penosa, enquanto a coletividade vai resignadamente aguardando, nesses confiada e às vezes decepcionada, assim, que lhe cheguem melhores dias. Mas esses fenômenos são de singular complexidade e, como possuem grau de abstração elevado, não podem ficar em plano secundário, à margem de meticoloso estudo, quando se cuida de reunir os elementos necessários para orientar o pesquisador na tarefa de determinar a incógnita do problema equacionado.

Assim é a questão referente aos preços das utilidades indispensáveis à manutenção dos indivíduos, isoladamente ou no âmbito dos grupos sociológicos, em termos mais correntes, o *custo da vida*, que tanto preocupa e com sobras de razões os que mourejam nos grandes aglomerados de população. E é justamente por isso que o assunto desperta interesse e merece ser abordado de quando em vez, a título de contribuição para esclarecer o grande público, no momento em que, por atingir a quase totalidade das populações nos diferentes recantos da terra se apresenta também para nós bem palpitante e oportuno.

Não é novidade recente a intervenção do Estado nessa matéria com a finalidade louvável de trazer um justo equilíbrio nas condições de vida de seus subditos; mas esse fenômeno, a partir da primeira Grande Guerra, se tornou de tal maneira intenso por exigência das situações que os governos tiveram de resolutamente enfrentar, que seus efeitos nunca se fizeram sentir tanto como na hora atual, de tão grandes angustias para o gênero humano, de modo particular quando se vê que vão falhando as medidas postas em prática e aumentando a descrença generalizada, fruto de um pessimismo que precisa ser tenazmente combatido como um dos elementos causadores da revolta dos espíritos, que se observa no mundo contemporâneo.

Qualquer pesquisa que se houver de fazer nesse sentido terá de remontar até às fontes de produção para estabelecer o custo desta em primeiro lugar, indagando-se como se verifica e quais as *leis* a que está submetida, depois de se estabelecer convenientemente a *noção do custo* em termos precisos que representem com fidelidade a idéa respectiva. Iriamos longe, se fossemos examinar de modo minucioso esta matéria estudando a *tése* ora apresentada à luz das doutrinas de cada escola econômica; isto fugiria ao plano desta pequena exposição, exigindo alentado volume. Fá-lo-emos, assim, dentro dos princípios da *Escola Idealista* consubstanciados em um de seus ramos — a *Escola Matemática* — que, sendo embóra muito discutida, se presta admiravelmente a deleitar os espíritos ávidos de ciência dos pesquisadores, ao mesmo tempo que apresenta notáveis recursos de aplicação prática, fazendo-os percorrer o campo da investigação dos fenômenos na ância incontida e grandemente louvável de apresentar algo de útil aos homens para que se façam mais fortes na luta, apesar da judiciosa opinião de um Mestre (*Marshall*): “As aplicações mais fecundas da matemática à Economia Política são as mais simples, as que empregam um número restrito de símbolos, e que visam mais a projetar um raio de luz em certos pontos de pormenor do vasto mundo econômico, do que a representá-lo na sua infinita complexidade”.

Precisando, portanto, a *noção de custo* já referida, diz-se que este é o complexo de sensações penosas às quais o indivíduo se submete para obter um bem, indicando o *sacrifício* (pena, esforço, fadiga ou trabalho em sentido genérico) para isso enfrentado. É um conceito claro enquanto se considera a economia em si, isolada, e não se deve confundí-lo com a soma da remuneração em dinheiro empregada para aceitar o sacrifício feito afim de produzir o bem.

Remuneração e custo no sentido psicológico exposto, são, pois, termos antitéticos e correlativos, porque enquanto este representa sacrifício aquele significa *recompensa do sacrifício* e se um sofre uma variação qualquer e outro varia

em sentido inverso; donde alta remuneração igual a *pequeno custo*, compreende sempre este, nesse caso, na acepção do sacrifício encontrado na produção dos bens econômicos e aquela na do *valor* de troca exresse em *mercadoria dinheiro* ou seja — o *preço*.

Pode agora ser apresentado o teorema de Cairnes (*John Elliot Cairnes*, economista inglês, nascido em 1823 e morto em 1875, discípulo de *Stuart Mill*, e que professou Economia Política em Dublin, Gallway e Londres), assim formulado: "O valor do produto determina o valor dos fatores da produção e não vice-versa", que mostra bem a interdependência dos fenômenos econômicos; isto significa que o preço pelo qual se vende um bem qualquer, concorre para determinar o dos elementos empregados na sua produção, nestes incluídos o salário, os rendimentos, os proveitos etc. pagos pelo seu uso; daí considerar-se que o preço de cada um dos fatores de produção não é unicamente determinado pelo do produto que se leva em conta, mas pelo dos demais fatores restantes empregados na produção de *todos os outros* bens econômicos.

Essa simples exposição bem mostra como é abstrata a matéria e o esforço de imaginação que se tem de fazer para bem compreendê-la; mas o assunto pode ser resumido como se segue: Em substância, a um custo real de produção, isto é, à soma dos *custos psicológicos* ou melhor dos esforços e sacrifícios humanos empregados na produção de uma determinada quantidade de bens, se opõe um *custo em dinheiro*, denominado despesa de produção, constituindo uma soma dos *preços* que se devem oferecer para suscitar com êxito uma oferta correspondente aos sacrifícios e esforços em apreço. Ao fim de todas as operações do trabalho a *diferença* entre aqueles esforços e a utilidade assegurada pelos bens produzidos, quando esta supera aqueles, denomina-se *produto liquido*, que tanto pode se referir à produção individual como à do conjunto relativo ao grupo social de qualquer natureza a que o mesmo pertence.

Estabelecido, assim, com rigor o conceito de custo, podem ser formuladas as seguintes definições :

1) *Custo total* de uma dada quantidade de bens econômicos é a soma dos preços dos vários fatores ocorrentes em sua produção;

2) *Custo unitário* é o que se obtem dividindo aquêle pelo número de unidades produzidas, dentro de determinados limites de tempo;

3) *Custo de produção marginal* é o custo correspondente a um aumento de produtos, isto é, a diferença entre o custo total de uma quantidade de bens produzida e o custo total dessa quantidade acrescida do aumento, *produto marginal* (ou incremento) que teve;

4) *Custo unitário marginal* é o que se obtem pela divisão do custo de produção marginal pelo incremento da produção;

5) *Custo unitário médio* é o resultado da divisão do custo total mais o custo marginal pela quantidade produzida mais o incremento.

Torna-se agora fácil interpretar matematicamente essas definições. Assim, se diversas partes $A_0, A_1, A_2, A_3, \dots, A_m$, de uma região qualquer, produzem as quantidades $q_0, q_1, q_2, q_3, \dots, q_1, \dots, q_m$, de um determinado bem aos custos de $p_0, p_1, p_2, p_3, \dots, p_1, \dots, p_m$, nos quais estão compreendidos os preços de todos os fatores ocorrentes em sua produção, o conjunto de todas essas partes de região produtora nos dará :

$$q_0 + q_1 + q_2 + q_3 + \dots + q_1 + \dots + q_m = \Sigma q_i \text{ (quantidade total) ;}$$

$$p_0 + p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_1 + \dots + p_m = \Sigma p_i \text{ (custo total) ;}$$

o custo unitário será, então :

$$c = \frac{\Sigma p_i}{\Sigma q_i} \quad (1)$$

Dando-se para *custo marginal* a quantidade $\Delta (\Sigma p_i)$ e para *produto marginal* ou incremento a quantidade $\Delta (\Sigma q_i)$, o custo unitário marginal será :

$$E = \frac{\Delta (\Sigma p_i)}{\Delta (\Sigma q_i)} \quad (2)$$

e o custo unitário médio será :

$$k = \frac{\Sigma p_i + \Delta (\Sigma p_i)}{\Sigma q_i + \Delta (\Sigma q_i)} \quad (3)$$

Mas a grande massa de bens produzidos terá de ser levada para os centros consumidores; o acréscimo que se terá de fazer ao seu *custo total*, proveniente de todas as despesas a que esse movimento der lugar (lucros do produtor e dos intermediários, fretes, seguros, carros, etc.), será, em relação ao mesmo, um $d(p)$, que levado à fórmula (1) nos dará o acréscimo que há de sofrer o *custo unitário*, o qual será :

$$c' = \frac{d(\Sigma p_i)}{\Sigma q_i \times d(\Sigma p_i)} = \frac{1}{\Sigma q_i}$$

desde que $d(p)$ tenda para zero. Pode-se deste modo calcular, pelo menos teóricamente, o limite do preço de custo por unidade nos centros consumidores, que ficará sendo então :

$$c_1 = \frac{\Sigma p_i + d(\Sigma p_i)}{\Sigma q_i} \quad (4)$$

E como os *preços unitários* (tanto o médio como o marginal) podem ser constantes, crescentes ou decrescentes desde que não sofram variações ou as tenham para mais ou para menos, esse limite pode passar por todos os valores compreendidos entre os infinitamente pequenos próximos de zero e o equivalente a quatro ou cinco vezes o valor desse limite, embora isto seja raro.

Mas a interdependência dos fenômenos econômicos faz com que o *custo psicológico* já referido fique condicionado à sua remuneração ou recompensa expressa em *mercadoria*

dinheiro, estabelecendo-se, deste modo, o valor recíproco; pode-se, portanto, verificar qual é a expressão matemática do valor desta última. Para isto, suponha-se um conjunto de utilidades formando um sistema econômico definido:

$$U_1, U_2, U_3, \dots, U_i, \dots, U_m$$

Em relação a esse conjunto, a *unidade do poder aquisitivo da moeda* é uma grandeza l formada pela soma da unidade de cada uma dessas utilidades, assim:

$$1 = 1.U_1 + 1.U_2 + 1.U_3 + \dots + 1.U_i + \dots + 1.U_m \quad \text{ou seja} \\ 1 = \sum (1.U_i) \quad (5)$$

O poder aquisitivo da moeda será então o número de quantidades l que com ela se possa adquirir, deduzido da seguinte forma:

$$1.U_1 = d_1 \times 1.m$$

$$1.U_2 = d_2 \times 1.m$$

$$1.U_3 = d_3 \times 1.m$$

$$\dots$$

$$1.U_i = d_i \times 1.m$$

$$\dots$$

$$1.U_m = d_m \times 1.m$$

Somando-se essas igualdades membro a membro, teremos:

$$\sum (1.U_i) = \sum d_i \times 1.m \quad \text{ou seja}$$

$$1.m = \frac{1}{\sum d_i} \times 1 \quad (6)$$

fórmula esta que representa a *unidade do poder aquisitivo da moeda*. Como, porém, este varia no tempo, pode-se determinar o valor unitário da moeda numa época qualquer, em relação a uma época anterior, atendendo a que nos fenômenos econômicos o poder aquisitivo referido está um para o outro, relativamente a essas épocas, na razão de suas mé-

dias geométricas; esse valor unitário será, portanto, dado pela seguinte fórmula clássica :

$$V = V \sqrt{\frac{P(d_0)}{P(d_1)}} \quad (7)$$

Este resultado nos permite afirmar que "os preços das mercadorias variam na razão inversa do valor da moeda", sendo também verdadeira a recíproca. Daí concluir-se que toda a orientação que se queira dar, apoiada em bases rigorosamente científicas, para se resolver a questão dos preços ou do custo da vida numa determinada época deve levar em conta essas duas condições, isto é, o valor da moeda em função dos preços das utilidades (a mais importante) e as variações destes preços em função daquele valor e das condições peculiares às utilidades consideradas. Isto além do exame de outros fatores de ordem psicológica, ética, política etc., que não podem ser desprezados, sob pena de fracasso; e todos os que quiserem fazê-lo abandonando esse caminho terão simplesmente como resultado de seus esforços um valor equivalente à diferencial da função $y = kx^{m-m}$.

Se fôr, portanto, calculado o valor da moeda ou índice monetário em duas épocas diferentes t_1 e t_2 , a relação respec-

tiva nos dará o índice do custo de vida $I = \frac{V_2}{V_1}$ que nos

permite verificar se houve *aumento* ou *carestia* se tivermos $v_1 < v_2$ ($I > 1$); *diminuição* ou *barateamento* da vida se tivermos $v_1 > v_2$ ($I < 1$); ou se houve *estabilização* se fôr $v_1 = v_2$ ($I = 1$) (Nogueira de Paula, economista brasileiro contemporâneo).

Poderia ser exposto e descrito um plano de aplicação prática desses princípios, a ser observado nas pesquisas científicas cuja realização se faça necessária nos domínios da eco-

nomia, dentro de um grande agrupamento social, possibilitando, assim, que se ofereçam com certo rigor resultados de interesse geral; isto, aqui, porém, seria alongar demais o assunto.

Voltando agora às variações do preço de custo por unidade das utilidades, expresso pela fórmula (4), resta-nos examiná-las nos regimes da livre concorrência e do monopólio. Como em um mercado se verificam atos de produção e atos de troca é preciso para tanto que se saiba o que caracteriza cada um desses regimes. No primeiro se notam :

a) liberdade ampla dos vendedores e compradores para venderem e comprarem a *quantidade que quizerem*, a um dado preço

b) liberdade ampla de contrato entre si como melhor entenderem;

c) as unidades de cada produto são *todas idênticas e substituíveis* entre si;

d) não se interpõem obstáculos à sua *perfeita mobilidade* ou à *transferibilidade* de sua procura de um ponto a outro do mercado;

e) a unidade dos bens é produzida e vendida contemporaneamente.

Quando uma tal situação existe sobre todo o mercado, em um dado momento, há um *único preço* por unidade de produto, sendo isto o que se denomina a *lei da indiferença dos preços*; se, nesse caso, houvesse para cada utilidade dois ou mais preços unitários, nenhum comprador faria aquisições pelo preço maior assim como também nenhum vendedor venderia pelo menor e a vigilância mútua dos concorrentes eliminaria a desigualdade.

A *lei da oferta e da procura*, a mais conhecida da Economia Política, exerce então com toda a plenitude a sua ação e o *equilíbrio dos preços* se estabelece naturalmente pela relação de igualdade já tão conhecida entre uma e outra, desde que o seu estudo seja integrado com a das influências perturbadoras que ocorrem numa sociedade essencial-

mente dinâmica, como, por exemplo, o aumento de população, aumento de capital, modificações nos métodos de produção, modificações nas formas de organização industrial, alterações quanto às necessidades e à capacidade aquisitiva dos consumidores, além de outros mais que possam surgir em função dos fenômenos sociais em geral.

No segundo caso, isto é, no regime do monopólio, que se caracteriza pela *não reprodutibilidade* de um determinado bem ou serviço, o problema do preço surge do fato de poder o monopolista, privado ou coletivo, exercer o seu arbítrio sobre um dos dois seguintes elementos: a) a *quantidade* que se quer comerciar; b) o *preço* pelo qual entende de vender a unidade da mercadoria; c) sobre ambos esses elementos.

Denomina-se *lucro líquido do monopólio* o ganho que se realiza subtraindo-se do total da venda o custo total da produção da mercadoria; o monopolista faz o possível por tirar o *máximo* desse lucro ajustando a procura, determinada em dado momento, com a oferta sobre a qual ele tem o controle.

Quando há alguns *monopólios exercidos por entidades privadas* com referência a alguns produtos de grande consumo ou serviços de grande importância, torna-se mais de acordo com os interesses da sociedade substituí-lo por um *monopólio coletivo*; esta substituição em geral resulta em benefício do consumidor quando este lucra mais do que o perdido pelo produtor monopolista; o inverso disto representaria uma *destruição de riqueza* que desaconselha a transformação. Muitos Estados se reservam o direito de produzir ou vender algumas utilidades ou de produzi-las e vendê-las contemporaneamente, quando isto vem de encontro aos interesses da coletividade.

Tem sido muito discutidas as vantagens e as desvantagens que oferecem ambos os regimes — o de livre concorrên-

cia e o de monopólio; entre os perigos deste há a possibilidade de se fazer variar forte e abusivamente para mais o valor de

$$c_1 = \frac{\sum p_i + d(\sum p_i)}{\sum q_i}$$

ou o de discriminar muito este valor segundo determinadas pessoas ou localidades, resultando daí perturbações para a vida coletiva, principalmente quando falta ao Estado a autoridade pra exercer o controle e quando não dispõe de uma dependência eficiente em sua organização administrativa com capacidade bastante para isto, sendo estas repartições desde que existam em tal situação organismos caros e inúteis a sobrecarregar os orçamentos, isto para não falar de outros inconvenientes a que possam dar lugar.

Já na livre concorrência as variações daquêle valor se processam naturalmente, bastando que a ação do Estado se faça sentir indiretamente por meio de uma sábia política econômica, indicando principalmente sobre $\sum q_i$ da fórmula (4) e $\sum d_i$ e l da fórmula (6). Apenas não se revela melhor este regime, quando se trata de atender às *necessidade coletivas importantíssimas*; é quando o Estado deve intervir no sentido de salvaguardar os interesses públicos ameaçados em sua segurança. Fora disto essa intervenção pode ser causa de muitas perturbações e de grande mal estar social, principalmente quando se exerce de forma empírica e desorientada, sem atender aos ditames de natureza ética e aos fatores de ordem psicológica. É o que nos ensinam as lições dos grandes Mestres das ciências econômicas, que muitos precisariam conhecer suficientemente.

A Escola de Estado-Maior e a Instrução

No artigo publicado no número desta revista correspondente a Outubro-Novembro, escaparam lamentavelmente à revisão, erros e omissões que, embora tarde, convém retificar. Na página 601, primeira linha, ler: "benefícios que resultaram para o Exército"; na mesma página, suprimir a sexta linha. Na página 602, linha 22, ler: "hierarquia na escala da instrução: sobrecarregavam-se os programas da Escola das Armas com grande cópia de matérias que deviam ter sido assimilados na Escola Militar e na de Estado-Maior gastava-se algum tempo com certos assuntos da tática das armas, que deviam vir sabidos da Escola das Armas. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Superiores, e até certo ponto, o de Alto-Comando, eram quase uma repetição do de Estado-Maior. Ambos deixaram de funcionar, e a Escola das Armas fechou-se por causa da última guerra... Como a hierarquia dos comandos exige, necessariamente, a ampliação correspondente dos conhecimentos profissionais, é fácil compreender que não se suprime impunemente qualquer dos elos da cadeia da instrução profissional". Na página 605, linha 30, ler: "pouco importa ao combatente". Na página 611, linha 11, ler: "Por outro lado, a tática alemã foi, etc.". E outros de menor monta.

DIVERSOS

BOLETIM

Abrimos exceção nestas páginas, para comentar uma notícia, aparentemente de ordem diplomática: a partida recente, de regresso ao seu país, de Adolph Berle Junior, que aqui serviu como Embaixador dos Estados Unidos, e de sua exma. esposa.

Dizemos aparentemente, porque talvez nunca diplomata estrangeiro algum haja exercido entre nós — e apenas em ano e pouco de permanência — serviços tão assinalados e que tocassem tanto à nossa sensibilidade "sui-generis" de povo latino e tropical.

A sua nomeação, digamo-lo francamente, não despertara maiores entusiasmos em nosso país. O fato de ter sido estudante-prodígio, aluno distintíssimo dos mais afamados estabelecimentos de ensino jurídico e de ciências econômicas, ou de ter-se doutorado em leis aos 21 anos de idade — convenhamos, não eram fatos destinados a provocar movimentos de opinião pública. A única coisa que despertou um pouco a atenção foi a notícia de que o nôvel embaixador tornara-se, há tempos, perito em assuntos ligados à aviação comercial.

Talvez tenha contribuído também para isso, o temperamento reservado e as atitudes não populares de seu predecessor, o sr. Caffery, sem que pese aos serviços por ele prestados a ambas as pátrias, a sua e a nossa.

Verdade é que, dentro em pouco, a ação objetiva, devotada e entusiasta, ao lado do espírito e das atitudes absolutamente democráticas do sr. Berle, removeram todos os obstáculos à compreensão mútua. Como já tem sido muito bem salientado, ele votou-se a conhecer não só nossos graves problemas políticos, econômicos e sociais, mas igualmente nossa gente, costumes, peculiaridades, virtudes e defeitos... Convivendo com as mais diversas categorias de homens e mulheres de nosso país, disso resultou um conhecimento mútuo, e deste, como é lógico, simpatia e amizade profundas. E lado a lado, a mulher inteligente, culta, dinâmica e caridosa, que é Mrs. Beatrice Berle, desdobrou-se em múltipla atividade de assistência social e hospitalar, de ensino médico e de amparo a quantos enfermos e desvalidos a ela acoressem.

A entrevista final do grande diplomata que o pranteado Roosevelt nos enviou e grande amigo que o Brasil conquistou, foi um balanço de trabalho, lealdade, idealismo construtor e espírito prático altamente evoluído. Bastaria a sua declaração sobre a luta que teve para convencer certas empresas norte-americanas das vantagens mútuas que adviriam da refinação e industrialização do petróleo em nosso país, para consagrar sua obra de Embaixador da "Boa Vizinhança".

Ficariamos aquém, entretanto, da justiça, se aqui não nos referissemos igualmente à partida do General Hayes Kroner, que por tanto tempo conviveu entre nós como Adido Militar à Embaixada

do pais irmão. Sua atividade incansável e lúcida, sua amizade compreensiva, seu cavalheirismo e suas qualidades apuradas de conhecedor dos problemas técnicos mais relevantes — em sua Pátria foi um grande animador da criação da Escola de Contra-Informações — tudo isso servia-lhe de equipamento para o esplêndido trabalho de congraçamento dos dois Exércitos amigos, culminado com a preparação e a devotada assistência à gloriosa Força Expedicionária Brasileira.

Este registro, pois, fica justificado: não se trata de mero noticiário diplomático, porém de palavras de afeto e consideração por quem tão bem nos compreendeu e estimou. Aos ilustres viajantes, e às suas dignas famílias, nossos votos de felicidades e de breve regresso.

* * *

A campanha contra o analfabetismo que vem sendo levada a efeito no México, com energia e entusiasmo nunca vistos, é uma das mais belas e enobrecedoras iniciativas que podem encher de orgulho um país. Contando com cerca de dez milhões de iletrados, a grande nação-irmã está demonstrando uma ânsia de aperfeiçoamento que, dia a dia, dá novos e mais ótimos frutos.

E em tudo o que temos lido a respeito dessa verdadeira guerra da frente interna contra o mais terrível inimigo "5ª coluna" — a ignorância — o que mais impressiona é o seu caráter absolutamente nacional e popular. Todas as classes sociais, homens e mulheres, velhos e crianças todos, enfim, que desfrutam da inigualável riqueza proporcionada pelo saber, acham-se empenhados a fundo na cruzada de redenção do homem mexicano.

A nossa grandeza territorial, nossa fraquíssima densidade demográfica, nosso sistema de comunicações tremendamente deficitário e raquítico, e, mais do que tudo, o enorme coeficiente de analfabetos de nossa população — são outros tantos argumentos a nos fazerem voltar os olhos, com carinho e atenção, para a maravilhosa epopéia que a terra de Benito Juarez hoje escreve com a palavra de ordem fulgurante: ENSINAR!

Cresce, pois, de interesse, o assunto a ser encarado por nós brasileiros. Ao Exército caberá, como sempre coube em nossa história, o primeiro pósto na luta da alfabetização.

* * *

O que se nota em quase todos os países, no pós-guerra, é uma preocupação quotidiana com os graves problemas da Defesa Nacional, em nada semelhante à onda amolecedora de pacifismo visionário e ingênuo do outro pós-guerra, o de 1918.

Não vemos na posse da energia atômica — posse que assusta e faz tremer aos próprios detentores dos segredos iniciais — não vemos nela, dizíamos, a única explicação para tal diferenciação de atitudes. Parece-nos, antes, que os conflitos sociais existentes e um maior conhecimento das forças malévolas que podem dominar indivíduos e nações, são causas mais aceitáveis para tal fenômeno.

De qualquer maneira, constata-se, por toda a parte, o calor e devotamento com que militares, estadistas e os povos em geral, de-

em aos assuntos pertinentes à manutenção de sua integridade e unidade nacionais. O maior internacionalismo no debate das questões comuns e as facilidades de comunicações, não vieram, a despeito dos sonhos de poetas e pensadores, dar uma base mais universalista e fraterna às relações entre os humanos.

Dentre os tópicos que são comuns às cogitações atuais de todos os países, no campo de sua defesa nacional, avulta a criação de um ministério militar único ou Supremo Comando das Forças Armadas sob dois nomes para um só e mesmo objetivo, variando apenas a graduação de intensidade com os recursos e peculiaridades de cada país.

Nos Estados Unidos, que inegavelmente foi o maior construtor da vitória das Nações Unidas, não só materialmente como também com o contingente de reservas morais de fé, entusiasmo e abnegação que carregou para o conflito, está em ardente debate a questão. De um lado, os chefes do Exército, tendo à testa Eisenhower e Arnold, ex-chefe de um Estado-Maior, o insigne e nunca demais aplaudido George C. Marshall pugnam pela criação imediata do Ministério da Defesa Nacional. Como vantagens alegam não só a unidade de doutrina, o treinamento quotidiano (e não esporádico) das operações conjuntas, a tremenda economia possibilitada sobretudo pela unificação dos Serviços (que detêm a maior quota nos gastos militares de Tio Sam), o hábito de uma maior responsabilidade por parte dos chefes, etc. De outro, os da Marinha, onde avultam King e Nimitz, objetam argumentos de tradição e outros, àquele propósito. Nesse interim, porém, e malgrado a desmobilização em massa tanto desordenada que lá está sendo feita — no consenso geral de seus chefes militares mais representativos (naturalmente por força de injunções de natureza político-social) — os Estados Unidos não descutam de ir preparando as bases intelectuais para tal organização futura.

Existiam, já há tempo, os seguintes estabelecimentos de altos estudos militares: Escola de Comando e Estado-Maior, do Exército (Command and General Staff School), em Fort Leavenworth, Kansas; a Escola de Tática Aplicada das Forças Aéreas do Exército (Army Air Forces School of Applied Tactics), em Maxwell Field, Alabama; a Escola Superior de Guerra do Exército (Army War College), em Washington, D. C. e a Escola de Guerra Naval (Navy War College), em Newport, Rhode Island.

Com o desenvolvimento das operações conjuntas de terra, mar e ar, foi criado um novo estabelecimento, de escalão mais elevado, a Escola de Estado-Maior Conjunto do Exército e Marinha (Army and Navy Staff College), sediada em Washington, D. C. e assim definida em regulamento: "Estabelecimento do Estado Maior Conjunto que proporciona aos oficiais das altas graduações, de todas as armas e serviços, a instrução fundamental do emprego tático e estratégico das especialidades outras que não as suas, seguida de um desenvolvido treinamento final na conduta de operações conjuntas de terra, mar e ar."

Anuncia-se agora, para setembro vindouro, a reorganização dessa Escola em moldes mais amplos, com o nome de "National,

War College)" (Escola Nacional de Guerra) como consequência lógica das lições aprendidas durante a 2.^a guerra mundial. Será frequentada por coronéis do Exército (inclusive das Forças Aéreas) e capitães de mar e guerra (Captains) da Marinha, com vinte anos de serviço pelo menos, e possuidores do curso de Estado-Maior do Exército ou da Marinha, bem como os primeiros secretários do Corpo Diplomático, cônsules e adidos comerciais, com um mínimo de 15 anos de serviço no estrangeiro. O curso será de 10 meses e terá por finalidade precípua "promover a integração completa entre os mais altos membros das Forças Armadas e o Departamento de Estado".

Serão ali estudadas as questões relativas ao emprêgo da bomba atômica e outras armas novas e aos seus efeitos, à política externa dos Estados Unidos e das principais potências do mundo, à Organização das Nações Unidas e outros meios de preservação de paz, bem como os mais elevados problemas atinentes a informações, transmissões, logística, planos, operações aéreas, logística, guerra psicológica e guerra anfíbia. Conforme noticiou a imprensa, o seu comandante, vice-almirante Harry W. Hill, explicou que "além dos problemas de defesa nacional, a Escola se interessará em como fazer a guerra e como manter a paz".

O corpo de instrutores e conferencistas será formado pelas mais destacadas autoridades das Forças Armadas, do Departamento de Estado e de diversas instituições científicas e culturais civis.

A turma inaugural será de 100 alunos, mas esse número será provavelmente dobrado nas turmas seguintes.

Diante do que ficou acima exposto, avulta a importância da notícia segundo a qual se cogita, no Brasil, de também estabelecer um Supremo Comando para as Forças Armadas, que, conforme expressou à imprensa carioca o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, "nunca chegou a ser criado entre nós, nem na Guerra do Paraguai, nem na 1.^a ou na 2.^a Guerra Mundial".

Foi com júbilo incontido que todos quantos se dedicam aos problemas militares de nossa Pátria receberam tal informação. Pois que as razões alegadas pelos chefes militares dos Estados Unidos para a coordenação de suas Forças Armadas sob direção e comando únicos, subsistem e em grau bem maior entre nós.

As condições geo-militares do Brasil, com seu extensíssimo litoral em grande parte perfeitamente abordable; seu interior banhado por grandes bacias fluviais que, mais cedo ou mais tarde, serão navegáveis na quase totalidade de sua extensão; as dificuldades tremendas de comunicações, que por longos anos ainda exigirão o emprêgo intensivo de forças aero-transportadas, pelo menos para a solução do vital problema da cobertura, e o reaprovisionamento por via aérea, etc. — são alguns dos aspectos que nos ocorrem, desde logo, para ressaltar o valor de tal medida. E particularmente aos membros de Artilharia de Costa e de Artilharia Anti-Aérea acudirão também inúmeros pormenores referentes à instrução e treinamento de seu pessoal.

Por fim, e não por último, se o país mais rico do mundo, considera que de tal unificação advirá "tremenda economia", principalmente por causa da multiplicidade dos Serviços ora existentes, o que não diremos nós, hoje que as finanças nacionais andam não se sabe bem por quais profundezas?

Oxalá, rogamos todos, seja em breve uma realidade brilhante tão magnífico projeto.

Abreviaturas militares norte-americanas

Pelo Capitão OTÁVIO ALVES VELHO

(Continuação)

2.ª Parte —

Abreviaturas usuais, não-regulamentares

A	a) Ausente sem permissão. b) Território do Alasca. c) Força Aérea do Exército.
A & NMB	Junta de Munições do Exército e Marinha.
AAOP	Pôsto de observação anti-aérea. Pôsto de vigilância do ar.
AASL	Projektor anti-aéreo.
A Avn	Aviação do Exército.
AC	a) Companhia de Ambulâncias. b) Corrente alternada.
Accep. App	Candidatos ao voluntariado, ainda não incluídos.
A Dist	Distrito Aéreo (Zona Aérea).
a d j	Ajustar. Regular. Colocar. Formar. Montar.
Adm Serv	Serviços Administrativos (135).
AE	Ângulo de elevação (203).
A F	Forças Aéreas do Exército.
AFCC	Comando de Combate da Força Aérea.
AG-Enl. Res.	Reserva de Praças do Departamento do Ajudante-Geral.
A. I. C.	Código de identificação das munições.
Air-Enl. Res.	Reserva de Praças das Forças Aéreas.
Air-Res.	Reserva das Forças Aéreas.
Air T Sq	Grupo de Transporte Aéreo. Grupo de Aviação de Transporte.
AIS	Serviço de Informações da Artilharia.
A K A	Tipo de navio-cargueiro, empregado em operações de assalto.
AL	Laboratório médico de Aviação.
AI	Comando da Defesa do Alasca.
AM	a) Mecânico de aviação. b) Amatol. c) Caça-minas.
AMC	A meu comando.
AMG	Governo Militar Aliado.
AM SA	Autoridade remuniçadora.
AMU	Unidade de Manutenção de Aeronaves.

AMXA	Autoridade que fixa o consumo de munições permutadas.
AN	Exército e Marinha (136).
AP	a) Ponto de pontaria. Ponto de visada. b) Foguete de estrêla amarela com paraquedas, M 21. c) Transportes.
APA	Tipo de navio-cargueiro empregado em operações de assalto.
APL	Pombal-automóvel.
A. P. M.	Assistente do Comandante do Destacamento de Polícia Militar.
Ap. Msgr	Estafeta aéreo. Estafeta transportado em aeroplano.
Ar P	Pino de armar (137).
ARU	Unidade de Reparação de Aeronaves.
AS	Foguete de estrêlas amarelas conjugadas, M 22.
asp	Foguete de estrêlas amarelas com paraquedas.
Asst Sec War	Secretário-Assistente da Guerra.
Asst Sec War (Air)	Secretário-Assistente da Guerra para as Forças Aéreas.
A. T.	a) Elemento de direção fornecido pelo posto de controle à distância. b) Alça (75).
Atched	Adido.
A Tr	Tropa de ambulâncias.
av	Média. Valor médio.
AV	Dispositivo rotatório (hélice) que arma a espoleta da bomba.
A W	Tipo de granada incendiária.
Ax Sig Com	Eixo (ou eixos) de transmissões.
Az	Azimuth.
B	Bateria (138).
b	Bala.
BA	Inclusão numa Arma ou Serviço.
B. & Q.A.	Aquartelamento do Exército.
BB	a) Navios de guerra. b) Repartição (ou Divisão) do Orçamento.
Bol Msgr	Estafeta ciclista.
BCP	Pósto de Comando de Bateria (139).
BD	a) Deriva de referência. b) Projétil com espoleta de culote.
BDF	Esopoleta de culote.
bdi	Feixe.
bl	Bandoleira.
BL	Só a 2.ª Secção (75).
blt	a) Cinto. Cinturão. Cinta. b) Faixa de terreno. c) Série de obstáculo (140).
BOP	Pósto de observação de Bateria.
br	a) Arma ou Serviço do Exército. b) Sub-divisão de qualquer organização.
BR	Só a 1.ª Secção (75).
BT	Tabela para bombardeio de Aviação.

bx	Caixa, Caixeta.
C	Detidos (171).
C-1	Primeira modificação. Modificação n.º 1.
C a	Lançamento (75).
CA	a) Artilharia de Costa. b) Cruzadores pesados.
CA - Enl. Res.	Reserva de Praças da Artilharia de Costa.
C. & E.W.D.	Secção (ou Repartição) de Fardamento e Equipamento do Departamento da Guerra. (204).
Car	Comando da Defesa do Mar das Caraíbas.
cas	Soldado encostado a uma unidade a que não pertence (142).
Cav DHQ	Quartel-General de Divisão de Cavalaria.
Cav Enl.-Res.	Reserva de Praças da Cavalaria.
Cav Gp	Grupo de Cavalaria (216).
Cav. - Res.	Reserv da Cavalaria.
C B	a) Centro do arrebentamento. b) Contra-bateria.
C B	Informações de contra-bateria.
CBI	Pôsto de contrôlo do projetor.
CC	a) Cruzadores de batalha. b) Companhia de Evacuação.
C Cr	Centro de concentração.
Cep	Erro circular provável.
cert	Certificado.
CF	Cessar fogo.
CG	Guarda-Costa (Serviço de Guarda-Costa).
C. G. S.	Chefe de Estado-Maior.
C G S	Estação do Serviço de Guarda-Costa.
Ch ou chg	a) Carga (143). b) Carregar (144). c) Acusar. d) Documento de acusação. e) Posição de "em guarda" na luta corpo a corpo sem arma.
CH	Hospital de convalescentes.
Ch - Res.	Reserva do Corpo de Capelões.
Ci	Civil internado.
C. I.	a) Ferro fundido. b) Centro do impacto.
CI	Imediato. Muito próximo.
CIC	Serviço de Contra-informações.
C in C.	Comandante em Chefe.
Cl	a) Próximo. b) Aproximado.
CL	Cruzador leve.
clde	Chefe-líder (145).
clr	Bandeira.
cm	Centímetro.
CM	Pequeno veleiro empregado no lançamento de minas, de rédes de defesa do pôsto, etc. (139).
cmpa	Compilação cartográfica (146).

contr	Fixador. Retardador. (147).
C of A	Comandante da Artilharia.
C of Avn	Comandante da Aviação.
C of E	Comandante da Engenharia.
colg	Colégio.
comm	Comunicação. Transmissão.
Com Off	Oficial de patente. Oficial (148).
comtn	Etapa em dinheiro.
confer	Conferência. Reunião.
conf	Detenção (46).
cont	a) Contrato.
	b) Contratado.
Corr	Correção.
COSC	Comando de Serviços de Operação Combinada (214).
cp	a) Vela decimal (149).
	b) Carregador (150).
C. P.	Passo circular (151).
CP	Escalão avançado de uma Companhia de Manutenção.
CPH	Central de força (152).
CPO	Graduação mais elevada dos sargentos da Marinha, e dos do Serviço de Lança-Minas e do Serviço de Transporte do Exército (153). Corresponde mais ou menos a sargento-ajudante.
c/r ou C. R.	Tiro completo (154).
C.R.C.	Relação da munição por tiros completos.
C.R. of H.A.	Divisão de Construção e Reparação de Hospitais, do Exército.
CS	a) Comando de secção.
	b) Chefe de secção.
	c) Médico civil contratado.
caa	Estôjo (155)
CSO	Oficial de Segurança da Carga.
CT	Trem de Combate.
cta	a) Cartão.
	b) Caixa de papelão.
	c) Caricatura. Desenho.
C Ta	Trem de Combate.
C Tr	Tropa de Evacuação.
Cult	Cultura. Terreno cultivado.
CV	Veículo de transporte de aeroplanos.
Cv C	Campo de convalescentes.
CW	a) Ferimento contuso.
	b) Radiotelegrafia.
CWAC	Corpo Auxiliar Feminino Canadense.
CW-Enl. Res.	Reserva de Praças do Serviço de Guerra Química.
CW-Res.	Reserva do Serviço de Guerra Química.
C.W.S.A.	Serviço de Guerra Química, do Exército.
Cyl	Cilindro.

d	Declinação. Desvio angular entre os arrebentamentos de dois tiros executados na mesma direção e com alças diferentes de 100 jardas.
D	Em baixo. Debaixo. Inferior. Abaixo (observação do tiro).
DA	Funcionamento retardado (54). Agente ou substância descontaminante, não-corrosivo.
DANC	
DAO	Oficial de Aeronáutica da Divisão.
DAPE	Erro ou desvio provável da arma, aumentado (198).
DD	a) Contra-torpedeiros. b) Diferença de deriva. Escalonamento.
DE	Escolta de contra-torpedeiros.
dec	Declinação.
D.E.C.	Contrôle (ou comando) elétrico à distância.
Demo	Demolição. Destruição.
dent	Dentário. Odontológico.
Dent-Enl. Res.	Reserva de Praças do Corpo de Dentistas.
Dent - Res.	Reserva do Corpo de Dentistas.
Dep	Desvio provável.
Dep.	Família. Pessoas dependentes (156)
DEST	Destino (157).
Dev	Desvio.
df	Correção de regulação devida à espoleta (75).
DF	Desvio.
diam	Diâmetro.
dis	Disciplinar.
disab	a) Incapacidade (208). b) Imprestabilidade. Inservibilidade (32).
Disch. Mil. Pris.	Presos militares libertados.
Disch. Sol	Soldados licenciados. Soldados que deram baixa do serviço ativo.
discontd	Descontínuo.
dishon	Deshonroso. Com deshonra.
diamd	Fôra de forma. Debandada. (158).
diamtd	Desmontado.
diss	Rebaixado (47).
Div 00	Oficial (Chefe) do Serviço de Material Bélico da Divisão.
DNL	Não carreguem (comando) (75). Não ponha carga. (32).
D.O.	Ordem de entrega. Ordem de remessa.
doc	Documento.
D.O.O.	Oficial (Chefe) do Serviço de Material Bélico da Divisão.
Dp	Patol. Depósito.
D P	a) Perfurante de convés. (209). b) Ponto de descarregamento de caminhões. c) Ponto de distribuição. d) Referência de posição (75). e) Ponto de direção.
DPF	Telêmetro de depressão.
dpt	Depósito.

D. R.	Liberdade de ação no ponto de destino.
drg	Desenho.
drpd	Lançado.
DS	a) Zona perigosa. b) Vigilância afastada. c) Pronto no serviço (159).
d/s	a) Dia a descontar. Dia a separar. Dia à parte. b) Fora esse dia. Não contando esse dia.
DSSP	Desvio provável de um tiro isolado.
D.T.	a) Tempo morto. b) Linha dupla. Fio duplo.
DVKW	Caminhão anfíbio de 2 ½ toneladas.
d w g	Desenho.
E	a) Engenharia. b) Corpo de Engenharia. c) Este ou Leste.
ECO	Dispensado pelo Comandante.
ED	Morto inimigo.
EFM	Mensagem (comunicação) da Força Expedicionária.
EH	Hospital de Evacuação.
EI	Elevação.
Electn	Eletricista.
EMT ou E.M.T.	Ficha dos primeiros socorros médicos prestados (199).
Engr - Enl. Res.	Reserva de Praças do Corpo de Engenharia.
Engr-Res.	Reserva do Corpo de Engenharia.
Engr Whf	Cães da Engenharia (139).
Enl. rcti	Recrutas voluntários.
EOP	Pôsto de observação de emergência (139).
EP	Pressão extrema.
EPL	Pombal experimental.
evd	Evidência. Indício.
EVT	Ficha de registro dos socorros veterinários de urgência prestados (199).
EW	Explosivo.
Ex	Ferimentos generalizados.
exp	Expiração.
Exp	Explosivo.
F	a) Campo. Terreno. b) Campanha. De campanha. c) Bomba ou granada, explosiva. r) Graduação da espoleta. c) Em gozo de dispensa ou licença. f) Garfo (75).
fab	Composição. Construção. Contextura. Fábrio.
FA-Enl. Res.	Reserva de Praças da Artilharia de Campanha.
FARes.	Reserva da Artilharia de Campanha.
fbr	Fibra.
FC	Fratura exposta.
FCC	a) Código de transmissões para o controle e a regulação do tiro. b) Fratura exposta cominutiva.

FDC	Central de tiro (75).
FD	Retardo da espoleta.
FFE	Eficácia (75).
Fin-Enl. Res.	Reserva de Praças do Departamento de Fundos.
Fin-Res.	Reserva do Departamento de Fundos.
fia	Fiscal.
F. L. S.	Última linha de visada ou de pontaria.
FM	Missão de tiro.
forf	Desistência (160).
FQ	Detonador de espoleta.
Frag.	Fragmentação. Estilhaçamento. Explosão.
FS	Fratura simples.
FSB	Sala da central telefônica da direção do tiro.
FSMWO	Ordens de Serviço em Campanha para modificações ou alterações do serviço.
Ft CP	Pôsto de Comando do Forte (139).
Ft OP	Pôsto de Observação do Forte (139).
FUO	Febre de origem indeterminada.
Fur. Sol.	Soldados em licença ou dispensados, viajando por conta própria.
G	a) Alemão. b) Rasante (161).
G - 1	c) Foguete de uma estrela verde, AN-M 36. a) Militar, militares, soldados em geral. b) Peça-base. Peça diretriz. c) Pessoal militar.
G-2	Informações militares.
G-3	Operações militares.
G-4	Reaprovisionamento, transporte e evacuações.
G A	Gasolina.
Gas O	Oficial de gás. Oficial da secção "Z". Oficial do Serviço de Guerra Química (162).
GB	Foguete de estrela verde, pisca-pisca, com paraquedas, M 6.
g bc	Carga de saquitol verde (75).
GCP	Pôsto de comando da linha de fogo (139).
GCT	Hora civil de Greenwich.
GD	Ambulatório geral.
Geol	Geológico.
GFT	Tabela gráfica de tiro.
G G	Foguete de 2 estrelas verdes, A. N-M 30.
GH	a) Hospital geral (68). b) Canhão-obuseiro.
G H	Corpo da guarda (139).
GHA	Fuso horário de Greenwich.
GHQ AF	Fôrça Aérea da Reserva Geral (5).
G. I.	Distribuição geral.
G L	Laboratório médico geral.
GMT	Hora média de Greenwich.
Gn	a) Canhão. b) Arma de fogo em geral.
GN	Fôrças Terrestres do Exército.
GOP	Pôsto de Observação da linha de fogo (139).

G P	a) Emprego geral. Uso corrente. Para todos os fins. b) Bomba ou granada de emprego geral. c) Foguete de estrêla verde com paraquedas, M 19.
Gpmt CP	Pôsto de Comando do Grupamento (139).
Gpmt OP	Pôsto de Observação do Grupamento (139).
gr	Grão (200).
grad	Graduado. Diplomado. Com o curso de.
GS	Foguete de estrêlas verdes conjugadas, M 20.
G.S.A.P.	Ponto de referência da peça (75).
gsc	Foguete de estrêlas verdes conjugadas.
gsp	Foguete de estrêlas verdes com paraquedas.
GST	Hora astronômica de Greenwich.
GSW	Ferimento produzido por projétil de arma de fogo.
G Y	Foguete de duas estrêlas, verde e amarela, AN-M 33.
H	a) Altitude. b) Pesado.
Haw	Departamento das Ilhas Hawaii (53).
HC	Companhia de Hospital.
H Cr	Centro hospitalar.
HDC P	Pôsto de Comando da Defesa do Pôrto (139).
HDOP	Pôsto de Observação da Defesa do Pôrto (139).
HET	Explosivo brisante incendiário (78).
hon	Honra. Honraria. Honrado. Honorável. Honroso.
HT	Trem-hospital.
H Tr	Tropa de hospital.
Hv Wpn	Petrechos pesados.
Hv Wpn Sec	Secção de Petrechos Pesados.
I	Italiano.
IAP	Ponto inicial de pontaria. Ponto de visada inicial.
IC	Examinado e considerado em mau estado.
ICC	Comissão de Comércio Interestadual.
Imp	Aparelhagem improvisada de direcção de tiro (139).
IMR	Fuzil de guerra aperfeiçoado.
in.	Polegada.
Inact - Res.	Reserva indispensável (163).
Incend	Incendiário.
Incls	a) Conteúdo. b) Anexos (164).
Inf-Enl. Res.	Reserva de Praças da Infantaria.
instr	Instrumento.
intn	Internacional.
IOSSC	Introdução às guias de armazenagem e embarque de material bélico.
IPF	Força de cobertura inicial.
INS	Número de identificação de prisioneiros de guerra.
IW	Ferimento inciso.

IWS	Serviço de Vias Navegáveis (165).
J	Japonês.
JAG - Res.	Reserva do Departamento da Justiça Militar.
JANP	Junta do Exército e Marinha para Regulamentação do Funcionamento das Rádio-transmissões.
K	Coefficiente K (75).
KIA	Morto em ação.
Kr	Corretor.
K - 9 Corps	Organização de cães de guerra.
L	Esquerda.
lb	Libra (166).
LC	Corpo (ou invólucro) frágil (109).
LCIL	Pranchão grande para desembarque de Infantaria.
LCL	Inferior à carga total. Sem estar com a carga completa. Não carregado completamente (85).
L/Cpl	Graduação equivalente à de soldado de 1.ª classe.
LCT	Hora civil local.
LD	Longo retardo.
LDS	Em serviço.
L. H.	Mão esquerda.
L H	Farol (139).
LHA	Fuso horário local.
LL	Só a 2.ª Seção! Da esquerda por peça! (ou por salva!) (75).
Ln O	Oficial de ligação.
LOP	Linha de sílio.
LP	Projeto Livens.
L Pon	Pontão leve.
L R	Câmara de carregamento das minas (139).
LS	Embarcação leve.
ltd serv	Serviço de duração limitada.
L Tk	Carro de combate leve.
LVT	Veículo anfíbio de lagarta para desembarque.
L W	Ferimento dilacerante.
M	a) Departamento Médico (Serviço de Saúde do Exército). b) Modelo. c) Fabricação a ser prosseguida. d) Morteiro.
M	Ângulo medido.
m	Milésimo
MA - Enl. Res.	Reserva de Praças do Corpo Administrativo do Departamento Médico.
mag	a) Carregador (167). b) Armazem ou depósito de munições. c) Parte de uma câmara fotográfica ou cinematográfica onde se aloja o filme. Alojamento do filme.
man	Manual.
M. & H.D., A	Departamento Médico e Hospitalar, do Exército.

MBH	Garage (ou parque) das embarcações do Serviço de Lança-Minas (139).
MC	Casamata das minas (139).
MCO	Principal especialidade profissional exercida na vida civil.
MCP	Pôsto de comando de grupo de minas (139).
m d l	Modelo.
M drk	Guincho de levantamento das minas (139).
Med Adm e	Corpo Administrativo do Departamento Médico (86).
Med-Enl. Res.	Reserva de Praças do Corpo Médico.
Med - Res.	Reserva do Corpo Médico.
M E T	Estação meteorológica (139).
MF	Espécie de tiro (75).
Mg	Paio (139).
mgb	Carregador de fita, de metralhadora.
Mi	Prisioneiro de guerra militar.
mil av	Aviador militar.
MI - Res.	Reserva do Serviço de Informações Militares.
mkm	Acertador (56).
ML	Laboratório médico (168).
mlb	Grupo do carregador (169).
mm	Milímetro.
M Msgr	Estafeta motorizado.
Mod.	Modificação. Alteração.
MOP	Pôsto de observação de grupo de minas (139).
M Pon	Pontão médio.
MP - Res.	Reserva do Corpo de Polícia Militar.
M/R	Recibo de material.
Mr	a) Mestre. b) Comandante de um navio mercante, de um navio transporte do Exército ou de um lança-minas.
Mg DPU	Campo de lançamento e apanha-mensagens (170).
Mtel	Motocicleta.
Mtel Msgr	Mensageiro, motociclista.
Mtd Msgr	Mensageiro montado.
mtl	Metal.
M Tmy	Desvio ou pequena linha ferroviária para o troço que transporta as minas (139).
M. T. S.	Secção de Transporte Militar da Divisão do Serviço de Tráfego Mútuo da Associação Americana de Estradas de Ferro.
Mun O	Oficial das munições. Oficial chefe do remuniciamento.
MV ou M.V.	Velocidade na boca. Velocidade inicial.
MW	Fermentos múltiplos.
M Whf	Cães das minas (139).
N	Sem prazo.
NATOUA	Teatro de Operações da África do Norte, do Exército dos Estados Unidos.
nc ou NCH	Carga normal.
N D	Sem retardo.
NF	Espolêta de ogiva.

N. G.	Membros da Guarda Nacional (171).
NG	Guarda Nacional (172).
NG B	Repartição (ou Diretoria) da Guarda Nacional (173).
N.G. Fed. Serv.	Membros da Guarda Nacional (174).
N.M.	Munição para o Campeonato Nacional de Tiro ao Alvo.
NMB	Não pertencente a nenhuma Arma ou Serviço em particular (70).
NOTAMS	Aviso (notificação) às tripulações dos aviões.
NYD	Ainda não diagnosticado.
O	a) Departamento do Material Bélico. b) Observador. Observatório.
obs	Obsoleto. Em desuso.
Occ	Luz velada. Luz protegida.
OCM	Minuta da Comissão Técnica de Material Bélico.
OCNGA	Oficial encarregado dos assuntos relativos à Guarda Nacional.
ODT	Repartição dos Transportes relativos à Defesa Nacional.
OEC	Mapa do material bélico.
OFM	Manual de Campanha do Material Bélico.
OFSB	Boletim para o Serviço em Campanha, do Departamento de Material Bélico.
OL	Direção-referência. (35). Direção origem (75).
OLS	Linha de visada inicial.
OMS	Oficina mecânica de material bélico (139).
OO ou O.O.	Repartição do Material Bélico. Gabinete do Departamento de Material Bélico.
Op	Abrir (75).
O P R	Câmara de tiro (139).
OPSI	Publicações do Material Bélico para o Índice de Suprimentos.
O R	Reservas Organizadas (175).
Ord - Res.	Reserva do Departamento de Material Bélico.
OS & DR	Relação do material em excesso em falta e em mau estado.
OSM	Manual de Segurança do Material Bélico.
OSSC	Mapas de armazenagem e embarque de material bélico.
OTCM	Minutas da Comissão Técnica de Material Bélico.
Ou Sec War	Repartição subordinada ao Secretário da Guerra.
oz	Onça (166).
P	a) Câmara de tiro (139). b) Efetivo de paz. c) Dispensado; de licença (141). d) Ângulo de observação (75).
Par. Mil. Pris.	Presos militares sob palavra (176).
part	Parcial.
PAT	Combôio de Remuniciamento (177).
PBS	Secção-base Peninsular (220).
P.B.X.	Divisão de Armazens Reembolsáveis para Soldados.
PC	Departamento do Canal do Panamá (53).

P & C	Almoxarife-aprovisionador.
P D F	Espolêta de ogiva.
pdr	a) Pólvora. b) Uma peça cuja munição pese, por exemplo, 15 libras, diz-se que é uma "15-pdr".
PE	Erro ou desvio provável.
Pen W	Ferimento penetrante.
perc	a) Percussão. b) Percutente.
Perf W	Ferimento perfurante.
Pgn Co	Companhia Colombófila.
Phil	Departamento das Filipinas (53).
P Hosp	Hospital da guarnição.
P M	Manutenção preventiva.
PMP	Plano da Mobilização de Cobertura.
pat	Paciente. Doente.
Pot. NCO	Candidato (ou candidatos) a sargento.
PR	a) Parte da situação (178). b) Departamento de Porto Rico (53).
prim	Primário.
prof	Professor.
proj.	Projétil.
PSB	Central telefônica do posto (139).
psr	Pressão.
Pte.	Soldado (179).
publ	Publicação.
Pun W	Ferimento contuso.
Py	Pequeno destacamento, fração de tropa ou grupo de soldados (106).
Q	a) Quadrante. b) Corpo de Intendência.
QE	Ângulo de elevação (202).
QM - Ent. Res.	Reserva de Praças do Corpo de Intendência.
QM - Res.	Reserva do Corpo de Intendência.
QM Whf	Cães da Intendência (139).
qual	Qualificado (180).
r	Distância de observação.
R	a) Foguete de uma estrela vermelha, AN-M 34. b) Direita. À direita. Deriva menos (75). c) Distância de tiro (75).
rc	Carga reduzida.
R C	Foguete de corrente vermelha, com paraquedas, M 7.
Rcd	a) Registro. Arquivo. Fichário. b) Ficha. Protocolo. c) Disco (181). d) Assentamentos. Prontuário. Folha corrida. Relação de alterações.
R Ch	Carga reduzida.
RCs	Graduação em que deve ser ajustada a escala de distâncias de um telêmetro antes de ser utilizada.
RCT	Grupamento tático do escalão Regimento.

rd.	a) Tiro (154).
Rd	a) Tiro, Disparo.
RDF	a) Estrada.
rdg	b) Rodovia. Estrada de rodagem.
rds	Rádio-localizador.
reaptd	Redutor.
reg	Tiros.
Rej. App.	Reconduzido. Renomeado (182).
Rep	Regular.
requal	Candidatos ao voluntariado rejeitados.
res	Desvio ou erro provável em alcance.
Res. E M.	Requalificado (180).
resgd	a) Fonte (183).
Res. Off	b) Recurso. Meio. Riqueza.
petmt	Praças reservistas convocadas (201).
Ret. Nurses	Demissionário (70).
Ret. Off	Oficial da Reserva convocado.
Ret. Sol.	Reforma (70).
RF ou R. F.	Enfermeiras reformadas (184).
RF	Oficiais reformados (184).
Rg	Soldados reformados (184).
RG	Escala numérica. Fração da escala (185).
RGM	Estação de levantamento com telêmetro de coincidência (139).
R. H.	a) Distância de tiro.
Rhd Det	b) Distância de observação.
Rn	c) Distância-regulador (75).
R.O.	d) Alça (186).
R. of A.	e) Alcance.
RP	f) Linha ou estande de tiro.
R Plat	Foguete de 2 estrélas, vermelha e verde, AN-M 32.
R plus R	Tiros por peça e por minuto.
R R	Mão direita.
R S	Destacamento da testa ou cabeça da ferrovia.
	Vide Rg.
	a) Oficial encarregado de uma linha ou estande de tiro.
	b) Oficial responsável pela determinação da posição dos objetivos e da alça (75).
	Reparação do escalão Arsenal.
	a) Foguete de estréla vermelha, com paraquedas, M 11.
	b) Ponto de reabastecimento (187).
	c) Ponto de regulação.
	Pelotão de fuzilamentos.
	Reabastecimento de combustível e remuniciamento.
	a) Raio de rutura.
	b) Foguete de 2 estrélas vermelhas, A N-M 28.
	c) Só a 1.ª secção! Da direita por peça (ou por salva) o (75).
	Foguete de estrélas vermelhas conjugadas, M 6 ou N 14.

R Sqd	Esquadra de fuzileiros.
RSSP	Desvio provável em alcance de um tiro isolado.
RTO	Oficial do Tráfego Ferroviário.
RY	Foguete de 2 estrêlas, vermelha e amarela, A N-M 31.
S	a) Seguro. Em segurança. b) Corpo de Transmissões. c) Pequeno. Leve. Fraco. d) Sul. e) Distribuição ou fabricação descontinua (210). f) Fumígeno (188). g) Ângulo de transporte (75).
s	Modificação de direção necessária para montar um tiro sobre a linha de observação quando se altera o alcance de 100 jardas (75).
SAP	Perfurante de meia-blindagem (209).
S & B	Esterilização (ou desinfecção) e banho.
S. C.	Comandante do projétor.
SC	Companhia dos Serviços.
Sc	a) Carro lateral (189). b) Sôbrecarga. Super-carga.
SCh	Sôbrecarga. Super-carga.
SCA	Artilharia de Costa.
SCR	Aparêlho de rádio do Corpo de Transmissões.
Sed Mssg	Mensageiro escalado.
SD	a) Depósito de material médico (168). b) Destruidor de granadas (211). c) Curto retardo.
S D R	Paio! da dinamite (139).
S D T	Projétil traçante especial (211).
Sec.	Segundo (223).
SG	Canhão do pôr do sol (191).
Sr H	Hospital cirúrgico.
SGr	Grupo cirúrgico auxiliar.
Sh	a) Granada. b) Bombardeio. a) Doente no hospital.
SH	b) Hospital da guarnição ou do estacionamento.
SHA	Fuso horário sideral.
Si	a) Sítio. b) Ângulo de sítio.
SIC	Centro de informações topográficas (75).
Sig Com	Transmissão. Comunicação por sinais (193).
Sig - Enl. Res.	Reserva de Praças do Corpo de Transmissões.
Sig O	Oficial de Transmissões.
Sig Res.	Reserva do Corpo de Transmissões.
SL	Nível do mar.
Sl B	Bateria de salvas (139).
Slt	Projétor.
am	Velocímetro multiplicador.
Sn - Res.	Reserva do Corpo Sanitário.
SOP	Estação de levantamento da Bateria (139).

SOS	Serviços de Reaprovisionamento. Serviços Proveedores.
SP	a) Serviços de Reaprovisionamento. Serviços Proveedores. b) Pólvora sem fumaça.
Spec - Res.	Reserva de especialistas
S P H	Usina geradora dos projetores (139).
SPL	Pombal fixo.
Sp stf	Estado-Maior Especial (218).
Sp Wpn Plat	Esquadrão de Petrechos Especiais.
Sp Wpn Tr	Pelotão de Petrechos Especiais.
SQ	Instantânea (194).
Sq Hq	Pôsto de Comando da Ala (219).
S. R.	a) Distância em linha reta. b) Distância de tiro ou de observação (195).
S Rep	Reparação ou conserto de calçados.
S Rm	Paio das granadas.
S S	Estação ou Pôsto de transmissões (139).
SS	Submarinos.
S Sh	Abrigo do projetor (139).
SSN	Número de ordem especial.
S SWhf	Cães dos navios (139).
S. T.	Linha simples. Linha singela.
stabl	Estável.
statl	Estatístico (36).
stew	Dispenseiro.
Sub-ASP	Ponto auxiliar de remuniciamento.
sum	Sumário.
Sup O	Oficial aprovisionador. Oficial de suprimentos.
suppl	Suplementar.
Sup Pt	Ponto de reaprovisionamento.
susp	Suspensão.
SV	a) Severo. Rígido. b) Penoso.
Sw	Interruptor. Comutador. Distribuidor.
T	a) No alvo (161). b) Designação do modelo experimental de um material qualquer. c) Transferido (70). d) Corpo de Transporte. e) Transportado (127).
T.	Dentes.
TCC	Comando de Transporte Aéreo (217).
Td	Estação mareométrica (139).
TDt/FC	Centro de Instrução Tática e de Tiro de Destruidores de Carres.
TF	Espolêta de culote.
Thd	Linha. Fio. a) Evento (75).
Ti	b) Graduação de espolêta de tempo.
tn	Trem. Coluna. Combóio. Equipagem.
T.O.	Decolagem.
TO	Observador técnico.

TOT	Tiro executado de forma a que os projectis lançados pelas várias peças cheguem ao objectivo simultaneamente (75).
TP	a) Exercício com alvo. Tiro ao alvo. b) Perfurante de carros de combate (209).
TP	Ponto de inflexão ou desvio, em uma estrada, não assinalado por um sinal natural qualquer.
T. P. I.	Fios por polegada.
TQM	Chefe do Serviço de Transporte.
tr	a) Traçante. Traçador. b) Trocejador. Hachuriador.
Trici Mtr	Triciclo a motor.
trac	a) Instruído. Treinado. Adestrado. b) Designação da praça que terminou seu período de instrução básica, mas ainda não foi classificada em nenhuma especialidade ou função em particular.
TS	Paio dos torpedos (139).
TSP	Ponto de regulação do tiro.
U	a) Em cima. Acima. Por cima. Sobre. Para cima. b) De pé. Em pé. Levantado. c) Insuficiente. Reprovado.
unasgd	Não incluído.
unsat	Insuficiente. Insatisfatório.
Up	Acima (Observação do tiro).
UR	Relatório insuficiente ou insatisfatório.
USAMPS	Serviço Cinematográfico do Exército dos Estados Unidos.
U. S. Q. X.	Carro-cisterna de propriedade do Governo (99).
VC	Companhia Veterinária.
VCH	Hospital Veterinário de Convalescentes.
VE	dv."
VEH	Hospital Veterinário de Evacuação.
Vet - Enl. Res.	Reserva de Praças do Corpo Veterinário.
Vet - Res.	Reserva do Corpo Veterinário.
VGH	Hospital Geral Veterinário (68).
VM	a) Voltímetro. b) Rajadas por minuto.
VOCO	Ordem verbal do Oficial Comandante.
VSH	Hospital Veterinário da Guarnição.
V Tr	Tropa do Corpo Veterinário.
W	a) Serviço de Guerra Química. b) Efetivo de guerra. c) Oeste. d) Velocidade do vento.
WB	Foguete de estrela branca, pisca-pisca, com paraquedas, M 15.
wbc	Carga de saquitol branco.
W Bth	Guarita do vigia (139).
W D	Estado-Maior do Exército (99).

WDGAP

a) Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos relativos a Pessoal. Chefe da 1.ª Secção (G-1) do Estado-Maior do Exército (99).

b) Pessoal (197).

WDGBI

a) Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos relativos a Informações Militares. Chefe da 2.ª Secção (G-2) do Estado-Maior do Exército (99).

b) Informações Militares (197).

WDGCT

a) Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos relativos a Organização e Instrução. Chefe da 3.ª Secção (G-3) do Estado-Maior do Exército (99).

b) Organização e Instrução (197).

WDGDS

a) Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos relativos a Reaprovisionamento, Transporte e Evacuações. Chefe da 4.ª Secção (G-4) do Estado-Maior do Exército (99).

b) Reaprovisionamento, Transporte e Evacuações (197).

wdn

De madeira.

WDOPD

Divisão de Operações (197).

WDWPD

a) Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército para os assuntos relativos a Planos de Guerra. Chefe da Divisão de Planos de Guerra do Estado-Maior do Exército (99).

b) Planos de Guerra (197).

W E M A

Bem-estar das praças.

Wg Comdr

Comandante de Brigada Aérea.

WIA

Ferido em ação.

w/o

Sem. Desprovido de. Não dotado de.

WP

Foguete de estrêla branca, e om paraquedas (modelo M 5, M 10 ou M 17).

WS

Foguete de estrêlas brancas conjugadas, M 18.

wac

Foguete de estrêlas brancas conjugadas.

wsp

Foguete de estrêlas brancas com paraquedas.

WX

Tempo. (130).

Y

a) Foguete de uma estrêla amarela, A N-M35.

b) Este ou Oeste, da quadrícula (185).

Yr

Jarda.

YY

Ano.

a) Foguete de 2 estrêlas amarelas, AN-M 29.

b) Linha Este-Oeste da quadrícula. Eixo das abcissas (185).

Z

a) Azimutre.

b) Zona do Canal (196).

c) Norte ou Sul, da quadrícula (185).

Zn

Azimute.

ZZ

Linha Norte-Sul da quadrícula. Eixo das ordenadas (185).

ABREVIATURAS MILITARES NORTE-AMERICANAS

ERRATA DA 1.ª PARTE

ABREVIATURA	LEIA-SE
bmdr	Bombardeiro. Avião de bombardeio.
BPO	Agência Postal de Base de Operações (27).
CIU	Unidade central de interpretação (111).
Clr Co	Companhia de Evacuação.
com z	Zona de Etapas. Zona de Comunicações.
con obj	Impedido...
c sta	Estação de completamento de carga (48).
dml	Destruição. Demolição.
DSC	Cruz de Serviços Distintos (51).
Erect & Mach Sh Co	Companhia de Máquinas de Construção.
gd	Guarda.
gr reg	Contrôle do sepultamento.
lmn	Instalador. Homem da turma de construção de linhas (83).
MRU	Unidade de Contrôle Mecânico (91).
S-3	a)
	b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Instrução e Operações da Unidade.
sec ou sect	Secção.
sta comm	Pessoal do Q G ou P C de uma guarnição, posto ou posição.
TDC	Centro de Instrução de Destruidores de Carros.
Wo/wn	Sem guincho.

Dicionário Militar Brasileiro

Pelo Capitão OTÁVIO ALVES VELHO

(Continuação)

BIBLIOGRAFIA — Além das fontes de consulta citadas na primeira parte d'este trabalho, publicada n on.º de out.-nov. de 1945, recorremos a mais as seguintes :

- Regulamento de Tráfego Aéreo — Ministério da Aeronáutica.
- Combate e Serviço em Campanha — Major Tristão de Alencar Araripe (Ed. Henrique Velho — 1937).
- Gases de Combate — Cap. Dr. Ernestino de Oliveira (Biblioteca Militar — Rio, 1942).
- O que todos devem saber de Defesa Anti-aérea — Cap. Henrique de Assunção Cardoso e 1.º Ten. Otávio Alves Velho (O.F.A.G., da 2.ª R.M. — S. Paulo, 1943).
- Vocabulário Aeronáutico — C. A. Werlang (Ed. Rex — Rio, 1945).
- Topografia Prática — Capitães João Augusto Fernandes e Rubens M. de Castro (Rio — 2.ª edição s/data).
- Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Imprensa Nacional — Rio, 1945).

— X —

ABA — 1 — Proteção. Amparo.

2 — Prolongamento dos lados de um corpo ou superfície.

ABAFAR — 1 — Cobrir para conservar calor ou para aumentá-lo.

2 — Sufocar. Fazer emudecer.

ABAIONETADO — 1 — Armado de baioneta.

2 — Ferido por baioneta.

ABAIONETAR — 1 — Armar alguém com baioneta.

2 — Ferir com baioneta.

ABALAR — 1 — Mover de um lado para outro. Fazer oscilar.

— Fugir precipitadamente.

3 — Pôr em desordem.

ABALUARTADO — Fortificado ou defendido com baluartes.

ABALUARTAR — Fortificar com baluartes.

ABANDONAR — 1 — Deixar, evacuar, retirar-se de uma posição ou linha do terreno.

2 — Desamparar, deixar sózinho um camarada ou uma tropa.

3 — Retirar-se ou sair de algum lugar, pôsto ou posição, o militar ou a tropa, sem ordem ou autorização para tanto.

4 — Renunciar.

5 — Entregar-se.

ABERTA — Fenda, abertura, buraco, passagem.

ABERTURA — 1 — Início de alguma coisa.

2 — Fenda, buraco, fresta.

ABORDAGEM — 1 — Ato ou efeito de se chocar contra alguma coisa.

2 — Assalto a uma embarcação inimiga.

3 — Ato final do *assalto* que consiste na luta corpo a corpo mediante a utilização das armas de porte, granadas de mão e armas brancas.

ABORDAR — 1 — Chegar junto a uma posição ou tropa inimiga.

2 — Realizar uma *abordagem*.

3 — Tocar com o *bordo*.

4 — Aproximar-se de alguém ou de algum lugar e nele encostar.

AÇÃO de VANGUARDA — Ataque ou defesa por uma *vanguarda* a fim de ocupar uma linha do terreno ou iludir o inimigo e para proteger a progressão e o desdobramento do *grosso*.

ACELERADOR — 2 — Dispositivo que regula a entrada de mistura (ar-combustível) nos cilindros de um motor.

3 — Que acelera. Que apressa. Que imprime maior velocidade.

4 — Que antecipa. Que adianta.

ACESSIVEL — 1 — Ponto ou posição do que se pode aproximar com relativa facilidade.

2 — Recinto em que se pode penetrar com facilidade.

ACESSO — 1 — Chegada, entrada, aproximação.

2 — Habilitação à promoção.

ACETONA — Líquido inflamável, volátil e incolor, que pode ser misturado em quaisquer proporções com água, álcool ou éter, e que se torna mais altamente explosivo quando o vapor resultante se mistura com o ar. É utilizado na fabricação de pólvoras sem fumaça, vernizes, clorofórmio, etc.

ACIDENTAL — Tudo que é fortuito ou imprevisto.

ACOMPANHAMENTO — Indica u'a missão de ficar, adido a uma força atacada ou de deslocar-se com esta.

ACOMPANHAMENTO do COMBATE — Missão ou operação executada pela Aviação de Observação com o fim de acompanhar os deslocamentos dos elementos mais avançados das tropas terrestres amigas, esclarecê-las sobre os incidentes que ocorram ou com que se defrontam, e garantir as ligações.

ACOPLAR — Reunir, engatar, juntar.

ACOVARDAR — Intimidar, atemorizar, causar ou incutir medo, tornar alguém covarde.

ACOVARDAR-SE — a) Amedrontar-se, ficar intimidado a ponto de não mais poder fazer prevalecer os sentimentos de honra, patriotismo, amor-próprio e espírito militar sobre o instinto de conservação. (Sug.)

b) Deixar de cumprir o dever por medo.

ACROBACIA AEREA — Qualquer evolução de um aereo plano que altere completamente suas condições normais de vôo.

As acrobacias classificam-se em *acrobacias de aplicação à segurança do vôo* e *acrobacias de combate*.

ACROBACIAS AÉREAS de APLICAÇÃO à SEGURANÇA do VOO — São as que proporcionam ao piloto o domínio de manobra dum avião em momentos de alteração involuntária do voo normal.

ACROBACIAS AÉREAS de COMBATE — São as de aplicação específica ao combate aéreo.

ADAMSITA — Fumaça irritante de cor amarela usada como agente inquietante. Contém uma parte de arsênico, e produz espirros, dor de cabeça, vômitos e uma indisposição geral temporária.

ADMISSÃO — 1 — Entrada. Ingresso. Acesso. Recepção.
2 — Ação ou efeito de admitir, de dar entrada.
3 — Tempo, no funcionamento de um motor, durante o qual se processa a entrada da mistura ar-combustível no interior do cilindro, provinda do carburador. Inicia-se com a abertura e termina com o fechamento da válvula de admissão.

ADMITIR — 1 — Dar entrada ou lugar. Permitir o ingresso.
2 — Receber. Introduzir.
3 — Aprovar. Aceitar. Acolher.
4 — Supôr.

AEREO — 1 — Referente ao ar.
2 — Relativo à Aeronáutica.
3 — Pertencente ou relativo às Forças Aéreas.

AERO — 1 — Relativo ao ar ou à Aeronáutica.
2 — Pertencente ou próprio das Forças Aéreas.

AEROBOTE — Hidroavião cuja própria fuselagem, especialmente construída para este fim, exerce as funções de flutuador.

AERO CARTÓGRAFO — 1 — Instrumento empregado na construção de cartas aerofotogramétricas.
2 — O operador desse instrumento.

AERÓDINO — Categoria de aeronave que se eleva e se mantém no espaço por efeito de uma reação do ar usualmente denominada *sustentação*. Os aeródinos compre-

endem quatro tipos distintos: os *aviões*, os *helicópteros*, os *autóglros* e os *planadores*.

AERÓDROMO — Superfície em terra, água ou flutuante, preparada ou adaptada para o pouso ou partida de aeronave, destinada a uso particular e não podendo ser utilizada por aeronave em serviço comercial.

AEROEMBOLTA — Mal súbito que acomete os aviadores nos vôos a grande altitude ou nos mergulhos. Resulta da liberação do nitrogênio do sangue e da redução da pressão atmosférica.

AEROFOTOGRAMETRIA — Sistema de levantamento topográfico cuja característica é a utilização de documentos fotográficos do terreno, obtidos de bordo de aeronaves em vôo.

AEROFOTOGRAMÉTRICO — Relativo ou próprio da Aerofotogrametria.

AEROMETEREÓGRAFO — Instrumento que registra a pressão, a temperatura e o grau de umidade do ar, bem como a velocidade relativa do vento.

AERÔMETRO — Instrumento que indica o grau de condensação ou rarefação do ar.

AEROMODELO — 1 — Miniatura de aeronave.

2 — Reprodução de uma aeronave em tamanho reduzido, para voar, para fins de estudo, ou apenas para fins decorativos.

AERONAUTA — Navegador aéreo.

AERONAUTICA — Ciência que se ocupa do estudo de todos os princípios e métodos empregados na construção e na condução de aeronaves. Compreende a *Aerostação* e a *Aviação*.

AERONAUTICO — Relativo à Aeronáutica.

AERONAVE — Nome genérico dado aos aparelhos destinados à navegação aérea. Pode ser *aerostado* ou *aeródino*.

AERONAVEGAÇÃO — V. *Navegação Aérea*.

AEROPLANO — V. *Avião*.

AEROPORTO — Superfície em terra, água ou flutuante, preparada ou adaptada para o pouso ou partida de aeronave, destinada ao tráfego público e franqueada a qualquer aeronave, sem distinção de propriedade ou nacionalidade.

AEROPORTO ADUANEIRO — Todo aquele em que é obrigatório, para fiscalização, o pouso das aeronaves que entram ou saem do território nacional.

AEROPORTO de CONTROLE — Aeroporto designado pelo Ministério da Aeronáutica e ao qual compete o controle do tráfego aéreo em determinada área de controle.

AEROSFERA — V. *Atmosfera*.

AEROSTAÇÃO — 1 — Ciência que estuda os princípios básicos dos *aeróstatos*.

2 — Arte de navegar com os *aeróstatos*.

AERÓSTATO — Categoria de aeronave que se eleva e se mantém no espaço por efeito da ação da força ascensional de um gás mais leve que o ar. Os aeróstatos compreendem dois tipos: — os *balões* e os *dirigíveis*.

AERO-TERRESTRE — Referente às Forças Aero-terrestres.

AERO-TRANSPORTADO — Que é transportado pelo ar, em aeronaves.

AEROVIA — Espaço aéreo navegável que cobre uma faixa no solo, de 30 quilômetros de largura, estabelecida pelo Ministério da Aeronáutica.

AFERRAR — Forçar uma tropa, pelo fogo, a permanecer numa linha ou posição do terreno.

AFERRAR-SE — 1 — Permanecer numa linha ou posição do terreno a despeito dos esforços em contrário do inimigo.

2 — Permanecer numa posição ou linha do terreno em condições de não mais poder abandoná-la devido à ação do fogo do adversário.

AFIAR — Dar fio. Melhorar o gume de uma arma branca ou ferramenta de corte.

AFOITO — Ousado. Atrevido. Destemido.

AFOITEZA — a) Ousadia. Atrevimento.

b) Demasiada confiança em si ou em outrem.

AFROUXAR — a) Ceder. Fraquejar. Relaxar.

b) Tornar menos apertados os liames.

c) Perder o vigor, o entusiasmo, a confiança, a coragem.

AFUNDAMENTO — 1 — Perda de altura de uma aeronave sem que se verifique nenhuma alteração na sua atitude de vôo.

2 — Ação ou efeito de afundar.

AFUNDAR — 1 — Diz-se de uma aeronave que perde altura por motivo de uma diminuição do valor da *sustentação*.

2 — Diz-se de uma embarcação que submerge, que vai a pique, que vai ao fundo.

3 — Meter no fundo.

4 — Cavar profundamente.

AFUNDAR-SE — Sossobrar. Ir a pique. Ir ao fundo. Submergir.

AGENTE — 1 — Potência ou indivíduo que opere, que exerça ação ativa.

2 — Delegado, representante ou procurador de outrem.

3 — Encarregado.

4 — Tudo o que opera e atua; que tem potência, força, energia ou capacidade.

AGENTE CAUSADOR de BAIXAS — 1 — Qualquer coisa capaz de produzir baixas, por ferimentos ou morte, numa tropa.

2 — V. *Agressivos químicos causadores de baixas*.

AGENTE FUMIGENO — V. *Agressivos químicos fumígenos*.

AGENTE ILUMINATIVO — V. *Agressivos químicos iluminativos*.

AGENTE INCENDIARIO — 1 — V. *Agressivos químicos incendiários.*

2 — Sabotador encarregado de provocar incêndios.

AGENTE INQUIETANTE — V. *Agressivos químicos inquietantes.*

AGENTE NÃO LETAL — V. *Agressivos químicos não letais.*

AGILIDADE — a) Ligeireza e desembaraço nos movimentos.

b) Flexibilidade e destreza que permite reações prontas aos estímulos.

AGREGAÇÃO — Ato ou efeito de alguém ser *agregado*.

AGREGADO — Situação do oficial que fica fora do quadro de oficiais de sua Arma ou Serviço, por estar à disposição de autoridade civil, exercendo funções estranhas à profissão, em gozo de licença para tratar de assuntos particulares, desaparecido, etc.

AGREGAR — 1 — Ação de autoridade que passa um oficial à categoria de *agregado*.

2 — Passagem de um oficial à categoria de *agregado*.

AGRESSIVOS QUÍMICOS — São as substâncias químicas, não explosivas, utilizadas em combate, que possam ferir, perturbar ou matar os seres vivos, misturados à atmosfera que os envolve e que eles respiram, ou contaminar os objetos que lhes possam tocar o corpo.

São postos em ação, mais frequentemente, por meio de projetis tóxicos lançados por morteiros, canhões e aeronaves, e, mais raramente, pela emissão de lençóis gasosos destinados a invadir as posições inimigas.

Inúmeras são as classificações existentes, quer sob o ponto de vista de sua ação fisiológica, como de seu emprego e efeitos táticos.

AGRESSIVOS QUÍMICOS de AÇÃO IRREVERSÍVEL — São os que produzem lesões essencialmente destrutivas; mas, embora passada sua ação, o organismo atacado ficará permanentemente com os vestígios da mesma.

AGRESSIVOS QUÍMICOS de AÇÃO REVERSÍVEL —

São aqueles que produzem apenas alterações nas funções do ser vivo; uma vez cessada sua ação, cessam os efeitos e o organismo recupera a plenitude do seu funcionamento, salvo se a dose do agressivo tiver sido violenta, a ponto de matar.

AGRESSIVOS QUÍMICOS CAUSADORES de BAIXAS —

São aqueles capazes de produzir concentrações perigosas ou mesmo mortíferas.

AGRESSIVOS QUÍMICOS ESTERNUTATÓRIOS — São

os corpos gasosos que se dispersam formando *nuvens* e as substâncias sólidas que se dispersam em partículas finíssimas, ultra-microscópicas, constituindo o que se denomina *fumaça*. Têm uma ação rápida, sendo conduzidas pelo vento e se dispersando em pouco tempo de mistura com o ar atmosférico.

AGRESSIVOS QUÍMICOS FUMIGENOS — São todos os

que produzem fumaça densa, capaz de ser utilizada em medidas de ocultamento e disfarce.

AGRESSIVOS QUÍMICOS INCENDIÁRIOS — São os que

geram calor capaz de inflamar os materiais com que estiverem em contacto.

AGRESSIVOS QUÍMICOS INQUIETANTES — São os

que obrigam ao uso de aparelhos de proteção, prejudicando ou diminuindo a resistência e o poder combativo da tropa.

AGRESSIVOS QUÍMICOS LACRIMOGENIOS — São os

que irritam os órgãos da visão e produzem lacrimação abundante.

AGRESSIVOS QUÍMICOS ILUMINATIVOS — São os

que produzem luz mais ou menos intensa e diversamente colorida, servindo para observação ou sinalização.

AGRESSIVOS QUÍMICOS NÃO LETAIS — São os que

produzem ação irritante com pequena concentração sem chegar a ferir gravemente ou matar.

AGRESSIVOS QUÍMICOS NÃO PERSISTENTES — V.

Agressivos químicos fugases.

AGRESSIVOS QUÍMICOS PERSISTENTES — São corpos sólidos ou líquidos que dispersando-se caem ao solo sob a forma de nuvem pesada e se evaporam lentamente, permitindo efeitos mais duradouros. Podem ser de *agressividade imediata* e de *agressividade retardada*.

AGRESSIVOS QUÍMICOS PERSISTENTES de AGRESSIVIDADE IMEDIATA — São os que adicionam à sua permanência no terreno a propriedade de exercer ação imediata.

AGRESSIVOS QUÍMICOS PERSISTENTES de AGRESSIVIDADE RETARDADA — São os que têm um caráter insidioso, manifestando as suas propriedades agressivas após um certo tempo-morto, não parализando logo a ação do adversário, mas também não lhe fornecendo informações imediatas para a sua proteção.

AGRESSIVOS QUÍMICOS SUFOCANTES — São os que agem tóxicamente sobre os pulmões e brônquios.

AGRESSIVOS QUÍMICOS TÓXICOS de AÇÃO GERAL — São os que agem tóxicamente sobre o conjunto do organismo, perturbando suas funções básicas.

AGRESSIVOS QUÍMICOS TÓXICOS de AÇÃO LOCAL — São os que agem tóxicamente apenas sobre determinado órgão ou parte do corpo. Compreendem os *Sufocantes*, os *Vesicantes*, os *Lacrimogênicos*, os *Irritantes das vias respiratórias* e *Esternutatórios*.

AGRESSIVOS QUÍMICOS VESICANTES — São os que agem tóxicamente sobre a pele, produzindo queimaduras graves nas partes mais delicadas (axilas, entrepernas, etc.).

AGRIMENSURA — Aplicação da Matemática que tem por fim a medição das terras, bem como a resolução de todos os problemas que com ela se relacionam.

AGUERRIDO — a) Bem adestrado para o combate.

b) Disciplinado, valente e treinado militarmente. (DM)

AGUERRIR — a) Tornar os soldados ou a tropa aguerridos. (DTM)

b) Endurecê-los contra as fadigas, dificuldades e perigos da vida em campanha. (DM).

AGULHA — 1 — Instrumento de aço, ferro ou outro material, de forma afilada, aguçado numa das extremidades e tendo um orifício na outra, destinado a costurar.

2 — Ponteiro indicador de bússola.

3 — Vértice escarpado e agudo de uma elevação.

4 — Peça móvel de trilho que serve para fazer mudanças de linha numa ferrovia.

AGULHETA — Ornamento metálico dos alamares usados pelos ajudantes de ordens e certos oficiais do E. M. das Grandes Unidades.

"AILERON" — Superfície móvel da asa de um avião, que geralmente faz parte do *bordo de fuga*. Sua função é a de romper a estabilidade transversal própria do avião quando se pretenda incliná-lo para um lado ou para outro.

AJUDANTE-GERAL — Ajudante de uma Grande Unidade.

AJUDAS — Meios de que se serve o cavaleiro, como sejam movimentos de mãos e de pernas, para manobrar sua montada.

AJUSTADOR — 1 — Artífice que executa ajustagem.

2 — Dispositivo utilizado para acoplar forças ou partes de tamanho ou forma diferentes.

AJUSTAGEM do TIRO — Conjunto de operações que têm por fim fazer coincidir o ponto médio do retângulo de dispersão dos tiros com o ponto de regulação (na Artilharia) ou com o ponto visado (armas portáteis).

ALIMENTAÇÃO — 1 — Nutrição. Sustento.

2 — Ato e efeito de alimentar.

3 — Enchimento. Fornecimento.

4 — Num motor e explosão, é o conjunto de operações que faz o combustível chegar ao carburador.

- 5 — Conjunto de órgãos, num motor a explosão, que se destina a preparar e fornecer a mistura gasosa explosiva. Compreende: *reservatório* ou tanque do combustível, *tubulação de alimentação*, sistema de filtros, *sistema de alimentação* propriamente dito e *acessórios*.

ALIMENTAR — 1 — Relativo aos alimentos, à nutrição. Próprio para alimentar.

- 2 — Dar ou proporcionar alimento, sustento. Cevar. Nutrir.

- 3 — Prover do necessário.

- 4 — Concorrer para que se conserve ou aumente.

- 5 — Entreter. Manter. Sustentar.

- 6 — Dar mais força, mais vigor.

ALIMENTAR-SE — Nutrir-se. Tomar alimento. Manter-se. Sustentar-se. Receber forças, reforços, auxílio.

ALTIMETRO — 1 — Instrumento indicador de altitudes.

- 2 — Barômetro aneróide utilizado na Aviação para a determinação de altitudes, com escala relativa à altura em pés, metros, etc., em vez de escala subordinada à pressão.

ALTIMETRO ABSOLUTO — Tipo de altímetro que fornece indicações em relação ao solo, por meio da reflexão de uma onda sonora emitida de bordo do avião.

ALTIMETRO de PRECISÃO — É o que possui dois ponteiros, fornecendo indicações rigorosas sobre o valor da altitude.

ALTIMETRO SENSIVEL — V. *Altímetro de precisão*.

ALTITUDE — 1 — Distância de um ponto à superfície média dos mares, suposta prolongada sob os continentes.

- 2 — Altura de um ponto, relativa ao nível médio do mar.

ALTITUDE MINIMA de SEGURANÇA — É a menor altura de vôo, permitida pelo Ministério de Aeronáutica, em relação ao solo, de modo a possibilitar, em caso de

falha completa do motor, um pouso de emergência em boas condições.

ALTITUDE de SEGURANÇA — 1 — Aquela que permite à aeronave passar a salvo sobre obstáculos da rota.
2 — Aquela que proporcione ao piloto, em caso de enguiço do motor, a oportunidade de tomar as providências necessárias para um pouso de emergência.

ALTOCUMULUS — Tipo de nuvem caracterizado pela sua disposição em camadas laminares ou globulares achatadas. Pode ser *Opacus* ou *Constelatus*.

ALTOCUMULUS CASTELATUS — Variante de *altocumulus* caracterizada pelo seu aspecto dentado, visto ser constituída por massas cumuliiformes de acentuado desenvolvimento vertical assentadas sobre uma base horizontal comum.

ALTOCUMULUS OPACUS — Variante de *altocumulus* caracterizada pela continuidade das camadas.

ALTOSTRATUS — Tipo de nuvem semelhante a um véu fibroso de cor acinzentada ou azulada, podendo produzir chuva ou neve. Apresenta-se sob três aspectos: *translucidus*, *opacus*, ou *precipitante*.

ALTOSTRATUS OPACUS — Aquela que, por ser mais denso que o *translucidus*, encobre completamente o sol ou a lua.

ALTOSTRATUS PRECIPITANTE — Aquela que é constituído por uma camada opaca que ainda não perdeu seu caráter fibroso, sendo capaz de produzir chuva ou neve.

ALTOSTRATUS TRANSLUCIDUS — Aquela que, quando diante do sol ou da lua, apresenta estes astros como se fossem vistos através de um vidro fôco.

LIVROS NOVOS

O PREPARO FÍSICO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A GUERRA — *Sílvio de Magalhães Padilha* — Ed. Renascença — S. Paulo.

Pelo Cap. *Umberto Peregrino*

Seguramente ninguém, no Exército, terá a autoridade do Cap. Sílvio de Magalhães Padilha, em matéria de Educação Física. Campeão sulamericano de atletismo, ainda cadete, como oficial continuou a sua carreira de atleta ao mesmo tempo que se fazia um consciencioso técnico de educação física. E nessa qualidade veio a exercer, por longo prazo e com inconfundível eficiência, a direção do Departamento de Educação Física do Estado de S. Paulo.

Agora o Cap. Padilha, de regresso de uma viagem aos Estados Unidos, desbrava para nós um novo setor da Educação Física através das suas observações enfileiradas num volume intitulado: "O preparo físico dos Estados Unidos para a guerra".

Em sucessivos capítulos estuda: A educação física nas escolas secundárias; o preparo físico nos colégios e nas universidades; o preparo físico no Exército; o preparo físico na Armada.

Mas não se limita o Cap. Padilha a transmitir o que viu na grande nação norte-americana; dá-nos ainda a estrutura de um programa destinado ao Brasil, desenvolvido dentro dos seguintes títulos: I — Um programa de educação (preparação moral nas escolas, etc.) II — Um programa de saúde, abrangendo, mais acentuadamente, a nutrição e higiene; III — Um programa de preparo físico: a) nas escolas; b) nas comunidades; c) para o restante (posto em prática nos centros de educação física).

Vai por aí tudo, no conteúdo de cada título desses, um rico material de sugestões. Que a Escola de Educação Física do Exército, agora em novo alento, em plena recuperação, após a crise em que a lançou a guerra, possa encaminhar concretamente a solução das questões que o Cap. Padilha colocou no tabuleiro.

A Escola de Educação Física do Exército, precursora da cultura física no Brasil, em bases metódicas e racionais, semente mesmo da Escola Nacional pertencente à Universidade, a qual dela derivou, pois

não tiveram outra origem os elementos que constituíram o seu núcleo inicial, é o único órgão habilitado, por suas próprias atribuições e sobretudo pelo seu extraordinário crédito, materializado em tão longa e fecunda atividade, para introduzir inovações no que concerne aos interesses do Exército no campo da Educação Física.

Aliás, é preciso que se diga, a E.E.F.E., que além de ser o órgão ao qual incumbe de direito e de fato a orientação técnica da educação física no Exército, é um órgão atuante, vem de largo prazo introduzindo certas modificações no método francês, no sentido de adaptá-lo às nossas condições particulares, relacionadas com o clima, o padrão físico do homem, as suas componentes psicológicas e as nossas necessidades militares.

Esse trabalho, é verdade, vem sendo conduzido silenciosamente, como soe acontecer com tôdas as tarefas do âmbito do Exército, que dispensa propaganda. Por outro lado, as alterações em curso ainda não foram regulamentadas, e assim transmitidas a todos os setores de execução na tropa, porque estão na fase de experimentação. Compreende-se que modificações de tal responsabilidade, de vez que resultarão na consagração regulamentar da nossa experiência em preparo físico militar, não devem ser abraçadas apressadamente.

Contudo, a E.E.F.E. vem firmando, conscienciosa e metódicamente, as bases de uma adaptação brasileira ao método francês, e as últimas turmas já foram formadas dentro dessas novas bases. Resta recolher o fruto da sua aplicação prática nos quartéis, para se ter, então, a indicação definitiva sobre o que convém estabelecer.

Existe, pois, no Exército um órgão técnico de Educação Física, detentor de um largo tirocinio (o maior do país); acreditado pela sua obra extraordinária, à qual se filia a própria Escola Nacional; devemos confiar nêle.

E já que se fala de Educação Física na escola nacional, por isso que os interesses do Exército nesse terreno, mais que em qualquer outro, se confundem, permanentemente, com os interesses nacionais, desejamos lembrar a questão da unidade de doutrina, há tempos posta em foco num documento da Escola Nacional.

Fazemos dessa lembrança uma advertência. A nosso sentir, a unidade de doutrina que a E. N. se propôs instituir, não pode ser encarada com a extrema simplicidade dos termos da sua proposta. Sem entrar no mérito da questão, deixando de parte as dificuldades de ordem essencialmente técnica, lembramos que a unidade de doutrina talvez não seja nem possível nem ideal para o Brasil, e isto em razão, claramente, da nossa diferenciação geográfica e humana. De fato, não-

será aconselhável estabelecer um padrão de cultura física comum ao homem da Amazonia, do Nordeste, do Centro e do Sul. Há, por força que considerá-las diferentemente do tipo antropológico, bem como de clima, dos hábitos de vida, da alimentação e das condições sociais.

Por tudo isso, afigura-se-nos de bom aviso considerar com a maior prudência essa matéria. Ao que nos consta, por ser notório, não dispomos até agora senão de escassos e incompletíssimos dados biométricos do homem brasileiro. Pouco sabemos, pois, da sua capacidade física, para que possamos, já nesta altura, assentar normas tão ambiciosas.

Em suma, o livro do Cap. Padilha, repleto de dados seguros, surgidos à base da experiência de um grande povo, farto em observações inteligentes e conselhos técnicos solidamente idôneos, constitui um precioso ponto de partida para a reorganização da Educação Física entre nós.

Depois dos alarmantes índices de insuficiência física, revelados ao ensejo da inspeção para o engajamento na F.E.B., não é mais lícito ter ilusão quanto à gravidade e à urgência de providências ligadas à assistência e à cultura físicas do homem brasileiro.

REVISTAS EM REVISTA

REVISTA MILITAR ARGENTINA (Janeiro de 1946).

ADESTRAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL. — De acordo com notícias divulgadas pela United Press, o Brasil realiza negociações com os Estados Unidos, a fim de contratar pessoal técnico para o treinamento do Exército, Forças Aéreas e Marinha. A mesma fonte diz que quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, ajustou-se com os Estados Unidos a instrução das forças terrestres e aéreas, assim como, também, o treinamento de oficiais de estado-maior.

"BALÕES PORTA-BOMBAS — Balões esféricos porta-bombas foram lançados das ilhas japonesas contra a costa ocidental da América, a cerca de 4.000 milhas de distância. Estes balões sem piloto eram feitos de cinco camadas de papel encerado e tinham 34" pés de diâmetro. Cheios de hidrogênio, elevavam-se a uns 25 a 35 mil pés de altura, onde encontravam correntes de ar que se dirigem permanentemente de oeste para leste. Quando a perda do gás os fazia descer a 25 mil pés de altura, um controle automático de pressão barométrica deixava cair um saco de areia e o balão tornava a subir. Outro controle automático soltava uma bomba. O balão continuava subindo e descendo dessa forma através do país, deixando cair bombas toda vez que descia. Calculou-se que esses balões levassem 80 a 120 horas para chegar aos Estados Unidos".

O PROJETADO DEPARTAMENTO (MINISTÉRIO) DA DEFESA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS. — "O programa apresentado pelo Sr. Truman ao Congresso [a esse respeito] e cuja aprovação solicita, consta dos seguintes pontos:

1 — Criação de um único Departamento de Defesa Nacional, que assumiria plena responsabilidade pela segurança armada nacional, integrado pelas forças armadas e civis atualmente pertencentes aos Departamentos da Guerra e da Marinha.

2 — Ficaria à testa desse Departamento, no caráter de Secretário [Ministro] da Defesa Nacional, um civil nomeado pelo Presidente para membro do gabinete. Sob suas ordens haveria um sub-secretário e vários assistentes, todos igualmente civis.

3 — Haveria três ramos no novo departamento unificado: o das Forças Terrestres, o das Forças Navais e o das Forças Aéreas, cada um delas dirigido por um assistente do Secretário. Disso resultaria a criação das Forças Aéreas como organização isolada, embora a Marinha conservasse as unidades aéreas com base em porta-aviões.

4 — O sub-secretário e os assistentes do secretário, estarão a qualquer momento disponíveis para as funções que lhes atribuem o Presidente e o titular da Defesa Nacional."

"CUSTO APROXIMADO DA 2.^a GUERRA MUNDIAL. — Segundo cálculos de James H. Brady, da American University de WASHINGTON, o último conflito custou 1.384.000.000.000 de dólares (Cr\$ 27. 680. 000.000.000,00).

Os gastos dos principais beligerantes terão sido os seguintes:

	Dólares	Cr\$
Estados Unidos ..	317.600.000.000	(6.352.000.000.000,00)
Rússia ..	192.000.000.000	(3.840.000.000.000,00)
Grã-Bretanha ..	120.000.000.000	(3.600.000.000.000,00)
Alemanha L.	272.000.000.000	(5.458.000.000.000,00)
Itália ..	94.000.000.000	(1.198.000.000.000,00)
Japão ..	56.000.000.000	(1.120.000.000.000,00)

"NOVAS ARMAS. — O Exército dos Estados Unidos revelou a existência de diversas armas ultra-modernas:

1 — O maior canhão anti-aéreo móvel do Exército, que usa munição fixa, é o de 105 mm, pesa 25 toneladas aproximadamente, tem uma velocidade inicial de tiro de 1.000 metros por segundo e um alcance de 15.000 metros. O canhão pode ser dirigido manualmente ou por meio do aparelho diretor de tiro T.38.

2 — Um morteiro de 10 polegadas [254 mm] com um alcance de mais de 8km e uma velocidade de 1 tiro em 2 minutos.

3 — O obús de 8 polegadas [203,2] e 41 toneladas de peso, com um alcance de 18.500 metros, montado no chassi de um carro de combate M 4.

4 — O canhão de 155 mm "Long Tom", mantendo sobre o chassi dum carro M 4, tem uma guarnição de 8 homens e lança um projétil de 95 libras [42, 750 Kg] a 25 km.

5 — O novo carro de combate M 26 de 43 toneladas "General Pershing", com um canhão longo de 90 mm, que atira um projétil, com a velocidade inicial de cerca de 1.000 metros por segundo, capaz de perfurar uma blindagem de 14 polegadas [345,6 mm] a 100 metros.

6 — Um canhão anti-carro de 90 mm, que pode perfurar blindagem de 8 polegadas [203,2 mm] e destruir um carro tipo "Panther" a uma distância de 9 km.

7 — Um equipamento de "radar" apto a localizar aviões a 180 km de distância.

8 — Um detonador acionado pelo rádio, que faz explodir minas por tele-comando a 32 km de distância e que funciona por meio de combinação de números, à semelhança dos telefones automáticos.

9 — Uma ponte flutuante de vigas ôcas de alumínio, tão leves que podem ser colocadas à mão, e tão fortes que podem resistir ao peso de 50 toneladas.

10 — Um localizador eletrônico que focaliza automaticamente os projetores anti-aéreos sobre os aviões inimigos em voo."

— :: —

"EFETIVO DAS FORÇAS AÉREAS DOS ESTADOS UNIDOS NA ÚLTIMA GUERRA. — Ao terminar a luta, as Forças Aéreas dos Estados Unidos contavam com 2.150.000 pessoas a seu serviço e cerca de 65.000 aparelhos".

— :: —

"OS RAIOS INFRA-VERMELHOS NA VIGILANCIA NOTURNA. — Os Alemães empregaram com êxito os raios infra-vermelhos como elemento de orientação e vigilância noturnas durante a guerra. Os raios procedentes dos faróis dos carrós, dotados de filtros infra-vermelhos atingiam os objetivos (carros ou simples soldados inimigos) e refletiam-se voltando para um aparelho denominado "bildwandler" (transformador de imagem), o qual se achava instalado nos canhões dos carros alemães, permitindo a execução da pontaria em plena escuridão e sem que os objetivos percebessem estar sendo observados".

— :: —

"FABRICAÇÃO DE BOMBAS ATÔMICAS NA ARGENTINA. — Segundo declarou o Diretor de Pesquisas Científicas da General Electric, a República Argentina é uma das poucas nações que se acham em condições de produzir bombas atômicas dentro de um prazo não inferior a 10 anos".

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" recebeu, no período de 20 de Março a 20 de Abril de 1946, as seguintes publicações :

- 1 — Memorial del Estado Maior — N.º 11 e 12 de Novembro e Dezembro de 1946 — Columbia.
- 2 — Revista Militar — N.º 95 e 96 — Setembro e Outubro de 1945 — Bolívia.
- 3 — Revista Militar Brasileira — N.º 1 a 4 — Janeiro a Dezembro de 1945 — Rio.
- 4 — Revista Militar — N.º 1 — Janeiro de 1946 — Argentina.
- 5 — Revista Militar — N.º 9 — Setembro de 1945 — Guatemala.
- 6 — Revista de Medicina Militar — N.º 1 — Janeiro a Março de 1946 — Rio.
- 7 — Revista Militar "Nação Armada" — N.º 75 — Fevereiro e Março de 1946 — Rio.
- 8 — Revista da Cruz Vermelha Brasileira — N.º 22 — Janeiro e Fevereiro de 1946 — Rio.
- 9 — Revista de Cultura "Pátria" — N.º 48 e 49 — Janeiro e Fevereiro de 1946 — México.
- 10 — Observador Militar Interamericano — N.º 4 — Novembro e Dezembro de 1945.
- 11 — Revista Económica — N.º 1 — Fevereiro de 1946.
- 12 — Revista Aérea — N.º 6 — Março de 1946 — Latino Americano.
- 13 — Revista Militar — N.º 2 — Fevereiro de 1946 — Argentina.
- 14 — Revista Ejercito e Armada — N.º 62 — Fevereiro de 1946.
- 15 — Revista de Cultura "Tradição" — N.º 54 — Fevereiro de 1946 — Rio.
- 16 — Revista Militar — N.º 1 — Janeiro de 1946 — Portugal.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 20 de Março a 20 de Abril de 1946

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— I. O. I-7.º. R.O. e o 7.º G.A. Transfornado (75), passam a ter autonomia administrativa, de acôrdo com o artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 484 de 10. — D.O. de 20-4-946).

— A 2.ª Bateria Independente de Artilharia Automóvel passa a ter autonomia administrativa, de acôrdo com o § 1.º, do art. 25, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 409 de 30-3. — D.O. de 2-4-946).

BANDEIRA NACIONAL — (Hasteação)

— Art. 1.º — O art. 15 do Decreto-lei n.º 4.545, de 31 de julho de 1942, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. Será a Bandeira Nacional diariamente hasteada;

a) no palácio da Presidência da República;

b) na residência do Presidente da República;

c) na Câmara dos Deputados, no Senado Federal no Supremo Tribunal Federal, no Supremo Tribunal Militar, nos Tribunais de Apelação do Distrito Federal e dos Estados, nos palácios dos governos estaduais, nas prefeituras municipais e nas repartições federais, estaduais e municipais situadas nas regiões fronteiriças, durante as horas, respectivamente, das sessões, audiências e expediente administrativo;

e) nas unidades da Marinha Mercante, de acôrdo com as leis e regulamentos da navegação, polícia naval e praxes internacionais.”

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

(Decreto-lei n.º 9.079 de 19 19 — D.O. de 21-4-946).

CADERNO DE ENCARGO — (Aprovação)

— Aprovo os Cadernos de Encargos da cama e da mesa de campanha, os quais devem constituir objetos de aquisição e confecção por parte dos órgãos provedores no corrente ano. A distribuição somente deverá ser procedida depois de esgotados os estoques dos tipos abolidos. Até que os mesmos tipos se tornem imprestáveis para o serviço, o seu uso será permitido juntamente com os novos.

(Aviso n.º 373 de 23 — D.O. de 25-3-946).

— Aprovo o Caderno de Encargos dos Tamancos, cujo uso pelos cabos e soldados foi introduzido pelo novo plano de uniformes.
(Aviso n.º 408 de 30-3 — D.O. 2-4-946).

CURSO DE OFICIAIS DA RESERVA — (Cessação).

— A fim de dar cumprimento ao Decreto-lei n.º 1.859, de 3 de novembro de 1945, é criado, de acordo com o disposto no art. 59, do de n.º 4.130, de 26 de fevereiro de 1942, um Curso de Oficiais da Reserva (C.O.R.), anexo ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, destinado a ministrar aos oficiais, que se destinam à Escola Militar, a necessária revisão dos conhecimentos básicos indispensáveis. O Comandante do referido Curso, terá em relação a esse Curso, atribuições análogas às do Comandante da Escola Militar de Resende, quanto ao ensino e ao pessoal dos corpos docente e discente. De conformidade com a proposta apresentada pela Diretoria do Ensino, o Curso terá a duração de 6 meses, devendo os trabalhos serem iniciados a 2 de maio, prolongando-se, por conseguinte, até 31 de outubro do corrente ano.
(Aviso n.º 407 de 30-3 — D.O. de 2-4-946).

DEPÓSITO DE MOTOMECANIZAÇÃO — (Cessação).

— Art. 1.º — Ficam criados, para organização imediata, o Depósito de Motomecanização da 2.ª Região Militar e a 2.ª Companhia Leve de Manutenção, ambos com sede em Quitaúna (São Paulo) e com os efetivos constantes respectivamente, dos Boletins do Exército Especiais Reservados ns. 12 e 7 de 1945.

— Art. 2.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Decreto-lei n.º 9.162 de 11.4.194 — D.O. de 13-4-946).

DISTINTIVOS — (Aprovação).

— Aprovo o modelo de "distintivo de braço" que poderá ser usado em todos os uniformes pelos oficiais e praças do 11.º Regimento de Infantaria (Regimento Tiradentes), sendo facultado o seu uso aos que serviram na mesma Unidade durante a Campanha na Itália.
(Aviso n.º 449 de 8 — D.O. de 10-4-946).

FORÇAS ARMADAS DO PAÍS — (Constituição).

— O Diário Oficial n.º 76 de 3.4.1946, publica na íntegra o Decreto-lei n.º 9.107 de 1-4-1946, que estabelece a constituição das Forças Armadas do País.

INCAPICITADOS DA F.E.B. — (Ordem)

— Os comandantes das Regiões Militares devem encaminhar à 1.ª Região Militar todos os incapazes da Força Expedicionária Brasileira que desejarem ser readaptados em novas funções pela Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, devendo ser designada uma unidade da mesma Região para recebê-los, conforme propõe o Serviço Especial da mencionada Força em Ofício n.º 799, de 15 de março findo.
(Aviso n.º 443 de 8 — D.O. de 10-4-946).

REPRESENTAÇÃO DE A DEFESA NACIONAL

Ampliando a sua rede de sucursais em vários Estados do país **A DEFESA NACIONAL** desenvolve, também, a sua circulação e habilita-se a tornar mais eficiente a propaganda em suas páginas.

Tendo, outrossim, entregue a exclusividade de sua publicidade em todo o Brasil ao

BUREAU INTERESTADUAL DE IMPRENSA

a revista por excelência do Exército acha-se habilitada a receber anuncios e toda a demais matéria respectiva através dos representantes desta prestigiosa organização abaixo discriminados:

São Paulo — Mario Herédia, Rua Barão de Paranaíacaba, 61 — 4.º andar.

Curitiba — Percival Loyola, Rua 15 de Novembro, 573.

Porto Alegre — Arthur Batista Gonçalves, Rua Shuller, 44.

Recife — Aristofanes da Trindade, Travessa Madre de Deus, 113.

Pará — Edgard Proença, Edifício Bern (1.º andar), Avenida 15 de Agosto).

Anuncie nas páginas de

A DEFESA NACIONAL

que fará publicidade eficiente

50.000 LEITORES EM TODO O BRASIL

MATRÍCULA NA ESCOLA PREPARATÓRIA — (Permissão)

— É permitida a matrícula no 3.º ano da Escola Preparatória de São Paulo, independente de exame, dos candidatos que só lograram aprovação, no mínimo, em 50% das matérias do concurso de admissão à Escola Militar de Resende, no corrente ano.

(Aviso n.º 426 de 4 — D.O. de 5-4-946).

NOTAS DE PUNIÇÕES — (Cancelamento).

— Art. 1.º — Fica o Ministro da Guerra autorizado a mandar cancelar dos assentamentos dos militares que fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, as notas conseqüentes de punições que hajam sofrido, independentemente do decênio estabelecido no artigo 73, n.º 5, do Regulamento aprovado por Decreto n.º 8.835, de 23 de fevereiro de 1942.

— Art. 2.º — Somente terão direito à vantagem de que trata o artigo 1.º do presente Decreto os oficiais e praças que, no teatro de operações, na Itália, se tenham distinguido por atos em virtude dos quais mereceram citações especiais, haja ou não delas resultado a concessão de medalhas.

— Art. 3.º — Serão canceladas somente as notas conseqüentes de transgressões disciplinares praticadas até o dia do retorno ao país, com o respectivo escalão.

— Art. 4.º — O cancelamento da nota de punição se fará mediante requerimento em que o interessado justifique o seu pedido.

— Art. 5.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-lei n.º 20.874 de 28 — D.O. de 30-3-946).

PRAÇAS INDULTADAS — (Solução de consulta)

— O Comandante da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária consulta, em Ofício número 1.079-A, D./DI, de 27 de dezembro de 1945, se às praças beneficiadas pelo indulto de que trata o Decreto n.º 20.082, de 3 de dezembro de 1945, deve ser concedido o certificado de reservista.

Em solução declaro:

a) às praças que, em virtude da natureza do crime, tenham sido excluídas deve ser concedido o certificado de reservista, nos termos do artigo 33 do Regulamento Disciplinar do Exército;

b) às praças que, em virtude da natureza do crime, tenham sido expulsas, deve ser concedido o "certificado provisório", de acordo com o Aviso n.º 107, de 25 de janeiro de 1946, ficando, portanto, sujeitas ao processo de reabilitação, de que tratam os arts. 63 e 64 do R. D. E. a fim de poderem receber o certificado de reservista.

(Aviso n.º 480 de 10 — D.O. de 20-4-946).

QUADRO DO ESTADO MAIOR DA ATIVA — (Aumento)

— Art. 1.º — Fica o Quadro de Estado Maior da Ativa, aprovado pelo Decreto-lei n.º 5.190, de 14 de janeiro de 1943, aumentado do seguinte modo:

Na Arma ed Infantaria: de 1 (um) Coronel, 3 (três) Tenente-Coronel, 3 (três) Major e 1 (um) Capitão;

Na Arma de Cavalaria: de 1 (um) Coronel, 2 (dois) Tenente-Coronel, 1 (um) Major e 1 (um) Capitão;

A Defesa Nacional

em

SÃO PAULO

A representação exclusiva desta revista no Estado de São Paulo, capital e interior, está a cargo do Bureau Interestadoal de Imprensa, cuja sucursal se acha instalada na Rua Barão de Piranapiacaba, 61 - 4.º andar, — Telefone 2-5841.

Os interessados pôdem dirigir-se ao endereço supra para anuncios, assinaturas, etc.

Chefe da Sucursal: — Mario Herédia.

Só podem efetuar recebimento de contas de **A DEFESA NACIONAL** os cobradores devidamente autorizados pelo chefe da Sucursal do B.I.I.



**Anunciar na A Defesa Nacional é fazer
publicidade eficiente.**

Biblioteca da Cooperativa Militar Editora
e de Cultura Intelectual «A Defesa Nacional»

LEGISLAÇÃO MILITAR

POR

DANTE TOSCANO DE BRITTO

Capitão do Exército e Bacharel em Direito



Preço: Cr\$ 12,00

REGULAMENTO DA ESCOLA T. DO EXERCITO — (Alteração)

— O Diário Oficial n.º 67 de 23-4-1946, publicou na íntegra o Decreto-lei n.º 20.802 de 21-4-1946, que altera a redação de dispositivo do Regulamento da Escola Técnica do Exército.

SEGUNDO E TERCEIRO SARGENTOS — (Promoção)

— Art. 1.º — Os segundos e terceiros sargentos que contarem na vigência deste Decreto-lei, mais de vinte e cinco anos de serviço e que solicitarem transferência para a reserva remunerada, poderão ser promovidos à graduação imediatamente superior, para melhoria de reforma, contanto que satisfaçam às seguintes condições:

- a) comportamento ótimo ou excepcional;
- b) encargos de família;
- c) opinião favorável do comandante ou chefe.

— Art. 2.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação e será aplicado até 30 de junho de 1946.

(Decreto-lei n.º 9.106 de 29.3.946 — D.O. de 1-4-946)

SERVIÇO DE ARREGIMENTADO — (Esclarecimento)

— Em complemento aos Avisos 2.913 e 2.720, respectivamente, de 24 e 25 de outubro de 1945, fica esclarecido que, para os efeitos do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 do mesmo mês, o tempo de "efetivo serviço arregimentado" de que trata o art. 2.º do citado decreto-lei, condicionado a promoção ao posto de Capitão, é contado integralmente desde a apresentação do oficial na Unidade tropa até seu desligamento, sem desconto algum do tempo em que o oficial estiver afastado do serviço por motivos eventuais.
(Aviso n.º 441 de 8 — D.O. de 9-4-946).

TEMPO DE SERVIÇO PARA VOLUNTÁRIOS — (Fixação)

— É fixada em 12 meses a duração do tempo de serviço para voluntários e conscritos, no corrente ano de instrução, tendo em vista o que prescreve o art. 12 da Lei do Serviço Militar.
(Aviso n.º 329 de 14 — D.O. de 20-3-946).

UNIFORMES PARA CABOS E SOLDADOS — (Aprovação)

— O Diário Oficial n.º 67 de 23-4-1946, (página n.º 4.256) publicou o Aviso n.º 365 de 22-4-1946, que aprova o plano de uniformes para cabos e soldados do Exército, bem assim os distintivos.

USO DE INSÍNIAS — (Solução de consultas)

— Consulta o Comandante do I/1.º R. A. D. C., se os subtenentes e sargentos devem usar as insígnias do jaquetão v.o. tipo F. E. B., como as do capote v.o., ou na parte superior do braço, como usavam na F. E. B. Em solução declaro que, as peças de uniforme pertencentes à F. E. B., quando redistribuídas, obedecerão sempre ao que preceitua o Decreto n.º 15.100, de 20 de março de 1944.
(Aviso n.º 448 de 8 — D.O. de 10-4-946).